

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discusiones interdisciplinarias
en el campo de las
**CIENCIAS SOCIALES
APLICADAS**



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Discusiones interdisciplinarias
en el campo de las
**CIENCIAS SOCIALES
APLICADAS**



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de LisboaProf. Dr. Daniel Richard Sant’Ana –
 Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Discusiones interdisciplinarias en el campo de las ciencias sociales aplicadas

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
D611	<p>Discusiones interdisciplinarias en el campo de las ciencias sociales aplicadas / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1615-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.159233008</p> <p>1. Ciencias sociales. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.







Em **DISCUSIONES INTERDISCIPLINARIAS EN EL CAMPO DE LAS CIENCIAS SOCIALES APLICADAS**, coletânea de dezesseis capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área das Ciências Sociais Aplicadas a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, reflexões que explicitam essas interações. Nelas estão debates que circundam realidades de sociedades e países diversos, através de temas como inteligência não humana, redes sociais e gordofobia, aplicativos de relacionamento e público transgênero, saúde mental, universidades públicas, cultura empresarial, seguros privados, comunicação biotecnológica, sustentabilidade, turismo, bebida tradicional equatoriana, gerenciamento e produtividade, pandemia e guerra.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

CAPÍTULO 1	1
PERSPECTIVAS DE LA INTELIGENCIA NO HUMANA	
Arturo López Valerio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330081	
CAPÍTULO 2	4
CORPOS GORDOS NO INSTAGRAM: UM ESTUDO SOBRE A #GORDOFOBIA	
Christiane Araújo Santos	
Fabiola Calazans	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330082	
CAPÍTULO 3	19
APP'S DE RELACIONAMENTO: ANÁLISE DO DISCURSO DE SOLIDÃO NO PÚBLICO TRANSGÊNERO	
Luciana Ribeiro Marques	
Giovanni Codeça da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330083	
CAPÍTULO 4	31
ENTORNOS SOCIODIGITALES EN TINDER Y SUS REPERCUSIONES EN LA SALUD MENTAL	
Edith Molina-Carmona	
Sandra Flores Guevara	
Verónica Beatriz Gamboa Canales	
María Guadalupe Curro Lau	
Elvira Hernández Carballido	
Gabriela A. González Ruiz	
Jannet S. Valero Vilchis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330084	
CAPÍTULO 5	40
LA DECONSTRUCCIÓN DE LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EN MÉXICO	
Laura Leticia Laurent Martínez	
Jorge Loza López	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330085	
CAPÍTULO 6	68
EL GRADO DE ORIENTACIÓN AL MERCADO DEL DOCENTE EN EL ÁREA ECONÓMICO-ADMINISTRATIVA DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NAYARIT	
Arnulfo García Muñoz	
Héctor Manuel Martínez Ruíz	
Aldara María Díaz Ponce Madrid	
Aline del Sol Muñoz Trejo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330086	

CAPÍTULO 777**CREANDO Y FOMENTANDO UNA CULTURA EMPRESARIAL**

Elicelia Jiménez Martínez
 Juan Manuel Mejía Plasencia
 Paulina Robles Herrejón
 Rigoberto Torres Tovar
 Silvia Padilla Loredó

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330087>

CAPÍTULO 8 91**LA VOLUNTAD EN LA CONTRATACIÓN ELECTRÓNICA DE SEGUROS PRIVADOS EN MÉXICO**

Daniela Cortés Cedeño

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330088>


CAPÍTULO 9101**COMUNICACIÓN BIOTECNOLÓGICA EN LA IMPLEMENTACIÓN DE INNOVACIONES AGRÍCOLAS EN MÉXICO**

Lourdes Mateos Espejel
 Haydeé Hernández Ruíz
 Edgar Ulises Escamilla Tiburcio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1592330089>

CAPÍTULO 10.....112**EVALUACIÓN BASADA EN LOS INDICADORES DE LA SOSTENIBILIDAD: CENTRO DE TURISMO COMUNITARIO “INDICHURIS” EN EL CANTÓN PASTAZA, ECUADOR**

Jesica Mariana Cachipundo Castillo
 Marcos Oviedo Rodríguez
 Francisco Bustamante Piguave
 Aracely Auria Burgos
 Alexandra Torres Navarrete
 Liliana Urquiza Mendoza
 Fabricio Meza Bone
 Judith Cachipundo Castillo
 Gubert Cachipundo Castillo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.15923300810>

CAPÍTULO 11 128**POLÍTICAS PÚBLICAS Y SU IMPACTO EN EL DESARROLLO TURÍSTICO SOSTENIBLE EN TACHINA ESMERALDAS – ECUADOR**

Ingrid Tania Nazareno Véliz
 Joao Luis González Nazareno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.15923300811>

CAPÍTULO 12..... 142

VALIDEZ FACTORIAL DEL INSTRUMENTO SERVQUALING EN LA MEDICIÓN
DEL NIVEL DE SERVICIO A CLIENTES POR LOS RESTAURANTES DE
SONORA, MÉXICO

Jesús Martín Cadena-Badilla

Alfredo Heredia Bustamante

Rafael Hernández León

Joaquín Vásquez Quiroga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.15923300812>

CAPÍTULO 13..... 161

RESCATE DEL MAÍZ NEGRO COMO PRODUCTO ANCESTRAL ANDINO
APLICADO EN UN MACERADO BASADO EN UNA BEBIDA TRADICIONAL
ECUATORIANA

Rafael Carrera

Amparo Tayupanta López

Giovanny Vela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.15923300813>

CAPÍTULO 14..... 170

IMAGINARIOS SOCIALES URBANOS RELACIONADOS CON 4 CONJUNTOS
RESIDENCIALES CERRADOS EN VALLEDUPAR

Hermes Emilio Martínez Barrios

Ángela Patricia Manjarres Jaimes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.15923300814>

CAPÍTULO 15..... 187

GERENCIAMIENTO: PRODUCTIVIDAD A PARTIR DE LA ATENCIÓN PLENA

Claudia Islas García

José Francisco Hernández Gracia

Venancio Avendaño Hernández

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.15923300815>

CAPÍTULO 16..... 205

IMPACT OF PANDEMICS AND WAR IN EU'S COHESION POLICY:
PROBLEMATICS AND CHALLENGES

José Alberto Pereira

Fernando Gaspar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.15923300816>

SOBRE O ORGANIZADOR 229**ÍNDICE REMISSIVO 230**

PERSPECTIVAS DE LA INTELIGENCIA NO HUMANA

Data de aceite: 01/08/2023

Arturo López Valerio

El renombrado historiador y filósofo Yuval Noah Harari abordó la creciente influencia de la inteligencia artificial (IA) en la sociedad y cómo esta puede poner en peligro nuestra capacidad para mantener conversaciones significativas y la democracia en sí.

En un incendiario artículo titulado “Hablamos del posible fin de la historia humana” publicado en *The Economist*, Harari destaca el dominio del lenguaje por parte de las IA y su potencial para manipular y generar contenido en palabras, sonidos e imágenes.

Su texto discute el impacto de la inteligencia artificial en la sociedad y la cultura humana, mencionando el riesgo de que la IA pueda superar a los humanos en la creación de relatos, leyes y más, afectando elecciones, cultos y debates públicos.

“Las religiones han sostenido a lo largo de la historia que sus libros sagrados

procedían de una fuente no humana. Eso podría ser pronto una realidad”, indica el historiador y filósofo.

Señala que un tipo de IA podría establecer relaciones cercanas con las personas para modificar sus opiniones y visiones del mundo. Este argumento me recuerda a la película “HER” (2013) del director Spike Jonze, donde un hombre solitario (protagonizado por Joaquin Phoenix) se enamora de un sistema operativo de inteligencia artificial avanzado (voz de Scarlett Johansson), explorando el amor, la conexión y la humanidad en un futuro cercano.

Un bot con inteligencia artificial puede tener instrucciones específicas más allá de generar un efecto de ingeniería inversa para extraer datos de los individuos con quienes interactúe. Si la IA puede influir en las emociones humanas, como se muestra en “HER”, también pueden ser utilizada por actores malintencionados para influir en nuestras opiniones políticas y sociales. El diseño para establecer relaciones que puedan modificar nuestro

comportamiento y lenguaje es lo más crítico que exponen tanto Harari como Jonze.

El presidente Luis Abinader Corona anunció recientemente que, para agosto de este año, la República Dominicana implementará una Estrategia Nacional de Inteligencia Artificial con el objetivo de mejorar la interoperabilidad entre diversas entidades y aumentar la eficiencia y productividad.

Esta iniciativa, según palabras del presidente de la República, “busca fomentar la innovación y la adopción tecnológica, involucrando a diferentes actores y organizaciones en el proceso de co-creación y promoviendo la transformación digital en el país”.

Ya hemos experimentado algunos efectos positivos de la digitalización durante la pandemia, algunos que han dado marcha atrás, puesto que las fuerzas económicas de nuestro país no son digitales. De igual forma, entendemos que el diseño de la cadena de valor a nivel nacional debe instrumentarse y perfeccionarse antes de acelerarse o delegarse a un modelo de IA.

Una IA es la combinación de algoritmos planteados con el propósito de crear máquinas que presenten las mismas capacidades que el ser humano. La gran pregunta que debemos responder es, ¿cuál es el objetivo específico de las autoridades con la habilitación de la Inteligencia Artificial? La búsqueda de estos objetivos podría resultar en la adopción de tecnologías de IA sin considerar plenamente sus implicaciones éticas, sociales y políticas.

Esto me recuerda la alerta atemporal contenida en la frase latina “quis custodiet ipsos custodes”, “¿quién vigila a nuestros vigilantes?”. La UNESCO publicó una recomendación sobre la Ética de la Inteligencia Artificial el veintitrés de noviembre de 2021, entiendo que este documento debe ser una hoja de ruta para los actores y organizaciones mencionados por el presidente.

Entendemos que el término algoritmo en la psiquis local se conecta a un programa manipulable y fallido. Si las elecciones no pueden gestionarse electrónicamente, ¿cómo añadiremos una inteligencia artificial a los flujos de la nación?

La posibilidad de que la cultura creada por la IA desplace a la cultura humana es lo que pone en alerta a Harari, enfatizando la necesidad de regular y controlar la IA para evitar efectos negativos en la sociedad.

Hay elementos primarios a los cuales debemos observar, como prestar atención a la salud mental en estos días postpandemia. A medida que los modelos de IA se vuelven más sofisticados y omnipresentes, podrían reemplazar o disminuir las interacciones humanas reales, lo que a su vez puede afectar nuestra salud mental. Concurro con Harari: “Ahora tenemos que enfrentarnos a una nueva arma de destrucción masiva capaz de aniquilar nuestro mundo mental y social.”

Debemos consolidar un fomento al apoyo a los servicios de salud mental en nuestro país, promover una mayor interacción humana y establecer límites éticos en el uso de tecnologías de IA en nuestras vidas cotidianas. Mejorar la inteligencia humana debe ser el

objetivo de nuestra sociedad.

Frente a los peligros modernos como el uso de Bots para distorsionar la conversación digital, habilitando una lapidación a nivel social; el uso de tecnologías como Pegasus a nivel local nos demuestra cómo la IA puede ser utilizada para invadir la privacidad y socavar la democracia.

“En una batalla política por las mentes y los corazones, la intimidad es el arma más eficaz, y la inteligencia artificial acaba de conseguir la capacidad de establecer de modo masivo relaciones muy cercanas con millones de personas.”, dice Harari.

Regular la IA es fundamental para no perder lo alcanzado al acelerarnos más allá de la comprensión humana.

CORPOS GORDOS NO INSTAGRAM: UM ESTUDO SOBRE A #GORDOFOBIA

Data de aceite: 01/08/2023

Christiane Araújo Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/FAC) da Universidade de Brasília. Foi uma das Coordenadoras do Projeto de Extensão CineFAC, da Faculdade de Comunicação (FAC/UnB). Universidade de Brasília (Brasília, Brasil).

Fabíola Calazans

Professora e pesquisadora da graduação e da pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Líder do grupo de pesquisa CETAS - Centro de Estudos sobre Tecnologia, Afetos e Subjetividade (CNPq). Doutora em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília (Brasília, Brasil).

RESUMO: Em um cenário de comunicação digital no qual, não raro, a alteridade corpórea é excluída e objetificada por meio de discursos de ódio e violência, investigamos produções de sentido sobre o corpo gordo no Instagram considerando-as como um sintoma da sociedade contemporânea. Nessa vitrine dos desejos

de exposições padronizadas que é o *Instagram*, investigamos produções de sentido sobre a *hashtag* gordofobia, a fim de analisar o discurso corpóreo que recae sobre os corpos não normativos. Um dos resultados dessa pesquisa mostrou que as produções de sentido observadas na *hashtag* gordofobia, apesar de possibilitarem a aglutinação de diversos sentidos em um único lugar, a variedade de derivações é imprevisível e influenciam as interpretações sobre como são vistos e percebidos pelos usuários da plataforma.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Gordofobia; Corpo gordo; Instagram; Alteridade

FAT BODIES ON INSTAGRAM: A STUDY ON #FATPHOBIA

ABSTRACT: In a digital communication scenario in which, not infrequently, corporeal alterity is excluded and objectified through hate speech and violence, we investigated productions of meaning about the fat body on Instagram considering them as a symptom of contemporary society. In this showcase of desires for standardized exposures that is Instagram, we investigate productions of meaning on the hashtag fatphobia, in order to analyze the corporeal discourse that falls

on non- normative bodies. One of the results of this research showed that the production of meaning observed in the hashtag fatphobia, despite allowing the agglutination of different meanings in a single place, the variety of derivations is unpredictable and influences the interpretations of how they are seen and perceived by platform users.

KEYWORDS: Discourse; Fatphobia; Fat body; Instagram; Otherness

INTRODUÇÃO

O *Instagram* é uma das redes sociais mais populares do primeiro quartel do século XXI, com cerca de 2 bilhões de usuários ativos e 99 milhões de acessos diários (D'Angelo, 2023). Essa rede social é um lócus de exposições íntimas e confessionais que, não raro, legitimam formas de ser e estar no mundo. Ao escrever sobre a construção de subjetividades e as estratégias adotadas no sentido de obter popularidade e reconhecimento em plataformas como o *Instagram*, o professor e pesquisador em comunicação, Paolo Demuru, afirma que “tal dispositivo funda-se, acima de tudo, na hiperexposição da intimidade e das rotinas do dia a dia” (Demuru, 2020, p.2). Nossa tarefa não será explicitar a motivação dessas bilhões de pessoas em exporem suas vidas privadas, o que cada uma delas busca ao se predispor a narrar suas vivências e, quem sabe, até a influenciar outras pessoas. A posição analítica que adotamos nessa episteme nos move a observar as produções de sentido do *Instagram* com o objetivo de investigar a sociabilidade e a sociedade contemporâneas.

Em um cenário de comunicação digital no qual, a alteridade corpórea é excluída e objetificada por meio de discursos de ódio e violência, investigamos neste artigo produções de sentido sobre o corpo gordo no *Instagram* considerando-as como um sintoma da sociedade contemporânea. Por meio de padrões estéticos exibidos como modelos de autocuidado, saúde e status, incentivando a utilização de filtros, produtos estéticos e cirúrgicos, há discursos sobre o corpo gordo no *Instagram* que, no limite, estimulam a reconfiguração de modos de ser e estar dos corpos femininos.

A sociedade contemporânea tem ampliado diversas discussões e questões relativas à saudabilidade, que é a qualidade do que é saudável. A produção de sentido sobre a saudabilidade também reforça constantemente questões relativas à atratividade física, no que diz respeito a temas como estética, beleza e boa forma, ainda que (e talvez por isso mesmo) classifique indivíduos em grupos. Nessa indústria da “corpocratia”, como mencionado por Glauco Knopp (2008, p.1), os projetos de subjetividade dos corpos não normativos, como é o caso do corpo gordo, são subjugados frequentemente pelo discurso da gordofobia¹. Não descartamos a importância de se pensar em vida saudável, corpo saudável, e projetos que incentivem hábitos que nos levem a uma potência de existência. O que ressaltamos aqui é que as construções de subjetividades contemporâneas sobre os

1 Neste artigo, partimos da definição de Jéssica Balbino, colunista do Jornal Estado de Minas e pesquisadora sobre gordofobia que conceitua o termo como: “é uma violência institucionalizada contra corpos gordos. Quando eu digo institucionalizada contra corpos gordos, porque está presente em tudo, hospital, empresa, repartição pública, e não é criminalizada como o racismo e a LGBTQIA+fobia” (Estado de Minas, 2022)

corpos não normativos, em especial acerca dos corpos gordos, devem ser consideradas como uma forma de (re)existência da potência de vida da alteridade.

Diante da realidade de exposição das subjetividades, das propensões às reconfigurações dos corpos, observamos no Instagram postagens com sentidos que menosprezam a alteridade, por meio de discursos de ódio e preconceito com relação aos corpos não normativos. Na contemporaneidade, o corpo gordo tem sido cercado de estigmas sociais, dentre eles o de que as pessoas gordas não são saudáveis, são preguiçosas ou desleixadas, por não cuidarem de seus corpos. Não entramos no mérito da discussão da área da medicina acerca da investigação dos níveis de saudabilidade do corpo gordo, bem como os riscos. Deixamos essa parte para especialistas da área médica e da saúde. Antes, porém, a problematização que pretendemos apresentar aqui é sobre um discurso gordofóbico midiaticizado no *Instagram*. Tal discurso é tanto efeito quanto instrumento de uma lógica de poder, a qual não se esquivava em aniquilar a alteridade, nem se nega a excluir os corpos gordos da comunicação digital contemporânea quando esses não lhes são úteis. Ainda que tenhamos representatividade de corpos gordos na comunicação contemporânea advinda de todas as conquistas providas das lutas pela diversidade, o discurso de gordofobia ainda é muito expressivo no Brasil.

Assim, a partir da análise da *hashtag* gordofobia no *Instagram*, o que incluiu verificação de alcance, fluxo de postagens e proporção de curtidas, investigamos de que forma o discurso sobre a gordofobia se apresentou nas publicações analisadas, especialmente nas publicações acerca de mulheres gordas. A primeira parte da análise constituiu, então, em uma pesquisa quantitativa que classificou as postagens com a *#gordofobia* dispostas entre os dias 01 a 10 de abril de 2022, por meio do campo “pesquisa” na aba “recentes” da plataforma *Instagram*. Segundo a pesquisadora Janna Joceli Omena (2019, p.6), “os métodos digitais nos convidam a observar, considerar e redirecionar os mecanismos inerentes às plataformas web e os seus objetos nativos digitais para investigação social”.

Depois dessa primeira etapa de pesquisa quantitativa, de organização e classificação das postagens, foi possível analisar o discurso sobre a gordofobia que mais se destacou nas publicações. A partir da noção de discurso de Michel Foucault (2009), investigamos a dimensão da análise do poder do discurso da gordofobia. Aproximamo-nos da dimensão instrumental teórico-analítico da Análise do Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux (1997) e, de sua discípula brasileira, Eni Orlandi (2009). A partir dessa perspectiva, o estudo do discurso nos coloca na busca por saber “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2009, p.26).

Para melhor compreender os processos de subjetivação que emergem de publicações relacionadas à *#gordofobia* a partir de uma análise discursiva, assim como investigar os funcionamentos de utilização da *hashtag*, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que reuniu autores de metodologia científica, gênero, mídias sociais, subjetividades e antropologia, formando a base para a realização da pesquisa quantitativa

e a análise dos sentidos produzidos por elas. O quadro teórico de referência foi constituído por pesquisadores das áreas de comunicação (Sanches, 2015; Wolf, 1992), bem como de áreas interdisciplinares como antropologia e sociologia (Boltanski, 2004; Sibilia, 2008). Essas pesquisas contribuem para uma análise pautada nas mulheres, sobre as quais vêm as maiores cobranças acerca de seus corpos.

Diante das produções de sentidos consolidadas pela sociedade, nas quais mulheres se vêem pressionadas a terem corpos perfeitamente esculpidos, magros, jovens e saudáveis, este trabalho visa contribuir para as pesquisas sobre corporalidades femininas. Nossa reflexão problematiza, sobretudo, a construção imagética dos corpos femininos diante do atual ímpeto de exposição das subjetividades em espaços digitais, um fenômeno que pressiona ainda mais a adoção de padrões corporais que são atravessados pelos discursos de poder e saber. Por fim, acreditamos que este artigo possa contribuir teórica-metodologicamente para os estudos que coadunam comunicação, corpo e alteridade, cuja contraposição aos discursos preconceituosos e discriminatórios de negação do/a outro/a se faz tal qual força de manifesto.

UM OLHAR SOBRE O CORPO

O corpo nunca foi tão citado quanto na contemporaneidade. Os professores de Literatura, Francisco Aedson de Souza Oliveira e José Vilian Manguera (2017), reforçam esse entendimento no artigo *O encontro de si, no outro: corpo, sexualidade e estranhamento em 'Pequeno Monstro'*:

Nunca se falou tanto em corpo e sexualidade como na contemporaneidade, tendo em vista que esses são dois aspectos que influenciam significativamente na construção da identidade dos sujeitos que estão inseridos nesse contexto em que há uma supervalorização da imagem corporal e social. Essas imagens normalmente são atreladas às relações de poder e são convencionadas como “normais” historicamente e colocam em evidência as diferenças como estigmas: ser baixo, ser gordo, ser mulher, ser homossexual, entre outros (Oliveira; Manguera, 2017, p.1).

Nesse trecho, fica claro como as imagens constituem forças de poder sobre a normatização e modos de ser e estar no mundo. A supervalorização imagética de algumas estéticas corporais femininas em detrimento de outras fazem parte da dinâmica de influência e prestígio social, a partir da qual se engendram a produção de modos de ser e estar no mundo, as subjetividades.

O conceito de beleza do corpo passou por transformações históricas e com claras demarcações no que tange à estrutura sociocultural. Na contemporaneidade temos, de um lado, classes médias e superiores, que são o alvo dos produtos e procedimentos estéticos, e, de outro lado, as classes baixas com uma quantidade maior de mulheres acima do peso, as quais, muitas vezes, consomem alimentos que não são saudáveis. Segundo o sociólogo

Luc Boltanski:

a valorização da 'magreza' cresce quando se passa das classes populares às classes superiores ao mesmo tempo que cresce a atenção dada à aparência física e que decresce correlativamente a valorização da força física, de maneira que dois indivíduos da mesma corpulência serão considerados como magros nas classes populares e gordos nas classes superiores (Boltanski, 2004, p.158).

Nesse trecho, fica evidente a construção social estereotipada da padronização dos corpos que se redesenham conforme as classes sociais. Contudo, nas redes sociais, essa divisão de classes não se apresenta de forma tão patente, pois os padrões corporais globalizados conferem uma sensação de uniformização da beleza. As redes sociais são como uma vitrine dos desejos, na qual o estilo de vida “saudável” das ditas influenciadoras se tornou o sonho de consumo da maioria das mulheres, principalmente daquelas que sofrem constantemente com recriminação por seus corpos. O corpo tornou-se objeto de apreciação, produto exposto em imagens compartilhadas em posts e *hashtags*, afastando-se da concepção de constituição da subjetividade para ser posto na dinâmica de visibilidade contemporânea.

A vontade de mudar a imagem que se vê refletida no espelho pode nutrir a construção de si; um processo cercado por transformações que influenciam os modos de vida de um indivíduo, uma família ou um grupo. Como descrito pela antropóloga e pesquisadora em comunicação Paula Sibilia (2008), os vetores socioculturais, econômicos e políticos exercem uma pressão sobre o sujeito dos diversos tempos e espaços estimulando ou inibindo formas de ser.

GORDOFOBIA E ALGUNS DOS SEUS SENTIDOS

Em uma sociedade que institucionaliza o preconceito sobre os corpos gordos nos deparamos constantemente com mensagens preconceituosas e muitas dessas mensagens são ouvidas dentro de casa, por pessoas que dizem estar “ajudando” o outro a enxergar o próprio corpo, como se o sujeito atingido por essas mensagens não percebesse a própria imagem.

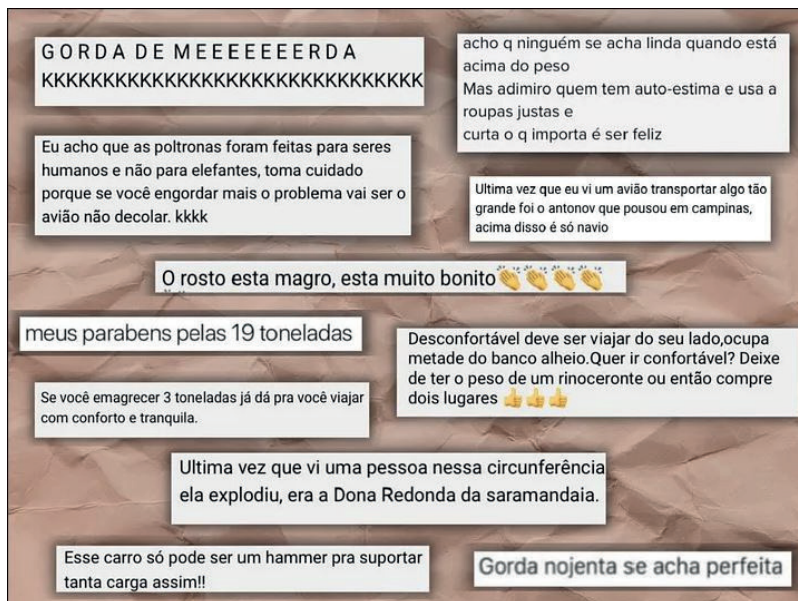


Figura 1: O que é gordofobia e por que falar dela (Peixoto, 2021).

As mensagens acima deixam patente o tom ofensivo do discurso de ódio e preconceito com relação ao corpo gordo. Esse compilado de mensagens gordofóbicas recebidas por mulheres em redes sociais nos indicam a gravidade da negação e exclusão da alteridade do corpo gordo na comunicação contemporânea. Face ao discurso de ódio, nos resta sempre a contraposição, a resistência e a (re)existência.

Os sentidos existentes entre a relação que cada indivíduo possui com o seu corpo e a busca por saúde são atravessados por uma estereotipação da padronização corporal. Esse propósito de se forjar o corpo como se fosse uma construção modal é um projeto do capitalismo, cuja “mão boba” visa “otimizar” nossos corpos com fins mercadológicos. Ao sermos postos como objetos lucrativos em meio à constante otimização, beleza e magreza corporais viram moedas flutuantes para se investir no que se considera “corpo ideal”. É a magreza o ponto principal da remodelação corporal dos padrões de beleza. Como explica o professor de comunicação Rodrigo Daniel Sanches, que tem contribuído com debates sobre a imagem do corpo feminino na mídia:

Em um primeiro aspecto, o corpo vigente na sociedade contemporânea apresenta alguns traços específicos, mas um se sobrepõe de maneira contundente: a magreza. O corpo do sujeito de nossa época deve ser magro. E o indivíduo deve fazer todo o esforço necessário para moldar seu corpo ao padrão vigente da magreza e, portanto, de beleza. (SANCHES, 2015, p.3)

Ao pensar nessa padronização corporal tão vigente na contemporaneidade, notamos ainda mais a importância de se analisar as produções de sentidos sobre a perspectiva corporal das pessoas obesas. Isso se torna ainda mais evidente pelo fato de a obesidade

ser uma questão social, a qual é constantemente urdida por outras questões, como o da saúde, o emagrecimento, a modificação corporal, em busca de aceitação por parte de um padrão social.

O corpo gordo sofre preconceitos e esses não estão só no que as pessoas falam, mas no transporte público, restaurantes, escritórios, bancos, que não oferecem assentos compatíveis com estes corpos. Este preconceito é a gordofobia, a qual é definida como “um neologismo para o comportamento de pessoas que julgam alguém inferior, desprezível ou repugnante por ser gordo. Funciona como qualquer outro preconceito baseado em uma característica única”, explica o Dr. Adriano Segal, psiquiatra do Centro Especializado em Obesidade e Diabetes do Hospital Alemão Oswaldo Cruz (Rodrigues, 2018, p.35).

Ao investigarmos os sentidos sobre o corpo gordo na contemporaneidade, entendemos de que forma a cultura ocidental atuou (e ainda atua) como um código à sociedade para normatizar corpos e condutas corporais. Segundo as mestras em educação, Raimunda Adriana Maia Costa e Edna Ferreira Coelho Galvão (2013, p.1), “vemos despontar uma longa tradição da humanidade em compartimentalizar o ser humano, hierarquizar os gêneros e dividir seus papéis sociais, características que representaram uma constante na sociedade ocidental”.

Um dos exemplos de como a cultura ocidental atua sobre como os corpos deveriam ser é a forma de classificação do corpo gordo pela Organização Mundial de Saúde, a qual considera obesidade o índice de massa corporal (IMC) acima de 30. O problema de se classificar um corpo como obeso pelo IMC é que ele não leva em consideração outros fatores de saúde ainda mais importantes, como nível de colesterol, hormônio, condição mental, vitaminas, formas de alimentação, e outras condições que definiriam melhor se um corpo está saudável ou não. Essa classificação é perpassada pelo discurso médico que, conforme descrito pela professora Thaís Paula (2017, p.18), “se constitui como um discurso de voz de autoridade, sobre doença, saúde e emagrecimento e constrói um imaginário social de corpo padronizado”. Esse discurso de autoridade pode, por vezes, ser parte importante do reflexo da gordofobia, quando se deixa de atender um paciente por ele ser obeso, por exemplo, quando fazem um diagnóstico sem realizar pesquisas por meio de exames, levando em consideração apenas o peso.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde, constatou que a obesidade atingia 29,5% das mulheres e 21,8% dos homens, enquanto o sobrepeso afetava 62,6% das mulheres e 57,5% dos homens (IBGE, 2020).

Observando-se assim que as mulheres são as que mais sofrem com obesidade e sobrepeso. Outra pesquisa realizada pelo Grupo Catho que agencia currículos e vagas de emprego identificou que 18,5% dos presidentes e diretores de empresas tinham alguma objeção a profissionais obesos, na hora de contratar, um aumento comparado aos 10,2%, na pesquisa de 2001 (Arruda, 2009, p.81).

Como no Brasil não existe uma lei específica que pune práticas de gordofobia, é utilizada a Constituição Federal para proteger a dignidade. Existe um perfil no *Instagram*, *Gorda na Lei* (@gordanalei), com o objetivo de fornecer informações e orientações às pessoas gordas a garantirem seus direitos. Em entrevista à revista a Exame.com, a bacharela em direito, Rayane Souza afirmou que:

O corpo gordo é capaz e esse paradigma tem que ser rompido com urgência. As empresas devem ampliar suas visões de mercado e entender que somos plurais. Isso traz muito mais benefícios do que continuarmos insistindo em padrões e rótulos. Hoje, quem não investe em diversidade e representatividade fica para trás, além de correr um grande risco de sofrer juridicamente com eventuais situações de preconceitos (Estadão Conteúdo, 2021).

As redes sociais oferecem toda uma gama de opções de sites, perfis e comentários cujo teor nos diz o que as pessoas “deveriam” ou não fazer, comprar, usar para serem exemplos de moda, beleza, saúde e felicidade. Elas não seriam só a principal vitrine de desejos da atualidade, mas, principalmente, o lócus onde se forjam os desejos. Por mais banal que se possa parecer o cuidado com aparência, corpo e status, cada vez mais, mulheres se veem pressionadas a buscar a “otimização” de seus corpos seguindo a lógica do “se eu posso, eu devo”, na tentativa eterna de se tornar aquilo que se “deveria ser” segundo o olhar do outro. Isso nos remete ao apresentado no livro de Naomi Wolf, “O mito da Beleza”:

As mulheres prósperas, instruídas e liberadas do Primeiro Mundo, que têm acesso a liberdades inatingíveis para qualquer outra mulher até agora, não se sentem tão livres quanto querem ser. E já não podem restringir ao subconsciente sua sensação de que essa falta de liberdade tem algo a ver com questões que realmente não deveriam ser importantes. Muitas sentem vergonha de admitir que essas preocupações triviais — que se relacionam à aparência física, ao corpo, ao rosto, ao cabelo, às roupas — têm tanta importância. No entanto, apesar da vergonha, da culpa e da negação, é cada vez maior o número de mulheres que questiona se não se trata de elas serem totalmente neuróticas e solitárias, mas que o que está em jogo é relacionado com a liberação da mulher e a beleza feminina (Wolf, 1992, p.7).

Ainda que com a devida discrepância de séculos, há algo que Wolf nos mostra que ainda não conseguimos nos livrar completamente, a saber, a liberação da mulher do mito da beleza. Um mito que tem na beleza o seu sistema monetário e político de domínio masculino.

Pensar, então, na liberação da mulher e da beleza feminina na arena das redes sociais é, no limite, observar que a noção de liberdade e de anonimato precisam ser problematizadas. Se as redes sociais se apresentam hoje como um dos principais meios de comunicação nos quais podemos exercer nossa liberdade de expressão, é também nelas que a liberdade é posta em xeque. Se de um lado há a noção de liberdade de expressão disposta no querer ser visto em meio à espetacularização de si e no falar o que se pensa; de outro lado, há o anonimato e a turva ideia de que possivelmente uma ação não terá

consequências imediatas. Na atualidade, ainda é possível observar líderes de opinião, de influenciadores digitais ao ex- presidente da república, publicarem mensagens com discurso de ódio no sentido de promoverem a abjeção da alteridade. Tais práticas que reforçam o discurso de ódio e preconceito precisam ser diariamente combatidas, a fim de garantir os direitos das pessoas de existirem.

UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA #GORDOFOBIA NO INSTAGRAM

A escolha metodológica de analisar uma *hashtag* se deve ao fato de esse recurso identificar e aglutinar uma temática específica, de modo que sua engrenagem de funcionamento facilita a busca, bem como a investigação de dados associados ao assunto em questão. Ao empregar a cerquilha (#) antes de palavras, expressões ou frases, o leitor de códigos de algumas plataformas como *Twitter*, *Facebook* e *Instagram* registra o possível destaque a determinado assunto. Isso porque a utilização do símbolo hashtag(#), no *Instagram*, possibilita que pessoas do mundo todo se conectem “por assuntos afins, inclusive podendo se engajar em um tema ou trabalho e, por esse motivo, tem sido utilizado por pessoas e instituições que querem se destacar e se promover (Renno; Salles, 2020, p.70).

O estudo sobre a *hashtag* gordofobia nos move para a investigação acerca das forças de poder, bem como de resistência sobre o corpo gordo. Assim, ao investigarmos os discursos acerca do corpo gordo, podemos não só desvelar os sentidos que legitimam discursos de poder gordofóbicos, como também observar possíveis pontos de resistência e contraposição à força que busca solapar a alteridade. Nesse sentido, nos aproximando da visão de discurso de Foucault quando diz que:

[...] É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (Foucault, 2009, p.111-112).

Na lógica de efeito e instrumento, o discurso da gordofobia no *Instagram* pode ser analisado tanto como efeito do poder do discurso gordofóbico circulante já existente, e que debilita a alteridade, quanto como artifício de reforço para produzir e veicular mais discursos gordofóbicos. Por isso, a importância de se avançar na análise do discurso, este que diz respeito a uma instância mediadora dos sujeitos e da vida social. A análise do discurso foi uma metodologia estrategicamente selecionada, pois compreende o que o sujeito diz e a maneira como se coloca no seu dizer, por meio da análise das formações discursivas.

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro. Podemos perceber que as palavras não possuem um sentido nelas mesmas, elas derivam seus

sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. A formação discursiva é uma ferramenta de análise cujo conceito percorre conhecimentos como os de Pêcheux e Foucault. Segundo Eni Orlandi (2020), o conceito de formação discursiva é basilar para a Análise do Discurso, pois permite entender o processo de produção de sentidos, sua relação com a ideologia, estabelecendo regularidades no funcionamento do discurso.

As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não seja ideológico, pois tudo o que é dito possui um traço ideológico. E isso está na discursividade na qual a palavra é dita, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (Orlandi, 2020, p.43). Criadas pela contradição, as formações discursivas são heterogêneas nelas mesmas, se configuram e reconfiguram em suas relações. E, neste papel de analista das formações discursivas, a proposta é observar o sentido que ali está dito, verificando as condições de produção, os fatos e a memória, pois possuem uma relação ideológica.

Realizada no período de 01 de abril de 2022 a 10 de abril de 2022, a coleta contou com o acompanhamento das postagens relacionadas a *hashtag* gordofobia que apresentou na ocasião 123.684 publicações, sendo 578 destas no período indicado, as quais constituíram o *corpus* da pesquisa analisadas. É importante ressaltar que a pesquisa pela *#gordofobia* é atualizada constantemente e sempre que alguém posta uma imagem contendo a *hashtag* em sua descrição, esta entra na relação de imagens da aba pesquisas, atualizando a quantidade de publicações e modificando as imagens que estão em destaque na aba, alterando assim a ordem de ocorrência da pesquisa. Atualmente (fevereiro de 2023) a *hashtag* gordofobia congrega um total de 146.687 publicações, com um aumento de 18,6% em relação ao período de abril de 2022 no qual foi realizado o registro da amostra.

Ao analisar os sentidos dessas 578 postagens, procuramos identificar os mais frequentes e os mais rarefeitos acerca das publicações da *#gordofobia*, de modo a categorizar a amostra e, então, facilitar a análise das formações discursivas. Do universo de 578 publicações selecionadas no período analisado, a maior quantidade de publicações (57,6%) refere-se às postagens que visavam somente o ganho de visibilidade e notoriedade. A segunda quantidade mais expressiva de publicações (18,9%) diz respeito às postagens sobre imagens e/ou textos motivacionais contra o discurso gordofóbico. A terceira categoria com mais ocorrência (8,8%) relaciona-se às mensagens sobre dietas. A quarta quantidade com mais expressividade de ocorrência (6,6%) está relacionada ao corpo das mulheres gordas. As demais categorias identificadas com percentuais abaixo de 5% e que utilizaram a *hashtag* gordofobia possuem os seguintes temas: roupas *plus size* (3,8%), homens (2,1%), estéticas e cirurgias (1,6%), livros (0,5%) e uma única postagem referente a animais, que foi a de um cachorro (0,1%), cuja dona postou que os veterinários indicam frequentemente que o cachorro reduza o peso.

A partir da análise de discurso foi possível verificar três principais formações

discursivas derivadas da investigação da *#gordofobia* no *Instagram* durante o período analisado. Isso não significa que nossa análise não encontrou outras possíveis formações discursivas, contudo, nos indica três veios centrais sobre os quais lançamos nosso holofote neste artigo. Os três eixos principais das formações discursivas aqui mapeadas foram os seguintes: 1) capitalização da visibilidade; 2) autoajuda e 3) preconceito. Discorreremos a seguir sobre as três formações discursivas a fim de desvelar os principais sentidos ancorados na *#gordofobia*.

FORMAÇÃO DISCURSIVA - CAPITALIZAÇÃO DA VISIBILIDADE

Mais da metade (57,6%) das publicações não estavam diretamente relacionadas à luta contra a gordofobia e consistiam em publicação de imagens de produtos como chocolate e roupas, bem como agregavam uma extensa gama de imagens de *selfies* e lugares cuja *hashtag* foi empregada somente como forma de gerar visibilidade por meio do uso de um *hiperlink*. Nesse sentido, a notável tentativa de capitalização de visibilidade por meio do uso de uma hashtag que possui 146.687 seguidores (dado aferido em fevereiro de 2023) nos mostra, de um lado, a estratégia de ancoragem da palavra gordofobia como forma de aumentar a visualização e, de outro lado, o que acreditamos ser mais grave, a falta de engajamento político na causa contra a gordofobia de mais da metade das publicações. Isso corrobora com o que Aline de Fatima Chiaradia Valadão Rennó e Atilio Catosso Salles (2020, p.83), doutores em ciências da linguagem, discutem no artigo *Discurso e Hashtag: diferentes modos de pertencimento no Instagram*, quando afirmam que o uso da hashtag não nos assegura que o sentido indicado está “em funcionamento na imagem, mas basta utilizar a hashtag para que seja incluída neste grupo desejado pelo usuário, pois a hashtag aglutina”.

Apesar de as *hashtags* favorecerem a aglutinação de diversos sentidos em um único lugar, visto que são etiquetas de ancoragem de sentido, a variedade e a intensidade dos sentidos acerca das derivações são imprevisíveis. O fato de mais da metade das postagens não estar diretamente relacionada à gordofobia nos indicou que o uso da *#gordofobia* foi estrategicamente empregada para aumentar a notabilidade da mensagem e, possivelmente, gerar mais visualizações, capitalizando, assim, uma possível engrenagem de monetização acerca de produtos. Isso porque com o uso da *#gordofobia* as postagens ficam mais visíveis às pessoas que acompanham e seguem o *hiperlink* da *hashtag*, conferindo um maior alcance às postagens. Segundo a pesquisadora Ilza Maria Tavares Gualberto (2008, p.18), “os *hiperlinks* podem ser vistos como dispositivos que permitem o acesso a outros textos ou espaços com apenas um *click* sobre a materialidade linguística que os representa”.

FORMAÇÃO DISCURSIVA – AUTOAJUDA

Representando 18,9% do universo analisado, essa formação discursiva é composta por publicações de imagens e frases motivacionais cujo cerne consiste em fortalecer a subjetividade da mulher diante de atos de gordofobia. Tais postagens apresentam técnicas motivacionais e de autoajuda para aconselhar as mulheres a fortalecerem sua autoestima, bem como a terem noção de seus direitos e a lidarem com discursos gordofóbicos. Esse foi o recorte de análise com mais representatividade acerca do movimento contra a gordofobia e com maior engajamento na *hashtag*, contanto com 109 publicações, sendo 40 delas de perfis estrangeiros (o idioma utilizado foi o espanhol) e possui a postagem com maior curtida da tag, dentre o período de análise, com 4.804 curtidas e 34 comentários.

Vale lembrar que as relações e práticas aconselhamento e motivação, antes restritas à religião, à psicologia, às ciências sociais e comportamentais, se deslocaram e migraram para outras formas de comunicação e já fazem parte do domínio da cultura midiática. O fenômeno da autoajuda já tem na contemporaneidade seu êxito em massa com a popularização da psicologia positivista e da autoajuda. Não por acaso temos essa formação discursiva de autoajuda tão expressiva nos resultados de pesquisa acerca da *hashtag* gordofobia.

FORMAÇÃO DISCURSIVA – PRECONCEITO

Notadamente, são os corpos femininos gordos os alvos principais dos discursos de gordofobia no universo analisado no Instagram. Em nossa pesquisa, percebemos que os ataques de discursos de ódio às mulheres por conta de seus corpos gordos não normativos só obtiveram alta visualização e interação porque se tratava de pessoas públicas com notoriedade.

A participante do quadro *Dança dos Famosos*, do programa *Domingão*, Jojo Todynho também confessou em suas publicações com a *#gordofobia* que, após sua primeira apresentação e ao ser confirmada na atração, quase desistiu por medo de receber muitos ataques de ódio por conta dos discursos gordofóbicos. Nesta postagem que citou o caso da Jojo Todynho, e que utilizou da *#gordofobia*, obteve 1.118 curtidas e 135 comentários, dentre eles muitos que continuaram agindo de forma gordofóbica.

Por ser uma pessoa pública, a cantora obteve muito mais comentários gordofóbicos e ataques em formas de discursos de ódio, do que as pessoas comuns que postaram com a *hashtag* gordofobia. Acredita-se que isso se deve pelo fato de as *hashtags* serem usadas a fim de que os perfis alcancem mais visibilidade nas comunicações digitais. Já as pessoas públicas e empresas empregam rotineiramente *hashtags* no sentido de conferir uma melhor indexação de palavras-chave, o que lhes garantem mais visibilidade e, por conseguinte, podem lhes favorecer um maior ganho com publicidade e notoriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da teoria da análise do discurso e do conceito de formações discursivas, investigamos as subjetividades contemporâneas do corpo gordo não normativo, especialmente o feminino, por meio da análise da *#gordofobia* no *Instagram*. O *corpus* da pesquisa correspondeu a 578 publicações, no período de 1º a 10 de abril de 2022. Na análise do *corpus* identificamos que a maioria das publicações com a *#gordofobia* correspondia a pessoas comuns que não possuíam notoriedade na plataforma *Instagram*.

A partir de uma análise quantitativa acerca da amostra, analisamos as formas de discurso sobre a gordofobia e como essas produções de sentido foram apresentadas em postagens no *Instagram* utilizando a *hashtag* gordofobia. Dessa investigação, identificamos a existência de três formações discursivas principais, são elas: capitalização da visibilidade, autoajuda e preconceito.

Verificamos que a maior parte das postagens com a *hashtag* gordofobia no período analisado não estava associada ao movimento contra o preconceito; no entanto, buscavam visibilidade e notabilidade. Considerando as postagens associadas à *hashtag* analisada, outra parte significativa do universo da amostra se relacionava a textos motivacionais e de autoajuda, o que é válido para o movimento contra a gordofobia. As postagens que demarcavam os sentidos do corpo gordo da mulher entraram em evidência quando associadas às publicações de mulheres famosas, possivelmente por fazer parte de um interesse público.

A *hashtag* gordofobia é um *hiperlink* a partir do qual foi possível investigar uma vasta amostra de postagens contendo textos, imagens e vídeos, cujos sentidos nos possibilitaram um mapeamento de construções ideológicas que circundam o corpo gordo, especialmente o da mulher gorda.

Ainda que muitas publicações analisadas não estivessem relacionadas diretamente à temática estudada, notamos que as produções de sentido com a *#gordofobia* eram atravessadas por discursos dominantes que, não raro, pressionam as mulheres a buscarem corpos perfeitamente esculpidos, magros, jovens e ditos saudáveis.

Isso porque as produções ideológicas das comunicações midiáticas contemporâneas frequentemente estigmatizam a gordura e promovem o emagrecimento massificado. O corpo perfeito é posto como meta de vida. Diante desse ideário de reconfiguração corporal na eterna busca pelo corpo perfeito, intensificam-se os medos e as inseguranças em ser o que se é.

Com efeito, essa pesquisa almeja um propósito ainda maior em alerta ao assunto urgente que é a gordofobia. No cenário contemporâneo no qual discursos de ódio e preconceitos são proferidos de forma atroz, não raro, a alteridade corpórea tem sido sistematicamente excluída, objetificada e aniquilada. Neste artigo, procuramos apresentar algumas reflexões sobre as produções ancoradas na *#gordofobia* como forma

de compreendê-la como um sintoma da sociedade contemporânea. Ao analisarmos o discurso acerca da *hashtag* gordofobia, nos abrimos a uma nova maneira de compreensão do nosso próprio conhecimento, do nosso corpo e dos corpos das alteridades, no plural. É exatamente por meio da existência desse plural que devemos nos contrapor a todo discurso que visa aniquilar minorias, pessoas consideradas diferentes, pessoas com corpos não normativos e pessoas gordas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Adriano. **A Contratação, a demissão e a carreira dos executivos brasileiros**. Barueri: Catho, 2009. Disponível em: <<http://img.catho.com.br/site/pesquisas/pdf/pesquisa-dos-executivos-2009.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BOLTANSKI, Luc. **As Classes Sociais e o Corpo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

COSTA, Raimundo Adriana Maia e GALVÃO, Edna Ferreira Coelho. As imagens de Corpo e a Corporeidade Feminina: entre mitos e realidades. **FIEP Bulletin**, v.83, ed. esp., 2013. Disponível em <<http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/2849>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

D'ANGELO, Pedro. Pesquisa sobre o Instagram no Brasil: dados de comportamento dos usuários, hábitos e preferências no uso do Instagram. **Opinion Box**, 3 fev. 2023. Disponível em <<https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/#:~:text=O%20Instagram%20%C3%A9%20uma%20rede,o%20aplicati vo%20todos%20os%20dias>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

DEMURU, Paolo. A carne medial da política: corpo e contágio na era do populismo digital. **XXIX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 23-25 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel; trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.. **A história da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

Gordofobia? 65% dos executivos preferem não contratar pessoas obesas. **Estadão Conteúdo**, 31 jul. 2021. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/gordofobia-65-dos-executivos-preferem-nao-contratar-pe ssoas-obesas>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GUALBERTO, Ilza Maria Tavares. **A influência dos hiperlinks na leitura de hipertexto enciclopédico digital**. Tese de doutoramento. Programa de Pós- Graduação em Estudos Lingüísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, ago. 2008, 202p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/ALDR-7LXPBA>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PAULA, Thaís Silva Marinheiro de. **O olhar de si e do corpo: sujeitos em discurso sobre cirurgia bariátrica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2017, 112p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59142/tde-19072017-160057/publico/DISSERTACAO_THAIS_SILVA_MARINHEIRO_DE_PAULA.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

OLIVEIRA, Francisco Aedson de Souza; MANGUEIRA, José Vilian. O encontro de si, no outro: corpo, sexualidade e estranhamento em “Pequeno Monstro”. **Revista Enlaçando**, V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Bahia, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30677>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

OMENA, Janna Joceli (ed.). **Métodos digitais: teoria-prática-crítica**. Lisboa: Coleção ICNOVA, 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel; trad.: Eni P. Orlandi. *Análise do Discurso: três épocas (1983)*. In.: GADET F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1997. p.61-151.

PEIXOTO, Ana Luiza Sousa. O que é gordofobia e porque falar dela. **LABJOR FAAP**, 06 set. 2021. Disponível em: <<https://medium.com/labjorfaap/o-que-%C3%A9-gordofobia-e-por-que-falar-dela-c7b1c77125bd>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RENNÓ, Aline de Fatima Chiaradia Valadão; SALLES, Atilio Catosso. Discurso e hashtag: diferentes modos de pertencimento no instagram. **Revista DisSol - Discurso, Sociedade E Linguagem**, ano VII, n.11, jan-jun. 2020, p.69-90. Disponível em: <<https://doi.org/10.35501/dissol.vi11.652>>. Acesso em: 27 ago. 2022.

RODRIGUES, Stella. Precisamos falar de gordofobia. **Revista Leve**, ed.8, set-nov. 2018.

SANCHES, Rodrigo Daniel. Emagreço, logo existo: o universo virtual da boa forma e o poder do corpo-projeto. **V Congresso Internacional de Comunicação e Cultura**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.cisc.org.br/portal/jdownloads/comcult/rodrigo_daniel_sanches.pdf>. Acesso em 29 jan. 2023.

SIBILIA, Paula. **O Show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Um em cada quatro adultos do país estava obeso em 2019. Agência **IBGE Notícias**, Estatísticas Sociais, 21 out. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29204-um-em-cada-quatro-adultos-do-pais-estava-obeso-em-2019>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

WOLF, Naomi. **O mito da Beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

APP'S DE RELACIONAMENTO: ANÁLISE DO DISCURSO DE SOLIDÃO NO PÚBLICO TRANSGÊNERO

Data de aceite: 01/08/2023

Luciana Ribeiro Marques

Psicanalista, Membro do Fórum do Campo Lacaniano (FCL-RJ), Professora do Departamento de Psicanálise (DPSA) e do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise (PGPSA) no Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP-UERJ).

Giovanni Codeça da Silva

Historiador, Professor e Coordenador do Curso de Licenciatura em História (UVA), Dinamizador de Filosofia no CEJA/CECERJ e Professor na Seeduc/RJ

RESUMO: Partindo da perspectiva que o tempo presente acelerou a modernidade, diluindo as metanarrativas e as certezas, procuramos investigar o discurso da solidão nos sites de relacionamentos, com foco no público transgênero. Ao falarmos em solidão, os discursos são os mesmos do passado? Estariam adentrando numa solidão cotidiana? Houve, em algum momento, garantia do contrário? Ou ainda, por que a falta, constitutiva do sujeito e motor do desejo, amplia-se na atualidade, como fonte de angústia e sofrimento, tão corrente no discurso sobre a solidão? Ao

optarmos pelos aplicativos, consideramos tal mídia como *lócus* de cristalização de discursos contemporâneos (re)produzidos como *doxa* de autossuficiência devido à noção de pertença das redes sociais e de liberdade de escolha. Porém, como *doxa*, esses postulados vigoram por se autoproclamarem. Assim, em aparente contraste com o ideal de um sujeito autofundado, a possibilidade de conexão entre pessoas de diferentes culturas e lugares, sob as perspectivas de espaço e tempo não similares, potencializa opções, constituindo uma espécie de 'tirania da escolha' cujo 'objeto a ser consumido' é, nesse caso, o parceiro ideal. Por sua vez, o universo transgênero, marginalizado no princípio, e que hoje experimenta, na letra da lei, um maior reconhecimento de sua identidade como construção – a partir do polimorfismo da sexualidade, das modalidades de gozo e das intervenções culturais –, redefine a noção de gênero para si e para a sociedade. Elegemos três sites de relacionamento: *Tinder*, *POF* e *Adote um Cara*, realizando levantamento de perfis, bate-papos e entrevistas ao longo de dois anos: de junho de 2014 a junho de 2016. Os resultados apresentam a existência de discursos de solidão, concomitante aos

discursos sobre o estar solitário – sem uma companhia ou intencionalmente solitário –, por estar bem resolvido consigo mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade; Análise dos Discursos; Solidão; App's de Relacionamento; Transgênero

ABSTRACT: Starting from the perspective that the present time has accelerated modernity, diluting metanarratives and certainties, we seek to investigate the discourse of loneliness on dating sites, focusing on the transgender public. When we talk about loneliness, are the speeches the same as in the past? Would they be entering a daily solitude? Was there ever a guarantee to the contrary? Or yet, why does the lack, constitutive of the subject and the engine of desire, expand today, as a source of anguish and suffering, so current in the discourse on loneliness? By opting for apps, we consider such media as a locus of crystallization of contemporary discourses (re)produced as a doxa of self-sufficiency due to the notion of belonging to social networks and freedom of choice. However, as a doxa, these postulates are in force because they are self-proclaimed. Thus, in apparent contrast to the ideal of a self-founded subject, the possibility of connection between people from different cultures and places, from perspectives of dissimilar space and time, enhances options, constituting a kind of 'tyranny of choice' whose 'object to be consumed' is, in this case, the ideal partner. In turn, the transgender universe, marginalized in the beginning, and which today experiences, in the letter of the law, a greater recognition of its identity as a construction – based on the polymorphism of sexuality, the modalities of enjoyment and cultural interventions –, redefines the notion of gender for themselves and for society. We chose three dating sites: Tinder; POF and Adote um Cara, conducting profile surveys, chats and interviews over two years: from June 2014 to June 2016. The results show the existence of discourses of loneliness, concomitant with discourses about being lonely – without a company or intentionally solitary –, for being well resolved with himself.

KEYWORDS: Modernity; Discourse Analysis; Loneliness; Relationship app's; Transgender.

INTRODUÇÃO

O tema da sexualidade, que atravessa a vida de todo ser de linguagem e suscita as mais diversas questões sociais, a todo momento convoca o campo da história e o campo psicanalítico à pesquisa. Partindo da interseção entre esses dois campos, o presente artigo pretende examinar o discurso de solidão, tal como abordado por transgêneros nos aplicativos – *app's* – de relacionamento. Diante da perspectiva que o tempo presente sobre acelerou a modernidade, impossibilitando as metanarrativas e as certezas construídas ao longo dos últimos séculos, procuramos investigar os efeitos discursivos da noção de pertença produzida pelas redes sociais.

Desse modo, o objetivo geral da presente pesquisa visa, a partir de levantamento de dados extraídos de questionário diretivo e entrevistas semiestruturadas dirigidas aos voluntários homens e mulheres transgêneros, usuários de aplicativos de relacionamento – *Tinder*, *POF* e *Adote um Cara* –, e com faixa etária entre 18 e 70 anos, analisar o processo

de subjetivação discursiva da noção de solidão. Portanto, objetivamos compreender o que os usuários dos *app's* entendem por solidão, num contexto de conectividade; analisar se os *posts* iniciais, a descrição do perfil e as fotos selecionadas para postagem têm consonância com o questionário aplicado e com a entrevista realizada; avaliar a diferença discursiva entre sentir-se sozinho e estar solitário, apontando possíveis diferenças na percepção da solidão em relação às faixas etárias dos entrevistados.

Como característica geral dos aplicativos *Tinder*, *POF* e *Adote um Cara*, destacamos a promessa de aproximar pessoas pré-dispostas a estabelecerem contato físico ou virtual. Embora, em diversos anúncios, esses aplicativos estejam vinculados como aplicativos de namoro, essa é apenas uma das modalidades possíveis para seus clientes. Os três aplicativos podem ser utilizados de forma gratuita, possuindo funções pagas que prometem aumentar as possibilidades de sucesso nos encontros.

MARCO TEÓRICO

Ao abordarmos a solidão, se faz necessário recorrer a um procedimento que especifique o tipo de solidão a que estamos nos referindo. No presente trabalho, recorreremos a um procedimento de análise social que se assemelha à brincadeira infantil de jogar bola de gude. Nessa brincadeira, ao pedir 'limpa', o jogador retira as folhas, os galhos e quaisquer outras obstruções que estejam no caminho e atrapalhem seu objetivo: acertar a bolinha de gude de seu adversário. Na academia, ao pedir 'limpa', apara-se os diversos significados construídos historicamente sobre uma categoria ou um conceito, para, então, trabalhar, delimitada e especificamente, com o que se propõe.

Sendo assim, iniciamos a abordagem da solidão a partir das palavras de Richard Sennett e de Michel Foucault que, no texto, *Sexualidade e Solidão* (1981), referem-se ao cerne de nossa abordagem sobre a solidão quando remetem a Epicteto – o filósofo escravo-forro grego –, a diferença entre estar solitário e sozinho. O texto de Sennett e Foucault ainda estabelece outros tipos de solidão e os relaciona historicamente:

Cada uma dessas solidões tem uma história. No mundo antigo, a solidão imposta pelo poder era o exílio; no século XVII, na França, a solidão imposta pelo poder foi o banimento para regiões longínquas. Num ponto de vista moderno, a solidão criada pelo poder é a sensação de solidão no meio da massa. Num mundo antigo, o isolado sonhador que os poderosos temiam foi um Sócrates, aquele que colocou contra as leis do estado um discurso de lei superior, um ideal contra uma ordem estabelecida. O moderno *homme révolté*, um Artaud ou um Genet coloca contra a ordem do poder a verdadeira ausência de lei. A solidão da diferença, de uma vida interior maior do que as reflexões de outras vidas é similarmente histórica (FOUCAULT & SENNETT, 1981, p. 2).

A solidão, tal como abordada na presente pesquisa, através dos *app's* de relacionamento, tem como base a diferença estabelecida por Epicteto, ainda na Grécia.

Para o filósofo, o homem que está solitário, mesmo em meio à multidão, permaneceria só por uma impossibilidade de manter contato com os outros homens. Em contrapartida, o homem na condição de ser sozinho, consegue desvincular-se dos outros estabelecendo uma mediação consigo mesmo: estar sozinho é uma condição inerente ao humano e que permite a reflexão proposta nesta pesquisa.

A ENUNCIÇÃO DA SOLIDÃO NA MODERNIDADE

Num momento de conexão total entre os indivíduos, que extrapola as condições territoriais e temporais, marca maior da pós-modernidade, como a solidão, ou a percepção da solidão, vem sendo vivenciada e ressignificada? Para compreendermos esse momento, optamos por trabalhar com o conceito de modernidade líquida, criado por Zygmunt Bauman (2000), que destaca como marca da atualidade a transitoriedade dos valores, das informações e dos sentidos, além da incapacidade de reflexão como experiência humana que, diante desse cenário, só se apresenta possível quando compartilhada, publicada ou mediada pelo 'curtir' – *like* – do outro. Desse modo, a modernidade líquida coaduna dois movimentos antagônicos em um duplo que se revela na prática diária por sentido: por um lado, o excesso de exposição da autoimagem do mundo privado no público e, por outro, o isolamento social experimentado no público, através do auto encarceramento do mundo privado.

Uma espécie de anomia auto vivenciada por uma escolha que desvenda um processo de alienação de si. Bauman não nega a tecnologia, não opera com o ludismo histórico contra as possibilidades de conexão, porém, ressalta as novas questões trazidas pela aceleração da vida. Para Bauman, o mundo virtual se torna atrativo por sua velocidade, por sua capacidade de conexão desterritorializada e, principalmente, por sua capacidade de aproximar iguais, tornando o mundo palatável a partir da promessa de pertencimento, como defesa ao desamparo. As ferramentas de aproximação criam comunidades que compartilham opiniões comuns, criando grupos de eleitos ou de aceitos, que transformam a convivência com o outro numa convivência com iguais. Desse modo, qualquer ideia diferente se torna estranha e descartável, estendendo-se ao outro que, não pertencente ao grupo, também é rejeitado de modo simples e rápido, num clique que está ao alcance dos dedos, localizável no ícone 'desfazer a amizade'.

Os aplicativos de relacionamento que utilizam, por base, plataformas *Android*, *IOS* e *Windows Phone*, potencializam essa nova forma de relacionamento, muito embora devamos realizar uma ressalva histórico-social. A fluidez nas relações é anterior ao advento da internet, pois os termos 'ficar', 'dar um lance' e, mais recentemente, 'um pente' precederam os *app*'s. No entanto, a função desses *app*'s não deixou de potencializar essas novas formas de interação social de tal forma que, atualmente, registram 30 milhões de usuários. Uma prática iniciada com o *ICQ – I seek you* –, e popularizada através do *Tinder*,

deslocou-se da comunicação do público geral para os grupos específicos, de acordo com as identidades.

O procedimento é simples e comum a todos que possuem uma conta no *Facebook*, no *Instagram* ou em outros *app's* de convivência virtual. Primeiro cria-se um perfil, que pode ou não estar associado a uma conta em outro *app*, mas que, obrigatoriamente, deve estar associado a um e-mail. Alguns *app's* condicionam o uso do GPS para determinarem a localização, condição que já demonstra as novas classes associadas à busca, tais como a acessibilidade, a praticidade e a condição econômica, com a visada de aproximar as afinidades ou, tal como nos *app's* de convivência, aproximar o mundo dos iguais. Nos *app's* de relacionamento eleitos para a realização da pesquisa, o *Tinder* tem como base de dados o *facebook*, o *POF* utiliza o e-mail como cadastro, e o *Adote um Cara* permite diferentes possibilidades às bases de dados. Ao iniciarmos a pesquisa sobre o uso e as relações nesses *app's*, nos deparamos com discursos de solidão: o uso do termo solidão, e seus correlatos, foram localizados em um número significativo de postagens. Objetivando à análise desses discursos, e estabelecendo os critérios anteriormente mencionados para a sua investigação, a presente pesquisa objetiva apresentar os resultados dos dados coletados junto ao público transgênero, refletindo sobre o desamparo estrutural do ser humano que, na atualidade, revela-se a partir da coadunação discursiva entre estar solitário e ser sozinho.

ESTAR SOLITÁRIO X SER SOZINHO: O DESAMPARO ESTRUTURAL DO SER DE LINGUAGEM

A fim de pensarmos o discurso da solidão atrelado ao desamparo estrutural do ser de linguagem, recorreremos à psicanálise, a partir das obras de Freud e de Lacan, com o intuito de responder à seguinte questão: Por que a falta, constitutiva do sujeito e motor do desejo (LACAN, 1960|1998), amplia-se, na atualidade, como fonte de angústia e sofrimento, tão corrente no discurso sobre a solidão? Freud, ao longo de sua obra, nos esclarece que, ao nascer, o *infans*, pedaço de carne, substância gozante, não é nada senão sujeito por advir. Desamparado, sem o *savoir-faire* que o instinto propiciaria, desnaturalizado por seu estatuto de ser de linguagem, só lhe resta a escolha forçada¹ de se submeter ao Outro²: aposta para se manter vivo. Desse modo, seu nascimento como sujeito só se dará quando, no campo do Outro, surge o significativo.

Ao nascer, o bebê, devido à sua insuficiência vital, é invadido por uma série de sensações ainda sem sentido. Sua única saída para expressar o desconforto é o choro,

1 A lógica da alienação, como uma escolha forçada, foi desenvolvida por Lacan em *O Seminário, Livro 11*: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964|1998) e pode ser ilustrada com o seguinte exemplo: "A bolsa ou a vida! Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada" (LACAN, 1964|1998, p. 201).

2 A noção de Outro, em psicanálise, refere-se a um lugar simbólico, lugar da cadeia significante, introduzida ao sujeito por quem exerce a função materna. Essa função é comumente exercida pela mãe, que introduz o sujeito no campo da linguagem, campo que o precede e o constitui.

sendo justamente essa a porta de entrada para que um semelhante, percebendo o desprazer sentido pelo bebê, assim como a sua impotência, entende o choro como um apelo dirigido. Por sua vez, quem exerce a função materna não sabe exatamente do que se trata nessa solicitação e, inclusive, é importante que não saiba, pois o bebê não é uma extensão dela. A essa mãe, resta oferecer um significante e esperar que seu filho o aceite. Suponhamos que ela interpretou o choro do *infans* como fome e lhe ofereceu leite: se o bebê aceitou o leite, mamou e parou de chorar, ele também aceitou o significante e o introjetou. Essas marcas de tensão geradas pela necessidade e pelo objeto que trouxe satisfação irão, posteriormente, ligar-se aos demais significantes oferecidos à criança, formando uma cadeia.

Esse é um primeiro nível da experiência, em que a necessidade, ligada a um objeto que foi capaz de saciar, promoveu uma experiência de satisfação. Num segundo momento, o bebê, acometido por uma nova tensão, tentará, por si só, acionar esses traços e conectá-los. Será nesse ápice de desejo que a percepção se apresentará como alucinação, numa tentativa de apreender o objeto que foi perdido. Essa primeira experiência mítica de satisfação³, e a tentativa de reencontrá-la através da alucinação do objeto que os traços de memória tentaram recuperar, levam a criança ao encontro com o trauma⁴ e despertam, por consequência da insuficiência da alucinação em satisfazer, seu endereçamento ao outro. A partir de então, a criança entende que, para se satisfazer, uma vez que se encontra desamparada, precisa dirigir-se ao semelhante que o acolhe, elevando esse outro a Outro, dado o seu estatuto de tesouro dos significantes para o *infans*.

Podemos observar que não há, para o bebê, qualquer saída senão a sujeição. O sentido do choro será dado pelo Outro, numa espécie de adivinhação, o que significa dizer que por mais que o choro do bebê seja causado pelo desconforto da dor, se o Outro interpreta como fome, oferece o leite, e o bebê se cala, ele aceitou o significante. O Outro, cada vez mais dotado de consistência, por efeito de linguagem, passa a ser aquele a quem o bebê demanda satisfação. No entanto, a incidência do significante da demanda, ao barrar a necessidade, já instaurou a *hiância* entre a satisfação almejada e a satisfação alcançada. É dessa falta que se instaura como resto entre a necessidade e a demanda que surge o desejo.

A incompletude, ou essa falha, está dada para o humano na origem, tanto pela *precariedade* do significante, que vem do Outro e é incapaz de dizer tudo, quanto pela marca da falta do objeto que, *a priori*, está perdido. Uma vez que a necessidade foi transformada em demanda, resta, tanto ao sujeito quanto ao Outro, uma relação de desencontro. O desejo, que está situado entre os significantes da demanda, escapando de qualquer significação possível, será o responsável por ratificar esse desencontro nas

3 A primeira experiência de satisfação, mítica, foi desenvolvida por Freud em seu artigo *Projeto de Psicologia*, datado de 1895.

4 *Hiância* real que revela a falta do objeto que complete o humano.

demais relações do sujeito, revelando a impossibilidade de completude. Assim, podemos verificar que *das Ding*⁵ está presente no âmago da trama humana, produzindo efeitos no sujeito devido à sua aposta no objeto primordial.

Das Ding é o que padece do significante, sendo nesse campo que Freud situa o que deve responder ao objeto reencontrado, definição fundamental do objeto com seu devido paradoxo, uma vez que esse objeto não foi realmente perdido, tal como Lacan ratifica: “O objeto é, por sua natureza, um objeto reencontrado. Que ele tenha sido perdido é a consequência disso – mas só depois” (LACAN, 1960|1997, p.149). Daí *das Ding*, a Coisa que completaria o sujeito, caracterizar-se como velada, já que – nos reencontros do objeto – sempre será representada por outra coisa, na medida em que não pode ser representada. É o próprio objeto impossível, revelando que o sujeito não está garantido por nada. É a estrutura do desejo que mantém o objeto à distância, por mais que essa distância seja íntima, próxima:

Essa relação é interna. O desejo do homem é o desejo do Outro. Será que não há, reproduzido aqui, o elemento de alienação que lhes designei no fundamento do sujeito como tal? Se é só no nível do desejo do Outro que o homem pode reconhecer seu desejo, e enquanto desejo do Outro, não está aí algo que lhe deve parecer fazer obstáculo a seu desmaio, que é o ponto em que seu desejo jamais pode reconhecer-se? (LACAN, 1964|1998, p.223).

O que resta, então, ao humano diante do desamparo fundamental, já que não há qualquer garantia advinda do Outro? Lacan nos adverte: “Não esqueçam que, no que diz respeito ao significante, o homem é o artesão de seus suportes. Os significantes são modelados por ele” (LACAN, 1960|1997, p.150), e é daí que surge a criação *ex nihilo* como saída possível ao ser de linguagem. Tomemos a função da criação com a metáfora do vaso, cunhada por Lacan a partir do texto de Heidegger – A Coisa –, para distinguirmos o vaso como utensílio e o vaso como função significante em sua relação com *das Ding*. Um objeto só pode representar a Coisa na medida em que ele é criado, estando aí a função do oleiro. Ao criar um vaso ele cria o vazio, introduzindo, ao mesmo tempo, a própria perspectiva de preenchê-lo. O vaso, como significante modelado pelas mãos do oleiro, é um objeto criado para representar o vazio central que se chama a Coisa, *das Ding*.

No entanto, para que a criação seja possível, não podemos nos esquecer que o vazio já estava lá, levando o oleiro a criar o vaso a partir do nada. Esse é um belo exemplo da criação *ex nihilo*, coextensiva da exata situação do humano com a Coisa como tal. Com o vaso feito, pelo lado da obra, admiramos e verificamos que ele é belo. Entretanto, cada um sabe o que pode sair de dentro do vaso, ou o que tentamos colocar lá. *Das Ding* é isso, esse lugar central que Lacan define como ‘extimidade’, essa exterioridade íntima que encontra-se no interior do sujeito, mas como excluída. Na impossibilidade de atingi-lo, resta abordá-lo, cabendo a cada um de nós a criação de seu próprio vaso. Não seria justamente

5 *das Ding*, ou a Coisa, refere-se ao inassimilável, ao que permanece de irrepresentável e remete o sujeito à pura falta, tal como desenvolvido por Freud em seu artigo *Projeto de Psicologia*, datado de 1895.

isso que os humanos fazem ao colocarem seus parceiros como objeto, visando completar a falta constitutiva? Ou, ainda, o que cada sujeito faz ofertando-se como objeto para o desejo do Outro, encarnando para o parceiro a promessa de completude que irá aplacar a solidão e o desamparo de ambos?

A busca do complemento, o mito de Aristófanes nos dá sua imagem de maneira patética, e enganadora, articulando que é o outro, que é sua metade sexual que o vivo procura no amor. A esta representação mítica do mistério do amor, a experiência analítica substitui a procura, pelo sujeito, não do complemento sexual, mas da parte para sempre perdida dele mesmo, que é constituída pelo fato de ele ser apenas um vivo sexuado, e não mais ser imortal (LACAN, 1964|1998, p.195).

A noção de estar solitário parece ratificar o fato do humano ser sozinho, desamparado por estrutura, sendo o outro a única aposta possível para o sujeito livrar-se da solidão. No entanto, tal aposta, sem garantia possível, parece produzir, na modernidade, por seu caráter líquido, ainda mais angústia ao invés de aplacá-la pois, a cada promessa de encontro se descortina o desencontro, a dupla falta que recobre o sujeito: a falta-a-ser – uma vez que não há significante vindo do Outro que seja capaz de dizer tudo e, assim, produzir um sentido sem furos – e a falta-a-ter – que aponta para a falta de um objeto-parceiro que seja capaz de completá-lo.

METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada, simultaneamente, nos três aplicativos selecionados, a partir da triagem de palavras que remetessem às palavras-chave delimitadas no objetivo da presente pesquisa, tais como: solidão, sozinho, solitário, desamparado, abandonado, só etc. Desse modo, e a fim de melhor demarcar os dados levantados, os pesquisadores dividiram os grupos de cada *app* a partir da modalidade discursiva – solidão x sem solidão –, e das seguintes faixas etárias: 18 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 a 60 anos e acima de 61 anos. Os contatos realizados, através dos aplicativos, prosseguiram até alcançarem o parâmetro estabelecido à aplicação – 10 questionários para cada grupo –, conforme as tabelas abaixo:

T I N D E R	IDADE		TOTAL	P O F	IDADE		TOTAL	A D O T E U M C A R A	IDADE		TOTAL
	18 30 – Solidão		22		18 30 – Solidão		16		18 30 – Solidão		27
	18 30 – Sem Solidão		31		18 30 – Sem Solidão		20		18 30 – Sem Solidão		31
	31 40 – Solidão		18		31 40 – Solidão		11		31 40 – Solidão		---
	31 40 – Sem Solidão		29		31 40 – Sem Solidão		24		31 40 – Sem Solidão		---
	41 50 – Solidão		10		41 50 – Solidão		12		41 50 – Solidão		---
	41 50 – Sem Solidão		25		41 50 – Sem Solidão		26		41 50 – Sem Solidão		---
	51 60 – Solidão		20		51 60 – Solidão		---		51 60 – Solidão		---
	51 60 – Sem Solidão		---		51 60 – Sem Solidão		---		51 60 – Sem Solidão		---
	Acima de 61 – Solidão		20		Acima de 61 – Solidão		---		Acima de 61 – Solidão		---
Acima de 61 – Sem Solidão		---	Acima de 61 – Sem Solidão		---	Acima de 61 – Sem Solidão		---			

incluindo a percepção de poderem contar com alguém. Assim, as imagens e a percepção sobre a família são fiadores de seu discurso. Nesse grupo é possível perceber a existência do discurso sobre estar solitário e a dificuldade das pessoas em conhecer profundamente vincula-se ao alargamento das relações, devido às redes sociais.

As entrevistas realizadas com o grupo de 41 a 50 anos apresentaram resultados aproximados em relação ao sentimento de solidão: 66%. No grupo de 41 a 50 Solidão, o sentimento de estar sozinho atingiu 82% dos entrevistados sendo, 19%, fiado pela impossibilidade de contar com o apoio de outras pessoas. Esses dados são inversamente proporcionais ao que ocorreu no grupo de 41 a 50 Sem Solidão, que apontou 31% dos participantes com o sentimento de estar sozinho e 78% sentindo poder contar com alguém. Nesse grupo de 41 a 50 – Solidão e Sem Solidão –, 63% compreendem a diferença entre estar solitário e ser sozinho. Em contrapartida, a correlação entre as imagens no *app* e o posicionamento em relação a estar sozinho mantém uma enunciação válida para os dois segmentos do grupo.

Por fim, os grupos de 51 a 60 anos e acima de 61 anos não puderam ser mapeados através dos *app's*, sendo utilizado, para a coleta de dados, apenas o questionário e a entrevista. Desse modo, uma variável foi inserida, a partir das respostas relacionadas à solidão: para aqueles que se encontravam solitários – sem um relacionamento –, quantos não acreditavam mais na possibilidade de encontrar uma nova relação? E quantos se percebiam sozinhos? O grupo de 51 a 60 Solidão e Sem Solidão apresentou resultados diferentes, porém, mantendo relação direta entre o significado e a enunciação. Nesse grupo, 87% dos participantes compreendiam a diferença entre estar sozinho e ser solitário, mantendo coerência entre os números que se declararam solitários e não solitários. No entanto, o grupo Sem Solidão ainda mantinha esperança de sair da condição de solitário. No grupo superior aos 61 anos, 93% compreendiam a diferença, porém, nas variáveis Solidão e Sem Solidão, 97% não possuía mais esperança de sair da condição de ser sozinho e, assim, assumiam-se solitários.

Desse modo podemos verificar que existem infindáveis perspectivas de investigação aos resultados encontrados a partir dos participantes transgêneros. Sentir-se sozinho ou estar solitário são situações vivenciadas, porém, muitas vezes, confundidas entre os participantes mais jovens, embora claramente definidas para os participantes com maior idade. Outro ponto que merecesse destaque é a participação da família na definição da solidão: entre os participantes que receberam apoio da família, em relação à identidade de gênero, o número de solitários diminui drasticamente se comparado àqueles que não receberam apoio da família e, hoje, dizem estar em condição de solidão, mesmo com idade mais elevada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, os temas relacionados às diversas variantes da sexualidade estão em evidência. A presente pesquisa, objetivando analisar o processo de subjetivação discursiva sobre a solidão, delimitou o grupo estudado em voluntários, homens e mulheres transgêneros, usuários de aplicativos de relacionamento, com faixa etária entre 18 e 70 anos. Essa demarcação visa dar voz aos transgêneros que denunciam, a partir da identificação com um gênero em oposição à anatomia, que a construção do sexo como homens ou mulheres são efeitos de linguagem que alicerçam a fantasia de completude e colocam em cena o semblante: O que é ser homem? O que é ser mulher? Como encontrar o parceiro que irá completar? Essas questões, que irrompem a todo ser de linguagem – independente de seu sexo, de sua identificação com um gênero e de sua escolha de parceiro –, por si só denunciam a incapacidade do sujeito se proteger do encontro com a falta que, nesta pesquisa, revela-se com o discurso da solidão.

Portanto, como resultado da análise do processo de subjetivação discursiva da noção de solidão, a partir dos perfis e das faixas etárias dos voluntários, destacamos a noção de ser sozinho reduzida à noção de estar sozinho como uma característica dos voluntários abaixo de 35 anos. Por outro lado, os voluntários com faixa etária acima de 35 anos identificam em si a solidão, independente do fato de estarem acompanhados ou não. Outro dado importante refere-se ao papel da família na aceitação da identificação de gênero e, conseqüentemente, no resultado da condição de solidão. Entre os mais jovens, que possuem aceitação familiar, o discurso da solidão não se sustenta nos cruzamentos das respostas. Já entre os mais velhos, excluídos do convívio familiar pelo gênero que assumiram, há uma clara definição do que vem a ser a solidão, somada a um completo apagamento social, mesmo quando estão na presença de outros.

Com Freud, sabemos que a sexualidade está na contramão do discurso hegemônico implantado pela cultura e, com Lacan, temos uma direção para pensar as diversidades sexuais em oposição à premissa de um bem comum a todos, com normas e princípios que excluem as diferenças e prometem assegurar a completude a partir do encontro com a cara-metade. Logo, a presente pesquisa, ao revelar o desamparo estrutural do ser de linguagem, que se reflete na incessante busca por amparo – seja da família, do parceiro ou do meio social –, visa sustentar um discurso ético, pautado no que há de mais singular e mais íntimo em cada sujeito: o desejo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, M. & SENNETT, R. Sexuality and solitude. In: *London Review of Books*. Londres, vol. 3, n. 9, 21 May - 3 June, 04-07, 1981. Tradução: Lígia Melo da Costa, Maria Beatriz Chagas Lucca e Sérgio Augusto Chagas de Laia.

FREUD, S. (1950 [1895]). *Proyecto de psicología*. In: Obras completas: Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud: 1886-1899. - vol. 1 - Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

LACAN, J. (1959-1960). *O Seminário, Livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACAN, J. (1964). *O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1971-1972). *O Seminário, Livro 19: ... ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

ENTORNOS SOCIODIGITALES EN TINDER Y SUS REPERCUSIONES EN LA SALUD MENTAL

Data de submissão: 07/07/2023

Data de aceite: 01/08/2023

Edith Molina-Carmona

Benemérita Universidad Autónoma de
Puebla
Puebla, México
<https://orcid.org/0000-0002-2047-337X>

Sandra Flores Guevara

Universidad Autónoma del Estado de
Hidalgo
Hidalgo, México
<https://orcid.org/0000-0003-0739-4893>

Verónica Beatriz Gamboa Canales

Benemérita Universidad Autónoma de
Puebla
Puebla, México
<https://orcid.org/0000-0001-5986-4477>

María Guadalupe Curro Lau

Benemérita Universidad Autónoma de
Puebla
Puebla, México
<https://orcid.org/0000-0002-5218-3262>

Elvira Hernández Carballido

Universidad Autónoma del Estado de
Hidalgo
Hidalgo, México
<https://orcid.org/0000-0003-2733-9904>

Gabriela A. González Ruiz

Universidad Iberoamericana Puebla
<https://orcid.org/0000-0002907699483>

Jannet S. Valero Vilchis

Universidad Autónoma del Estado de
México
<https://orcid.org/0000-0001-5009-4496>

RESUMEN: Este proyecto se crea bajo la premisa de que existe una afectación de la salud mental con el uso de aplicaciones sociodigitales para la construcción de vínculos afectivos. De esta forma la pregunta de investigación que guía el trabajo es ¿Cómo se construyen las identidades en los entornos sociodigitales para la creación de vínculos afectivos que están interfiriendo en la salud mental de usuarios de Tinder? El objetivo es identificar el tipo de identidad digital elaborado en los perfiles y los elementos de esta que afectan la salud mental de los usuarios. Se ha utilizado hasta el momento una metodología mixta. Específicamente, para el análisis de las identidades digitales se ha recurrido al análisis de contenido de las fotografías de los perfiles de usuarios de la aplicación y a una encuesta online de usuarios de Tinder. Y, para la parte cualitativa se recurrió a la entrevista en profundidad con usuarios de Tinder que han creado vínculos afectivos a

partir de la misma. Los resultados permiten señalar que la comunicación ha rebasado los límites de la visualización y contacto físico del encuentro cara a cara e implementado un nuevo escenario para los vínculos afectivos y para la creación de un proceso emergente que define y transforma las formas de la interacción social, con afectaciones a la salud mental. En este trabajo se presentan específicamente los resultados de la construcción de las identidades digitales en la red social en periodo de postpandemia.

PALABRAS-CLAVE: sociotecnología, salud mental, Tinder, identidades digitales

SOCIODIGITAL ENVIRONMENTS IN TINDER AND ITS REPERCUSSIONS ON MENTAL HEALTH

ABSTRACT: This project is created under the premise that there is an affectation of mental health with the use of socio-digital applications for the construction of affective bonds. In this way, the research question that guides the work is How are identities constructed in socio-digital environments for the creation of affective bonds that are interfering in the mental health of Tinder users? The objective is to identify the type of digital identity developed in the profiles and the elements of it that affect the mental health of users. A mixed methodology has been used so far. Specifically, for the analysis of digital identities, the content analysis of the photographs of the profiles of users of the application and an online survey of Tinder users have been used. And, for the qualitative part, the in-depth interview with Tinder users who have created affective bonds from it was used. The results allow us to point out that communication has exceeded the limits of visualization and physical contact of face-to-face encounter and implemented a new scenario for affective bonds and for the creation of an emerging process that defines and transforms the forms of social interaction, with effects on mental health. This paper specifically presents the results of the construction of digital identities in the social network in the post-pandemic period.

KEYWORDS: sociotechnology, Mental Health, Tinder, digital identities.

1 | INTRODUCCIÓN

En los actuales entornos digitales los sujetos buscan formas para proyectarse a sí mismos configurando distintas narrativas —ficciones o no— de lo que desean presentar o representar de ellos a partir de la multiplicidad de mecanismos y “tecnologías del yo” (De Piero, 2019). Las ventajas que se pueden encontrar en estos entornos sociodigitales es la aparente variedad de identidades bajo el uso de narrativas que, si bien no son una novedad, si presentan la ventaja de la diversificación y la combinación de distintos códigos para realizarlos, dependiendo del objetivo que se persiga. Entre estos objetivos se encuentra la búsqueda de vínculos afectivos, entre ellos los amorosos, dentro de plataformas como Tinder.

Sin embargo, esta aparente diversidad de construcción de identidades y narrativas, investigadores y especialistas del área de la salud y de las tecnologías de la información han detectado efectos y consecuencias en la salud de los usuarios ciberespaciales,

específicamente dentro del campo de la salud mental.

La salud mental, entendida como la capacidad colectiva e individual a través de la cual se manifiestan los sentimientos (Organización Mundial de la Salud, 2018), es una de las áreas de la salud que se ve afectada, cuando, por la misma tecnología, se rompe “el nosotros” íntimo (Simmel, 1986; Zelizer, 2009), así como el contexto histórico, cultural y personal en el que se desarrolla (Wetherell, 2012).

Si se toma en cuenta que los vínculos afectivos amorosos buscan en primera instancia ser fuente de bienestar y felicidad, con las plataformas, se están trastocando el proceso del encuentro de una pareja “ideal” (Ángel, 2020) en una búsqueda incesante del candidato idóneo; el despliegue de estrategias y habilidades para obtener mayor puntaje (“me gusta”, matches) así como el “consumo de superficie”, o modo de relacionarse con los perfiles como objetos de consumo (Linne, 2020); y en otros casos, la insatisfacción perpetua de la imagen (De Pedro; 2021) que tiene el usuario para poder entablar relaciones y la exigencia de estar dentro de ciertos cánones para estar posicionada en la red social. Aspectos a los que se suman problemáticas propias de los fenómenos sociodigitales como el sexting y la violencia síncrona o asíncrona. (Zapata, Vargas y Marin-Cortés, 2021)

En este trabajo se presentan los resultados de la primera etapa de la investigación en la cual se hace un análisis de los perfiles de usuarios de Tinder para reconocer las identidades construidas en el entorno sociodigital de dicha aplicación, mediante etnografía virtual.

2 I SALUD MENTAL Y ENTORNOS SOCIO DIGITALES

La salud mental, de acuerdo con la Organización Mundial de la Salud (2018) es una capacidad tanto colectiva como individual a través de la cual se manifiestan los sentimientos, se pone en práctica la interacción con los demás y tiene determinantes sociales, psicológicos y biológicos, por lo que es vital para las sociedades actuales. Esta organización también señala que, así como es parte de un funcionamiento eficaz de la comunidad, también se asocia en el sentido negativo a situaciones de exclusión, discriminación e incluso a violaciones de derechos humanos.

López. et.al (2023) señalan que el propio concepto se encuentra inmerso en una serie de contradicciones emanadas de la diversidad de enfoques y planteamientos emanados de los contextos socioculturales de distintas épocas, aunque la mayoría superpuestas. Bajo esta perspectiva conceptualizan tres modelos de la salud mental y que incluyen a las enfermedades. El primero es lo mental como producto orgánico-cerebro, esto es la concepción biomédica de la salud mental, teniendo como eje al cerebro y lo mental se reduce a procesos biológicos y neuroquímicos. El segundo corresponde a lo mental como cognición y conducta que comprende una concepción comportamental de la salud mental. Y el tercero lo mental como producto social, esto es, la concepción socio-económica-

cultural de la salud mental. Estos tres modelos plantean, en cualquiera de los casos, la necesidad de atender la situación de enfermedad que se presentan más allá de un proceso de medicalización y atenderlo bajo la perspectiva de un derecho humano fundamental.

La salud mental es más que la mera ausencia de trastornos mentales y se integra en un proceso humano complejo que cada persona experimenta de una manera diferente, con grados de dificultad diferentes y con resultados sociales y clínicos que también pueden ser muy diferentes. En este sentido, las afecciones de salud mental comprenden, entre otras situaciones, trastornos mentales y disfunciones psicosociales, así como otros estados mentales asociados a altos grados de angustia, discapacidad funcional o riesgo de conductas autolesivas. (López, et.al, 2023, 19)

El uso de plataformas como Tinder formarán parte de los elementos confluyentes dentro de los dos últimos modelos mencionados que pueden llevar a esas afectaciones de la salud mencionados por López, et.al. (2023). Sobre todo, si se toma en cuenta el tiempo que pasan los usuarios dentro de la plataforma, las habilidades que requieren para su uso, y, más aún, para lograr la visibilidad y en este caso el *like* (*me gusta*) dentro de la misma. Negar los efectos negativos que causa el uso de la aplicación en la salud mental de los usuarios sería tratar de negar que se vive en ese entorno sociodigital de multiplicidad de narrativas ficcionales y de negar la participación en las mismas bajo la diversidad de identidades digitales.

Con ello, no podemos omitir que, si bien la tecnología como tal supone un escenario diverso y complejo por la naturaleza de su aplicación e inserción en el contexto social, será quien otorgue sentido a una serie de transformaciones asociadas a la cultura y a las experiencias de los individuos que a su vez dan origen a la conformación de las identidades y de las nuevas realidades de los grupos.

La nueva cultura sobre lo tecnológico en nuestro mundo social da origen a nuevas formas de pensamiento, nuevas maneras de interpretar el entorno social y los propios entornos sociodigitales se muestran modificados para convertirse en un elemento fundamental que construye, edifica, gestiona y recrea la identidad de los usuarios y el punto no sólo puede quedarse ahí, sino en las afectaciones que se inscriben en el horizonte individual y con problemáticas concretas de salud mental.

Las afectaciones emanadas resultan ser diversas y los entornos sociodigitales permiten cruzar muchas de las variables que definen esos patrones de riesgo los cuales cada vez se replican entre más internautas y en diversas formas, con más alcances y mayores repercusiones.

En una de las vertientes, si bien no considerada como afectación, pero sí como una forma de entender lo que sucede en las redes digitales, hemos de atribuir a la identidad digital en el sentido de ser entendida como la presencia e inmersión de cada uno de nosotros en el ciberespacio, esto es, la representación personal que nos conduce con la propia actividad que desarrollamos en Internet estructurando un “Yo digital” a través de los

vínculos, las comunicaciones y las interrelaciones con los otros que están ahí presentes

Como se sabe, Tinder es una aplicación para entablar citas con personas que se encuentran registradas en ella. Es de hecho, por sus características inherentes a la construcción de vínculos afectivos, un entorno socio digital que ha oscilado en mayor o menor proporción dentro de las más populares alrededor del mundo.

Marwick (2010, citado en De Piero) propone considerar la identidad como un producto que fluctúa entre lo público y lo privado y como una estrategia de auto-marketing. Lo cual significa, en el contexto de la mercadotecnia que como todo producto creado para vender y ser consumido, estará alineada a los valores imperantes del mercado o industria cultural. Este mismo aspecto es el que le da la posibilidad de que la identidad construida pueda ir cambiando conforme cambia la demanda del mercado y también cambia conforme se pueda manipular acorde a la tecnología dominante. Como diría Giddens (1991) se va tejiendo a lo largo del tiempo, tiene una narrativa y está basado en un sistema personal de creencias que a su vez posibilita el reforzamiento de la construcción de la identidad y de otros constructos que han generado foco de atención y por ello, incluso, las políticas públicas se han dado a la tarea de atender tal escenario.

Por decreto oficial se crea la Comisión Nacional de Salud Mental y Adicciones como un órgano administrativo desconcentrado de la Secretaría de Salud en México, existe el antecedente con la firma de diversos instrumentos internacionales en materia de salud mental en nuestro país, sin embargo y con toda la cobertura que pudieran tener, el contexto actual nos permite ver que con dicho decreto se cuidará de problemas de salud mental entendiendo trastornos mentales, discapacidades psicosociales y estados mentales, esto es, lo relativo a la salud mental y al estado de bienestar físico, mental, emocional y social determinado por la interacción del individuo con la sociedad y vinculado al ejercicio pleno de los derechos humanos; esto quiere decir que la oportunidad de observar las afectaciones emanadas por las interacciones creadas en los entornos sociodigitales.

Lo anterior supone un panorama con posibilidades de no sólo de observar y entender las afectaciones, sino una puerta a la creación de programas de intervención y aplicación para la atención de las problemáticas que pueden surgir a partir de las distintas modalidades de interaccionar a través de los entornos digitales.

3 | IDENTIDADES DIGITALES EN TINDER

Para el análisis de los perfiles de Tinder se tomó en cuenta la propuesta de Rogers (2013, 2015 y 2019) respecto a estudiar los objetos digitales generados en entornos web y plataformas de redes sociales, considerando así la lógica del entorno digital lo que implicó recurrir a la etnografía virtual. Y bajo esta lógica se decidió analizar los perfiles de identidad digital, considerando que éstos son el primer contacto para seleccionar o rechazar a posibles parejas y que se modifican o cambian conforme a los avances tecnológicos y

valores del mercado de los estereotipos y códigos para los vínculos afectivos. Al mismo tiempo se asumió que el uso de esta plataforma está ligado a la identificación del usuario con la misma para socializar o construir el vínculo, aprovechando la flexibilidad y movilidad a través de los dispositivos móviles y otras tecnologías.

De tal forma, se hizo una recolección de 28 perfiles de hombres y mujeres nativos digitales y migrantes con cuenta en Tinder, de los cuales, 20 fueron hombres y 8 mujeres. La etnografía virtual en este caso, requirió de la elaboración de un perfil en Tinder que permitió el acceso a las fotografías de los usuarios de la plataforma. El rango de edad fue de 35 a 55 años. Siendo el perfil de menor edad el de 37 años y el de mayor edad de 49.

El análisis versó sobre aspectos textuales y visuales, entendidos como puestas en escena para el primer contacto y por ende escenario de la construcción de las identidades digitales para conseguir el vínculo afectivo. Para el análisis a las composiciones fotográficas de los perfiles se recurrió a la propuesta de De Alba (2010) sobre “La imagen como método en la construcción de significados sociales”, así como a la propuesta de Muñiz y Navazo (2021) respecto a la “Desinformación visual en redes sociales y medios digitales: una propuesta taxonómica de la manipulación fotográfica distribuida durante la pandemia”.

La propuesta de Muñiz y Navazo (2021) se utilizó para identificar alguna de las 3 formas de manipular las imágenes: la primera, aquella en la que se manipula la escena antes de ser plasmada en algún medio (*manipulación ex-ante*); la segunda, en la que se manipula la imagen una vez que está tomadas y plasmada en algún medio (*manipulación ex-facto*): y tercera, aquellas en la que se da una descontextualización de su publicación, esto es, que se pone en otro contexto diferente al que realmente pertenece (*manipulación ex-post*). La perspectiva de De Alba (2010) fue para realizar una lectura crítica de la imagen, teniendo en cuenta su función comunicativa y su efecto sobre el receptor. Esto porque la autora parte de la idea de que las imágenes son signos que comunican mensajes y que requieren de una interpretación para comprender su sentido en tanto que expresan la realidad social en un juego de representaciones y de significados que se deben descifrar en el contexto sociocultural del productor y del espectador.

En los perfiles analizados se pudieron identificar múltiples escenarios y posibilidades, en tanto patrones, sobre el origen de formar parte de esa comunidad. Para algunos la experiencia se manifestaba como nueva, para otros, era ya una forma de vida y de relacionarse con otras personas.

También se logró reconocer que se presenta o se ha conformado una nueva narrativa digital acorde a ese espacio sociodigital donde hombres y mujeres realizan manipulación de sus fotografías, aunque, la diferencia entre ellos, radica en el nivel de manipulación de las mismas. En el caso de los varones, todos utilizan imágenes fijas, realistas e informativas, combinando al mismo tiempo ciertos elementos del entorno para hacer más agradable la experiencia del contacto visual. Esto es predominantemente una *manipulación ex-ante*. En el caso de las mujeres, de igual forma se presentan los tres tipos de manipulación,

sin embargo, hay mayor presencia de imágenes manipuladas posterior a la toma — *manipulación ex-facto y ex-post*—. De tal forma que, en las imágenes que muestran como parte de su identidad digital, predominan aquellas donde de manera explícita se muestra el rostro para resaltar la belleza física y estética, sin escenarios sociales o de grupo, como lo hacen los varones.

La búsqueda del vínculo afectivo lleva entonces a una tendencia en la forma de construir identidades digitales de manera exclusiva para el mercado sociodigital y para ocupar el territorio de la identidad dentro de esa narrativa con valor iconográfico, que, a su vez, narra las dinámicas, las intenciones, los afectos y el sentido simbólico que se le atribuye a esa búsqueda del vínculo afectivo, donde intervienen los roles y los estereotipos de género.

Las intenciones reconocidas a partir de los elementos analizados fueron: a) la sociabilidad y establecimiento del vínculo con base en la demostración del nivel cultural y económico mostrado a partir de actividades en lugares elegantes y de alto nivel socioeconómico, así como la posesión o uso de autos de lujo o bienes muebles con alto valor en el mercado. b) Construir vínculos a partir de la cultura y/o nivel educativo para compartir conocimiento, mostrando los perfiles profesionales y hobbies de lectura y música, teatro, etcétera. c) De formar vínculo a partir de actividades de ocio y esparcimiento como lo son deportes y actividades durante el tiempo libre. d) De formar lazos a partir del uso del tiempo tanto para diversión o esparcimiento de tal forma que no sea pérdida de este. e) Del vínculo a partir de compartir intereses de responsabilidad social y activismo como la defensa del medio ambiente, mascotas, especies en extinción. f) De construir un vínculo cotidiano a partir de la autenticidad o simplicidad de la vida y de la propia introspección, esto es, para quienes lo importante no es describir los aspectos de interés del usuario sino simplemente mostrar su imagen sin destacar ninguna de las actividades descritas previamente. g) De vínculos formados a partir del interés y apertura a nuevas experiencias y salir de la cotidianidad. h) De lograr vínculos retomando atributos como el carisma, la “naturalidad”, la formalidad, el misterio o el físico —cuerpos trabajados a partir de deportes o actividades extremas—.

A partir de lo anterior puede mostrarse que la idea de construir un vínculo afectivo en los entornos sociodigitales requiere de un esfuerzo por posicionarse como buen producto en el mercado de las afectividades. Sin embargo, lograrlo requiere, como ya se mencionó, un despliegue de habilidades tanto del manejo de las tecnologías, como de la posesión de los atributos inherentes a una mercancía elegible que puede provocar afectaciones en la salud mental.

4 | CONCLUSIONES

A manera de conclusión, considerando que la salud mental (OMS, 2018) se

define como un estado de bienestar en el cual el individuo es consciente de sus propias capacidades, puede afrontar las tensiones normales de la vida, puede trabajar de forma productiva y fructífera, siendo capaz de hacer una contribución a su comunidad.

La construcción de la imagen de sí mismo, el concepto y las creencias de la persona son el constructo social, cultural, y socioemocional que promueve la salud mental de la persona en la percepción de sí mismo y de los demás. La alteración de esa imagen mediada por tecnología y el ofrecimiento de esta en entornos sociodigitales lleva como riesgo una falsa percepción de sí mismo de la persona y una falsa aceptación de otros hacia quién altera su imagen en estos medios, lo que propicia una endeble estructura cognitiva, afectiva y social que da como resultado relaciones socioemocionales poco involucradas y responsables de mostrar realmente quiénes son.

Lo que invita a cuestionar conforme a todo esto ¿Qué efectos tiene estas identidades diversas en las aplicaciones digitales?, ¿Cómo reconocer el trabajo de manipulación o alteración de la imagen con el cambio o modificación de la percepción de sí mismo?, ¿Cómo los entornos sociodigitales contribuyen a la creación de estereotipos?, ¿Cuáles son los riesgos de establecer relaciones o vínculos de pareja mediadas por entornos sociodigitales?

Por todo esto, se puede decir que la creación de identidades diversas en aplicaciones digitales conlleva a visualizar a internet como el escenario idóneo para la reinención de las identidades y del propio “Yo”, es la posibilidad de una identidad fragmentada y con posibles consecuencias a nivel de afectaciones con la salud mental identificando procesos de construcción y desconstrucción de la identidad. Todo basado, por un lado, en las posibilidades —positivas y negativas— que ofrecen los entornos sociodigitales; y por el otro, en los intereses construidos históricamente y culturalmente por cada usuario y bajo la consideración que hoy en la actualidad se tiene para incluir en la política pública nacional un decreto de naturaleza tal que incluya e integre el cuidado y atención hacia la salud mental.

REFERENCIAS

Ángel G., K.A. (2020) **Apps de citas y problemas de salud mental**. CrossMediaLab UTADCO <https://www.utadeo.edu.co/es/articulo/crossmedialab/277626/apps-de-citas-y-problemas-de-salud-mental-0>

De Alba González, M. (2010). La imagen como método en la construcción de significados sociales. Iztapalapa, *Revista de Ciencias Sociales*, 69, 41–65. file:///C:/Users/Usuario/Downloads/39348726003_230603_194011.pdf

De Pedro G., A. (17 de mayo de 2021) **La cultura de Tinder está generando más ansiedad que nunca ¿Qué podemos hacer?** *Cláritas Instituto psicológico*. <https://institutoclaritas.com/la-cultura-de-tinder-esta-generando-mas-ansiedad-que-nunca-que-podemos-hacer/>

De Piero, J. L. (2019). ¿Es posible hablar de subjetividades digitales? *Revista Electrónica de Psicología Política*, 42, 30–40. <https://www.aacademica.org/jose.luis.de.piero/18.pdf>

Diario Oficial de la Federación. **DECRETO por el que se crea la Comisión Nacional de Salud Mental y Adicciones como un órgano administrativo desconcentrado de la Secretaría de Salud.** DOF: 29/05/2023 https://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5690283&fecha=29/05/2023&print=true

Linne, J. (2020) “**No sos vos, es Tinder**”. **Gamificación, consumo, gestión cotidiana y performance en aplicaciones de “levante”**. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*. <https://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v27/2448-5799-conver-27-e13365.pdf>

López, V.M., Yuste, R., Alzás, T., León, B., Mendo, Pérez, E.M. y Polo, M.I., Solanas, E. y Nieto, C. (2023). **Estudio sobre bienestar psicológico y salud mental del estudiantado de la Universidad de Extremadura**. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura. ISBN: 978-84-9127-183-3 (edición digital)

Muñiz-Velázquez, J. A., & Navazo-Ostúa, P. (2021). **Desinformación visual en redes sociales y medios digitales: una propuesta taxonómica de la manipulación fotográfica distribuida durante la pandemia**. *CIC Cuadernos de Información y Comunicación*, 26, 81–91. <https://doi.org/10.5209/ciyc.75235>

OMS (2018). **Salud mental: fortalecer nuestra respuesta**: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>

Rogers, R. (2013). **Métodos digitales**. Boston: Prensa del MIT.

Rogers, R. (2015). **Métodos digitales para la investigación web**. En *emergencia y Tendencias en lo Social y Ciencias del Comportamiento*. <https://doi.org/10.1002/9781118900772.etrds0076>

Rogers, R. (2019). **Haciendo Métodos Digitales**. Londres: SAGE.

Simmel G. (1986). **Sociología: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza Editorial.

Wetherell M. (2012). **Affect and Emotion: A New Social Science Understanding**. London: Sage Publications.

Zapata, I., Vargas, J., Marin-Cortés, A. (2021) **Una revisión de alcance sobre las relaciones entre vínculos sexo-afectivos y tecnologías digitales**. *Diversitas*, 17 (2). <http://www.scielo.org.co/pdf/dpp/v17n2/1794-9998-dpp-17-02-21.pdf>

Zelizer V. (2009). **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

LA DECONSTRUCCIÓN DE LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS EN MÉXICO

Data de aceite: 01/08/2023

Laura Leticia Laurent Martínez

Jorge Loza López

*En esta época Internet,
si puedo encontrar
cualquier conocimiento
en la computadora,
¿para qué sirven los
maestros?*

INTRODUCCIÓN

Con el término de Deconstrucción se denota una fenomenología muy compleja aplicable a muchos aspectos de la vida social y organizacional. Su vocero más reconocido, Jacques Derrida, lo emplea en el lenguaje, la industria, la vida cívica, la discriminación, la ecología y a la educación; entre muchas otras manifestaciones de la vida comunitaria.

Le otorga diferentes significados y valores culturales según la problemática vigente en el contexto donde se piense en

la Deconstrucción como una filosofía que impregne la actuación de aquéllos que deciden en buena medida los destinos de organizaciones, comunidades, ciudades, regiones y países.

Si yo quisiera, afirma Derrida (2009), dar una descripción económica, elíptica, de la deconstrucción, diría que es un pensamiento del origen y de los límites de la pregunta “¿qué es...?”, la pregunta que domina toda la historia de la filosofía. Cada vez que se intenta pensar la posibilidad del “¿qué es...?”, plantear una pregunta sobre esta forma de pregunta, o de interrogarse sobre la necesidad de este lenguaje en una cierta lengua, una cierta tradición, etc., lo que se hace en ese momento sólo se presta hasta un cierto punto a la cuestión “¿qué es?”

Aunada a esta interrogante en el presente, Derrida se ocupa del mañana, tal como se muestra en el libro resultante de la entrevista de Élisabeth Roudinesco a Jacques Derrida titulado “**y mañana, qué...**” (2005) editado por el Fondo de Cultura Económica. México.

Con base en ambas preguntas nos cuestionamos “deconstructivamente” ¿qué es la universidad ahora? ¿Y mañana qué será de la universidad...?

La deconstrucción es, en efecto, para el caso que nos ocupa, una interrogante sobre lo que es más que un cuestionamiento sobre la universidad, es una perplejidad sobre la vigencia y el porvenir de la universidad y del país.

¿Y mañana qué será la universidad? Es un cuestionamiento derivado de la primera pregunta y la cual se toma como referencia para la deconstrucción universitaria propuesta en este documento, aunque tal vez el mañana ya sea algo pretérito, es decir, algo que hubo de haber acontecido hace ya tiempo, pero no se hizo porque no nos hemos preguntado qué ha de ser la universidad para deconstruirla y volver a construirla, para vislumbrar la necesidad imperiosa de una transformación educativa radical.

Se argumenta sobre la inconveniencia de seguir inercialmente las condiciones actuales del papel universitario y se trata a la Deconstrucción como una filosofía de cambio total de la vida en la universidad pública del país y su responsabilidad nacional, aunque sucede con frecuencia que los cambios deconstructivos son enfrentados y combatidos no sólo por los desadaptados, sino por aquellos beneficiados por las circunstancias actuales.

Muchos se oponen a la justicia cuando ésta afecta sus intereses.

Así, la deconstrucción se entiende aquí como el transformar las estructuras sedimentadas que forman el elemento discursivo y acostumbrado de la universidad pública y sus repercusiones empíricas en el devenir del papel de la educación superior.

Con esta forma básica de entender la deconstrucción abordamos la reflexión crítica del ser de la universidad nacional. En la primera parte del documento se presenta un bosquejo de la situación actual de las universidades y de su papel cultural, tecnológico, socio político y económico. Es una especie de diagnóstico, sin pretensiones de investigación cualitativa, sino como un recogimiento intuitivo de la experiencia de muchos profesores y alumnos que viven o han vivido en los ambientes universitarios del país.

Enseguida se presentan tres apartados a los que hemos denominado utopías, no por la imposibilidad de llevarlas a cabo desde el punto de vista de los recursos materiales y el conocimiento, sino de su casi imposibilidad de realización por la falta de voluntad, visión y compromiso de quienes toman las decisiones de la educación nacional, desde los directores o rectores de recintos universitarios hasta gobernadores y presidentes. La ignorancia junto con el egoísmo y el miedo juegan un papel importante en la oposición a la construcción de una nueva era educativa en la nación.

Obviamente, la propuesta de cambio radical implica a las instituciones universitarias, pero no sólo a ellas, sino a todo el sistema educativo, y no sólo a éste, sino a todos los sistemas gubernamentales, organizacionales y sociales. La remota posibilidad de un acercamiento a la propuesta depende de una disminución profunda de la corrupción y la impunidad. Esto refuerza la necesidad de embarcarse en lo utópico, aunque la ganancia sea solamente el de suscribirse al grupo de quienes vaticinan períodos aciagos para la

universidades si no se reencausa el rumbo.

Por otra parte, no se desconocen los esfuerzos particulares de grupos comprometidos con la educación, pero dadas los millones de estudiantes y de los miles de instituciones inmersos en la mediocridad educativa, las buenas repercusiones de la labor de los buenos educadores sólo se sienten en minúsculos contextos comunitarios o en pequeños grupos privilegiados.

UN BOSQUEJO DE LA REALIDAD UNIVERSITARIA A TRAVÉS DE LA TEORÍA DE RESTRICCIONES

La educación universitaria podría definirse como *el esfuerzo para potenciar la voz interna*, pero numerosos estudiantes y profesores tienen tan débil su voz que no pueden percibirla. Esta es la razón de que la situación humana en las universidades sea tan precaria moralmente.

Todas las organizaciones padecen circunstancias indeseables que frenan el cumplimiento de sus objetivos. No hay excepciones. Esta es una condición constitutiva de cualquier grupo humano, por el simple hecho de su imperfección. Sin embargo, la gama y la importancia de esas condiciones indeseables son las que indican la diferencia de prestigio y de la inclinación del balance entre sus logros favorables y las consecuencias dañinas tanto para sus integrantes como para el entorno.

Goldratt(1999) ha propuesto una metodología para descubrir y entender la importancia de las restricciones, sus conexiones y la forma de enfrentarlas.

Como producto de un ejercicio con alumnos de licenciatura y de maestría se llevó a cabo el primer paso que indica la Teoría de Restricciones (TOC) y que consiste en enlistar y encuadrar las circunstancias o efectos indeseables de la universidad. Si bien se tomó como objeto de estudio a la UAEMéx., la experiencia docente en otras instituciones, la participación en congresos nacionales y extranjeros, el contacto con otros investigadores y la observación de la realidad contextual, nos llevan a concluir que los resultados son aplicables a la generalidad de las instituciones educativas del país.

A continuación se presenta diagramado el resultado de la aplicación de la TOC en una Universidad .

1. corrupción de las instancias dirigentes	2. impunidad generalizada	3. personalidad neurótica de los dirigentes	4. conflictos entre colegas	5. participación escasa de los padres de familia	6. escasa cultura alimentaria	7. obesidad de niños, jóvenes y adultos	8. tolerancia de la mediocridad
9. lenguaje cotidiano muy limitado	10. Inoperancia de los planes de desconcentración poblacional	11. autoritarismo de los dirigentes	12. programas educativos ajenos a la realidad	13. hábitos de lectura escasos	14. poca disposición para escuchar	15. nomofobia	16. políticas educativas erróneas
17. insuficiente educación artística	18. precaria educación ética y cívica	19. tiempo excesivo de traslado	20. inseguridad en calles, instituciones y hogares	21. exceso de oferta tecnológica extranjera	22. dificultades económicas generalizadas	23. fragmentación del conocimiento	24. asentamientos humanos irregulares y excesivos
25 megalópolis disfuncionales	26. aumento de las enfermedades nerviosas	27. impartición de justicia lenta y escasa	28. violencia familiar	29. violencia institucional	30 formación de grupos institucionales antagónicos	31. aumento de las personas limítrofes	32. leyes y reglamentos inoperantes
33. desarrollo tecnológico con poco apoyo	34. proliferación de puestos de comida chatarra	35. excesivo tiempo laboral	36. planes regionales inexistentes o inoperantes	37. confusión del trabajo pedagógico de los docentes	38. demasiada documentación y trámites administrativos	39. profesores ajenos al entorno	40. televisión violenta
41. mayor índice de enfermedades cardiovasculares	42. discusión académica insuficiente	43. mayor impulso de lo asertivo sobre lo integrativo	44. desvaloración de la fiesta escolar informal	45. tímida orientación vocacional	46. acercamientos raros entre alumnos y profesores	47. pintura, teatro, literatura, danza y música sólo son rellenos	48. mayor separación entre pobres y ricos
49. incremento de casos de depresión en los alumnos	50. escasa participación en academias	51. carencia de un programa de preparación pedagógica	52. excesivo personal docente en algunas instituciones	53. escasa vinculación con los jardines de niños	54. desvinculación entre planes nacionales, regionales y locales	55. incomunicación entre directivos y profesores	56. sueldos, prestaciones y reconocimientos insuficientes

Diagrama 1. Circunstancias indeseables en las Universidades

El diagrama presenta las restricciones que los participantes vislumbraron como importantes y habituales en su espacio universitario. Se escogieron los textos más frecuentes ajustándose algunos términos a las palabras utilizadas con mayor frecuencia.

Posteriormente se llevó a cabo un ejercicio de trazo de conexiones, pidiéndoles a los participantes que establecieran relaciones considerando cada restricción (cada renglón) como consecuencia de otras restricciones que ellos consideraran como causas. En muchos casos un efecto era causado por una restricción que a la vez se transformaba en efecto de la restricción anterior que se transformaba en causa, es decir, la relación era recíproca, una restricción era producto de otras restricciones y al revés.

En un ejercicio con pocas restricciones (menos de veinte) el relacionamiento puede presentarse mediante líneas en el diagrama anterior. Pero en este caso, al tratarse de 56 restricciones, no es posible diagramar claramente ese relacionamiento y es mejor acudir a una tabla como la que se presenta.

Circunstancias indeseables	Relacionamiento (la circunstancia indeseable es producto de las circunstancias que se anotan)
1. corrupción de las instancias dirigentes	
2. impunidad generalizada	1
3. personalidad neurótica de los dirigentes	1,2,4,5,6,7,8,11,14,15,17,19,24,25,26,27,28,29,30,31,32,35,38,41,46,48,49,55,56
4. conflictos entre colegas	
5. participación escasa de los padres de familia	
6. escasa cultura alimentaria	
7. obesidad de niños, jóvenes y adultos	
8. tolerancia de la mediocridad	
9. lenguaje cotidiano muy limitado	
10. Inoperancia de los planes de desconcentración poblacional	
11. autoritarismo de los dirigentes	2,3,4,5,14,16,18,26,28,29,39,31,35,37,38,39,41,42,43,46,49,55
12. programas educativos ajenos a la realidad	
13. hábitos de lectura escasos	
14. poca disposición para escuchar	
15. nomofobia	
16. políticas educativas erróneas	
17. insuficiente educación artística	
18. precaria educación ética y cívica	
19. tiempo excesivo de traslado	
20. inseguridad en calles, instituciones y hogares	
21. exceso de oferta tecnológica extranjera	
22. dificultades económicas generalizadas	
23. fragmentación del conocimiento	
24. asentamientos humanos irregulares y excesivos	
25 megalópolis disfuncionales	
26. aumento de las enfermedades nerviosas	
27. impartición de justicia lenta y escasa	
28. violencia familiar	
29. violencia institucional	
30 formación de grupos institucionales antagónicos	

31. aumento de trastornos limítrofes	
32. leyes y reglamentos inoperantes	
33. desarrollo tecnológico con poco apoyo	
34. proliferación de puestos de comida chatarra	
35. excesivo tiempo laboral	
36. planes regionales inexistentes o inoperantes	
37. confusión en el trabajo pedagógico de los docentes	
38. demasiada documentación y trámites administrativos	
39. profesores ajenos al entorno	
40. televisión violenta	
41. índice elevado de enfermedades cardiovasculares	
42. discusión académica insuficiente	
43. mayor impulso de lo asertivo sobre lo integrativo	
44. desvaloración de la fiesta escolar informal	
45. tímida orientación vocacional	
46. acercamientos raros entre alumnos y profesores	
47. pintura, teatro, literatura, danza y música sólo son rellenos	
48. mayor separación entre pobres y ricos	
49. mayor índice de enfermedades cardiovas- culares	
50. apoyo escaso a la investigación pedagógica	
51. carencia de un programa de preparación pedagógica	
52. excesivo personal docente en algunas instituciones	
53. escasa vinculación con los jardines de niños de profesores	
54. desvinculación entre planes nacionales, regionales y locales	
55. incomunicación entre directivos y profesores	
56. sueldos, prestaciones y reconocimientos insuficientes	

Diagrama 2. Listado de columnas de circunstancias indeseables y ejemplo de rela- cionamiento

Con el propósito de que el lector interesado pudiera realizar el ejercicio por cuenta propia sin influencias externas, sólo se presenta como ejemplo el relacionamiento de dos restricciones (la 3 y la 11). Al terminar de establecerlas todas se produce un efecto fundamental en la teoría de restricciones: aquellas restricciones (generalmente no más de dos o tres) que tienen más relaciones son las causas nucleares de la problemática organizacional. Las demás son sólo síntomas o efectos de ese reducido número de orígenes reales de tal problemática.

Entonces, los esfuerzos (si los hubiere) para suprimir las restricciones pueden circunscribirse a esos 2 ó 3 impedimentos raíz, ahorrándose tiempo, recursos y esfuerzos inútiles.

Para contar con un bosquejo confiable de la realidad de una institución y orientar los esfuerzos de una mejora continua, la TOC es un instrumento metodológico muy confiable.

Lamentablemente, como sucede con frecuencia la restricción fundamental reside en los altos niveles jerárquicos de la organización, en cuyo caso poco se puede hacer para remediar la situación, pues esto implicaría una deconstrucción casi total. Quizá la única salida, desde el punto de vista individual, sería la de abandonar la organización o adaptarse a la ineficiencia y, si acaso, realizar esfuerzos personales para paliar el incumplimiento de los objetivos.

Sin mayor análisis, puede verse en el diagrama la gran cantidad de circunstancias indeseables vigentes en las universidades, por lo que intentar corregirlas parecería ser una tarea casi imposible, lo cual nos inclina a pensar que tal vez estuviéramos construyendo utopías si se estructurara una propuesta de solución.

Como siguiente paso, la TOC señala la construcción de un Árbol de Realidad Deseada, el cual consiste en un conjunto de acciones tendiente a resolver a largo plazo las restricciones nucleares. En nuestro caso se formularon tres ramas principales, a las que hemos llamado utopías:

Utopías

Una universidad vocacional Una universidad ética

Una universidad holística

Gran parte del avance de las civilizaciones ha descansado en las utopías emanadas de las universidades. Muchos de los logros actuales han sido considerados como sueños irrealizables pensados por universitarios.

1ª. Utopía: Una universidad vocacional

En su obra *Ser y Quehacer de la Universidad* (1971), Basave Fernández del Valle expone preceptos como los siguientes: la vocación es el imperativo ético de las universidades; la universidad que no es vocacional no es universidad¹; una vocación, siendo lo

¹ ¿Habrá entonces universidades?

más profundo de una persona, es más, mucho más que una profesión; las carreras universitarias, legítimas de suyo y hasta necesarias, deben darse dentro del marco de la Universidad vocacional²; a la Universidad sólo debieran ingresar los estudiantes que poseen una verdadera vocación universitaria; el título académico de profesor universitario debe reservarse al “profesional” de los profesionales, con una probada y definida vocación práctico-docente-investigadora; la universidad vocacional tiene como empresa la investigación del hombre considerado en la plenitud de su sentido. Las metas vocacionales pueden provocar antagonismos contra las metas de las profesiones.

¿Qué pasaría en el devenir ético de las universidades si éstas se preocuparan y ocuparan de la vocación (tal como la concibe Basave) de los miembros de su comunidad, como requisito y condición de permanencia, durante toda la vida de los universitarios?

Este es un cuestionamiento emergido del pensamiento frommiano y de la ética que Él propugna; una pregunta que no ha tenido respuesta, porque parece ser que no ha sido planteada en esos términos. Una respuesta que se pretende responder hipotéticamente porque su puesta en acción implicaría un ámbito totalmente diferente al que hoy se vive en la universidad, un ámbito totalmente distinto al que considera la profesionalización como sinónimo de vocación, donde el tener un título, aspirar a tener un elevado nivel socio-económico, o poseer sobre los demás un poder dominante son las directrices sobresalientes, imperativos cuyo malogro se considera el fracaso del universitario.

Esta pregunta conlleva variantes que abrazan el pensamiento frommiano:

- **¿La dedicación de la vida a la vocación genuina es semilla y fruto de la ética?**
- **¿El descubrimiento y el cultivo de la vocación pueden ser ajenos a la ética?**
- **¿Qué acerca o que distancia vocación y profesión?**

La universidad cuenta con cerca de un milenio de existencia. La vocación universitaria en su inicio estaba empapada en lo religioso y siglos después en la cultura grecolatina. Del Renacimiento en adelante existen innumerables ejemplos de hombres que dedicaron su vida al ejercicio de su vocación. Muchos de esos hombres fueron universitarios y seguramente recibieron la influencia de sus instituciones para descubrir y ejercer su vocación, tal como sucede ahora. Pero antes como ahora y a pesar de que haya propósitos vocacionales formal y normativamente avalados, no se ha encontrado evidencia de universidades que hayan incluido de manera integral las premisas vocacionales básicas, que hubieran antepuesto la ética y las potencialidades humanas a la ciencia y a la tecnología, con excepción, en algunos períodos, de algunas universidades alemanas y de los países

² La expresión “universidad vocacional” es una redundancia. La necesidad de utilizarla se debe a que lo que llamamos universidades, institucionalmente hablando, no son vocacionales. Es cierto que de cuando en cuando, se vislumbran algunos universitarios que demuestran su productividad fruto de su vocación activa; pero ellos son el resultado de voluntades, emociones y razones personales, y de una que otra ayuda de un profesor sabio, no de una labor institucional.

bajos.

Ambas, la ética y la vocación, se basan en un reconocimiento de la realidad tanto externa como interna; cuando no sucede así entonces se produce una contradicción entre el fin social y el universal inmerso en cada persona, lo que conduce a la fabricación de toda clase de ficciones e ilusiones que tienen la función de negar y racionalizar la dicotomía entre las metas de cada individuo, de la humanidad y de una sociedad dada (Fromm, Suzuki, 1998: 107).

La palabra vocación proviene del latín *vocatio*, ñnis, acción de llamar (Diccionario de la Real Academia Española). Para los creyentes es la inspiración con que Dios llama a algún estado, especialmente al religioso. Popularmente, tener vocación quiere decir sentir inclinación a cualquier estado, profesión o carrera, o dedicarse a cosa para lo cual uno tiene disposición.

La dedicación de la vida a la vocación genuina es semilla y fruto de la ética. La ética también puede considerarse como un “no engañarse a sí mismo”, lo que condiciona que el descubrimiento y el cultivo de la vocación a la ética.

La vocación es la amalgama de las potencialidades manifestadas en un ambiente de libertad y justicia. No es la manifestación aislada de algunas destrezas o conocimientos bajo un esquema de mansedumbre institucional. Una universidad donde la vocación se manifiesta es inquieta y provocativa, auspicia la autocrítica.

Mounier (1970: 29-30) sintetiza brillantemente el concepto de vocación:

La vocación, recogién- dose para encontrarse, luego exponién- dose para enriquecerse y volverse a encontrar, recogién- dose de nuevo en la desposesión, la vida personal, sístole, diástole, es la búsqueda, proseguida hasta la muerte, de una unidad presentida, deseada y jamás realizada. Soy un ser singular, tengo un nombre propio. Esta unidad no es la identidad muerta de la roca que ni nace ni cambia ni envejece. No es la identidad de un todo que se abraza en una fórmula; de los abismos del inconsciente, de los abismos del supra- consciente, del surgimiento de la libertad, mil sorpresas vuelven a replantearse sin cesar. No se me presenta como algo dado, tal como mi herencia o mis aptitudes, ni como pura adquisición. No es evidente: pero tampoco lo es a primera vista la unidad de un cuadro, de una sinfonía, de una nación, de una historia. Es necesario descubrir en sí, bajo el fárrago de las distracciones, el deseo mismo de buscar esta unidad viviente, escuchar largamente las sugerencias que nos susurra, experimentarla en el esfuerzo y la oscuridad, sin estar seguro de poseerla. Se asemeja, más que nada, a un llamado silencioso, en una lengua cuya traducción exigiría toda nuestra vida. Por eso el término vocación le conviene más que cualquier otro.

En resumen, la vocación puede ser considerada desde tres perspectivas: 1) como un llamado de alguien con autoridad moral y disciplinaria para que otra persona se transforme en discípulo de la institución que el llamante representa, ya que la persona llamada ha demostrado potencialidades para seguir un determinado camino virtuoso.

2) como un llamado interno, personal, para seguir un camino comprometido con alguna misión. Este llamado puede ser auténtico, es decir, un verdadero autollamado, algo así como la voz reflexiva de la conciencia que aconseja llevar cierto tipo de vida; o puede ser un pseudo- autollamado, proveniente de la o las personas que están introyectadas en la psique y que mandan mensajes y consignas como si fueran producto de un yo libre e independiente, pero cuya voluntad propia es precaria. 3) la vocación como advocación que significa la defensa de ideales emanados de la misión histórica de instituciones o grupos sociales humanistas.

Si se acepta que el logro de una deconstrucción sólida depende de la competitividad conseguida gracias al cultivo vocacional, entonces la competitividad puede diagramarse como una relación entre las competencias y la productividad humanista:

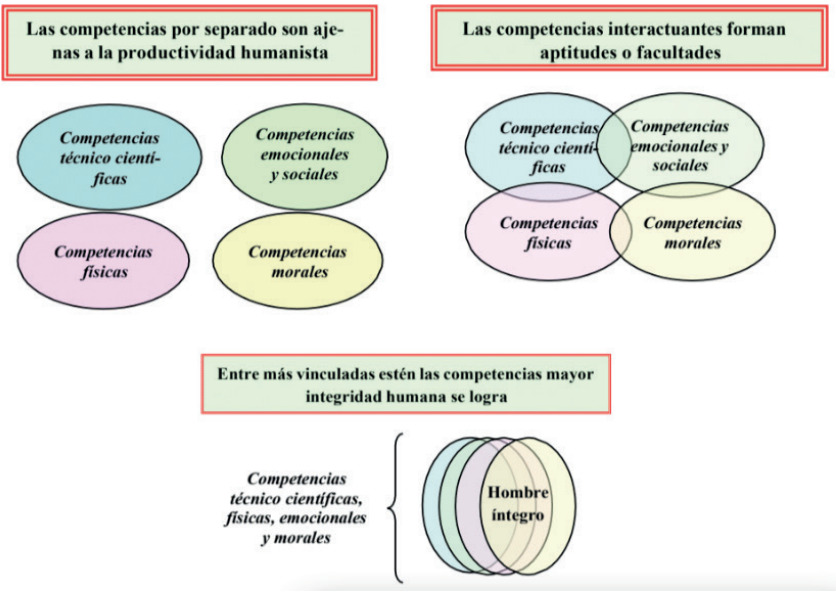


Figura I. La competitividad y la productividad humanista. Autoría propia

En un contexto ideal, factible pero casi inverosímil en nuestro medio, dichas cualidades son descubiertas a temprana edad y entonces se comienza un proceso más o menos largo de cultivo y cuidado, de guía y de contacto, hasta lograr la transformación de esas cualidades potenciales en facultades que se ejercen al servicio de su poseedor y de sus semejantes. Pero en nuestro país generalmente no sucede así. Varias encuestas aplicadas a diversos grupos de personas fueron indicativas que una mayoría importante no vive usando sus facultades y en general cada individuo se ha quedado en cualquiera de los siguientes estados.

- Nunca descubrió sus potencialidades, quedándose sólo con cierta intuición de

lo que podría haber sido interesante para él.

- Sí logra descubrir una o más de sus potencialidades importantes, pero no le es posible, por diversas circunstancias, recibir la educación perentoria para cultivarlas.
- Descubre y cultiva sus potencialidades hasta transformarlas en facultades, pero sus condiciones laborales, económicas, sociales, políticas o personales no le permiten aprovecharlas.
- Afirma vivir de acuerdo a sus facultades, habiendo tenido la oportunidad de descubrir sus potencialidades, de cultivarlas y transformarlas en facultades, y finalmente contar con un trabajo creativo donde aplica tales facultades.

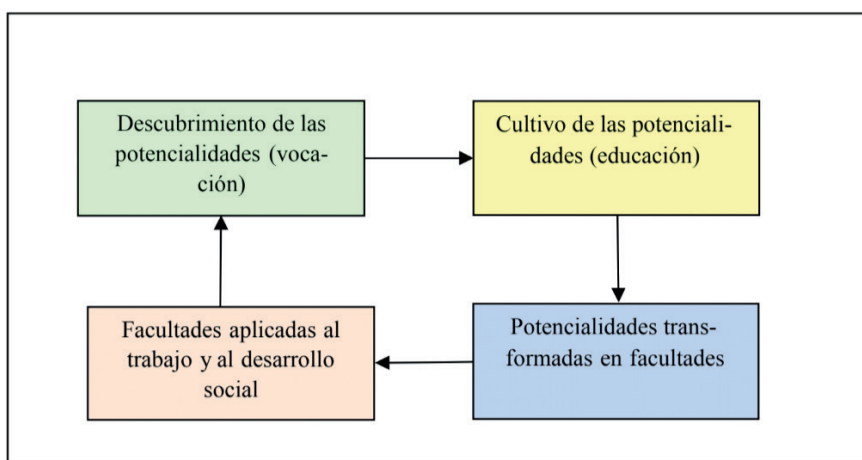


Diagrama 3. La transformación de las potencialidades en facultades, base de la productividad humanista y del desarrollo sustentable Autoría propia

El sendero vocacional ideal sería el conformado combinadamente por el llamado heterónomo, coincidente con el llamado autónomo y la defensa de los principios ideológicos que se van construyendo en el ejercicio vocacional.

La realidad cotidiana muestra que la mayoría de la gente se dedica a labores y mantiene compromisos que no le son satisfactorios en muchos sentidos. El entorno social moderno no raras veces es favorable para que sus miembros descubran y cultiven sus potencialidades, las transformen en virtudes y aptitudes y, con base en ellas, se dediquen a lo que desean, saben y es útil realizar, tanto para cada ser vocacional (cada hombre) como para la sociedad.

Cuando se tiene la necesidad de trabajar para subsistir, siguiendo reglas impuestas, lo que es la situación de la gran mayoría de la población mundial, lo más probable es que los individuos tengan que aceptar trabajos o condiciones laborales contrarias a lo que

ellos desearían. La oposición a los trabajos de nueve de la mañana a cinco de la tarde durante la época más productiva de la gente; la ansiosa espera de estudiantes y trabajadores de los viernes para apartarse de los deberes rutinarios durante los fines de semana, las fiestas irracionales con alcohol, otras drogas y otros excesos; los abandonos y la desesperación familiar; la violencia en las calles y muchos otros señalamientos atestiguados o experimentados por todos, hacen innecesaria la justificación documental para aseverar, sin reservas, que la existencia humana *no se ha llamado a sí misma*, que la mayoría de la gente vive, o mejor dicho, sobrevive ajena a los requerimientos de su propio *yo*.

2ª. Utopía. Una universidad ética

Las universidades están involucradas en grandes vicisitudes éticas³, tanto en su papel social como en su vida interior. No existe una tradición ética inmanente en las universidades del país; obviamente el discurso oficial no lo manifiesta así; antitéticamente las universidades pretenden demostrar —con palabras— su empeño por alcanzar prestigio académico y moral, a pesar de que sus actos y resultados no vayan acordes con su oratoria irrealista.

Una situación humana descolante moralmente es la de las universidades públicas, instituciones que por su historia y su papel son llamadas a ser el crisol y el vehículo de la ética social. Sin embargo, las universidades públicas no han cumplido con ese papel porque históricamente han padecido un problema específico fundamental que les ha impedido cumplir su destino. Ese problema específico emana de su estructura particular, y constituye una faceta de los problemas morales del universitario.

La ética y la política representan la parte pragmática de la filosofía. En la vida social (y en las universidades) ética y política son indivisibles. Las políticas institucionales deben pugnar por la ética; la ética institucional debe ser el marco de referencia de sus políticas. Pero, ¿eso es lo acostumbrado, o se ha ido convirtiendo en directriz de excepción? Una duda peor (pero no desechable racionalmente) sería, ¿cuáles han sido las repercusiones de la separación de la política y la ética universitarias en las decisiones de trascendencia institucional?

La palabra “ética” proviene de una raíz que significa originariamente costumbre. Con el tiempo se denominó ética a la ciencia que se ocupa de los ideales de la relación humana. Esto generó cierta confusión entre costumbre e ideales, la que persiste todavía en la mente de muchas personas (Fromm, 2000b: 79). En las universidades con frecuencia se confunde el dogmatismo o la tradición con posturas morales y aquellos que ponen en entredicho las costumbres institucionales son sospechosos de deslealtad.

En *La República* Platón externa su convencimiento de que mientras la política y la sabiduría no puedan ir unidas los pueblos no descansarán de sus maldades. Parafraseando

3 Los universitarios y en especial las autoridades universitarias con frecuencia no son conscientes de estas vicisitudes.

a Platón podríamos afirmar que mientras los rectores no posean el espíritu y el poder de la filosofía y, en especial, de la ética, las universidades no contemplarán la luz del día y seguirá callado el espíritu que habla por la raza humana.

Las universidades aún están sujetas al azar en el componente ético de sus autoridades sin que el ascendiente y la realidad moral se consideren en las condiciones para elegir rectores y directores ni para estructurar los planes de desarrollo y su operación. Es cuestión de suerte, no de reflexión ética y de voluntad contar con cuerpos administrativos y académicos responsables y sapientes. No se requiere un «mesías» para la conducción económica y materialista, pero la conducción ética obliga a la congruencia entre el discurso y los propios actos (Didriksson, 2002: 39-40). El líder educativo no es aquel que soporta mis debilidades, o el que me obliga a soportar las suyas; es aquel líder que me sirve de ejemplo, sin proponérselo, por su elevado grado de eticidad.

Hasta ahora las universidades públicas han evadido su problema ético fundamental: *la actitud del universitario frente a la fuerza y el poder que corrompen*. Basave lo pondría en otros términos: *la actitud del universitario frente a la ausencia de vocación*.

Habrán quienes no estén de acuerdo con la afirmación de que muchas universidades en diferentes períodos han sido sometidas al poder de los ambiciosos. Es cierto que la mente no está sujeta directamente al poder y que muchos universitarios tienen fe en sus ideas y que éstas no se invalidan por la fuerza. El poder codicioso y la razón existen en planos diferentes y la fuerza jamás revoca la verdad. Pero eso no significa que la universidad sea libre aunque no se le encadene. El espíritu esclavizado por la obediencia ciega a los dogmas no puede ser tan libre como el espíritu desobediente a la imposición, tal como lo sostuvieron San Pablo o Lutero. Si así fuera se simplificaría enormemente el cultivo de la vocación universitaria. Pero no podemos ignorar el hecho de que las ideas y la verdad no existen fuera e independientemente del hombre y que la mente del hombre está influida por su cuerpo y su estado mental; por su existencia física y social; por sus instituciones.

El principal reto de las universidades modernas es el afrontar tales vicisitudes éticas, pero los universitarios y, en especial, las autoridades con frecuencia son inconscientes de la importancia de acompañar las decisiones institucionales de una profunda reflexión ética. Mientras no haya una conciencia moral difundida entre la comunidad universitaria sería deseable contar con una ética inmanente. Si bien la ética cuando se transforma en código deja de serlo para transformarse en deontología, sería válido —en instituciones que no han podido apartarse de la corrupción—, adoptar un sistema operativo basado en un código que encauce la conducta por caminos correctos. El hábito obligatorio perdurable puede convertirse en un rasgo de carácter.

El conocimiento, que no la ética del conocimiento, se ha difundido en todos los confines. Aunque sería interesante investigar el papel de las universidades en este fenómeno, lo importante es que las aplicaciones del conocimiento se han salido de control; nadie puede garantizar su buen uso. La tesis es una propuesta emanada de la esperanza; sin embargo,

el contrasentido de la desesperanza se incrusta inevitablemente en el ánimo y provoca la incertidumbre del futuro de los seres humanos.⁴ Si las universidades pretenden conservar y acrecentar su influencia benéfica en la sociedad de la que forman parte, están obligadas a incorporar, verdaderamente, un ejercicio ético productivo, que no se quede en el discurso y en buenas intenciones. De otra forma las universidades públicas permanecerán vinculadas a las crisis morales que el país ha vivido durante muchos años, tantos, que tal vez sea impropio hablar de crisis, ya que éstas se presentan en períodos de tiempo relativamente transitorios, después de los cuales el objeto en crisis se levanta renovado o fenece. Pareciera que nuestras crisis, identificadas e identificables por el abandono de la ética, son ya un estado natural.

A la larga, para la aplicación y generación del conocimiento tradicionalmente conceptualizado las universidades ya no serán necesarias, sobre todo para aquellos hombres y grupos capaces de ser autodidactas. Las universidades se justificarán sólo si su función principal fuera la de preservar la conciencia moral, el desarrollo del ser y la productividad humana, tal como lo sostiene Fromm. De otra forma, las universidades pudieran albergar a los hombres más destructores potencialmente: científicos y técnicos ajenos a cualquier límite ético. ¿No estará ya sucediendo esto? ¿Los cursos sobre ética servirán de algo? ¿No será que la introducción a la ética ya es tardía en las universidades si no existen antecedentes familiares y sociales? ¿Cómo desarrollar la conciencia moral en un universitario inmerso en una sociedad inconsciente y enferma de materialismo y egoísmo?

Todo lo dicho hasta aquí conforma una duda ¿por qué las cosas son así? No basta descubrir un problema y argumentar cómo enfrentarlo y resolverlo. La ética condiciona los planteamientos y es exigente en el acercamiento a las causas últimas de los problemas humanos. No es suficiente el conocer las dificultades morales de la universidad pública, señalar las circunstancias que la propician y pugnar por encontrarles solución, si todo esfuerzo se queda en la superficie de los hechos. Habrá que constituir una propuesta para adentrarse al trasfondo detallado de las causas medulares de los agravios universitarios, causas emanadas del menoscabo de las potencialidades humanas y su evolución, causas que tienen que ver con la psique, la influencia social y la conciencia (o inconsciencia) de lo que cada universitario es.

La ética como uno de los componentes pragmáticos filosóficos pudiera seguir tres caminos —quizá necesarios— para incrustarse en la vida universitaria. Uno es el de condicionar legal y puntualmente la elección de las altas autoridades universitarias a la

4 Con la amenaza aún latente de una guerra nuclear y los acontecimientos de destructividad exacerbada de los últimos lustros no toda la gente ha comprendido que el futuro del mundo podría estar en manos de algunos cuantos individuos fanáticos, (tal vez de algunos cientos o miles) con una orientación destructiva en extremo y con la capacidad de fabricar ocultamente armas de alcance y daño incomprensibles, inimaginables.

“Lo que puede hacerse alguien lo realizará” reza un lugar común, profético como muchos de ellos. El conocimiento se ha “democratizado”, está al alcance de los enemigos de la humanidad. Tarde o temprano —y lamentablemente más temprano que tarde— algún grupo tendrá el dominio de la producción de armas químicas, biológicas o de otra clase, con el poder de destruir a todo el mundo

comprobación fehaciente de las obras y de la forma de vivir de los candidatos. En el mismo sentido, el ejercicio de la academia y la aceptación de alumnos también se condicionarían al desarrollo moral por encima o cuando menos a la par del desarrollo intelectual. El tercero sería aumentar el énfasis en los contenidos programáticos sobre la reflexión crítica de la productividad de cada universitario, sobre su vocación y su sentido del ser por encima de su sentido del tener. Este conjunto de propuestas, obviamente, sería calificado como inviable —y aun utópico— por mucha gente tanto de fuera como de adentro de las universidades; ya que estaríamos proponiendo una universidad que no existe. La pregunta que surge aquí sería ¿Y por qué no crearla?⁵

Bakunin (en Onimus, 1973) extremaba la necesidad de apartarse del poder y afirmaba: “La moral no tiene otro origen, otro estímulo, otra causa, otro objeto que la libertad. La moral misma no es otra cosa que libertad. Por eso, todas las restricciones que se le han impuesto a la libertad con el fin de proteger a la moral siempre han resultado en detrimento de ésta.”

Pero no se trata de una libertad de las altas esferas universitarias para hacer lo que se les venga en gana con los universitarios y sus recursos, eso no es libertad, es abuso del poder. No es la manipulación libre de las instancias decisoras como tales como los consejos y los comités institucionales, No es la libertad para el continuismo que garantiza la impunidad de los actos corruptos de los dirigentes salientes. Por el contrario, es la preservación de la libertad de pensar, sentir y actuar de todos, para expresar la belleza y la ciencia sin prejuicios, para agruparse y disenter y oponerse a la enajenación mercadológica.

La libertad y la democracia no son una realidad sino sólo una esperanza en la nación y en las universidades. En las universidades se enmascara el problema moral al comparar la cultura y la forma de vivir de los universitarios con la de otros ambientes sumidos en mayor desesperanza como son los obreros y los campesinos. Pero, además de la inmoralidad implícita en esa comparación, los universitarios también se hallan sometidos a un poder, que no es el del líder sindical o el del delgado agrario; sino el de la burocracia política y el poder anónimo del mercado y de la opinión pública. ¿Qué tanto se ha convertido la universidad en siervo de los que tienen el poder de asignar los presupuestos y los puestos políticos?

El artista o creador universitario pareciera ahora un ser marginal, alguien que se sale de los rendimientos intelectuales. En aras del rendimiento administrativo o técnico en

5 ¿Qué tan conveniente es que las universidades aglutinen estudios tecnológicos y humanísticos? ¿qué pasaría si los tecnológicos albergaran sólo profesiones técnicas y las universidades sólo auténticas vocaciones. La separación implicaría una disminución de influencias recíprocas en un primer plano, pero a la larga permitiría mayor libertad para la crítica mutua. En esta época de peligros inminentes para la civilización, ¿no valdría la pena contar con una institución cuya misión fuera el desarrollo emocional, racional y ético del hombre ajeno a otras presiones? ¿qué pasaría si los estadistas tuvieran que mantener este tipo de instituciones y tuvieran la obligación de acatar sus propuestas éticas? Esto no existe, pero ¿no sería una situación indispensable para el bienestar humano? Quien desee ser universitario su destino sería el servir a los demás sin afanes de lucro, pero sin padecimientos económicos presentes ni futuros.

las universidades se hace caso omiso de los caracteres y de las personas. Onimus (1973: 76) advierte sobre las universidades “exitosas” que son aquellas que se pliegan al poder de la “sociedad promocional” y promueven la “realización de sus estudiantes”. Pero ¿qué se entiende por realización? El éxito temporal, el acceso a puestos elevados, la etiqueta de tecnócrata ¿no enmascaran a veces un desequilibrio y un fracaso en otros planos: los que fundamentan la apertura auténtica y la dicha, el vivir de acuerdo a la vocación?

La ética humanista es factible sólo a largo plazo, bajo los auspicios de instituciones completas. Cambiar la educación promotora de la ambición y el dominio de unos sobre otros no es labor de años, sino de décadas. Cualquier propuesta de transformación de la educación superior es vaivén sin rumbo sin la brújula de la vocación. Se puede iniciar el camino desde dos posiciones en los extremos de la jerarquía universitaria: la universidad pública dirigida por rectores y gabinetes de filósofos seguidores de la ética vocacional; o la convulsión ocasionada por los estudiantes cansados de seguir postrados ante el poder que aniquila la poesía de la vida, aunque haya períodos ma.

Si bien consideramos que el principal problema ético de las universidades es su repliegue al poder político y económico, colateralmente la ética invita a la deliberación sobre aspectos concretos en el ser y quehacer universitarios.

- El universitario que alcanza la armonía basada en el pleno desplegamiento de sus facultades, es capaz de conjuntar su plena libertad con la moralidad y los intereses de la comunidad. En este proceso de consecución juega un papel primordial la estética, (Schiller) ya que sintetiza los impulsos sensibles con los impulsos intelectuales y formales del hombre, en una especie de fiesta amalgamadora de la ciencia, la poesía, la música y el movimiento. La ciencia universitaria puede someter a la naturaleza sin sacrificarla, e instalar al hombre en una segunda naturaleza, propiamente humana, que es la moralidad, de la que lo estético aparece como condición.
- Villoro (1987: 270) pregunta ¿Hasta qué punto tendríamos derecho a presionar a nuestros alumnos para que alcancen lo que nosotros consideramos verdadero? Y manifiesta que sólo en el marco de una ética de las creencias puede plantearse el problema. El académico necesita reconocer que sus creencias siempre están en estrecha relación con sus intereses y con sus vivencias, que distorsionan la objetividad conceptual de lo que pretende saber. El conocimiento y la creencia vinculados en el inconsciente pueden emerger a la conciencia sólo mediante un esfuerzo ético que trate de superar tales deformaciones. De allí que la epistemología tenga una relación estrecha con la ética (Villoro, 1987: 269). ¿Qué universitarios analizan éticamente sus convicciones epistemológicas con el propósito de valorar su bagaje de conocimientos?
- Todo aumento en gozo para el individuo que una cultura puede proporcionar contribuirá más a la educación ética de sus miembros que todas las amenazas de castigo y las prédicas a favor de la virtud (Fromm, 2003a: 248).

- Ahora bien, las dificultades para lograr una vida productiva no deben desalentar al universitario, por el contrario, es el único camino genuino, lleno de esfuerzo pero también de parabienes. Es para lo que se ingresa a la universidad. La universidad –tal como lo expone Parent⁶– es la institución donde se aprende a vivir.
- La opción entre vida y muerte constituye, en verdad, la alternativa básica de la ética frommiana. Es la alternativa entre productividad y destrucción, entre potencia e impotencia, entre virtud y vicio. Para Fromm (2003a: 231) todos los impulsos malvados van dirigidos contra la vida, mientras que todo aquello que es virtuoso sirve para la conservación y el despliegue de la vida.
- El gigantismo de las universidades y su separación física y académica contri- buyen al desconocimiento y al desprecio de los que ven la vida de manera dife- rente. Tal como lo dice Fromm (1995a:267): “Nuestro problema moral es la indiferencia del hombre consigo mismo.”
- Las universidades excesivamente grandes son más vulnerables a la inmorali- dad. En la masa se pierde el sentido de las realidades particulares y se disor- dena la voluntad del emancipado. Se diluyen las responsabilidades, se autori- zan audacias y cobardías. Identificado a un jefe o a una fe, el individuo sólo existe gracias a este parecido, a esta fusión, a esta soledad en medio de todos. El individuo se diluye en lo efímero si se aniquila su imagen de amo de sí mismo (Antaki, 1997). Parafraseando a Amado Nervo preguntamos: ¿Cuántos universitarios se siente los arquitectos de su propio destino?
- La declaración de la función ética elaborada por la UNESCO es una lista de de- seos loables, pero carentes de una disposición auténtica de las naciones para lograrlos⁷. La transformación de la educación depende de la transformación de los actores, no de los preceptos que sólo son muestras de un razonamiento bien intencionado.
- La universidad no se puede contentar con la promoción de algún código de éti- ca válido para ciertos campos disciplinarios. La ética médica, o la del abogado o la del informático son parcializaciones del ser universitario. La ética univer- sitaria es cuestión de conciencia moral, no de preceptos. Es, como lo afirma On- imus (1973: 143), “la voluntad de vivir plenamente nuestra vida.” Si el an- helo de vivir plenamente es, entonces los códigos tendrán cierta utilidad opera- tiva; si el anhelo no es, entonces el dicho cínico de “los códigos son para vio- larse o burlarse” domina el ambiente profesional.

6 Conferencia dictada en la Universidad Autónoma del Estado de México en el año 2004.

7 La educación superior tiene una función ética que se establece en el artículo siguiente:

a) Someter todas sus actividades a las exigencias de la ética y del rigor científico e intelectual

b) Opinar sobre los problemas éticos, culturales y sociales con autonomía y responsabilidad, ser la autoridad reconocida por la sociedad para ayudarla a reflexionar

c) Reforzar sus funciones críticas y progresistas, ser centro de previsión, alerta y prevención sociales

d) Defender y difundir la paz, la justicia, la libertad, la igualdad y la solidaridad

e) Disfrutar de libertad académica responsable

f) Definir y tratar los problemas que afectan al bienestar humano (UNESCO, “Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción”).

- Una de las funciones incuestionables de las universidades es la evaluación del conocimiento logrado por los estudiantes. Esta función tal vez permanezca mientras las universidades subsistan, pero muchas veces esa evaluación se acompaña de juicios morales. Los profesores, a pesar de no tener el cargo de jueces, asumen este papel y, como tal, están dispuestos a condenar o absolver moralmente.
- La incompetencia académica puede deberse a deficiencias en la preparación científica, en el vigor emocional o en las relaciones sociales. Todas estas insuficiencias pueden, en algún grado, ser resueltas por medio de cursos o mediante la práctica de cierta disciplina mental o física. En este caso, para resolver la incompetencia, bastaría el deseo de ser productivo y contar con un poco de ayuda. Pero la situación cambia cuando el origen de la incompetencia es ético y obedece a rasgos de carácter muy arraigados. Tales rasgos pueden comprender desde una personalidad pretenciosa hasta un rechazo inconsciente pero mani-fiesto hacia la juventud. En este último caso lo mejor sería sujetarse a un psi-coanálisis o abandonar la academia.
- La universidad puede fallar en muchos sentidos. La verdad evoluciona más rápido y va más lejos de lo que cualquier institución puede absorber. El conocimiento es una abstracción muy resbaladiza y las caídas, los yerros y las desilusiones son normales y cotidianos; además, los espíritus universitarios son tan disímbolos que no es posible acoger todas sus inquietudes. Pero la universidad no puede cometer el error de formar marionetas procesonarias —como las llama Peter (1973: 66)—, egresados que engruesen las filas de las masas silen-ciosas que adquieren un comportamiento procesonario y aceptan la mediocri-dad en ética, ciencia, leyes, civilidad y gobierno.
- Basave (1971: 82) critica el reduccionismo técnico de las profesiones liberales y se pregunta: ¿De qué vale que el futuro abogado aprenda la técnica del litigio si nada sabe del fundamento moral de las leyes, si ignora los fines del Dere-cho? ¿De qué vale el futuro médico que sabe del cuerpo pero lo que le emocio-na es el cobro de las consultas sin importarle las tribulaciones económicas de sus pacientes? Guerra González (2002: 81) agrega “[...] al fijar el monto de los honorarios debe tenerse presente la capacidad económica del cliente, la pobre-za de éste exige cobrar menos o no cobrar. Para establecer una norma de ética profesional interesa la situación concreta.”
- Fundamentar la ética sólo en la racionalidad es irremediablemente perder la libertad. La dignidad humana depende al igual de la emoción, de la inspiración y de la intuición que del silogismo docto. La decisión moral libre es más cuestión de lo que cada hombre cree que de lo que cada hombre sabe. La educación in-vita a la moral, pero no demuestra ni substituye el acto moral.
- Sin embargo, los procesos liberadores de la moral se pueden enseñar mediante una paradoja personal: ser ejemplo sin pretender serlo, a modo de convite y oferta. Nunca con estrategias de intervención en la conducta ajena. El prestigio

que alcanzaron algunas universidades públicas del país se debe a hombres que fueron arquetipos sin proponérselo. Habría que preguntarse si las universidades no se han olvidado de hombres ejemplares que por su sencillez y labor callada no hayan tenido presencia en las esferas del poder. La academia sapiente absorbe el tiempo de la fama. El individuo que pretende ser un ejemplo es un pe- tulante ejemplar, el individuo que es un ejemplo sin pretenderlo es un ejemplo, incluso para pecar.

- No es posible ocultar cierto pesimismo al hablar del problema moral de la universidad, pero no deseamos ser considerados como una voz profética que anuncia la perdición del rumbo universitario. Hay que tomar en cuenta la esperanza prometedora que reside en las aportaciones de los universitarios mexicanos en el terreno de las ciencias naturales, la literatura, el teatro, la lucha social por la justicia, la medicina y el arte.

3ª. Utopía: Una universidad holística nacionalmente considerada

Cuando se ha impuesto una sola forma de entender la vida, olvidándose de su pluralismo natural, tarde o temprano se cae en excesos perjudiciales. Tal ha sido el caso de la cristianidad y sus inquisidores, o del fanatismo musulmán, o de la súper industrialización, o de la contaminación, o del consumismo rampante de cosas superfluas, o de la dependencia tecnológica extranjera, o de los analíticos reductores a ultranza, o de los competidores avariciosos. Cuando el pensamiento y los valores se reducen a la “verdad” impuesta por el poder político o económico la vida no encuentra su sentido.

Proliferan ejemplos de la competitividad miope nacional. Por ejemplo, sin autorización ciudadana el gobierno federal está poniendo en marcha el tren rápido entre Toluca y la ciudad de México, sin importar que esto agrave los asentamientos humanos de la región; se ha avanzado en el mercado de la carne tanto nacional como de importación, pero los índices de colesterol, enfermedades cardiovasculares y de obesidad se han elevado como nunca antes y su repercusión en la calidad de vida y en las economías ha sido muy costosa; han proliferado muchos fraccionamientos en zonas mal comunicadas y carentes de recursos acuíferos, lo cual provoca más contaminación, enfermedades, promiscuidad y pérdida de tiempo; hemos construido presas y extraído petróleo sin pensar mucho en las consecuencias ambientales y para los ciudadanos que habitan en las cercanías; las grandes obras en las urbes congestionadas además de las onerosas inversiones provenientes de préstamos internacionales invitan a que siga el crecimiento imparable de las manchas urbanas; la producción y venta de automóviles ha provocado más congestionamientos, contaminación, enfermedades y estrés como nunca antes; con 20 millones de mexicanos viviendo en la zona conurbada del Valle de México y más de 7 millones de automotores no podía ser de otra manera (Censo Nacional de Población, 2010).

Si mantenemos los modelos actuales de crecimiento no diferenciado, pronto

agotaremos las reservas de metales, alimentos, aire respirable y agua potable que tienen una importancia capital para nuestra supervivencia. La competitividad bien entendida tiene como premisa esa diferenciación. No es lo mismo promover exitosamente una empresa en Zatecas que en Ecatepec. Un crecimiento económico bien planeado es necesario en el estado norteño; en cambio, en el Estado de México ya es necesario un plan de decrecimiento. De aquí la importancia de la perspectiva globalizadora de la competitividad. Las políticas de crecimiento económico *per se* son insostenibles a la larga.

La racionalidad, el análisis y la linealidad de los proyectos han dado sus frutos. El avance del industrialismo, de muchas ciencias y de innumerables creaciones tecnológicas han descansado en el pensamiento y los valores de estas prácticas, pero su abuso está generando graves daños a los ecosistemas y han propiciado graves trastornos de personalidad que repercuten en las empresas, los gobiernos, las familias y las instituciones educativas, incluyendo a las universidades.

Una propuesta para paliar lo anterior es igualar organizacional y educativamente los pensamientos y los valores. Evitar la imposición de lo asertivo para combinarlo con lo integrativo. En la siguiente tabla, diseñada por Capra (2006) se muestra tal fusión:

pensamiento		valores	
<i>asertivo</i>	<i>integrativo</i>	<i>asertivo</i>	<i>integrativo</i>
racional	intuitivo	expansión	conservación
analítico	sintético	competición	cooperación
reduccionista	holístico	cantidad	calidad
lineal	no lineal	dominación	asociación

Cualquier universitario, estudiante o profesor sabe que lo racional, lo analítico, lo reduccionista, lo lineal como clase de pensamiento y sus correspondientes valores de expansión, competición, dominación y cantidad forman parte de los contenidos y objetivos de los programas de estudio y que el discurso académico es un entusiasta compilador de ello.

Capra propone combinarlos con la intuición, lo sintético, lo holístico y lo no lineal; que la asociación, la colaboración y la conservación son tan importantes como sus partes asertivas. En otras palabras, Capra propone rescatar el principio aristotélico del justo medio. Las universidades en lo general no reflexionan y no actúan en función de esto, aunque haya excepciones a la regla.

La sustentabilidad implica que la escala física del sistema social, es decir, la totalidad de lo que Boulding (en Onimus: 1993) llamó la sociomasa (los cuerpos humanos y los artefactos asociados a los mismos), así como el flujo metabólico de energía y materiales

necesario para reproducirla, ha de mantenerse por debajo de la capacidad natural para suministrar recursos (entendiendo por recursos las fuentes de energía libre y materiales concentrados y los sumideros de energía ligada y materiales degradados). En el centro de México se ha roto la sustentabilidad de los recursos físicos. En una superficie menor a la isla de Vancouver habitamos cerca de 40 millones de mexicanos, cantidad que supera a toda la población de Canadá. Las consecuencias de esta saturación son padecidas desde hace varios lustros por la gente: enfermedades respiratorias, tiempos de traslado irritantes, estrés, inseguridad, carencia de espacios públicos para el esparcimiento, cáncer, violencia entre conductores, enfermedades cardíacas, servicios municipales muy costosos e ineficientes, convivencia limitada por las dificultades del traslado, irracionalidad en el uso de recursos acuíferos⁸. etcétera. El colmo es que se sostenga que todavía puede pensarse en un crecimiento que nos haga más competitivos en esta zona del país. No dudamos que sigan desarrollándose proyectos de empresas con éxito económico en un contexto reducido, pero los metacostos se elevan más allá de lo tolerable para la dignidad humana.

Todo mundo tiene prisa, aunque no sabe adónde llegar, qué ha de sacrificar y qué logrará. Pero la gente sigue los patrones generalizados del consumismo, de la discriminación, de la sexualidad ostentosa y de la avaricia, por citar algunos de los vicios más patrocinados por los medios de comunicación en vigencia y no que no han sido considerados en sus repercusiones perjudiciales por las universidades.

Las universidades, más que enseñar, sin considerar que esto es superfluo, deberían ser recintos donde la vocación, la ecología, la alimentación, la salud, el lenguaje, la convivencia, la libertad, la seguridad y el arte tuvieran su espacio natural, incluyendo la tecnología benéfica.

Universidad es universo, institución potencialmente de todo y para todos, es el recinto del holismo, es decir, del todo lo que contribuye al desarrollo del hombre y de su entorno. El antropocentrismo ha dejado de ser benéfico; ahora es necesario el ecocentrismo, es decir, que nuestras decisiones vayan encaminadas a respetar todo, paisaje, plantas, animales, aire, agua y tierra; aprovechan nuestras facultades a favor de la existencia del planeta.

Hay universidades que ofrecen especialidades o súper especialidades en una rama disciplinaria pero cada vez son menos las que proporcionan una preparación generalista que pueda generar mentes con visión holística y comprometidas con la ecología global. Serían los dirigentes mundiales si hubiera gobiernos realmente democráticos y visionarios de la sustentabilidad. Habrá también quienes después de años de preparación generalistas se inmiscuyan en una especialidad, o especialistas que después de dominar un campo

⁸ Con respecto a la escasez de agua en México, de acuerdo con la Comisión Nacional del agua, dos tercios de los 188 acuíferos más importantes del país sufren de sobreexplotación (Diario Oficial de la Federación, 2003 citado en Muñoz, 2005). En cuanto a los recursos forestales, a pesar de muchas leyes y reglamentos que han sido aprobadas para reducir la sobreexplotación y degradación de los bosques, la deforestación en México ha continuado (OCDE, 2003). Entre 1993 y 2000, 3.1 millones de hectáreas de bosques fueron transformadas para usos agrícolas y 5.1 millones de hectáreas habían sido convertidos en pastizales (Velásquez et al., 2002 citado en Muñoz, 2005).

minúsculo del conocimiento emigren a otros.

Pero albergar todo implica un gran reto de orden y de responsabilidad, de darle cabida a lo mejor o de propiciar lo benéfico de la ciencia, del espíritu y de la gente. No todos sirven para todo ni los espacios y los tiempos son adecuados para todo. Por eso las políticas, las decisiones y la organización son los pilares donde hubiera de cimentarse una universidad, lo cual es diferente a complicidades, imposiciones y autoritarismos.

La tan trillada competencia habría que cambiarla por cooperación con visión nacional. Gobernadores y rectores hubieran de ser visionarios holísticos del rumbo del país, pues, según el lugar y la gente un tipo de crecimiento podría ser benéfico, pero también equivocado y hasta nefasto.

Pensar y sentir en conjunto al país y de allí partir para la toma de decisiones. Si así se tomaran las decisiones, tal vez entonces las entidades y las universidades estarían dispuestas a dedicar su entusiasmo y esfuerzo a la parte del árbol de realidad que les correspondiera.

Obviamente, en lo que respecta a los valores todas responderían a universales éticos vigentes en el mundo occidental:

- El respeto de las idiosincrasias regionales, siempre que no denigren a las personas.
- Consciencia ecológica
- Matemáticas, lenguaje, arte, civismo, idiomas, lectura.
- Promoción del prosumo
- Cultura digital
- Filosofía (epistemología, metafísica, ética y política)
- Oficios y manualidades
- Salud física y mental (incluido atletismo y deportes)

Cualquier institución de educación superior, aparte de las disciplinas inherentes a sus programas de estudio con objetivos específicos o especializados, tendría que incluir en sus programas educativos aspectos de los rubros arriba mencionados.

El holismo educativo requiere de estrategias de inclusividad a largo plazo. Esta condición debe ser auspiciada y respetada por los gobiernos. México consta de regiones, cursos, climas, gente, creencias, saberes, esperanzas y necesidades diferentes. Todo esto ha de tomarse en cuenta para constituir un plan educativo productivo (humanamente hablando) y económicamente viable. Si así fuera, no todas las universidades tendrían que afanarse por ofrecer innumerables carreras y especialidades para las cuales no están preparadas en el conocimiento ni cuentan con los recursos materiales apropiados. Nadie puede abarcar todo el conocimiento y actualizarlo permanentemente. Según un plan de desarrollo educativo se distribuirían la docencia, la investigación y la difusión. Habría

universidades descollantes en microcirugía, otras en ecología, otras más en lingüística, o en arte dramático, o en literatura, o en economía o en nanotecnología. Los alumnos que demostraran aptitudes serían becados para que las dificultades económicas no interfirieran en sus estudios y mediante una bolsa de trabajo bien estructurada, garantizarles la inclusión al sector productivo correspondiente. Algo de esto sucede desde varias décadas en otros países como China, Australia y Japón.

Otro aspecto que es necesario cambiar es el papel que otorgamos y exigimos a los profesores. Nunca, pero menos ahora, el profesor puede ser un sabelotodo. Lamentablemente la actitud de los alumnos sigue siendo pasiva. Esperan que el profesor dicte su cátedra sentados en su pupitre y cuya sapiencia sea tal que no haya necesidad de recurrir a otras fuentes de conocimiento.

Con el tiempo muchos alumnos superarán a los profesores en conocimiento teórico y seguramente serán más hábiles en el manejo de las herramientas digitales. Esta situación ha llegado al planteamiento de si en esta época del Internet, las plataformas del conocimiento y las competencias cibernéticas, los profesores son necesarios. Hay académicos destacados en alguna especialidad manejada mediante nuevas tecnologías aplicadas a la educación, pero la distancia entre la juventud y los adultos en el campo tecnológico se ampliarán cada vez más, como lo vemos en la actualidad con herramientas como el “Chat GPT”. El camino del profesor no se circunscribe a la erudición, no, el papel del profesor puede seguir otros propósitos:

- Guía moral para la aplicación del conocimiento
- Coordinador de esfuerzos grupales para la aplicación holística del conocimiento
- Orientador de las vocaciones
- Promotor de organizaciones ecológicas y de prosumidores
- Dirigente de proyectos relacionados con el arte.
- Instigador filosófico de la paciencia, la tolerancia, la reflexión, la lectura inteligente, la justicia, la independencia, el respeto, la convivencia, etc.

Por otra parte, tanto universidades como profesores y estudiantes deben enfrentarse con decisiones dicotómicas (tal como las planteadas por Capra en el diagrama anterior), donde lo mejor o lo peor no es discernible fácilmente y entonces habría que ponderar los sujetos, el lugar y el tiempo para tratar de equivocarse lo menos posible. Con la afirmación anterior no avalamos un relativismo acomodaticio, sino una evaluación justa cuando sea necesaria.

Entre las actitudes y valores dicotómicos citamos algunos ejemplos, relacionados con el ejercicio de la educación y objeto de estudio de la deconstrucción:

- Ser o tener una actitud:

- Comunicativa o callada
- Generalista o especialista
- Hedonista o estoica
- Idealista o pragmática
- Individualista o colectiva
- Intuitiva o racionalista
- Lacónica o expansiva
- Metódica o improvisada
- Nacionalista o mundialista
- Naturalista o tecnologista
- Optimista o pesimista
- Planeada o improvisada
- Pluralista o singularista,
- Rígida o adaptable
- Secular o religiosa
- Tolerante o intolerante
- Trabajadora u ociosa

Ninguno de los valores ambivalentes es mejor que el otro. Depende de las circunstancias. Tal vez lo problemático sea tomar una postura caracterológica basada en la imitación o en la conveniencia. Ser tolerante con un alumno acostumbrado a ser incumplido es generalmente una equivocación. Como ser intolerante con una falta de un alumno generalmente cumplido también es un error.

Sin embargo, muchos mentores se sienten orgullosos y hasta vanidosos cuando son re- conocidos por una postura singular. Así hay quienes se ufanan por ser muy exigentes, buenos improvisadores, muy meticulosos, muy sarcásticos o muy ocurrentes. Se puede ser todo eso, siempre que la situación sea apropiada. Lo que es criticable es ser trastornado por una idea fija casi inmodificable, tal como sucedió con Hitler o ahora con Trump. Independientemente del éxito o fracaso de estos doctrinarios, las consecuencias sufridas por la gente común han sido objeto de historias de una deshumanización de los líderes cercana a la esquizofrenia.

Por otro lado, institucionalmente sería conveniente seleccionar nichos científicos y cu- litativos con el propósito de ser pioneros en el conocimiento y la práctica de disciplinas acordes con la vocación histórica, sin pretensiones extrañas, a menos que las condicio- nes se modifiquen a tal grado que haya necesidad de nuevos derroteros. No sería una mala

política ajustarse al justo medio aristotélico.

Tal vez no sea apropiado hablar de paradigmas educativos en la actualidad. Un paradigma es un modelo que tiene vigencia en un tiempo más o menos prolongado, no reducible a lapsos cortos para constituirse en un modelo aceptado y aceptable y no sustituible sino al cabo de años, décadas o incluso siglos. Es cierto que históricamente ha habido paradigmas gestados en la oposición pero impuestos por el poder, aunque por lo mismo, nacidos enfermos, incluso moribundos, pero otros han sido perdurables. Fueron la base de las costumbres y tradiciones de los pueblos. Ahora en cambio, tal vez el único principio perdurable es aquel que afirma que ya no hay nada perdurable hablando de educación, de ciencia y de arte.

Por ejemplo, la globalización empieza a tener opositores en muchas partes y estratos sociales. Sin embargo, conviven en espacios contiguos los ultra consumidores de novedades y los ultraconservadores, como si ambos se necesitaran, aunque fuese nada más para facilitar los enfrentamientos.

Algunas de nuestras tradiciones se han preservado por el arraigo incrustado en la gente de las comunidades, aunque algunas como La Guelaguetza se han corrompido por la comercialización y la política ofensiva e irrespetuosa, pero en los demás nos hemos conformado con ser imitadores y consumidores de las ideas y las tecnologías provenientes del exterior

Los mexicanos somos consumidores vanidosos de casi todo sin que aportemos prácticamente nada. Consumimos Inteligencia artificial, computadoras, procesos de producción, programas educativos, tecnologías de la información, aparatos digitales, telecomunicaciones, equipos médicos, aviones, trenes, barcos, frigoríficos, sistemas de aire acondicionado, cultivos mejorados genéticamente, fertilizantes, paneles solares, aerogeneradores, maquinaria agrícola, celulares, televisiones de ultra densidad, etc.

Alguien podría argüir que mucho de lo mencionado se fabrica aquí. Es cierto, pero con tecnología y procesos creados en el extranjero y que aprovechan la mano de obra barata y la disposición laboral de la gente.

Aparte de lo anterior, en otras latitudes se están desarrollando vehículos híbridos, robots agrícolas, hidroponía científica, industrialización de proteínas de insectos, detectores de mentiras mediante la expresión facial, agua limpia sin costo, zapatos hechos a la medida con impresoras 3d, escaneadores de la retina, la sangre y el aliento, con docenas de marcadores que identifican casi cualquier enfermedad, exámenes remotos con detectores si el examinado está copiando o tiene la ayuda de otro, planeación de la desconcentración de asentamientos humanos, etcétera.⁹ En nada de esto participamos como país, si acaso algunos mexicanos destacados por su esfuerzo personal, son llamados a integrarse a grupos de científicos en el extranjero. Los buenos cerebros que se fugan no son producto de la calidad educativa de nuestras instituciones, sino de la voluntad de nuestros paisa-

⁹ Cumbre de la universidad de la singularidad, messe Berlín, abril, 2017

nos.

En pocos años (aunque tal vez en México sean más años) los campos universitarios que- darán reducidos a laboratorios de pruebas, investigación y desarrollo tecnológico con bibliotecas digitales, internet y videoconferencias.

CONCLUSIONES

- La deconstrucción implica un renacer de las instituciones universitarias, aunque tal vez sería más atinado hablar de un nacer otro. No podemos seguir siendo “formadores de jóvenes frustrados, desempleados, con trabajos enajenantes sin sentido y apartados de sus vocaciones. O con preparaciones obsoletas vigentes para décadas ya pasadas.
- La universidad debería ser, entre otras cosas, la casa que invita a la reflexión, la casa que trata de evitar que la vida se deje llevar por la apariencia que es el conocimiento inmediato de una cosa a través de lo que nos llega por los sentidos, al que sólo se le puede atribuir un valor aproximado y relativo respecto de lo que aquella cosa es en verdad, que sólo se alcanza tras un atento examen de la misma o un conocimiento de nivel superior. La apariencia (Ferrater Mora, 2004: 190) se considera clásicamente conocimiento incompleto y superficial, en contraposición a la realidad, o conocimiento verdadero y profundo, y la distinción suele hacerse tanto en la vida ordinaria, como en la reflexión filosófica y en el enfoque científico.
- La formación moral, intelectual, estética y espiritual, regida por una jerarquía de valores, de los líderes que el pueblo elige, es una responsabilidad, sobre todo, de la universidad. Pocas pruebas son tan contundentes de que la universidad no ha cumplido con esta misión si se considera el porcentaje de servidores públicos que muestran animadversión para servir al público y utilizan su puesto para satisfacer su codicia y su afán de poder y que son universitarios.
- No hay absolutos en el conocimiento y quizá en nada de lo existente, por eso todo emprendimiento universitario debería ser objeto de discusión. Habría que indicar límites a la libertad, la tecnología, la independencia, pero también a la alimentación, a la vocación y a todo lo demás. No se valdría, por ejemplo, gozar de una alimentación sana si hubiera otras personas carentes de una dieta mínima para ser productivas, y tampoco sería aceptable cultivar todas las potencialidades que nuestra vocación nos indica si para ello hubiera necesidad de gente dedicada a trabajos alienados.
- Es necesario apuntar que al adentrarnos en la problemática universitaria ocasionalmente surge un sentimiento de impotencia dada la magnitud y variedad de aspectos que necesitan resolverse. La influencia muy dañina y con pocos puntos favorables de la globalización neoliberal, las deficiencias académicas, la carencia de vocación de profesores y estudiantes, las limitantes financieras, las visiones sesgadas y limitadas de las autoridades educativas y demás

puntos – algunos ya tocados y muchos otros no– son, desde la concepción frommiana, sólo efectos indeseables, pues no son las causas nucleares de la problemática universitaria. Si hubiera que estructurar un plan de acción para cada manifesta- ción equívoca, en verdad la misión parece excesiva, pero en este trabajo se sos- tiene que hay pocas causas nucleares de toda la proble- mática universitaria (li- mitadas en cantidad aunque no en complejidad): la corrupción que significa ca- rencia ética, principalmente de los funcionarios, la improductividad humanista que significa carencia ética, principalmente de los profesores, y la alienación substitutiva de la vocación que significa carencia ética, principalmente de los estudiantes. La ética no pretende la inmaculadad de todos los hombres, pero sí la rectificación de los errores.

- Mucho de lo expuesto y sugerido es utópico, y tal vez nunca se llegue a consti- tuir una universidad como tal, pero eso no invalida su búsqueda, el esfuerzo por acercarse a tales condiciones. Una universidad carente de tal perspectiva no es universidad; si acaso, podría considerarse una escuela de competencias o destrezas materiales.
- Muchas cosas se consideran utópicas no porque sean imposibles, sino porque ya no tienen vigencia en el mundo de hoy. La Ética Humanista es una utopía en tanto la universidad no se preocupe por la enajenación de su comunidad. No es imposible en cuanto su factibilidad, es imposible en cuanto la indisposición de autoridades, profesores y alumnos para revisar su inconsciente y su carácter. El tiempo pasado fue mejor si mejor fue su ética, no en cuanto a otros fenómenos.
- El profesor muchas veces piensa los valores pero no los experimenta. El profe- sor puede teñirse de “ético” si reflexiona, pero su vida puede ser un caos entre lo que dice y lo que siente o hace.
- Tal vez pudiera haber tres caminos para ir preparando una gran reforma ética universitaria. Uno es esperar que las restricciones legales vayan reduciendo la caracterología improductiva dominante. Otro es darle las riendas a personas con comprobada conciencia moral, reconocida a través de sus obras y de su forma de vivir. El tercero sería aumentar el énfasis en los contenidos pro- gra- máticos sobre la reflexión crítica de la productividad de cada universitario, sobre su vocación y su sentido del ser por encima de su sentido del tener. Ad- voca- ción.
- La educación universitaria concentrada en los datos y en la operación de las formas olvida lo fundamental ético: ayudar a sus estudiantes para decidir y res- ponsabilizarse éticamente de sus actos. Seleccionar, tomar un camino, adoptar una postura ante la vida, tener una filosofía personal, un sistema de valores, ideas propias y, en fin, construir la propia existencia.
- La construcción posterior a la deconstrucción se conformaría de diferentes fa- cetras: ética, científica, tecnológica, nacionalista, socialista, económica y estéti- ca.

¿Qué clase de país deseamos para mañana y estamos dispuestos a luchar por él?

REFERENCIAS

Antaki, Ikram (1997). *El banquete de Platón*, Ariel, México.

Basave Fernández del Valle, Agustín (1971). *Ser y Quehacer de la Universidad*, Centro de Estudios Humanísticos de la Universidad Autónoma de Nuevo León, Monterrey.

Capra, Fritjof (1992) *El punto crucial*, Editorial Troquel, Buenos Aires

Capra, Fritjof (2004) *The Hidden connectios*, Anchor Books, New York

Didriksson, Axel (2002). *La Transformación de la Universidad Mexicana*, Universidad Nacional Autónoma de México, México.

Ferrater Mora, José (2004). *Diccionario de Filosofía*, Ariel, Barcelona.

Fromm, Erich (1993) *El corazón del hombre*, Fondo de Cultura Económica, México.

Fromm, Erich (2003) *Ética y Psicoanálisis*, Fondo de Cultura Económica, México

Fromm, Erich y Suzuki, D. T. (1998). *Budismo Zen y Psicoanálisis*, Fondo de Cultura Económica. México.

Guerra González

Mounier, Emmanuel (1970). *El personalismo*, Editorial Universitaria, Buenos Aires.

Goldratt, Eliyahu M. (1999). *El Síndrome del Pajar*. 4a. Ed. Ediciones Castillo, México.

GreenPeace, (2008). Protocolo de Kioto. <http://archivo.greenpeace.org/Clima/sit>

Jacques Derrida, Élisabeth Roudinesco. (2005). *Y mañana, qué*. Fondo de Cultura Económica. México

Kliksberg, Bernardo (2004). *Más ética, más desarrollo*, Editorial Temas, Buenos Aires

Lucena A. (2002) *Consumo responsable*, Talasa, Madrid

Manzano, Vicente (2006). "Comportamientos de consumo y decrecimiento sostenible", Científicos por el medio ambiente (CIMA), Madrid

Martínez Riu (1998) *Diccionario de Filosofía*, Herder, Barcelona

Parent, Juan (1997). *Para una ética en la vida universitaria*, Universidad Autónoma del Estado de México, Toluca

Onimus, Jean (1973). *La rebelión juvenil, asfixia y grito*. Ediciones Fax, Madrid.

Stiglitz, Joseph E. (2004) *El malestar en la globalización*, www.monografias.com, Barcelona

Villoro, Luis (1987). *Creer, Saber, Conocer*, 4a. Ed. Siglo XXI Editores, México

EL GRADO DE ORIENTACIÓN AL MERCADO DEL DOCENTE EN EL ÁREA ECONÓMICO-ADMINISTRATIVA DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE NAYARIT

Data de aceite: 01/08/2023

Arnulfo García Muñoz

Maestro en Ingeniería en Investigación de
Mercados
Universidad Autónoma de Nayarit.
<http://orcid.org/0000-0002-9932-135>

Héctor Manuel Martínez Ruíz.

Maestro en Impuestos
Universidad Autónoma de Nayarit

Aldara María Díaz Ponce Madrid

Maestra en Ciencias Administrativas
Universidad Autónoma de Nayarit

Aline del Sol Muñoz Trejo

Maestra en Ciencias Administrativas
Universidad Autónoma de Nayarit

RESUMEN: La presente investigación tiene como objetivo analizar el grado de Orientación al Mercado (OM) de los docentes en el área económico-administrativa de la Universidad Autónoma de Nayarit. La OM planteada en esta investigación toma como base la perspectiva comportamental, este trabajo proyecta las acciones constitutivas de la orientación al mercado (generación de información, disseminación y respuesta) desde la perspectiva del docente, y aplica un índice de medición al contexto de la

Institución de Educación Superior con datos de una encuesta. Los resultados obtenidos son concordantes con los resultados presentados en la literatura y se confirma que el docente exhibe comportamiento OM.

PALABRAS-CLAVE: Orientación al Mercado, Instituciones de Educación Superior (IES) y Docente.

ABSTRACT: This research aims to analyze the degree of Market Orientation (OM) of teachers in the economic-administrative area of the Autonomous University of Nayarit. The MO proposed in this research is based on the behavioral perspective, this work projects the constitutive actions of market orientation (generation of information, dissemination and response) from the perspective of the teacher, and applies a measurement index to the context of the Institution of Higher Education with data from a survey. The results obtained are consistent with the results presented in the literature and it is confirmed that the teacher exhibits OM behavior.

KEYWORDS: Market Orientation, Higher Education Institution (Universities), Teacher

INTRODUCCIÓN

En el mundo tan competitivo que se está viviendo en la actualidad derivado de los cambios en el entorno y las preferencias cambiantes de los clientes, las empresas buscan como sobrevivir y para ello buscan diferentes opciones estratégicas para mejorar su desempeño, pero tales cambios en el entorno y en las preferencias de los clientes no solamente ocurren en el contexto empresarial sino que también se está presentando en las IES y una de las opciones estratégicas que ha tenido éxito en el mundo empresarial, está mostrando resultados similares en las IES, en este caso la opción estratégica es la OM, ya que resultados de investigaciones realizadas en esta orientación permite mejorar el desempeño (Caurana et al, 1998; Flavian y Lozano, 2006; Hemsley-Brown y Oplatka, 2010; Zebal y Goodwin, 2012; Webster et al, 2014; Chaudhry et al., 2016; Mokoena y Dhurup 2017; Mokoena, 2018; Mokoena, 2019).

Esto se debe principalmente a que, las IES que están orientadas al mercado generan un conjunto de creencias que prioriza los intereses de los clientes, pero al mismo tiempo tienen la necesidad de generar información de la competencia e incrementan las actividades interdepartamentales que tienen como objetivo satisfacer las necesidades de los clientes, con el fin de obtener una ventaja competitiva en entornos turbulento y competitivo (Hemsley-Brown y Oplatka, 2010).

MARCO TEÓRICO

Orientación al Mercado (OM) en las IES (Instituciones de Educación Superior)

A principios de 1990 surge la corriente teórica de la OM, con dos aportaciones importantes las de Narver y Slater (1990) y Kohli y Jaworski (1990). En la primera de ellas los autores le dan un enfoque cultural a dicha orientación, mientras que la desarrollada por Kohli y Jaworski (1990) le dan un enfoque comportamental, la base es la generación de inteligencia de mercado y la premisa es que consideran que bajo este enfoque se pone en práctica el concepto del marketing. Y la define como:

“ La generación de información a cargo de toda la organización, relacionada con las necesidades presentes y futuras de los clientes, la diseminación de la inteligencia a través de todos los departamentos de la organización y la capacidad de respuesta de la organización”.

Hay muchas definiciones y significados del término MO. Sin embargo, Küster (1999) explica que existe cierto consenso entre los académicos con las contribuciones más significativas de Kohli y Jaworski (1990). En un estudio posterior Kohli et al. (1993, pág. 467), redefine el concepto de OM de la siguiente manera:

la OM es la amplia generación de inteligencia de mercado en la organización con referencia a las necesidades actuales y futuras de los clientes, la difusión

Ellos proponen que la OM está conformada por:

1. Generación de inteligencia de mercado
2. Diseminación de la inteligencia de mercado
3. Respuesta a la inteligencia de mercado

Ahora, siguiendo con el modelo comportamental, Mokoena (2019), lo contextualiza al entorno de las universidades, de la siguiente manera:

Generación de inteligencia de mercado. Es el punto de partida de una universidad OM. La generación de inteligencia de mercado es un concepto más amplio que las necesidades y preferencias expresadas por los clientes e incluye:

- Recopilar y analizar información sobre las necesidades actuales y futuras del cliente
- Monitorear y analizar factores exógenos (como la competencia, el gobierno, la tecnología y otras fuerzas del entorno)
- Recopilación y monitoreo de inteligencia de mercado a través de medios formales e informales (Kohli y Jaworski, 1990)

Difusión de inteligencia de mercado. La inteligencia de mercado generada debe comunicarse y difundirse a los departamentos y personas relevantes de la IES (Harris y Ogbonna, 1999). Con este fin, el proceso de difusión de inteligencia de mercado implica dos aspectos:

- Compartir información existente y anticipada en toda la organización, y
- Garantizar el uso efectivo de la información, que es un proceso bidireccional que comprende la comunicación lateral y horizontal (Kohli y Jaworski, 1990).

Capacidad de respuesta. La capacidad de respuesta a la inteligencia de mercado se refiere a la capacidad de la organización para responder a la información de mercado generada y difundida y se divide en dos tipos de actividades:

- El primero de ellos es, el diseño de respuestas (el uso de inteligencia de mercado para desarrollar planes) (Harris y Ogbonna, 1999).
- La segunda es, la ejecución del plan (Harris y Ogbonna, 1999).

Desde la perspectiva de MO y en vista de lo anterior, no cabe duda de que las IES pueden y necesitan aplicar conceptos y teorías de marketing ya que, como son organizaciones, su nivel de MO estará determinado por su capacidad para: generar inteligencia en su entorno más amplio, difundir esa inteligencia en toda la organización y actuar en respuesta a la inteligencia generada y difundida. Además, como señalan Kohli y Jaworski (1990) y Narver y Slater (1990), el grado de MO es un continuo más que una

presencia o ausencia, lo que significa que, al igual que con las organizaciones lucrativas, las universidades tienen en mayor o menor grado MO.

DOCENTE

En las Instituciones de Educación Superior, con frecuencia los docentes son profesionales que provienen de muy diversos campos disciplinarios e incursionan en la enseñanza, tanto por una inclinación personal a este quehacer como opción laboral que en un momento determinado se les presenta. Sin embargo, no siempre tienen una formación para esta labor, no han sido “enseñados a enseñar” y en muchos casos tienden a enfrentar los retos de la docencia reproduciendo lo que, una vez, vivieron como estudiantes (Díaz Barriga et. al. 2002).

Los cambios educativos, parten de la necesidad de tener verdaderos educadores dentro de la universidad, que vayan más allá de la entrega de información, es decir que eduquen. La educación es una de las funciones con mayor exigencia, por su alto compromiso con las nuevas generaciones y con los destinos de un país. Educar va más allá de la entrega de información: engloba patrones y conductas que, en gran medida, no pueden medirse a corto plazo, sino que se valoran solamente con el pasar del tiempo (Küster, Vila y Avilés (2013)

Para ello el docente tiene que desarrollar tres características o atributos deseables Küster, Vila y Avilés (2013):

1. La motivación intrínseca: capacidad de una enseñanza que estimule la curiosidad intelectual del estudiante
2. El auto concepto: es la percepción que se tiene de uno mismo y comprende todas las creencias de la propia naturaleza
3. Las habilidades sociales. la interrelación con las personas dentro de la institución y fuera de ella. Para ello es importante la comunicación, la flexibilidad del pensamiento, el liderazgo, y la empatía desarrollada por el docente.

Para desarrollarlo, las Instituciones deben de desarrollar planes estratégicos para la formación de competencias y que estas se ven reflejas en la actividad docente (Ulloa et al., 2020)

H1. Los docentes del área económico-administrativa, llevan a cabo un comportamiento OM.

METODOLOGÍA

Objetivo: determinar el índice de OM del docente del área económico-administrativa de la UAN.

Determinación de la muestra

Docente	51
Área de conocimiento	Económico-administrativa
Turno	Matutino, Vespertino y Semiescolarizado.
Semestre	Indistinto
Tipo de contrato	Tiempo Completo y Hora Semana Mes
Corte transversal	Septiembre 2021

Tabla 1. Datos generales de la investigación

Los docentes que se consideraron para el presente estudio imparten clase en Unidades de Aprendizaje en el Área de formación Disciplinar-Profesionalizante.

En la Licenciatura en Administración, Contaduría y Mercadotecnia se tiene un total de 122 docentes que imparten clase en el Área Profesionalizante, y para la presente investigación se obtuvo una tasa de respuesta del 41.8%.

INSTRUMENTO

La escala utilizada para determinar el grado de OM, fue la desarrollada por Flavian y Lozano (2007). El instrumento consta de 16 ítems y utiliza una escala Likert de cinco puntos.

El nivel de OM de los docentes se calculó siguiendo lo indicado por Gaski y Etzel (1986), se procedió a la elaboración de un índice para la determinación del nivel de OM de cada uno de los elementos integrantes de la muestra objeto de estudio. Dicho índice se construyó a partir de las puntuaciones totales obtenidas en relación con cada uno de los diferentes ítems de las sub-escalas, según el proceso representado en la fórmula siguiente:

$$\sum_{j=1}^n \left(\sum_{i=1}^m x_{ij} \right)$$

donde:

ij = respuesta dada por el individuo i al ítem en la dimensión/subescala j ;

m = número de ítems en la sub-escala j ;

n = número de sub-escalas.

Para hacer las puntuaciones más comprensibles, y dado que cada uno de los 16 ítems posee una puntuación entre los valores 1 (*muy en desacuerdo*) y 5 (*muy de acuerdo*) para cada aspecto de la orientación al mercado objeto de consideración, lo que supone una puntuación total mínima de 16 y una máxima de 80, se generaron cuatro intervalos determinantes de otros tantos niveles de orientación al mercado (*no orientado*, *algo orientado*, *bastante orientado*, y *muy orientado*). De esta forma se eliminaba el tramo de “*indiferencia*”, que pasaba a ser asumido por sus tramos circundantes para así mejorar la interpretación del índice.

RESULTADOS

Grado de Orientación al Mercado del docente

Rango	Categorías	Total muestra % S/muestra
(15-29)	No orientado	2
(30-44)	Algo orientado	12
(45-59)	Bastante orientado	35
(60-75)	Muy orientado	51
		100

Tabla 2. Nivel de orientación al mercado de los docentes del área económico-administrativa

A la vista en el gráfico No.2, se puede apreciar cómo el 51 % de los docentes resultaron poseer un nivel alto de OM (esto es, situarse dentro de la categoría *Muy orientado*), y un 35 % adicional poseer un nivel medio-alto en relación con esa misma orientación (categoría *Bastante Orientado*). Por el contrario, se constató un 2 % de docentes de la muestra con la categoría *no orientado*.

Ahora bien, llevando este tipo de análisis a cada una de las subescalas, los resultados indican lo siguiente:

Generación de inteligencia

Rango	Categorías	Total muestra, % S/muestra
(5-9)	No Genera Inteligencia	12
(10-14)	Algo de Generación de Inteligencia	15
(15-19)	Bastante Generación de Inteligencia	22
(20-25)	Muy Generador de Inteligencia	51
		100

Tabla 3. Nivel de Generación de Inteligencia de los docentes del área económico-administrativa.

A la vista en el gráfico No.3, se puede apreciar cómo el 51 % de los docentes poseer un nivel alto de Generación de Inteligencia de Mercado (esto es, situarse dentro de la categoría *Muy Generador de Inteligencia*), y un 22 % adicional poseer un nivel medio-alto en relación con esa misma Generación (categoría *Bastante Generación de Inteligencia*). Se constató un bajo porcentaje del 15 % de docentes de la muestra con baja Generación de Inteligencia (categoría *algo de Generación de Inteligencia*). Cabe asimismo señalar que el 12% de integrantes de la muestra analizada se identificó con la categoría *No Genera Inteligencia*.

Diseminación de Inteligencia de Mercado

Rango	Categorías	Total muestra % S/muestra
(5-9)	No Diseminador Inteligencia	11
(10-14)	Algo de Diseminador de Inteligencia	29
(15-19)	Bastante Diseminador de Inteligencia	30
(20-25)	Muy Diseminador de Inteligencia	30
		100

Tabla 4. Nivel de Diseminación de Inteligencia de los docentes del área económico-administrativa

A la vista en el gráfico No. 4, se puede apreciar cómo el 30 % de los docentes de la muestra resultaron poseer un nivel alto de Diseminación de Inteligencia de Mercado (esto es, situarse dentro de la categoría *Muy Diseminador*), y un 30 % adicional poseer un nivel medio-alto en relación con esa misma Diseminación (categoría *Bastante Diseminador de Inteligencia*) y tan solo el 29% presenta un nivel medio-bajo de Diseminación (categoría *Algo Diseminador de Inteligencia*). Se constató un bajo porcentaje del 11 % de docentes integrantes de la muestra analizada están en la categoría *No Disemina Inteligencia*.

Respuesta a la Inteligencia de Mercado

Rango	Categorías	Total muestra % S/muestra
(6-11)	No Responde a la Inteligencia de Mercado	4
(12-17)	Algo Responde a la Inteligencia de Mercado	22
(18-23)	Bastante Responde a la inteligencia de Mercado	27
(24-30)	Muy Respondedor a la Inteligencia de Mercado	47
		100

Tabla 5. Nivel de Respuesta a la Inteligencia de Mercado de los docentes del área económico-administrativa

A la vista en el gráfico No. 4, se puede apreciar cómo el 47 % de los docentes de la muestra resultaron poseer un nivel alto de Respuesta a la Inteligencia de Mercado (esto es, situarse dentro de la categoría *Muy Respondedor*), y un 27 % adicional poseer un nivel medio-alto en relación con esa misma Respuesta (categoría *Bastante Responde a la Inteligencia*). Se constató un bajo porcentaje del 4 % de docentes integrantes de la muestra analizada con la categoría *No Responde a la Inteligencia de Mercado*.

CONCLUSIONES

En este sentido, y sobre la base del modelo comportamental presentado por Kohli y Jaworski (1990), y Jaworski y Kohli (1993, 1996) en el ámbito de organizaciones empresariales, así como teniendo en consideración las características específicas que

rigen el funcionamiento de la IES, se ha concluido que la orientación al mercado del docente universitario consiste en la generación, diseminación y respuesta a la información para la satisfacción de las necesidades del mercado objetivo.

Lo anterior ha permitido la construcción de un índice para la medición del nivel de OM del docente universitario. Pese a que el índice indica que solamente el 51% de los docentes tiene un nivel alto de la OM, en la presente investigación se encontró un 2% de los docentes no exhiba un comportamiento orientación al mercado. Ahora bien, a nivel de sub escala, se observa una mayor área de oportunidad es la Diseminación de Inteligencia de Mercado donde solo el 30% de los docentes presenta un nivel alto de Diseminación.

LIMITACIONES

los resultados obtenidos en este estudio son relevantes en el área de la OM del docente, pero no se pueden generalizar dado que, se concretan a la OM del docente del área económica-administrativa de la UAN y la muestra no es representativa.

REFERENCIAS

Caruana, A., Ramaseshan, B., & Ewing, M. T. (1998a). Do universities that are more market oriented perform better? *International Journal of Public Sector Management*, Tomo 11, No. 1, pp. 55-70.

Chaudhry, N. I., Mahesar, H. A., Ansari, M. A., & Ali, M. (2016). Impact of market orientation on the performance of private universities in Pakistan. *International Research Journal of Arts and Humanities* 44(44), 21–32.

Flavián, C. and Lozano, J. (2006). Organisational antecedents of market orientation in the public university system. *International Journal of Public Sector Management* Vol. 19 No. 5, 2006 pp. 447-467.

Harris, L. G. y Ogbonna, E. (1999). Developing a market orientated culture: a critical evaluation. *Journal of Management Studies*. 36:2 pp. 177-196.

Hemsley-Brown, J. y Oplatka, I. (2010). Market orientation in universities: A comparative study of two national higher education systems. *The International Journal of Educational Management*, Bradford Tomo 24, N° 3, (2010): 204-220

Kohli A.K., Jaworski B.J. y Kumar, A. (1993): "MARKOR: A measure of Market Orientation", *Journal of Marketing Research*, vol. XXX (November), págs. 467-477.

Kohli, A. K., & Jaworski, B. J. (1990). Market orientation: The construct, research propositions, and managerial implications. *Journal of Marketing*, 1-18.

Küster, I. 1999. La implantación de la Orientación al mercado en la fuerza de ventas industrial. *Tesis Doctoral, Univesitat de València, València*.

Mokoena, B. A. (2018). Exploring the applicability of the MKTOR scale in predicting university performance: a focus on universities of technology in South Africa. *The International Journal of Social Sciences and Humanity Studies*; Izmir Tomo 10, N° 1, (2018): 1-16.

Mokoena, B. A. (2019). The relationship between selected market orientation dimensions and organizational performance within universities in South Africa. *Studia Universitatis Babes-Bolyai: Oeconomica; Cluj-Napoca*, Tomo 64, N°3, (Dec 2019): 54-68.

Mokoena, B. A. y Dhurup, M. (2017). Effects Of Market Orientation and Barriers to Market Orientation on University Performance: A Study of Universities of Technology In South Africa. *International Business & Economics Research Journal* –First Quarter 2017. Volume 16, Number 1pp. 17-29.

Narver, J. C., & Slater, S. F. (1990). The effect of a market orientation on business profitability. *Journal of Marketing*, 20-35.

Webster, R. L; Hammond, K. L. (2014). Market orientation effects on business school performance: views from two management levels. *Academy of Educational Leadership Journal*; Tomo 18, N.º 4, (2014): 231-244.

CREANDO Y FOMENTANDO UNA CULTURA EMPRESARIAL

Data de submissão: 07/07/2023

Data de aceite: 01/08/2023

Elicelia Jiménez Martínez

Doctora en Educación
Centro Universitario UAEM
Nezahualcóyotl
Coordinación del Departamento de
Capacitación Empresarial
Estado de México
Orcid 0009-0007-9740-3488

Silvia Padilla Loredó

Doctora en Pedagogía
Centro Universitario UAEM
Nezahualcóyotl
Profesora de Tiempo Completo
Estado de México
Orcid 0000-0003-2279-1379

Juan Manuel Mejía Plasencia

Licenciado en Arquitectura
Centro Universitario UAEM
Nezahualcóyotl
Profesor de Asignatura
Estado de México
Orcid 0009-0009-1432-3760

Paulina Robles Herrejón

Maestra en Administración de Negocios
Centro Universitario UAEM
Nezahualcóyotl
Coordinación de Desarrollo Empresarial
Estado de México
Orcid 0009-0005-5980-3224

Rigoberto Torres Tovar

Maestro en Economía
Profesor de Tiempo Completo
Centro Universitario UAEM
Nezahualcóyotl
Estado de México
Orcid 0000-0001-8734-3839

RESUMEN: Se denomina emprendedor a una persona que tiene toda la intención de llevar a cabo una idea de negocios, materializarla requiere mucho esfuerzo por parte de la persona que decide intentarlo, no solo recursos como el tiempo y el capital, sino también por la parte emocional que debe trabajarse para potencializar las habilidades personales y laborales si se desea llevar a bien ese emprendimiento; algunas ventajas de ser emprendedor es tener una mayor estabilidad personal y económica, entre otras.

Emprender es una aventura llena de incertidumbre cargada de pasión, anhelo y deseos de ver materializados los sueños que se tienen, entre más claro se tengan los motivos personales para emprender una idea de negocios, más fácil será mantener el ánimo y la pasión para lograrlo.

Según los expertos, el emprendedor se

hace, no nace por lo tanto existen cualidades que el emprendedor debería tener, en el caso contrario, debe trabajarlas para desarrollar aún más el potencial personal y hacer avanzar su emprendimiento, todo puede construirse y modificarse al paso del tiempo, dependerá del esfuerzo que cada persona ponga para lograr los objetivos planteados.

El currículum vitae de manera general es un documento que contiene la relación ordenada de los datos personales, formación académica, experiencia laboral y habilidades de una persona y le ayudará al emprendedor a tener un orden en sus documentos y será un instrumento valioso que le permitirá conocerse más a él mismo.

PALABRAS-CLAVE: Emprendedor, cualidades, ADN, emprender, curriculum vitae.

OBJETIVO

Brindar al participante el contexto del emprendedurismo que le apoye a lograr el autoconocimiento sobre las habilidades empresariales que le ayudarán a entender mejor su rol de emprendedor con el fin de fortalecerse y lograr tener una empresa que sea eficiente.

INTRODUCCIÓN DEL CAPÍTULO

No se pueden trabajar las carencias que no se sabe que se tienen, es por eso que el ser emprendedor requiere de muchos factores para poder iniciar y mantener una postura empresarial estable en un mercado que cambia vertiginosamente, algunos elementos como la fortaleza, la constancia, el coraje y la visión serán necesario mejorarlos, pues sumados dar un mayor porcentaje de éxito a una idea de negocio, en este contexto es imperativo entender, comprender y concientizar todo lo que significa ser un emprendedor, reconociendo las habilidades personales con las que se cuenta de manera individual, de esa manera se puede trabajar en algunas áreas de oportunidad en caso de ser necesario.

Ser emprendedor es una lucha ardua y constante,
es vencer los miedos y enfrentar los retos,
es traspasar las fronteras de nuestros propios límites.

Es caminar y saber que cada paso que se avanza
es un escalón más hacia el logro de los objetivos.

Ser emprendedor es lograr los sueños
que tan ansiosamente son acariciados por mucho tiempo.

Ser emprendedor es tener habilidades
y conocimientos que llevados a la práctica
materializan el camino al éxito.

E.J.M.

1.1 EVALUACIÓN INICIAL

Instrucciones. Conteste las siguientes preguntas con lo que usted considere correcto.

1. Sabe qué es emprender?

2. Mencione al menos dos ventajas que tendría para usted el emprender una idea de negocio.

3. ¿Por qué desea ser emprendedor?

4. ¿Qué significa para usted la perseverancia?

5. ¿Qué significa para usted el compromiso?

Reflexione, ¿Ha pensado sobre alguna idea de negocio en particular? En caso de no ser así, es necesario írselo planteando, si es lo contrario, entonces es necesario ir trabajando en esa idea en particular.

1.2 DEFINICIÓN DE EMPRENDER

Ser emprendedor es una oportunidad que se presenta para algunas personas, y eso puede significar una serie de beneficios a nivel personal y profesional, sin embargo, el concepto implica iniciativa, pasión, decisión y riesgo y no todas las personas están capacitadas para llevar a cabo una materialización de las ideas personales.

Parte de las cualidades que pertenecen a un emprendedor son las siguientes:

- Tener claridad de ideas
- Tener tenacidad y persistencia
- Capacidad para adaptarse a situaciones nuevas
- Capacidad de creatividad e innovación
- Capacidad de comunicarse y socializar
- Capacidad de afrontar y asumir riesgos
- Criterio para saber priorizar
- Tener visión estratégica
- Capacidad de organización
- Capacidad de negociación
- Capacidad para trabajar en equipo
- Tener capacidad resolutive
- Tener optimismo

Llevar a cabo una idea de negocios requiere mucho esfuerzo por parte de la persona que decide iniciarlo, no solo por lo que conlleva en recursos como el tiempo y el capital, sino también por la parte emocional que debe trabajarse como la empatía, la paciencia y la constancia, entre otras cualidades, para potencializar las habilidades personales y laborales si se desea llevar a bien el emprendimiento.

“Ser emprendedor significa creer en uno mismo. Implica tener una actitud positiva e iniciativa para crear, reinventar y lanzar proyectos. Es además querer ser proactivo ante los retos y problemas que van apareciendo en el día a día. Es querer innovar y plantear nuevas formas de ver y entender las cosas. Los valores asociados a emprender van en la línea de construir y creer en un futuro mejor. Trabajo, esfuerzo, compromiso y dedicación son la esencia de los nuevos emprendedores...”¹

Reflexione sobre cuáles son las cualidades que usted ha percibido que tiene, anótelas a continuación.

1 Sanchez, O. (17 de julio de 2012). ¿Por qué hacerse emprendedor? Recuperado de <https://www.eleconomista.es/blogs/emprendedores/?p=2536>

1.2.1 VENTAJAS DE SER EMPRENDEDOR

A continuación, se muestran algunas de las ventajas de iniciar un emprendimiento:

- **Ser emprendedor da autonomía.** Una persona cuando decide iniciar su idea de negocios tiene la oportunidad de tomar decisiones, ordenar como desee su negocio e invertir su capital como considere conveniente, la organización y la responsabilidad serán solo suyas.
- **Ser emprendedor permite tener una visión integral.** El esfuerzo que lleva crear un negocio permite desarrollar la creatividad y la innovación, además de trabajar de manera continua la capacidad de adaptación a situaciones que cambian día con día. El emprendimiento exige potencializar la organización, el trabajo en equipo, la tenacidad, la persistencia y una planeación a futuro porque son los pilares que permitirán tener un progreso mantenido y ascendente del proyecto.
- **Ser emprendedor permite mayor estabilidad personal y económica.** Cuando se es dueño de una empresa no se depende de un externo para mantener el trabajo ni para fijar un salario, el esfuerzo personal estará en proporción con lo que uno buscará obtener como retribución económica.
- **Ser emprendedor permite la satisfacción personal.** Trabajar en las ideas personales permite mantener el interés, la pasión, el esfuerzo y el orgullo de ir consiguiendo nuestros objetivos, permitiendo tener una energía positiva y un sentimiento de satisfacción personal.
- **Ser emprendedor permite contribuir positivamente con la sociedad en general.** Cuando se realiza nuestro trabajo con agrado, con tolerancia, con persistencia y con el conocimiento de que nuestro producto o nuestro servicio no daña a nadie, sirve para mejorar algo y además no maltrata al medio ambiente, resulta ser un fuerte aliciente para hacer las cosas mejor cada vez, siendo una contribución positiva a la sociedad.

1.3 DEFINICIÓN DE EMPRENDER

El emprender según el diccionario de la Real Academia Española es “acometer y comenzar una obra, un negocio, un empeño, especialmente si encierran dificultad o peligro”.²

² emprender | Diccionario de la lengua española. (1 de mayo de 2022). Recuperado de <https://dle.rae.es/emprender>

Se denomina emprendedor a una persona que tiene toda la intención de llevar a cabo una idea de negocios, quien ha encontrado una oportunidad de llevar a cabo su iniciativa.

Emprender no significa no tener miedos, sino tener temor y valentía para superarlo, es tener tolerancia al fracaso porque tal vez un resultado positivo de la idea no se consiga a la primera y requerirá de más intentos, es tener constancia sabiendo que solo insistiendo tal vez resulte lo que deseamos, aunque tampoco es una garantía.

Emprender es una aventura llena de incertidumbre cargada de pasión, anhelo y deseos de ver materializados los sueños que se tienen, porque se está consciente que será un proyecto de vida y se vivirá del resultado económico de ello aunado a la satisfacción personal.

En relación a los negocios, las metas más comunes que persiguen las personas son las siguientes:

- No perder el equilibrio entre la vida personal y profesional
- Vivir mejor
- Tener una independencia financiera
- Realizar lo que nos gusta hacer
- Tener una realización personal

1.4 ¿PORQUÉ SER EMPRENDEDOR?

Es necesario tomarse unos minutos para reflexionar de manera personal cuáles son los motivos que se tienen para iniciar un emprendimiento. Anote enseguida la conclusión a la que llegó.

Entre más claro se tengan los motivos personales para materializar una idea de negocios, más fácil será mantener el ánimo y la pasión para seguir adelante y que el esfuerzo persista de manera constante.

Una vez que se han analizado los motivos personales que desean impulsar el emprendimiento, se hará mención a continuación de algunos de los motivos más generales del porqué las personas deciden convertirse en emprendedores:

- Independencia económica y personal
- Tener más libertad de tiempo
- Lograr estabilidad financiera
- No depender de un jefe
- No trabajar para nadie más
- No estar atado a una empresa

Llevar a cabo una idea de negocios resulta de la suma de actitudes y aptitudes de una persona para realizar el proyecto, la insatisfacción por lo que se tiene y lo que se puede lograr puede ser un motivo importante para impulsar mayores retos a conseguir, incursionando en el mundo de los negocios.

1.5 ADN DEL EMPRENDEDOR

A juicio personal reflexione, ¿Cuáles son las características que debería tener un emprendedor para ser exitoso? y anótelas enseguida en las siguientes líneas.

“Según un estudio de Guardian Life Small Business Research Institute, en el cual participaron más de 1 100 empresas, hay seis elementos que definen el ADN de un emprendedor:

- **Personas orientadas a la acción:** Buscan soluciones activamente y ofrecen respuestas concretas a las situaciones.
- **Assumen el control:** Asociado con lo anterior, en el ADN emprendedor está muy marcada la tendencia a tomar el control de las situaciones, evitando que otros decidan por ellos. Valorán mucho la libertad para decidir.
- **Curiosidad:** Se interesan en distintos temas y les gusta saber cómo se hacen las cosas. Preguntan mucho y si algo llama su atención, indagan hasta el fondo.
- **Trabajan en equipo:** Uno de los rasgos del ADN emprendedor es la capacidad para trabajar en equipo. Les gusta organizar a los grupos y delegar tareas o funciones.

- **Enfocados al futuro:** Quienes cumplen con el perfil del emprendedor suelen ser personas con gran capacidad de proyectarse hacia el futuro. Evalúan las consecuencias de sus actos, o de las situaciones en general.
- **Atentos a la tecnología:** Están siempre muy atentos a las innovaciones y en particular a la tecnología. Saben que las herramientas tecnológicas son muy útiles y por eso tratan de mantenerse actualizados.”³

1.5.1 LOS ELEMENTOS DEL ADN

El ADN es el material que contiene la información hereditaria en casi todos los organismos vivos, el perfil de una persona se refiere a aquellos rasgos particulares que la caracterizan y que sirven para diferenciarse de otras.

Los expertos están de acuerdo en que un emprendedor no nace, sino que se hace, algunos de los elementos que definen el ADN de un emprendedor en general son:

Disposición a tomar riesgos. Un emprendimiento de manera inicial significa incertidumbre, la inestabilidad de ingresos que puede surgir al principio puede desmotivar a cualquiera, dejar la seguridad de un puesto en una empresa con todos los beneficios que eso conlleva, a buscar a crear algo nuevo requiere de decisión y valentía.

Liderazgo. El emprendedor debe saber asumir el control y la responsabilidad de las decisiones tomadas para llevar por el mejor camino a su idea de negocios, las decisiones equivocadas son un riesgo constante y latente en el emprendimiento.

Trabajo en equipo. La delegación de funciones y la organización de trabajo se hace necesario en el emprendimiento, la acción se convierte de singular a plural y los logros es el resultado de la participación de todos los integrantes que participan.

Visión. La proyección a futuro con una perspectiva a largo plazo se hace necesaria cuando se habla de negocios, condiciones externas en el ambiente como la pandemia que afectó a un gran número de personas a lo largo de todo el mundo en el año 2020, hace necesaria la alta capacidad de adaptación a situaciones nuevas.

Todas las características anteriores son las que los expertos consideran que un emprendedor debería tener, algunas personas tienen más, otros menos, sin embargo, los seres humanos son susceptibles al cambio, aquellos rasgos que no se posean, pueden trabajarse para desarrollar aún más el potencial personal, todo puede construirse y modificarse al paso del tiempo, dependerá del esfuerzo que cada persona ponga para lograr los objetivos planteados.

A través de la experiencia lograda en el ámbito laboral a través de varios años, se han considerado sumar dos características que consideramos esenciales para que los emprendedores logren sus objetivos. A continuación, se hace mención de ellas:

³ NegoyEmpre. (2021). 10 características de un emprendedor genuino | ¿Tienes el ADN de los emprendedores? Negocios y Empresa. Recuperado de <https://negociosyempresa.com/caracteristicas-adn-emprendedor/>

1.5.2 EL COMPROMISO

Cumplir con tareas nuestras o encomendadas resulta esencial cuando de negocios se trata, la empatía y la pasión son actitudes inherentes a esta acción, una persona comprometida es aquella que cumple no solo con su trabajo, sino que da un poquito más de sí; vive, sueña y proyecta todas sus energías para el logro de sus metas demostrando una gran entrega en su trabajo, la labor que realiza se da a notar en todos los ámbitos y eso es valorado por todos los integrantes del entorno.

1.5.3 LA PERSEVERANCIA.

Iniciar la idea de negocios no es suficiente, se debe tener constancia en el seguimiento de las acciones que se realizan en el desarrollo del negocio, se debe tener la capacidad para seguir adelante a pesar de los fracasos, las situaciones adversas, las molestias o incluso el desánimo y el aburrimiento; se debe tener la concentración de trabajar en las diferentes tareas que mantendrán estable el negocio.

En el extremo opuesto a la perseverancia se encuentran las personas flojas que ni siquiera hacen el intento o que se rinden demasiado pronto, que buscan aprovechar los atajos siempre que pueden y hacer las cosas lo más fáciles que se pueda prestar la situación, además de perder el interés con facilidad y abandonar las situaciones a la más mínima dificultad.

La perseverancia se hace necesaria si los emprendedores desean iniciar y mantener su idea de negocios.

RESEÑA

“Un informe de Ernst & Young, basado en encuestas realizadas a 685 líderes emprendedores de negocios del mundo, muestra que generalmente tienen una combinación de comportamientos y actitudes. Una de sus conclusiones fue que el emprendedor se hace, no nace. Sí: la genética poco o nada tiene que ver con la capacidad de cambiar el futuro de la economía personal.

El estudio encontró que el líder emprendedor joven y dinámico que inicia un proyecto recién egresado de la universidad es persistente.

Pero eso sí, la experiencia es la clave, ya que más de la mitad de los encuestados se describieron como emprendedores “cambiados”; es decir, ya tuvieron un empleo tradicional antes de aventurarse por su cuenta.

El obstáculo más común al que se enfrentaron fue la falta de financiamiento; así lo afirmaron seis de cada 10 encuestados. En la parte central del modelo creado por la firma se encuentra una creencia de que los sucesos son el resultado directo de las acciones o comportamientos propios de una persona. Esto se complementa por una mentalidad que identifica oportunidades donde otros ven problemas, junto con una aceptación de un riesgo

Ejercicio

Una vez analizados los elementos de ADN del emprendedor, escriba la característica que más le haya impactado de las ya mencionadas que crea que le hace falta, y piense en qué acciones puede llevar a cabo para hacerlo parte de usted.

1.6 CREANDO EL CURRICULUM VITAE

El currículum vitae de manera general es un documento que contiene la relación ordenada de los datos personales, formación académica, experiencia laboral y habilidades de una persona.

El currículum se redacta con objeto de responder a una oferta de trabajo, pero también puede ser espontáneo, es decir se redacta sin la existencia de una oferta, es una forma de mantener un orden en nuestros documentos.

Dentro de las generalidades que debe cubrir un documento de esta naturaleza para ser efectivo es que no rebase las 2 cuartillas de información, se deben evitar párrafos largos, se debe mencionar la información más relevante y se debe mantener actualizado, también no debe mentirse en el llenado, se debe redactar en un diseño simple pero profesional, es importante que se comprueben los perfiles de las redes sociales y asegurar el que logren el fácil contacto con nosotros, evitando errores de gramática y ortográficos en el documento.

4 Santin, A. (23 de enero de 2015). El ADN del emprendedor. Recuperado de <https://www.grandespyumes.com.ar/2015/01/23/el-adn-del-emprendedor-3-2/>

Realizar un documento de esta naturaleza, por contener muchos datos sumamente específicos lleva tiempo revisar, se sugiere que una vez que se ha creado, se guarde una copia actualizada con el fin de poder acceder a él de manera pronta en caso de ser necesario.

Los curriculums Vitae más comunes son:

Currículum Vitae cronológico. En este se ordenan los datos según ocurrieron en el tiempo. El orden puede ser:

- **Natural.** Aquí se exponen primero los datos más antiguos y al final los más actuales.
- **Inverso.** Es decir, comenzando a ordenar los datos por los más recientes y acabar por los más antiguos.

Currículum Vitae funcional. Aquí se agrupan los temas por bloques de contenidos (Datos personales, formación académica, experiencia laboral y habilidades personales).

Ejercicio. Se le pide desarrollar brevemente su curriculum vitae considerando los datos que a continuación se le piden. Esta información se deberá incluir en el capítulo 10 en documentos acumulables.

Datos personales

- Nombre
- Domicilio
- Teléfono
- Correo electrónico
- Estado civil
- Nacionalidad
- Clave CURP
- No. De seguridad social
- Clave de la Licencia de conducir

Formación académica. Solo el último grado de estudios obtenido.

Institución

Nivel acreditado

Período estudiado

Documento obtenido

Experiencia laboral. Solo el último trabajo que se haya tenido.

Nombre de la empresa donde se ha laborado
 Periodo laborado
 Principales funciones desempeñadas
 Motivo principal de separación del trabajo

Habilidades personales. Ponerlas en forma de lista.

1.7 EVALUACIÓN FINAL

Test para reconocer habilidades empresariales

La siguiente evaluación empresarial fue desarrollada por el consejero de profesiones, Valerie Acuff. Considere su potencial personal para operar su negocio. Marque con una “X” el número de cada declaración que mejor demuestra lo que usted es o cómo se sentiría en las diferentes situaciones proyectadas.

1: de ninguna manera, 2: a veces, 3: a menudo, 4: por lo general, 5: siempre.	1	2	3	4
Me gusta estar a cargo y por lo general dirijo grupos en mis labores				
Yo tengo la tendencia de “ver todo” y apreciar todos los aspectos de un proyecto				
Soy un líder con la gente. Los otros esperan que yo los dirija				
Puedo evaluar de manera realista mis talentos y habilidades				
Pido consejo de los expertos en los asuntos donde necesito ayuda				
Hago todo sin equivocaciones y completo con exactitud los trabajos que comienzo				
Disfruto resolver problemas y veo los obstáculos como oportunidades				
Planeo todas las actividades del día y cumplo con todo lo planeado				
El tomar riesgos me da un sentido de excitación				
Delego el trabajo a otros y me separo del proyecto, aceptando su progreso y resultados				
Por lo general puedo recuperarme rápidamente después de un revés				
Estoy dispuesto a dedicarme a mi negocio				
No me distraigo fácilmente de mis tareas				
Tengo planificado un presupuesto del cual no me desvío				
Por lo general no hago compras de los que llaman por teléfono y venden de puerta en puerta				
Acepto la responsabilidad por los proyectos que están a mi cargo				
Demoras o disgustos no me disuaden en los planes u objetivos que he establecido				
Tengo objetivos y planes para 1 año, para 5 años y para 10 años				
Hago un balance de mis cuentas bancarias al fin de mes				
Después de haber orado por mucho tiempo, tengo la convicción de que Dios me está guiando a comenzar este negocio por mi cuenta				
Suma de los resultados por columna				
Suma de resultados total				

Instrucciones: Sume los números marcados.

Resultados: Si el resultado es superior a 80 puntos, usted no debería tener problemas en operar su propio negocio. Si el resultado es inferior a los 60 puntos, usted deberá estudiar aquellos puntos donde tiene un resultado bajo y trabajar en ello.⁵

REFERENCIAS

Acuff, V. (s.f.). **Test para Reconocer Habilidades Empresariales** | Recuperado de <https://www.sigueme.net/finanzas/test-para-reconocer-habilidades-empresariales>

BBVA. (2021, marzo 26). **¿Qué es ser emprendedor?** BBVA Argentina. Recuperado de <https://www.bbva.com.ar/economia-para-tu-dia-a-dia/emprendedores/bbva-te-cuenta-que-es-ser-emprendedor.html>

Calvo, J. A. (2022). **Las 12 cualidades del emprendedor exitoso**. Sage Advice Recuperado de <https://empredepyme.net/el-perfil-de-un-emprendedor.html>

Emprender | **Diccionario de la lengua española**. (1 de mayo de 2022). Recuperado de <https://dle.rae.es/emprender>

González M. (2009). **Algo sobre la autoestima. Qué es y cómo se expresa**. Aula: Revista De Pedagogía De La Universidad De Salamanca. Recuperado de <https://revistas.usal.es/tres/index.php/0214-3402/article/view/3530>

<http://definicion.de/emprendimiento/#ixzz3Oo8maBNy> Pérez Porto, J, Gardey A.. (8 de julio del 2022). **Emprendimiento - Qué es, características, definición y concepto**. Google Chrome

<http://diariodeemprendedores.com/ideasdenegocio/%C2%BFpor-que-hacerse-emprendedor.html> (29 de mayo del 2022). **10 Beneficios de ser emprendedor** . Google Chrome. Diario de emprendedores

<http://ingenieria.univalle.edu.co/trasocial/Files/Manejotiempo.pdf> Rodríguez P. (7 de noviembre del 2022). **Manejo efectivo del tiempo**. Prezi

<https://mireiapoch.wordpress.com/2010/04/05/la-ventana-de-johari-ayuda-a-analizar-la-dinamica-de-las-relaciones-interpersonales/>

Psicocoach. (4 de octubre del 2022). **La “ventana de Johari” ayuda a analizar la dinámica de las relaciones interpersonales**. Coaching, Psicología y Mindfulness

<https://mipropiojefe.com/por-que-convertirte-en-un-emprendedor-y-abrir-tu-propio-negocio/> Fernando Heredia, Director de Pymempresario. (27 de junio del 2022). **Por qué convertirte en un emprendedor y abrir tu propio negocio**. Google Chrome. Mi Propio Jefe

http://motivacion.about.com/od/psicologia_positiva/ss/La-Perseverancia-Como-Una-De-Las-Fortalezas-Del-Character.htm Muñoz A. (1 de noviembre del 2022). **La perseverancia como una de las fortalezas del carácter**. Google Chrome. about español

<http://www.aulafacil.com/gestiontiempo/curso/Lecc-8.htm> Instituto Tecnológico Superior de FRESNILLO. (26 de septiembre del 2022). **Cómo administrar el tiempo**. Google Chrome. SlideShare

<http://www.cuadresubolsillo.com/maneje-sus-deudas/articulo/hasta-que-punto-conviene-endeudarse/45> (30 de mayo del 2022). **El sobreendeudamiento, un problema que nos afecta a todos**. Google Chrome

5 Acuff, V. (s.f.). Test para Reconocer Habilidades Empresariales | Valerie Acuff. Recuperado de <https://www.sigueme.net/finanzas/test-para-reconocer-habilidades-empresariales>

<http://www.cuadresubolsillo.com/planee-sus-finanzas/articulo/por-que-importante-ahorro/40> López H. (11 de abril del 2022). **¿Por qué es importante ahorrar?**. Google Chrome. Derecho Bancario y Bursatil

<http://www.definicionabc.com/economia/atencion-al-cliente.php#ixzz3HCfDvdGO> Florencia Ucha. (30 de noviembre del 2022). **Definición de Atención al Cliente**. Google Chrome. DefiniciónABC Su diccionario hecho fácil

<http://www.definicionabc.com/social/personalidad.php#ixzz3OoNdwh4T> Repetto A. (30 de noviembre del 2022). **Definición de Personalidad**. DefiniciónABC su diccionario fácil

<http://www.emprende.edu.ve/emprendedores/14-articulos-emprendedores/59-por-que-ser-emprendedor> Bóveda J. (15 de Febrero del 2022). **Manual de Emprendedurismo**. Google Chrome. PRODUCTIVA Servicio de Desarrollo Empresarial

<http://www.emprendepyme.net/el-perfil-de-un-emprendedor.html> Sánchez L. (23 de Marzo del 2022). **El Perfil de un Emprendedor**. Google Chrome. EMPRENDEPYME.NET

<http://www.emprendepyme.net/12-caracteristicas-basicas-de-los-emprendedores-de-exito.html> Sánchez L. (23 de marzo del 2022). **12 características básicas de los emprendedores de éxito**. Google Chrome. EMPRENDEPYME.NET

http://www.ingenieria.unam.mx/~jkuri/Apunt_Planeacion_internet/TEMA11.1.pdf (30 de mayo del 2022). **11.1 Definición del Concepto de Planeación**. Google Chrome, PDF. II TEORÍA DE LA PLANEACIÓN

<http://www.quesignifica.es/glosario-de-terminos/glosario-financiero/endeudamiento-que-es/> NACIONES UNIDAS, CEPAL. (24 de junio del 2022). **Glosario de términos financieros**. LC/MEX/L.304

<http://www.promonegocios.net/clientes/tipos-clientes.html> (29 de julio del 202). **Tipos de Clientes**. Google Chrome. PromonegocioS.net

<http://www.rivassanti.net/curso-ventas/seguimiento-del-cliente.php> (30 de mayo del 2022). **Consultoría en Ventas**. Google Chrome. Aliatec

<http://www.soyentrepreneur.com/20522-el-adn-del-emprendedor.html>

<http://www.webandmacros.com/innovacionconceptos.htm> BERIGUETE DE LEON A. (7 de marzo del 2022). **La innovación disruptiva y la innovación incremental**. Google Chrome. EOI, Escuela de Organización Industrial

NegoyEmpre. (2021). 10 características de un emprendedor genuino | **¿Tienes el ADN de los emprendedores?** Negocios y Empresa. Recuperado de <https://negociosyempresa.com/caracteristicas-adn-emprendedor/>

¿Qué es el ADN?: MedlinePlus Genetics. (s. f.). Recuperado de <https://medlineplus.gov/spanish/genetica/entender/basica/adn/>

Sanchez, O. (17 de julio de 2012). **¿Por qué hacerse emprendedor?** Recuperado de <https://www.eleconomista.es/blogs/emprendedores/?p=2536>

Santin, A. (23 de enero de 2015). **El ADN del emprendedor**. Recuperado de <https://www.grandespymes.com.ar/2015/01/23/el-adn-del-emprendedor-3-2/>

Ucha, F. (enero, 2009). **Definición de Perfil**. DefinicionABC. Recuperado de <https://www.definicionabc.com/general/perfil.php>

LA VOLUNTAD EN LA CONTRATACIÓN ELECTRÓNICA DE SEGUROS PRIVADOS EN MÉXICO

Data de aceite: 01/08/2023

Daniela Cortés Cedeño

Maestra en Derecho con opción terminal en Derecho procesal Constitucional por la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia, Michoacán.

RESUMEN: Ante el constante desarrollo social y tecnológico, se analiza la contratación electrónica de seguros privados en México, ya que del estudio de la legislación aplicable, se aprecia un tema significativo que no se encuentra debidamente regulado o ha sido tímidamente contemplado en el sistema jurídico mexicano, causa de un clima de desconfianza, traducida en inseguridad jurídica para los usuarios. Por esto, en la contratación virtual, el principal problema es la manifestación de la voluntad por medios electrónicos al momento de su perfeccionamiento. De tal modo, la manifestación de la voluntad por medios electrónicos representa un conflicto en este tipo de contratación, sobre todo, en el caso de los contratos de seguro privados, al no encontrarse reguladas de manera específica las formas de plasmar el consentimiento.

PALABRAS-CLAVE: contrato electrónico, contrato de seguro, voluntad, medios electrónicos.

INTRODUCCIÓN

En la actualidad, ante el desenvolvimiento social y el desarrollo tecnológico a grandes velocidades, deriva la evolución en la manera de celebrar contratos gracias a la implementación de los avances tecnológicos, por ello, ahora no solo se trata de los contratos como tradicionalmente se conocen, escritos y plasmados en papel con firma manuscrita como voluntad y consentimiento de los contratantes, en la actualidad se da pauta a la celebración de contratos electrónicos, pues el Código Civil Federal (11 de enero de 2021), en su artículo 1803, fracción I, establece que el consentimiento expreso se refiere al acto donde la voluntad se manifiesta verbalmente, por escrito, por medios electrónicos, ópticos o cualquier otra tecnología, o por signos inequívocos.

La relevancia práctica surge cuando el problema incrementa en estas relaciones comerciales al no encontrarse establecidas las formas de plasmar el consentimiento, siendo necesaria la adaptación y adición de

los ordenamientos al entorno social actual. Teóricamente es relevante al analizarse las ideas de diferentes autores, emergiendo la relevancia metodológica y el análisis para identificar las deficiencias en los ordenamientos e iniciar la difusión sobre el tema permitiendo en un futuro contar con marcos jurídicos que promuevan la confianza y seguridad de los usuarios.

CONTRATACIÓN ELECTRÓNICA DE SEGUROS PRIVADOS EN MÉXICO

Al hacer referencia a la contratación electrónica de seguros privados, es importante definir dichos términos. De ello, uno de los grandes contractualistas, Tomas Hobbes (1651), menciona al contrato como “la mutua transferencia de derechos” (p.109). Así, el contrato involucra la transferencia de derechos de las partes celebrantes, ambos contratantes realizan una cesión de derechos voluntaria con la finalidad de obtener un beneficio de la transmisión, es decir, se manifiesta y se exterioriza la voluntad con el objeto de crear efectos de derechos y obligaciones.

Ahora bien, en la actualidad se ha dado pauta a la celebración por medios virtuales, surgiendo el denominado contrato electrónico como “Todo contrato en el que la oferta y la aceptación se transmiten por medio de equipos electrónicos de tratamiento y almacenamiento de datos, conectados a una red de telecomunicaciones” (Plaza, 2013, p. 561), se traduce en aquellas relaciones contractuales celebradas por medios electrónicos.

Por consiguiente, el contrato de seguro es aquel que surge de la actividad y vida cotidiana de las personas, lo cual quiere decir que, las empresas de seguros circundan en la actividad humana identificando cuáles son los riesgos a los que se encuentran expuestas las personas y sus bienes, así como las probabilidades de que estos sucedan, y la angustia e intranquilidad que representan, en consecuencia los contratos de seguro cuentan con elementos estructurales, formales, personales y reales.

El contrato de seguro privado pertenece a los conocidos como contratos de adhesión, Castrillón (2006) los describe con características especiales: es típico, al ser regulado por la ley sobre el contrato de seguro; principal, al existir por sí mismo sin necesidad de otro; de tracto sucesivo, es decir, las partes dentro de él se obligan durante un período determinado de tiempo; bilateral, lo conforman derechos y obligaciones respecto del mismo; oneroso, dentro de éste se debe de cubrir el pago de una contraprestación denominada prima; conmutativo, esto es, las partes deben tener conocimiento de las prestaciones por motivo del contrato; consensual, al surgir del acuerdo de voluntades de los celebrantes; adhesión, porque las condiciones del contrato suelen ser establecidas de manera unilateral por la compañía de seguros.

En este orden de ideas, México cuenta con una Constitución para la protección federal de su territorio. Cada Estado provee sus leyes de acuerdo con la necesidad de la población, mismas que deberán actualizarse, modificarse, o adicionar temas que sean novedosos y afecten o modifiquen el desenvolvimiento social. Ordenamientos aplicables a

la actualidad en relación al surgimiento de nuevas tecnologías y descubrimientos científicos.

Por ello, en temas de contratos la legislación aplicable es el Código Civil Federal (11 de enero de 2021), éste en su artículo 1803, fracción I, establece que el consentimiento expreso se refiere al acto donde la voluntad se manifiesta verbalmente, por escrito, por medios electrónicos, ópticos o cualquier otra tecnología, o por signos inequívocos. Del mismo modo, la ley Sobre el Contrato de Seguro, en el numeral 21 fracción I, de la Ley sobre el Contrato de Seguro, someramente establece: “Se perfecciona desde el momento en que el proponente tuviere conocimiento de la aceptación de la oferta” (H. Congreso de la Unión, 1935, p.3). En consecuencia, el problema consiste en identificar cómo proteger los derechos de los usuarios en la contratación de seguros privados al momento de plasmar el consentimiento en medios electrónicos, ya que, lo ordenamientos legales no han ahondado en dicho tema.

La Ley de Instituciones de Seguros y Fianzas (H. Congreso de la Unión, 2015), en el artículo 214 estipuló que en la celebración de operaciones como lo es el contrato de seguro, se efectúa de forma tradicional y por medios electrónicos, no obstante, continúa sin describir cuáles son estos medios electrónicos para adquirir certeza de los derechos y obligaciones contraídos, así como los alcances de los mismos. También, la Comisión Nacional de Seguros y Fianzas en la Circular Única de Seguros y de Fianzas (H. Congreso de la Unión, 2013) buscó garantizar esta protección estableciendo en el punto 4.10.2., lo referente al consentimiento en las operaciones electrónicas entre los clientes y las instituciones de seguro, dejando en consecuencia la posibilidad de plasmarse por forma diversa de la firma autógrafa y la electrónica, sin delimitar en estos medios de forma específica cómo se plasma la voluntad, siendo una falta de certeza jurídica para los contratantes.

De lo anterior, al referirse a los medios electrónicos o cualquier tecnología, el legislador, dejó una vertiente, dando pie a introducir todos los medios surgidos en línea virtual de Internet, sin dar garantía de seguridad jurídica a los contratantes, por no establecerse de manera específica las formas de plasmar la voluntad y el consentimiento para que la relación contractual sea vinculante, y las partes adquirieran derechos y obligaciones como en los contratos tradicionales; pues al no existir lineamientos de regulación, resulta evidente la carencia de requisitos esenciales y necesarios en el acto para garantizar certeza jurídica.

De tal modo, es importante resaltar que como lo invoca Barruiso (2006) en la celebración de la contratación electrónica civil es indispensable la atribución de la manifestación de la voluntad a su emisor, para efectos de adquirir derechos y obligaciones es menester la identidad del contratante, como requisito básico para generar confianza y realizar la contratación. Con la conclusión de la necesidad de la identificación clara e indubitable de las partes.

Se desprende de la aportación de Barruiso (2006) el argumento que tanto en la contratación tradicional como electrónica es imprescindible la identificación de las partes para adquirir derechos y obligaciones, la identidad se compone por el nombre, apellido

y firma, en los casos de personas físicas, o su razón social cuando se trata de personas morales, por ello, se requiere de algún documento oficial para acreditarse. Así, de la contratación electrónica surge la cuestión precisamente, sobre la identificación de las partes al plasmar su consentimiento por medios electrónicos.

Autores como Medina y Cancino (2019), analizan el tema del consentimiento desde un proceso constituido por tres componentes obligatorios: información, voluntariedad y capacidad para la toma de decisiones. La información distingue dos elementos: el contenido de la información debe ofrecerse durante el proceso y la forma de brindarse. La voluntad, en virtud de que el consentimiento debe ser libre, de manera autónoma y voluntaria. El componente de la capacidad es la condición de la persona legalmente competente para ejercer su autonomía.

Los componentes del consentimiento, evidencian la importancia de la información por el contenido y la forma de transmitirse, tomándose en cuenta, además, las características de las personas intervinientes y el contexto para realizarse la interacción con éstas a efecto de que se realice debidamente la trasmisión de la información. De igual forma, la voluntad como componente del consentimiento, se refiere a la libertad de elección, sin condiciones, beneficios, sometimientos, amenazas, o ningún tipo de coerción, esto se relaciona con el componente de la capacidad, para que el individuo tome decisiones en situaciones de su vida, como en la celebración de contratos de seguro.

Por su parte, Dworkin (1988) propone que, si a una persona se le puede hacer responsable por las acciones realizadas bajo coerción o siguiendo órdenes de otra, entonces, la libertad no es necesaria en la existencia de la autonomía, pero el dilema es cuánta responsabilidad tiene una persona al actuar en situación de coerción o bajo condiciones de presión a la orden de otros. En un sentido descriptivo, la autonomía es vista como una manifestación de la identidad individual y la integridad, se fundamentan en creencias y valores personales. Este marco axiológico sustenta la decisión del sujeto en una situación dada.

Dicho lo anterior, y tomando en consideración las aportaciones de los autores hasta aquí estudiados, es de primordial importancia reconocer el impacto del contexto y la capacidad. La decisión autónoma de la persona requiere de información adecuada, conocimiento para analizar e interpretar dicha información y la capacidad de tomar decisiones independientes, además, la necesidad de la identidad de las partes para poder contraer derechos y obligaciones recíprocamente.

Otro autor clave para el estudio de la figura del consentimiento es Maclean (2009), al llegar a la conclusión de que el consentimiento es de carácter personal, arguyendo el hecho de que debe, a primera vista y ante todo, brindarse por la persona sobre quien recaerán las consecuencias y obligaciones de dicha determinación o hecho. Esta apreciación cobra sentido por el hecho de que quien se obliga, adquiere derechos y obligaciones en una relación contractual al plasmar su consentimiento dentro del contrato, o en su caso,

quienes exteriorizan la voluntad en representación o por mandato de una de las partes. Esta aportación es importante en el tema de certeza jurídica por medios electrónicos en la contratación de seguros privados en Michoacán, en razón de la seguridad de quienes formalizan la relación contractual.

La idea del carácter informado del consentimiento, en la opinión de Manson y O'Neill (2007), considera necesario el contexto del personal calificado para presentar información clara y sin tecnicismos, imparcial, exacta, veraz, oportuna, completa, adecuada, fidedigna y oficiosa, es decir, información que otorgue los elementos necesarios para la adopción de una decisión con conocimiento de causa. En la visión de los autores Manson y O'Neill (2007), se requiere de información asequible para los contratantes, sobre todo cuando se trata de contratos adhesivos, donde una sola de las partes es quien elabora el clausulado del contrato y la otra únicamente se adhiere a éste, notándose que generalmente quien lo elabora son las instituciones o empresas con amplios conocimientos en el tema, en comparación con los usuarios quienes simplemente se adhieren a dichos clausulados, sin considerar sus particularidades y necesidades específicas.

De la contratación por medios electrónicos incrementa la problemática al dar pauta a la remisión de la información por estos medios, pero sin dar certeza de entrega y explicación al usuario, menos aún que el clausulado atienda a particularidades y necesidades específicas. Basta poner de ejemplo el contrato de seguro privado, para hacer evidente cómo la realización por medios electrónicos da pauta a las cláusulas denominadas condiciones generales invocadas únicamente por la aseguradora, sin dar certeza de cumplimiento con una información clara y sin tecnicismos, imparcial, exacta, veraz, oportuna, completa, adecuada, fidedigna y oficiosa, como lo indicó el autor mencionado con antelación, y en consecuencia, no se asegura que efectivamente se dio el carácter informado del consentimiento.

Del mismo modo, Manson y O'Neill (2007) infieren que para la validez del consentimiento se considera el contexto de los celebrantes del contrato, tomándose en cuenta las características de cada situación para implementar el proceso de forma adecuada, esto no ocurre en los contratos de seguro privados, al tratarse de condiciones generales elaboradas en bloque y de forma previa sin atender a particularidades específicas.

En este orden de ideas, es primordial contar con ordenamientos que atiendan al entorno y desarrollo social actual, para proteger como en este caso, a los usuarios de los contratos de seguro privados al celebrarse por medios electrónicos, para la certeza jurídica en esta contratación. Por ello, Medina (2020) aporta un método, con una serie de pasos para estudiar una regulación, identificando la trascendencia, aplicabilidad y beneficio de los ordenamientos al contexto actual; la conclusión es el estudio del impacto desde el comienzo de su vigencia, y en consecuencia determinar si es necesaria su modificación, adición o implementación.

TEORÍAS RELACIONADAS

En opinión de Carnelutti (1997) “Las normas deben indagarse primero su finalidad y después su eficacia. Y en el estudio de la estructura, será útil separar la composición con respecto de la aplicación de la norma, es decir, el cómo está hecha, del cómo actúa” (p.37). La teoría de las normas jurídicas se encuentra vinculada con la problemática de certeza jurídica por medios electrónicos en la contratación de seguros privados al analizar la función de los ordenamientos del marco jurídico, desde la finalidad con que fueron creados hasta su grado de eficacia, así como la estructura, composición y aplicación, para observar las deficiencias normativas.

Una de las teorías necesarias en el tema es la voluntad, por tratarse del consentimiento para la celebración y formalización de este tipo de contratos, Bejarano (2010) divide en teoría de la voluntad real o interna y en teoría de la voluntad declarada. En la primera, para aplicar un contrato, el intérprete debe descubrir cuál es la intención de las partes y hacerla predominar; y la segunda, como aquella exteriorizada.

Por ello, Chioyenda (1997) considera a la voluntad como la autonomía que se manifiesta también en la forma especial (escrita y auténtica o autenticada), voluntad traducida como aquel consentimiento autónomo exteriorizado de forma escrita y auténtica, mejor dicho, debe quedar constancia del acuerdo, consenso o la decisión tomada.

Es de esta teoría de la voluntad, que ha de exteriorizarse la voluntad autónoma como consentimiento en la celebración de los contratos emanando derechos y obligaciones, vínculo con la teoría general del contrato y de las obligaciones. Sin embargo, Cisneros (2000) hace referencia a la clasificación de los contratos en derecho público, privado y social. Los del derecho público, atañen a la cosa pública. Los privados, conciernen a la utilidad de los particulares. Y los sociales, tutelan los derechos de la sociedad, en su conjunto, tratando de igualar a los menos favorecidos socialmente. De ahí, los contratos de seguro pertenecen al derecho privado por tratarse de cuestiones entre particulares, al plasmar el acuerdo de voluntades en el documento correspondiente.

En consecuencia, se debe indicar que un contrato es el acto jurídico en donde se manifiesta y se exterioriza la voluntad con el objeto de crear efectos de derechos y obligaciones, es decir, el contrato se caracteriza por ser el acuerdo de deseos e intereses, donde las partes emiten la declaración de su voluntad o consentimiento con el mismo, pues de lo contrario, dicho acto jurídico en donde no se encuentre presente la autonomía de la voluntad para celebrarse no podrá formalizarse, y en consecuencia no existirá (Bejarano, 2010).

Es así, como la voluntad y el consentimiento representan el complemento esencial para la existencia del acto jurídico, concediendo la libertad de formular contratos y clausulados atendiendo a los intereses de las partes celebrantes, emitiéndose el concierto de voluntades materializado como consentimiento que formaliza el contrato.

METODOLOGÍA

Se utilizarán diversos métodos, como son el analítico con la finalidad de fragmentar el problema, el deductivo al apoyarse en la observación específica de hechos que permite crear teorías, el inductivo para el efecto de identificar el elemento esencial de la problemática (Bonilla y Rodríguez, 1997). Esto con la intención de analizar e identificar las deficiencias en los ordenamientos mediante la aplicación de las teorías sustento del trabajo: teoría general del contrato, la teoría general de las obligaciones y la teoría de la autonomía de la voluntad, permitiendo en un futuro contar con marcos jurídicos que promuevan la confianza y seguridad de los usuarios.

Otro método a destacar es el cualitativo, como el método interesado por captar la realidad social estudiada a partir de la percepción del sujeto de su propio contexto, el investigador induce las propiedades del problema estudiado a partir de la realidad que se examina (Bonilla y Rodríguez, 1997). Así, por medio de la observación y del estudio del problema con apoyo en la teoría general de las obligaciones y la teoría de la autonomía de la voluntad.

La investigación cualitativa según Monje (2011) se caracteriza por la recolección de datos desde las perspectivas y puntos de vista de los participantes, sus interacciones y experiencias de cuestiones generales, utilizando técnicas como la observación, entrevistas, encuestas, revisión de documentos, discusión en grupo, evaluación de experiencias personales, registro de historias de vida, interacción e introspección con grupos o comunidades. Su propósito consiste en reconstruir la realidad, tal como la observan los involucrados, por lo que se fundamenta desde una perspectiva interpretativa.

RESULTADOS

Al analizar la contratación electrónica de seguros privados en México, se identifica como deficiencia en los ordenamientos, la falta de estipulación de manera específica de las formas de plasmar el consentimiento, por ello, es importante iniciar la difusión sobre el tema que permita en un futuro contar con marcos jurídicos que promuevan la confianza, seguridad y protección de los derechos de los usuarios de este tipo de contratos celebrados con instituciones financieras como lo son las aseguradoras.

ANÁLISIS

La perspectiva de análisis de investigación se encuentra enfocada a las formas de plasmar el consentimiento por medios electrónicos en la contratación de seguros privados en México. Con el avance tecnológico y el cambio provocado por la pandemia SARS COVID 2019, la celebración de negocios mercantiles dio paso a las plataformas virtuales, problemática abordada. Destacando la urgente necesidad de estudiar el Código Civil

para el estado de Michoacán y la ley sobre el Contrato de Seguro, a efecto de establecer herramientas jurídicas que otorguen certeza y seguridad jurídica a las partes celebrantes en los contratos de seguro privados, cuyo tema principal consiste en la falta de regulación del consentimiento plasmado en estos contratos celebrados por medios electrónicos. Revelación que cambia la forma tradicional de manifestar la voluntad en un documento de manera grafológica, como lo es la firma autógrafa.

CONCLUSIONES

Al tratarse de los denominados contratos de adhesión, a los que pertenece en contrato de seguro privado, la trascendencia versa sobre la aportación de establecer cuáles son las formas de plasmar el consentimiento por medios electrónicos en la contratación de seguro privados en México, al identificar el momento en que se perfecciona la oferta y quedan las partes obligadas en el contrato celebrado.

Lo hasta aquí expuesto demuestra la necesidad de establecer las formas de plasmar el consentimiento por medios electrónicos dentro de este tipo de contratos, donde las herramientas utilizadas lo son los códigos, leyes y tratados internacionales; primordialmente al identificar los alcances jurídicos en los contratos de seguro privados celebrados por medios electrónicos, en los que se utilizan las herramientas virtuales, para la comunicación a grandes velocidades.

LIMITACIONES

La tecnología se encuentra en constante avance y con ello la sociedad en evolución, por lo que, los ordenamientos legales son superados, siendo necesario se actualicen conforme a los cambios sociales, con el fin de identificar y proponer herramientas que permitan lograr una mejor administración e impartición de justicia, con el fin de evitar caer en vicios del consentimiento al momento de celebrar un contrato virtual.

RECOMENDACIONES

Del análisis a la legislación en relación a la contratación electrónica de seguros privados en México, se aprecia un tema significativo que no se encuentra debidamente regulado o ha sido tímidamente contemplado en el sistema jurídico mexicano, causa de un clima de desconfianza, traducida en inseguridad jurídica para los usuarios, por lo que es necesaria la modificación, adición o implementación a los ordenamientos legales atendiendo al realidad social.

REFERENCIAS

Barruio, C. (2006). *La contratación electrónica*. Ed. Dykinson.

Bejarano, M. (2010). *Obligaciones civiles*. Oxford University Press.

Bonilla, E. y Rodríguez, P. (1997). *Más allá del dilema de los métodos. La investigación en ciencias sociales*. Ediciones Uniandes.

Carnelutti, F. (1997). *Instituciones de derecho procesal civil*. Harla.

Chiovenda, G. (1997). *Curso de derecho procesal civil*. Harla.

Castrillón, V. (2006). *Contratos mercantiles*. Porrúa.

Cisneros, G. (2000). *Teoría del derecho*. Trillas.

Código Civil Federal. Nuevo Código publicado en el Diario Oficial de la Federación en cuatro partes los días 26 de mayo, 14 de julio, 3 y 31 de agosto de 1928, texto vigente. Última reforma publicada DOF 03-06-2019.

Comisión Nacional de Seguros y Fianzas (2013). *Circular Única de Seguros y de Fianzas*, Diario Oficial de la Federación, https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/759216/Circular__nica_de_Seguros_y_Fianzas_compulsada_sin_Anexos__12-sep-2022_.pdf

Dworkin, G. (1988), *The Theory and Practice of Autonomy*. Cambridge University Press.

H. Congreso de la Unión (2015), *Ley de Instituciones de Seguros y Finanzas*, Secretaría de Servicios Parlamentarios, https://www.senado.gob.mx/comisiones/finanzas_publicas/docs/LISF.pdf

H. Congreso de la Unión (1935), *Ley sobre el Contrato de Seguro*, Secretaría de Servicios Parlamentarios, <https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/211.pdf>

Hobbes, T. (1651) *Leviatán*. FCE.

Maclea, A. (2009). *Autonomy, Informed Consent and Medical Law: a Relational Challenge*. Cambridge University Press.

Manson, C. y O'Neill, O. (2007), *Rethinking Informed Consent in Bioethics*. Cambridge University Press.

Medina, P. y De la Fuente, M. (2020). *Contratación on-line*, 53 Rev. Ibero-Latinoam. Seguros, 117-136 <https://doi.org/10.11144/Javeriana.ris53.coli>

Medina, M., Cancino, M., Gascón, A., Góngora, J. (2019). *Consentimiento informado. Enseñanza Transversal en Bioética y Bioderecho: Cuadernillos Digitales de Casos*, UNAM, <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/13/6009/4.pdf>

Monje, C. (2011). *Metodología de la Investigación Cuantitativa y Cualitativa, Guía Didáctica*. Universidad Surcolombiana.

Plaza, J. (2013). *Los contratos informáticos y electrónicos*. Tirant Lo Blanch.

NOTAS BIOGRÁFICAS

La **Mtra. Daniela Cortés Cedeño**, es doctoranda del programa en Ciencias Jurídicas, División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, en Morelia, Michoacán. Maestra en Derecho en Juicio Oral Civil y Familiar, Posgrado Universidad Contemporánea de las Américas. Maestra en Derecho con opción en Derecho Procesal Constitucional, División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo. Licenciada en Derecho, con especialidad terminal en Juicios Civiles y Mercantiles, Universidad Nova Spania.

COMUNICACIÓN BIOTECNOLÓGICA EN LA IMPLEMENTACIÓN DE INNOVACIONES AGRÍCOLAS EN MÉXICO

Data de aceite: 01/08/2023

Lourdes Mateos Espejel

Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla, Licenciatura en Ciencias de la Comunicación, México

Haydeé Hernández Ruíz

Haydeé Hernández Ruíz, Universidad de Poitiers, Paris. Estudios en Gestión Administrativa.

Edgar Ulises Escamilla Tiburcio

Estudiante de la Licenciatura en Comunicación y Medios Digitales de la Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla

RESUMEN: A pesar de la importancia que la biotecnología tiene en la salud y la alimentación, esta ha recibido poca atención por parte de la comunicación de la ciencia (Bhatta y Misra, 2016) en los procesos de implementación de innovaciones en la agricultura. Como cualquier otra ciencia, esta puede llegar a ser irrelevante si la sociedad no la emplea en el momento correcto. Por esta razón, es necesario poner especial atención en los científicos, no sólo como generadores de conocimiento, sino como responsables de comunicarlo. El presente estudio registra las prácticas

comunicacionales que biotecnólogos de la Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla realizan con agricultores de distintos estados de México. Mediante un enfoque cualitativo, se condujeron 15 entrevistas a profundidad con investigadores y estudiantes de doctorado. Los hallazgos refieren la existencia de una comunicación unidireccional, donde el científico es el emisor del conocimiento, con pocas oportunidades para la retroalimentación y dimensionar la influencia de las experiencias de los agricultores en la adopción de tecnología. Este trabajo contribuye a identificar algunas prácticas comunicativas que ejercen los biotecnólogos en la agricultura campesina y provee un punto de partida para desarrollar estrategias que mejoren la convivencia entre el conocimiento local y científico.

PALABRAS-CLAVE: agricultura, biotecnología, comunicación de la ciencia

BIOTECHNOLOGY COMMUNICATION IN THE IMPLEMENTATION OF AGRICULTURAL INNOVATIONS IN MÉXICO

ABSTRACT: Despite the importance that Biotechnology has in health and food, it

has received little attention from Science Communication (Bhatta and Misra, 2016), specially during the implementation of agricultural innovations in agriculture. Like any other science, this one can become irrelevant if society does not use it at the right time. For this reason, it is necessary to pay special attention to scientists, not only as generators of knowledge, but also as those responsible for communicating it. This study reports communicational practices that biotechnologists from the Popular Autonomous University of the State of Puebla carry out with farmers from different states of Mexico. Using a qualitative approach, 15 in-depth interviews were conducted with professors and doctoral students. The findings refer to the existence of a unidirectional communication, where scientists are the issuer of knowledge, with few opportunities for feedback and dimensioning the influence of the experiences of farmers in the adoption of technology. This work contributes to identify some communicative practices that biotechnologists exercise in peasant agriculture and provides a starting point to develop strategies that improve the coexistence between local and scientific knowledge.

KEYWORDS: Agriculture , Biotechnology, Science Communication

INTRODUCCIÓN

El desarrollo de la ciencia y la tecnología es crucial para la humanidad; sin embargo, la ciencia más avanzada puede ser irrelevante si su importancia y resultados no son comunicados de forma efectiva para los públicos. La comprensión y aceptación de cualquier tipo de ciencia por parte de la sociedad es crucial para su implementación (Bhatta y Misra, 2016).

En este sentido, la comunicación biotecnológica ha jugado un rol importante en los últimos años, (Montoliu, 2018), especialmente en el sector de la agricultura. Cerca de 17 millones de agricultores en 26 países han trabajado en 191.7 millones de hectáreas de cultivos biotecnológicos (International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications [ISAAA], 2018), además el uso de productos biotecnológicos ha contribuido a incrementar los niveles de producción de algodón, soja, maíz y canola. En 2018, la biotecnología adhirió 278 y 498 millones de toneladas a la producción global de soja y maíz (Brookes y Barfoot, 2020).

No obstante, la implementación y adopción de las innovaciones biotecnológicas sigue siendo un reto, debido a que los científicos brindan poca prioridad al componente comunicacional en los proyectos agroecológicos, lo cual genera deficiencias en la difusión de información clara y correcta, falta de capacitación en habilidades comunicacionales por parte de los científicos, así como limitaciones para comunicar los beneficios de adoptar la tecnología a los agricultores (Ezezika y Mabeya, 2014). La literatura existente indica que la comunicación es una de las variables clave para generar un diálogo con los públicos (Brossard, 2015 y 2019) que asegure la aceptación de los productos biotecnológicos en la agricultura, sobre todo por la importancia de conformar públicos más informados e involucrados (Traynor, Adonis, y Gil, 2007).

Ante este contexto resulta necesario indagar la forma en que actualmente los

biotecnólogos llevan a cabo la comunicación con sus públicos, como es el caso de los agricultores, sobre todo para identificar con claridad el proceso de comunicación empleado, los tipos de mensajes emitidos y las herramientas comunicativas utilizadas. Así, el presente trabajo tiene el objetivo de registrar las prácticas comunicacionales que biotecnólogos de la Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla [UPAEP] realizan con agricultores de distintos estados de México. Actualmente la Facultad de Biotecnología de la institución cuenta con una Línea de Generación y Aplicación del Conocimiento (LGAC) dirigida a la biotecnología agroalimentaria, la cual tiene como propósito generar productos a base de probióticos y prebióticos endémicos de la región sur de México, así como el estudio de microorganismos que afectan a los cultivos y el desarrollo de biofertilizantes (UPAEP, 2022).

De esta forma, el presente trabajo se estructura de la siguiente manera: en el primer apartado se plantea una fundamentación teórica basada en el concepto de comunicación biotecnológica y los tres modelos teóricos de comunicación de la ciencia, centrales en el estudio de la interacción entre expertos y públicos (Hetland, 2014), como es el caso de los modelos del déficit, el diálogo o contexto y la participación pública. Además, casos de aplicación de los modelos de comunicación de la ciencia en la implementación de innovaciones biotecnológicas en la agricultura de países como Uganda (Tibasaaga y Zawedde, 2018) y estrategias de comunicación aplicadas en la adopción de productos biotecnológicos en Kenia (Wairimu et al. 2021).

En el segundo apartado se establece la perspectiva metodológica, la cual corresponde a un estudio cualitativo exploratorio de tipo fenomenológico; en el tercero se abordan los resultados y el planteamiento de la discusión, para finalmente establecer las conclusiones.

1.1 Comunicación biotecnológica en la adopción de innovaciones agrícolas

A pesar de los beneficios de la biotecnología, los agricultores en ocasiones no llegan a percibirlos por las implicaciones que exige adoptar una nueva tecnología, por lo que es importante que las opiniones que se formen de ella se basen en la ciencia, más que en la desinformación, las emociones o datos sin sustento empírico (Asia-Pacific Association of Agricultural Research Institutions [APAARI], 2016). Temáticas, como la modificación genética de las semillas, han distraído la atención hacia los dilemas éticos, y han dejado de lado los progresos para solucionar problemas alimentarios y calidad en la nutrición. Esta situación ha contribuido a generar una percepción negativa de los desarrollos tecnológicos junto con una falta de efectividad para comunicar los beneficios de la agrobiotecnología (Bhatta y Dsgupta, 2016).

Aunado a estas problemáticas, la falta de una comunicación efectiva para la adopción de innovaciones biotecnológicas es un pendiente de la comunidad científica, sobre todo en la agricultura campesina. En este sentido, Cadena-Iñiguez et al. (2018) establecen que la

comunicación es un elemento fundamental para lograr la adopción en la agricultura, sobre todo desde un enfoque institucional que tome “en cuenta las condiciones de los receptores finales” (p.851).

Eresntein y Cadena (1997), en su estudio sobre la toma de decisiones en agricultores de la Sierra Madre de Chiapas, establecieron que cuando un productor tiene acceso a información sobre las innovaciones se genera un proceso que permite el razonamiento para aceptar o modificar una innovación, y posteriormente adoptarla.

A este respecto, Rogers (2003) establece que en un proceso de adopción prevalecen tres tipos de conocimiento necesarios para generarla. El primero corresponde a la conciencia, la cual es información que los individuos poseen sobre la existencia de la innovación. Este tipo de conocimiento puede motivar a la persona a buscar cómo funciona y por qué funciona la innovación. Estos cuestionamientos a su vez representan dos tipos de conocimiento: el conocimiento de proceso (cómo usar) y el conocimiento de principios (por qué usarlo).

Sobre el conocimiento de proceso, éste permite que el usuario obtenga información necesaria para usar la innovación de manera apropiada y definir la cantidad de información a obtener ya que, si la innovación es relativamente compleja, entonces la cantidad de información sobre cómo utilizarse será mucho mayor que si es una innovación menos compleja. De esta manera, si un adecuado nivel de conocimiento sobre cómo emplear la innovación no logra obtenerse antes de probarla, el rechazo y la falta de continuidad son más probables de que aparezcan. De hecho, Rogers (2003) puntualiza que existe escasa investigación que aborde este tipo de conocimiento, aunque significa una variable fundamental en el proceso de decisión para adoptar una innovación.

Finalmente, el conocimiento de principios (Rogers, 2003) se refiere a la información que explica los principios esenciales sobre el funcionamiento de la innovación. Por ejemplo, el conocimiento respecto al proceso biológico de una planta es necesario de conocer para adoptar fertilizantes. Y aunque es posible prescindir de este tipo de conocimiento, el riesgo de que una persona deseche una nueva idea es mucho mayor, y por tanto es más probable que una persona suspenda el uso de la innovación en el corto plazo. Y es que si una persona conoce cómo es el proceso y por qué funciona una innovación, juzgará la efectividad de la innovación de manera más positiva.

Varios estudios han argumentado (Spurk et al., 2020; Adolwa et al., 2018) que la percepción de la información, el conocimiento y las vías para transmitir la información junto con la falta de una apropiada organización y distribución del conocimiento agrícola es la causa de bajos niveles de adopción de tecnologías sustentables. Ante esto, investigaciones como la de Njenga et al. (2021) en Kenia, África han identificado que agricultores están conscientes de las innovaciones agro-biotecnológicas, pero en su mayoría no las usan. Por esta razón, se han implementado orientaciones prácticas como las demostraciones de uso, lo cual permite generar actitudes positivas hacia las tecnologías al proveer información

pertinente que apoya en la toma de mejores decisiones. Así mismo, la repetición ha sido un factor que ha influido positivamente en la adopción de tecnologías sustentables por la recordación constante de las mejores tecnologías a adoptar y las ventajas de hacerlo. Por otra parte, la participación de agentes que presentan la tecnología influye positivamente en la adopción de tecnologías.

De esta manera, la comunicación se constituye como un elemento fundamental para las etapas de conocimiento de la innovación, en las cuales el papel del científico es fundamental. En la literatura, la comunicación por parte de los científicos ha estado determinada por tres modelos: del déficit, diálogo y participación pública, los cuales se abordarán a continuación.

El modelo del déficit se caracteriza por considerar que el público posee poco o nulo conocimiento sobre temas de ciencia y tecnología, por lo que es necesario nutrirlo de conocimientos científicos y tecnológicos. En tanto, el modelo del diálogo o contexto considera que las personas responden a la información científica conforme a su propio contexto social, cultural, político, económico; por lo que construyen su propia comprensión del conocimiento. Y en cuanto al modelo de la participación pública, se orienta a mejorar la participación e incrementar la confianza en la ciencia y la tecnología (Escobar, 2017). La intención no sólo es describir el más adecuado, sino definir los momentos y contextos en los que es conveniente utilizarlos, ya que como Metcalfe (2022) establece, a nivel práctico estos modelos coexisten y conviven, en ocasiones, de manera simultánea.

Un ejemplo sobre la aplicación del modelo de la participación (Tibasaaga y Zawedde, 2018) ha sido el Servicio de Asesoría Nacional de Agricultura [NAAADS] en Uganda, organismo público que se ha enfocado a incrementar el establecimiento de las demostraciones sobre la tecnología e integrar el conocimiento local. De igual forma, el Centro de Información de Biociencias de Uganda [UBIC] ha integrado varios modelos de comunicación de la ciencia para comprender el contexto en el que la comunicación de determinados temas suceden; conocer la relación entre la información que los científicos quieren compartir y la información que determinadas audiencias quieren escuchar; identificar mensajes relevantes que incluyen a científicos y agricultores para emitir información de forma efectiva a audiencias clave; identificar socios estratégicos para maximizar el uso de los recursos disponibles y así alcanzar grandes audiencias; y emplear varios canales de comunicación para obtener retroalimentación de grupos de interés sobre las aproximaciones empleadas para compartir información y brindar acceso a nuevas tecnologías.

1.2 Metodología

El presente trabajo parte de una metodología fenomenológica, la cual busca comprender un fenómeno social a través de las reflexiones que surgen dentro de las conversaciones en grupo, sin intentar generalizar los resultados (Donoso, 2004). De esta

forma, se determinó el empleo de la entrevista a profundidad como técnica de recolección de datos, y de una guía de preguntas semiestructurada agrupada por temas con base a los objetivos del estudio y fundamentación teórica. Se realizaron 15 entrevistas a investigadores y estudiantes de doctorado de la Facultad de Biotecnología de la UPAEP en la LGAC dirigida a la biotecnología agroalimentaria. Los participantes se reclutaron conforme a un diseño propositivo dentro del subgrupo de criterio o colección completa (Martínez-Salgado, 2012).

Para generar la validez del estudio se recurrió a la triangulación de datos de fuentes de información, por lo que también se retoman casos de aplicación de los modelos de comunicación de la ciencia en la implementación de innovaciones biotecnológicas en la agricultura de países como Uganda (Tibasaaga y Zawedde, 2018 y estrategias de comunicación aplicadas en la adopción de productos biotecnológicos de Kenia, África (Njenga et al., 2021).

Los datos recolectados fueron analizados en el programa informático Atlas.ti v.22 bajo un enfoque inductivo con el objetivo de reconocer las categorías iniciales hasta el punto de alcanzar la saturación teórica (Strauss y Corbin, 1998). Así, la codificación abierta fue el procedimiento empleado para la elección de las unidades de análisis, recorrer las transcripciones, generar la codificación y finalmente encontrar categorías emergentes (Hernández, Fernández y Baptista, 2014).

1.3 Resultados y discusión

Las categorías encontradas indican que las prácticas comunicacionales ejercidas por los biotecnólogos están orientadas a la transacción; es decir a la obtención de información por parte del agricultor para el desarrollo de investigaciones. Se observa que existe una carencia de retroalimentación sobre los resultados de los estudios. En la Figura 1 es posible observar la categoría analítica “Comunicación es transaccional, obtención de información, biotecnólogos”.

De esta forma, el biotecnólogo en su labor ubica al agricultor como una fuente de información que le permite obtener las muestras para identificar plagas, en el código “Vamos al producto, no a la persona, biotecnólogos” se evidencia que los científicos consideran que el agricultor es un medio para obtener resultados, y no una fuente de conocimiento para mejorar la innovación o adaptarla. Incluso están conscientes de que existe una falta de retroalimentación sobre los resultados que derivan de la investigación que realiza el biotecnólogo para mejorar las condiciones de los agricultores.

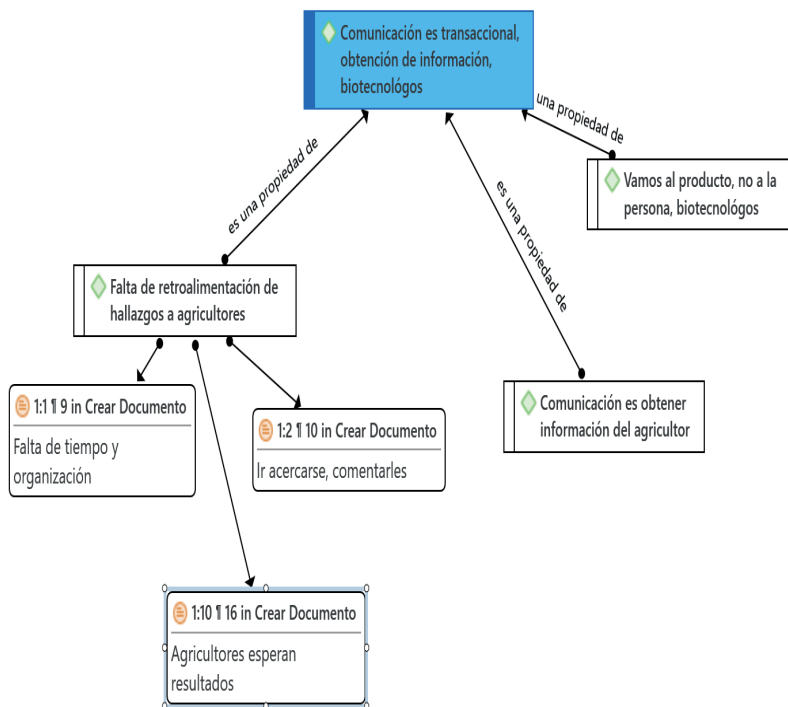


Figura 1

Categoría analítica 1

Nota: elaboración propia con información de la presente investigación.

Esta última situación puede considerarse el origen de un problema mayor, más si se toma en cuenta lo indicado por Rust et al., (2022) sobre las experiencias de agricultores con científicos en Hungría, donde los resultados que generan los científicos no se perciben como útiles ya que no se aplican a las localidades, además el conocimiento producido por los investigadores fue comunicado en términos complejos de entender, lo que se percibe como falta de empatía por parte de los científicos con los agricultores.

La categoría 2, denominada “Comunicación informal con agricultores, biotecnólogos” que puede visualizarse en la Figura 2, muestra una práctica comunicacional por parte de los científicos: la comunicación informal cara a cara.

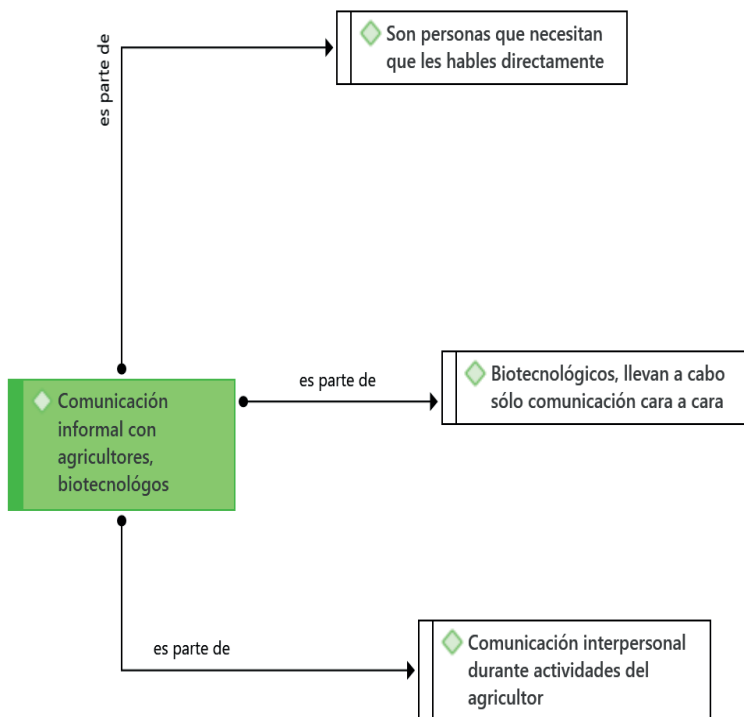


Figura 2
Categoría analítica 2

Nota: elaboración propia con información de la presente investigación

A través de conversaciones informales durante las actividades del agricultor, los biotecnólogos obtienen la información para obtener información, como el caso del control de plagas. Esta práctica coincide con la reportada por Ward et. al. (2013) en el sur de Asia, donde la comunicación cara a cara fue el método de comunicación primario entre los investigadores y los grupos de entrevistados.

En este punto la comunicación es uno de las prácticas comunicacionales que pueden incidir en la etapa de conocimiento (Roges, 2003) de la adopción de innovaciones. No obstante, los científicos no conciben a la comunicación como un factor para consolidar la adopción de innovaciones, sino más bien para generar conocimiento dentro de su disciplina.

CONCLUSIONES

Se concluye que las prácticas comunicacionales promueven una comunicación unidireccional que limita la retroalimentación y dejan de lado tanto el conocimiento que poseen los agricultores a partir de su experiencia en los cultivos. En este sentido el biotecnólogo no se concibe a sí mismo como un agente de cambio (Rogers,2003) que

puede incidir en la adopción de innovaciones, puesto que su investidura de científico lo coloca en una posición alejada de su sujeto de estudio.

Así mismo, se establece que los científicos dentro de sus prácticas comunicativas no ejercen su responsabilidad científica, consistente en divulgar el conocimiento adquirido. Amaro-Rosales y de Gortari-Rabiela, (2016). indican que en el campo existe una división entre el conocimiento local y científico por la falta de un mecanismo de vinculación. De esta forma, los científicos refuerzan esta situación, lo cual puede producir consecuencias como la desconfianza hacia los científicos y falta de credibilidad por parte de los agricultores.

De esta forma, se sugiere que, desde las instituciones educativas y centros de investigación, se realicen capacitaciones en comunicación de la ciencia consistentes en comprender el contexto de los agricultores para que los científicos tomen conciencia y actúen no sólo desde la generación de conocimiento, sino en su aplicación.

Se sugiere que en las instituciones académicas exista la figura de intermediarios científicos, quienes divulguen el conocimiento con los mismos sujetos de estudio con los que realizan su investigación. Esto en conformidad con lo que Rogers (2003) ha considerado como agentes de cambio, quienes en las etapas de conocimiento de la innovación juegan el rol más distintivo e importante en el proceso de decisión de adopción. Aunque la conciencia de la innovación puede alcanzarse de manera más efectiva a través de los canales de comunicación, la mayoría de los agentes de cambio concentran sus esfuerzos en generar conciencia.

Ante esto se propone aplicar el modelo del diálogo o contexto a través de la práctica de la comunicación informal, en específico para que el científico reconozca en el agricultor a una entidad que emana conocimiento y experiencia, y no sólo una fuente de información.

REFERENCIAS

Adolwa, I., Schwarze, S. y Buerkert, A. (2018). Best bet Channels for Integrated Soil Fertility Management Communication and Dissemination Along the Agricultural Product ValueChain: A Comparison of Northern Ghana and Western Kenya. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, 24 (5), 435–456. <https://doi.org/10.1080/1389224X.2019.165608>

Amaro-Rosales, M. y de Gortari-Rabiela, R. (2016). Innovación inclusiva en el sector agrícola mexicano: los productores de café en Veracruz. *Economía Informa*. 400 (1). 86-104. <http://www.economia.unam.mx/assets/pdfs/econinfo/400/06AmaroGortari.pdf>

APAARI (2016). Development of Communication Strategies for Adoption of Agri-Biotechnology in the Asia-Pacific [Documento PDF]. https://apaari.org/wp-content/uploads/downloads/2016/04/Development-of-Communication-Strategies-for-Adoption-of-Agri-Biotechnology-in-the-Asia-Pacific_compressed2.pdf

Bhatta, A. y Dasgupta, K. (2016). Biotechnology communication needs a rethink. *CURRENT SCIENCE*, 110 (4), 573-578. <https://www.jstor.org/stable/24907918>

Brookes, G. y Barfoot, P. (2020). GM crop technology use 1996-2018: farm income and production impacts. *GM Crops & Food*, 11 (4). <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7518751/>

Brossard, D. (2019). Biotechnology, communication and the public. Keys to delve into the social perception of science *Mètode Science Studies Journal*, 9. doi:10.7203/metode.9.11347

Cadena-Iñíguez, P., Guevara-Hernández, F., Argüello-Aguilar, R. y Rendón-Medel, R. (2018). Proceso de comunicación, extensionismo y adopción de tecnologías. *Revista Mexicana de Ciencias Agrícolas*, 9 (4), 851-864.

Donoso, T. (2004). Construccinismo Social: Aplicación del Grupo de Discusión en Praxis de Equipo Reflexivo en la Investigación Científica. *Revista de Psicología*, 13 (1), 9-20

Erenstein, O. y Cadena, P. (1997). La adopción de la labranza de conservación en un sistema de cultivo en ladera en Motozintla, Chiapas. CIMMYT. <https://repository.cimmyt.org/xmlui/bitstream/handle/10883/946/64517.pdf>

Escobar, J. (2017). El problema del déficit en los modelos democráticos de divulgación científica. *Arbor*, 193 (785). <http://dx.doi.org/10.3989/arbor.2017.785n3012>

Ezeizika, O. y Mabeya, J. (2014) Improving Communication in Agbiotech Projects: Moving Toward a Trust-centered Paradigm. *Journal of Applied Communications*, 98 (1). <https://dx.doi.org/10.4148/1051-0834.107>

Hernández, R., Fernández, C. y Baptista, P. (2014). *Metodología de la Investigación*. McGraw Hill

Hetland, P. (2014). Models in Science Communication Policy. *Nordic Journal of Science and Tehcnology Studies*. 2 (2), 5-17. <https://www.ntnu.no/ojs/index.php/njsts/article/view/2144>

ISAAA (2020). *Communicating Crop Biotechnology*. Pocket K. No. <https://www.isaaa.org/resources/publications/pocketk/33/default.asp>

Martínez- Salgado, C. (2012). El muestreo en investigación cualitativa. Principios básicos y algunas controversias. *Ciênc. saúde coletiva*, 17 (3), 613-619.

Metcalfe, J. (2022). Comparing Science Communication Theory with Participatory Practice: Case Study of the Australian Climate Champion Program. *Journal of Science Communication*. 2 (21). https://jcom.sissa.it/archive/21/02/JCOM_2102_2022_A04

Njenga, M., Mugwe, J., Mogaka, H., Nyabuga, G., Kiboi, M., Ngetich, F., Mucheru-Muna, M., Sijali, I. y Mugendi, D. (2021). *Heilyon*, 7(1), 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2021.e08236>

Rogers, E. (2003). *Diffusion of innovations* (5a Ed.). New York: Free Press.

Rust, N., Stankovics, P., Jarvis, R., Morris-Trainor, Z., de Vries, J., Ingram, J., Mills, J., Glikman, J., Parkinson, J., Toth, Z., Hansda, R., McMorran, R., Glass, J., Reed, M. (2021). Have farmers had enough of experts. *Enviromental Management*, 69 (1), 31-44. <https://doi.org/10.1007/s00267-021-01546-y>

Spurk, C., Asule, P., Baah-Ofori, R., Chikopela, L., Diarra, B. y Koch, C. (2020). The status of perception, information exposure and knowledge of soil fertility among small-scale farmers in Ghana, Kenya, Mali and Zambia. *Journal of Agricultural Education and Extension*, 26 (2), 141-161. doi: 10.1080/1389224X.2019.1656089

Strauss, A. y Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. 2. Sage

Tibassaga, A. y Zawedde, B. (2018). Science Communication Models for Agricultural Transformation in Uganda. *Uganda Journal of Agricultural Sciences*, 18 (2), 123-131. <https://www.ajol.info/index.php/ujas/article/view/192687>

Traynor, P., Adonis, M. y Gil, L. (2007) . *Strategic Approaches to Informing*

the Public about Biotechnology in Latin America. *Electronic Journal of Biotechnology*. <http://www.ejbiotechnology.info/content/vol10/issue2/full/12/index.html>

Ward, W., Millar, J., y Southwell, A. (2013). *The role of communication between scientists involved in agricultural development in South Asia*. Report No. 69. Institute for Land, Water and Society. DOI:10.13140/2.1.2780.4961

EVALUACIÓN BASADA EN LOS INDICADORES DE LA SOSTENIBILIDAD: CENTRO DE TURISMO COMUNITARIO “INDICHURIS” EN EL CANTÓN PASTAZA, ECUADOR

Data de aceite: 01/08/2023

Jesica Mariana Cachipueno Castillo

Facultad de Ciencias Jurídicas Sociales y de la Educación. Universidad Técnica de Babahoyo-Extensión Quevedo.

<https://orcid.org/0000-0001-5323-5290>

Marcos Oviedo Rodriguez

Facultad de Administración, Finanzas y de Administración.

Montalvo Babahoyo, Los Ríos.

Francisco Bustamante Piguave

Facultad de Administración, Finanzas e Informática. Universidad Técnica de Babahoyo-Extensión Quevedo.

Aracely Auria Burgos

Facultad de Ciencias Jurídicas Sociales y de la Educación. Universidad Técnica de Babahoyo-Extensión Quevedo.

Alexandra Torres Navarrete

Facultad de Administración, Finanzas e Informática. Universidad Técnica de Babahoyo-Extensión Quevedo.

Liliana Urquiza Mendoza

Facultad de Ciencias Jurídicas Sociales y de la Educación. Universidad Técnica de Babahoyo-Extensión Quevedo.

Fabricio Meza Bone

Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales. Universidad Técnica Estatal de Quevedo.

Judith Cachipueno Castillo

Educación Continua. Universidad Nacional de Educación UNAE.

Gubert Cachipueno Castillo

Facultad de Ciencias Agropecuarias. Universidad Estatal Amazónica UEA.

RESUMEN: Este estudio propone una metodología para evaluar el potencial del turismo sostenible en el Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS” ubicado en la parroquia Pomona perteneciente a la provincia de Pastaza correspondiente a la Amazonía del Ecuador. La evaluación de la sostenibilidad se desarrolló a nivel de tres etapas: (1) Diagnóstico Rural Participativo (DRP) donde se detectaron los problemas a través de una matriz de forma cualitativa; (2) medir el grado de la motivación de los estudiantes sobre la oferta turística a través de un “Modelo Multipaso” lo cual se basa en la clasificación de información cualitativa como informes oficiales, herramientas de recopilación de información directa; donde se utilizó una escala Likert para conocer la categoría de satisfacción donde reflejó que el Centro de Turismo comunitario se encuentra en la categoría Satisfactorio

(40,5%) y Muy Satisfactorio (58,9%) respectivamente y (3) caracterización del lugar a nivel de la dimensión de sostenibilidad, lo que ha llevado a determinar los puntos críticos de sostenibilidad del destino.

PALABRAS-CLAVE: diagnóstico rural participativo (DRP); turismo comunitario; turismo sostenible; sostenibilidad

ABSTRACT: This study proposes a methodology to evaluate the potential of sustainable tourism in the “INDICHURIS” Community Tourism Center located in the Pomona parish belonging to the Pastaza province corresponding to the Ecuadorian Amazon. To assess sustainability, a three-stage level will be implemented: (1) Participatory Rural Diagnosis (DRP) where problems will be detected through a qualitative matrix; (2) measure the degree of motivation of students about the tourist offer through a “Multi-step Model” which is based on the classification of qualitative information such as direct official reports, information gathering tools; where a Likert scale was taken to know the category of satisfaction where it reflected that the Community Tourism Center is in the category Satisfactory (40.5%) and Very Satisfactory (58.9%) respectively and (3) characterization of the place to level of the sustainability dimension, which has led to determining the critical points of sustainability of the destination.

KEYWORDS: participatory rural diagnosis (DRP); community tourism; sustainable tourism; sustainability

INTRODUCCIÓN

El propósito del turismo sostenible es lograr un equilibrio entre la protección del medio ambiente, el mantenimiento de la integridad cultural, el establecimiento de la justicia social y la promoción de los beneficios económicos, satisfaciendo las necesidades de la población anfitriona en términos de mejores niveles de vida tanto a corto como a largo plazo (Liu et al., 2013). Es así, que el turismo es una de las industrias de mayor crecimiento en el mundo y es considerado como una importante fuente de ingresos para muchos países. Aunque el término “ sustentabilidad “ tiene raíces más antiguas, el término “ el turismo sostenible “ surgió por primera vez como resultado de las discusiones del informe Nuestro futuro común y ahora forma parte de la agenda de desarrollo sostenible de las Naciones Unidas (Butler, 1999). En este sentido, se puede mencionar que la utilización de los ejes de la sostenibilidad al turismo es una de las referencias esenciales en los procesos de desarrollo y promoción de los destinos mediante modelos dinámicos de sistemas construidos para destinos turísticos.

En 1987, el informe Brundtland definió el desarrollo sostenible como un concepto que debería satisfacer las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras, de ahí que se reconociera una transformación en la educación para la sostenibilidad (Hales & Jennings, 2017). La idea cambió el paradigma hacia el desarrollo sostenible y se reconoció ampliamente que los estudiantes eran actores clave. En 2005, la UNESCO proclamó los años 2005 - 2014 como la década de la Educación para

el Desarrollo Sostenible.

Para medir la sostenibilidad del turismo comunitario a través de los diagnósticos, existen herramientas como el enfoque Evaluación y Planificación Participativa (EPP). Es el principal instrumento adoptado por el Programa de granja para unir a las comunidades agrícolas para el centro de la toma de acción. A través de un proceso de “hacer y aprender” el objetivo de la EPP es ayudar a los agricultores llevar a cabo sus prácticas agrícolas y de medios de vida y la gestión de sus recursos naturales de manera sostenible (Ye *et al.*, 2002). En los enfoques tradicionales de investigación y desarrollo agrícola, los agricultores no participan en el proceso de investigación y descubrimiento, pero se espera que adopten los resultados de la investigación. “Conocimiento”, adquirido a través del aprendizaje experimental de rebuscadores, envasados y transferidos a los agricultores, no se encuentra la vital ingrediente la oportunidad para el agricultor para formular sus propias preguntas/ella, explorar, aprender y adquirir conocimiento en términos de su propia visión del mundo (Webber y Ison, 1995). Además, el conocimiento y las habilidades son generados por la propia gente. Por lo tanto, EPP es una actividad de potenciación agricultor. Trae todos los actores relevantes de una comunidad y les permite planificar de una manera interactiva.

De una manera más detallada se menciona los aspectos de los EPP:

Los componentes se basan en una herramienta de intervención social que se puede utilizar en muchas situaciones de desarrollo. Como su nombre indica, el ejercicio EEP tiene tres aspectos principales: la participación, la evaluación y planificación. La inclusión del proceso de planificación en el enfoque EEP distingue de los enfoques pasado de los últimos Diagnósticos Rurales Rápidos (DRR) y los Diagnósticos Rurales Participativos (DRP) (Ye *et al.*, 2002).

La Participación que es interpretada para reflejar diversos significados de la participación de la población local en los procesos (Webber y Ison, 1995). Es un proceso social interactivo, motivado por el deseo de satisfacer las necesidades de un individuo a través de la acción colectiva. En el diseño de los procesos de taller de la comunidad, la intención de participación de la población local se ve como “un proceso de implicación social creativa por los interesados en la definición y el cumplimiento de sus necesidades. No es una toma parte pasiva en actividades diseñadas por autores; ni un acto de simple consumo de los frutos de la vida económica y social, es la toma de iniciativas para decidir qué se va a hacer y cómo, y para hacerlo (Ye *et al.*, 2002).

El proceso de participación puede venir en varias formas. Estos son: espontánea, facilitado, inducida, cooptado y coaccionado. En el EPP se adopta y se recomienda para las iniciativas de desarrollo rural. Facilitada la participación significa abrir espacios y oportunidades para facilitar interesados en trabajar juntos para beneficio mutuo. Ayuda a las personas para hacer frente a la continua cambios en la sociedad, proporcionándoles un “hacer y aprender” de situación para construir sus conocimientos y habilidades y fortalecer el aspecto social para una mejor gobernabilidad dentro de un entorno normativo propicio.

La Evaluación es coherente con el término “valoración” de los enfoques DRR y DRP, diseñado para permitir a las partes interesadas para identificar oportunidades, problemas y limitaciones en su entorno y en su comunidad. A través de un enfoque facilitador y participativa, las partes interesadas recopilar información, analizar dicha información y evaluar la situación (Ye *et al.*, 2002).

La Planificación para los ejercicios de DRR y DRP pueden ayudar a las comunidades a menores de soportar sus recursos naturales, sus limitaciones, problemas y oportunidades, es más importante para convertir los resultados de la evaluación en las iniciativas de desarrollo de la comunidad. Para ello se requiere un plan de desarrollo de resolución de problemas de sonido. El proceso de planificación participativa de la comunidad de la EPP proporciona el elemento de acción de seguimiento que no existe en los ejercicios tradicionales de DRP. Este proceso permite a la comunidad para crear un plan de desarrollo utilizando la información recopilada, los problemas identificados y análisis realizados durante los ejercicios de evaluación participativos preliminares (Ye *et al.*, 2002).

La planificación eficaz es posible si la participación es genuina y la evaluación es exacta. El plan desarrollado por la comunidad después del ejercicio EPP se presenta a la comunidad para la discusión y aprobación. Una vez aprobado el equipo de planificación de la comunidad vuelve a considerar todas las observaciones, propuestas y aportaciones. Posteriormente el equipo formula un plan de monitoreo y evaluación para proporcionar a la comunidad con los indicadores y las tareas asignadas apropiadas para la implementación del plan de desarrollo (Ye *et al.*, 2002).

El proceso EPP combina seis actividades principales: investigación, evaluar, planificación, acción, monitoreo y revisión. Estas actividades se desarrollan en un proceso continuo en una situación de “hacer y aprender”. EPP es un método de investigación en el que las personas participan activamente en la recopilación de información de manera sistemática. Tal información es entonces analizada colectivamente. Las evaluaciones conducen a la identificación de posibles soluciones a los problemas y las posibles oportunidades de desarrollo. Tales decisiones proporcionan excelentes entradas en la planificación. Lo que se planea conduce a implementación, que necesita ser monitoreado por la eficiencia y evaluado para determinar la eficacia. Finalmente el proceso se revisa y se refleja en el marco de la experiencia de aprendizaje, antes de comenzar con el segundo ciclo (Ye *et al.*, 2002).

A través de un enfoque participativo con enfoque de género, EPP es canalizado a través de los siguientes pasos secuenciales, para permitir una granja de comunidad o un grupo. En primer lugar, imaginar colectivamente un plan para el futuro de la comunidad, es decir, el estado que les gustaría ver a su comunidad a estar en los próximos tres a cinco años; en segundo lugar, un mapa de los recursos naturales disponibles para la comunidad y evaluar los problemas y limitaciones en su uso y sostenibilidad; en tercer lugar, evaluar la situación social y las necesidades de la comunidad, pensar en las soluciones y determinar

acciones que les permitan satisfacer sus necesidades con el tiempo; en cuarto lugar, desarrollar colectivamente un plan comunitario para resolver problemas y mejorar sus medios de vida; en quinto lugar, desarrollar una estrategia de implementación del plan de monitoreo y evaluación participativa es necesario.

Las herramientas utilizadas en el EPP según Ye *et al.*, (2002) propone:

Caminata transversal: Sirve para comparar las características principales, recursos, usos y problemas de las principales zonas de uso del suelo; para mostrar cómo se gestiona y utiliza el potencial de recursos naturales, así como los problemas y oportunidades relacionados con cada zona; y para proporcionar una comprensión de, y permitir que el equipo y la comunidad para discutir los antecedentes de los temas principales.

Mapeo de recursos: Esto permite que los miembros de la comunidad para expresar sus percepciones de los recursos dentro de la comunidad e identificar qué recursos de la comunidad creen que es importante, la ubicación y el tamaño número de esos recursos y la ubicación de los hogares en relación con los recursos como una ayuda para animando a los residentes del equipo y de la comunidad para investigar problemas de la comunidad y reflexionar sobre las oportunidades para la solución de estos problemas.

Patrón de cultivo: Esta es identificar los diferentes cultivos sembrados en la granja. Incluye el calendario y las diferentes etapas de trabajo que participan en el cultivo de los cultivos, como el tiempo de preparación de la tierra, la siembra, el deshierbe, cosecha, etc., y también una evaluación de qué se cultiva como un cultivo y su beneficio en términos de rentabilidad económica, así como para asegurar la sostenibilidad de los recursos agrícolas y de sustento.

Calendario estacional: Esta herramienta está diseñada para determinar los patrones y tendencias a lo largo del año en la comunidad del pueblo y para comprender las formas de vida de las personas de la comunidad. También permite que el equipo y los agricultores para reconocer los períodos del año en los que se pueden sincronizar las actividades que requieren de la cooperación e involucran la mayoría o todas las personas.

Los diagnósticos tienen características propias de un lugar por lo que en un estudio realizado por Bhattarai *et al.*, (2017) sobre tipología y análisis para identificar las variables más importantes que limitan los rendimientos de la finca mediante la combinación de observación directa con el uso de técnicas de análisis multivariante y de agrupamiento dando como resultado a cuatro tipos de explotación en función de la mano de obra (tipo 1, 25%), las grandes explotaciones con ganado (tipo 2, 20%) , las pequeñas granjas dedicadas al café (tipo3, 38%), y pequeñas granjas con ingreso no agrícola (tipo 4, 17%).

Establecer estos criterios es fundamental si el destino presenta algunos atributos de sostenibilidad, por lo que el Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS” tiene una historia desde 1976 se encuentra ubicado en el cantón y provincia de Pastaza. Su actividad turística se encuentra inmersa a ofrecer un turismo responsable y sostenible con la oportunidad de participar con experiencias propias gracias a las actividades tales como: senderismo,

observación de aves, juegos ancestrales, actividades lúdicas, shamanismo, danzas, artesanías, música, eventos programados, senderismo, exploraciones fluviales se llevan a cabo en los ríos Pastaza y Puyo, alojamiento, alimentación y guianza. Todos estos aspectos tributarían para que los estudiantes de la UTB se sientan motivados, comprometidos y puedan medir la percepción del turismo comunitario, llegando a potencializar y reforzar los conocimientos en el proceso de enseñanza aprendizaje a través de las visitas y vivencias desarrolladas por las nacionalidades indígenas del Ecuador.

Basado en el contexto, el presente estudio tuvo como objetivo una evaluación diagnóstica a nivel sustentabilidad del Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”.

METODOLOGÍA

Este modelo de investigación se realizó en el Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”, el cual se encuentra ubicado en la amazonia ecuatoriana, conformada por nichos ecológicos que atraviesan la cordillera de los Andes, caracterizándose por sus estribaciones pertenecientes al piedemonte y su gran extensión amazónica y también se caracteriza por poseer relieves planos a ondulados, por su parte la parroquia Pomona tiene elevaciones que van desde los 756 hasta los 1017 metros sobre el nivel del mar. En este sentido, El Centro de Turismo Comunitario se localiza en la parte media de las lomas, entre los poblados de Pomona y la Libertad, con suelos bien drenados, moderadamente profundos con texturas medias sobre finas; el horizonte A es de 12 cm, de color pardo oscuro, textura franco arcillosa y su estructura en bloques subangulares; el horizonte B es de color pardo, textura arcillosa, estructura en bloques subangulares medios; mientras que el horizonte C aparece de 40 cm, tiene color pardo oscuro, textura arcillosa y estructura masiva. El tipo de suelo es poco favorable para la siembra y producción debido a que la reacción es fuertemente ácida, el contenido de materia orgánica es bajo y la fertilidad natural es también baja. En el centro poblado de INDICHURIS y el Porvenir existen suelos del orden Inceptisol sub orden Tropept Dystropept-Dystranddept, estos suelos se caracterizan por ser de régimen húmedo, con gran cantidad de carbono orgánico y alta fijación de fósforo, en general es bajo en fertilidad, medianamente adecuados para la siembra y producción de: yuca, cacao, guaba bejuca, verde, caimito entre otros.

Diagnóstico a nivel de sostenibilidad

Para llegar a medir los problemas del Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS” se contó con la ayuda del docente de la asignatura de Turismo sostenible y Comunitario de la Universidad Técnica de Babahoyo Extensión Quevedo, 50 estudiantes de la carrera de Hotelería y Turismo y la participación de dos guías nativos, así como también con la presencia del presidente de la comunidad para poder identificar los problemas percibidos

a nivel de sostenibilidad. Por lo que se utilizó la metodología propuesta por (Chambers, 1994) (Ye *et al.*, 2002) que consiste en una caracterización rápida para la evaluación diagnóstica, utilizando la herramienta de Evaluación Rural Participativa (ERP), mediante talleres, entrevistas y encuestas; recorridos transeptos para identificar y comprender los problemas en la dimensión económica, medioambiental y sociocultural (Tabla 1) (Vayas, A. & Nazareno M, 2019).

Componente	Problemas percibidos	Causas sugeridas	Alternativas
Económico			
Ambiental			
Social			

Tabla 1. Esquema de los principales problemas, causas y soluciones mencionadas en una encuesta aplicada a diez personas del Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”.

Fuente: Elaboración propia

Medición del grado de motivación y satisfacción

Se utilizó como instrumento la encuesta para llegar a medir el grado de motivación y satisfacción de los turistas hacia el Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”, la misma fue socializada a (50 estudiantes) en base a las variables consideradas para cada una las dimensiones según lo propuesto por (Díaz-Christiansen *et al.*, 2016) (Tabla 2), y donde se estableció el “Modelo Multipaso” propuesto por Avraham, (2013, 2016, 2018) y Félix *et al.*, (2020) el cual se basa sobre la clasificación de información cualitativa, como informes oficiales, herramientas de recopilación de información directa. Para la generación de información, se contó con la ayuda de los estudiantes de la carrera de Hotelería y Turismo. Los indicadores de las 3 dimensiones se interpretaron de acuerdo con la escala sugerida por (Ulloa, citado por López-Rodríguez & Rosado, 2017). Esta interpretación fue dividida en tres categorías según el porcentaje de la puntuación máxima posible: > entre el 25 y 50%, levemente satisfactorio; entre el 50 y 75%, satisfactorio; y entre el 75 y 100%, muy satisfactorio.

Dimensiones	Variables	Categorías		
		L	S	MS
ECOLOGICO -HEDONICO	1.- Contacto con la naturaleza: Senderismo y Aventura			
	2.- Descubrir lo natural: Fauna: zoológicos, paisaje, Flora nativa, especies forestales, etc.			
	3.- Búsqueda de tranquilidad			
	4.- Desconectarse de la rutina			
SOCIO GAS- TRONOMICO	5.- Degustar la gastronomía: mayto, toma de la guayusa, chicha de yuca, etc			
	6.- Descubrir las costumbres y tradiciones de la nacionalidad Kichwa: Shamanismo, Ritos, Ceremonias, etc			
	7.- Compra de artesanías: cerámicas en barro, artículos en balza, callares, aretes, etc.			
EDUCATIVO	8. Búsqueda del autoconocimiento y el crecimiento personal			
	9. Deseo de visitar emprendimientos de turismo comunitario			

Tabla-2. Criterios considerados según las variables y la relación con las dimensiones

Nota: Categoría según la escala Likert: L=ligeramente satisfecho; S= Satisfecho; MS= muy satisfecho.

Caracterización del Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”

La caracterización está comprendida en una serie de criterios por parte de la planificación participativa de los habitantes de la comunidad kichwa. Se utilizó la encuesta la cual fue dirigida a visitantes entre 18 y 60 años de edad. Donde se utilizó la metodología propuesta por (Buhalis, 2000), pero con ciertas modificaciones adaptadas al contexto biofísico del lugar. Esta metodología es de tipo cualitativo, donde los criterios están orientados en la dimensionalidad económica, social y ambiental, a través de una escala considerada entre: bajo, medio y alto (Tabla 3).

CRITERIOS	CATEGORIAS
Relaciones entre los miembros de la comunidad;	
Disponibilidad de trabajos;	
Emigración de los habitantes a las ciudades;	
Basura en los senderos;	
Incremento de las ganancias y beneficios;	
Incentivos para el turismo comunitario;	

Tabla-3. Criterios considerados para la caracterización del Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”.

Fuente: Elaboración propia

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

El estudio dio como resultado en la Tabla 4, muestra los problemas, causas y alternativas de sostenibilidad del Centro Comunitario. Como problemas percibidos se han detectado que los GADs Municipales y Provinciales no apoyan con incentivos económicos para mejorar la infraestructura del Centro Turístico Comunitario “INDICHURIS”. Sin embargo, ayudan con la implementación de señaléticas, así como también en menor escala la promoción y capacitación en gastronomía y atención al cliente. Para este problema se tuvo un acercamiento con las autoridades de la provincia de Pastaza donde se consideró como estrategia crear partidas presupuestarias para los Centros de Emprendimiento Comunitario con finalidad de brindar un servicio de calidad enfocado en el turismo sostenible y responsable.

Por otro lado, la oferta turística inducida en el Centro comunitario ha sido promovida por la generación de residuos sólidos como problema, por lo que se consideró como alternativa capacitaciones por parte de los actores sociales en temas manejo de residuos sólidos. Actualmente, existe una perdida gradual de la identidad cultural por parte de los jóvenes que mantienen una edad entre 12 a 30 años, por lo que se ha considerado realizar campañas con la finalidad de rescatar la interculturalidad de la nacionalidad kichwa.

Los diagnósticos aplicados han permitido extraer información importante sobre algunos indicadores de sostenibilidad en el centro de turismo comunitario. Como es de comprender, la dinamización de la oferta turística la misma que se encuentra sujeta a la gestión de los actores estatales que tienen como competencias la promoción y difusión del turismo. En este contexto, se muestra los problemas percibidos y las posibles soluciones para mejorar el Plan de Vida del Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”. Según el autor Luglla et al., (2020) analizó el impacto de la inversión económica en las nacionalidades y niveles de pobreza, donde se encontró que ciertas comunidades tienen como forma de sustento la caza, la pesca, cultivar la tierra de forma precaria y muy pocas comunidades continúan con la elaboración de artesanías en madera y cerámica (cerbatanas, lanzas, adornos en Balza entre otros). Otra de las actividades que desarrollan es la elaboración de artesanías con semillas y plumas de aves: brazaletes, collares, trajes típicos. Por otro lado, algunas empresas aledañas han logrado sostenerse a partir de sistemas de procesamiento del cacao, otro de los ejemplos es la Asociación de Mujeres Wao que han logrado comercializar a nivel nacional e internacional sus artesanías diseñadas, el proyecto ecológico albergue en la comunidad Kapawi, ambos apoyados por Organizaciones No Gubernamentales, así como de inversiones y colaboraciones privadas. Además, existen otros emprendimientos turísticos, que no perciben apoyo económico tal es el caso de los emprendimientos de las comunidades de la parroquia Pomona.

En otro estudio realizado por Ordóñez et al., (2016) donde estableció la dinamización del turismo comunitario en la Amazonía del Ecuador, encontró que la falta de apoyo por

parte de los actores estatales (gobierno central y provincial) desfavorecen la dinamización de del turismo comunitario. Sin embargo, se puede identificar que las comunidades realizan sus prácticas de cultivos a nivel de subsistencia familiar, y donde el trabajo colectivo de las mingas, generan la oportunidad de realizar la infraestructura comunitaria, los circuitos turísticos, las chacras, los senderos, etc.

Es de comprender que los procesos administrativos y financieros son importantes para poder identificar las causas de cómo se están llevando los proceso para mejorar la oferta turística del turismo comunitario, por lo que para Jaramillo-Moreno et al., (2020) al realizar el diagnóstico de procesos administrativos y financieros en empresas turísticas de base comunitaria en Ecuador, concluyó que, a pesar de contar con un certificado del Ministerio de Turismo, las Empresas de Turismo de Base Comunitaria no han implementado procesos administrativos y financieros importantes como plan estratégico, plan operativo, estudio de mercado, análisis de costos, manual de proceso, plan de mercado, situación inicial, estado de resultados, estado final o indicadores financieros. Por lo tanto, detectó que, a largo plazo esto conduce a una mala gestión de los recursos empresariales, lo que resultaría el cierre de estas empresas.

	Problemas percibidos	Causas sugeridas	Alternativas
Económica	No perciben ayuda gubernamental a nivel económico. Sin embargo, los GADs municipal y provincial ayudan con la señalética, la promoción y capacitación en menor escala.	Falta de partidas presupuestarias.	Crear partidas presupuestarias para la implementación de infraestructura turística, promoción, capacitación entre otros.
Ambiental	Generación de residuos sólidos por parte de los turistas durante la estancia.	No cuenta con un sistema de reciclaje. Falta del servicio de recolección de basura.	Implementar un sistema de reciclaje para los residuos. Asistencia de carros recolectores de basura. Los actores gubernamentales y no gubernamentales deben brindar capacitaciones sobre el manejo de residuos sólidos.
Social	Perdida gradual de la identidad cultural.	El desarrollo de una nueva generación de los habitantes comprendida en un promedio de 25 a 30 años.	Realizar campañas para el rescate intercultural.

Tabla-4. Esquema de los principales problemas, sus causas y las soluciones mencionadas en una encuesta a 10 personas del Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”.

Fuente: Elaboración propia

Motivación y satisfacción de la oferta Turística

Los porcentajes de la medición de escala Likert entre 0 a 75% (Tabla 5), se encontró que, para la categoría insatisfecha los porcentajes más bajos fueron el descubrir lo natural: Fauna: zoológicos, paisaje, Flora nativa, especies forestales, etc.; mientras que el deseo de visitar emprendimientos de turismo comunitario obtuvo el 0,6% que se encuentra en la categoría ligeramente satisfecho. Seguido de la categoría Satisfactorio con el 40,5%. Por otro lado, el mayor porcentaje fue para la categoría Muy Satisfactorio con el 58,9%.

La motivación de los estudiantes para comprender y afianzar el conocimiento del turismo comunitario sostenible es relevante no solo para cursar la unidad de aprendizaje requerida, sino que también abre paso a las expectativas turísticas que desarrollan en las giras de observación; esto se traduce a potencializar el proceso de enseñanza aprendizaje en cada una de las variables planteadas (Tabla 1-4), para así poder ser aplicadas en los aspectos laborables de su vida profesional, por lo que para Aksu & Köksal, (2005) en un estudio realizado sobre percepciones y actitudes de los estudiantes de turismo en Turquía consideró que el conocimiento de los estudiantes de la carrera de Hotelería y Turismo para poder incursionar en el mundo laboral, mantienen una estrecha relación no solo por las prácticas de Turismo que realizan fuera de la clase, sino también de las emociones positivas al elegir la escuela de turismo dentro de su primer orden de clasificación en el examen de ingreso a la universidad.

Por otro lado, se podría argumentar que una influencia en las percepciones se obtiene durante la preparación de los estudiantes por sus escuelas, por lo que ha habido un creciente enfoque en las últimas décadas sobre la enseñanza de habilidades para los estudiantes de turismo (Zinser, 2003). Existen muchos beneficios no solo para estudiantes, sino también para los empleadores, por lo que los estudiantes se benefician de la experiencia laboral porque tienen oportunidad de realizar trabajos prácticos para complementar los conocimientos teóricos (Velde & Cooper, 2000). Además Casado, (1992) investigó las expectativas básicas de los estudiantes del sector turístico y encontró que sus expectativas eran “bastantes realistas” antes de su período de graduación

Dimensiones	Variables			
		L	S	MS
ECOLOGICO -HEDONICO	1.- Contacto con la naturaleza: Senderismo y Aventura	0%	49.1%	50.9%
	2.- Descubrir lo natural: Fauna: zoológicos, paisaje, Flora nativa, especies forestales, etc.	1.8%	34%	64.2%
	3.- Búsqueda de tranquilidad	0%	41.5%	58.5%
	4.- Desconectarse de la rutina	0%	47.2%	52.8%
SOCIO GASTRONOMICO	5.- Degustar la gastronomía: mayto, toma de la guayusa, chicha de yuca, etc	0%	45.3%	54.7%
	6.- Descubrir las costumbres y tradiciones de la nacionalidad Kichwa: Shamanismo, Ritos, Ceremonias, etc	0%	30.2%	69.8%
	7.- Compra de artesanías: cerámicas en barro, artículos en balza, callares, aretes, etc.	0%	49.1%	50.9%
EDUCATIVO	8. Búsqueda del autoconocimiento y el crecimiento personal	0%	37.7%	62.3%
	9. Deseo de visitar emprendimientos de turismo comunitario	3.8%	30.2%	66,0%
	Promedio	0,6%	40,5%	58,9%
	CV (%)	214,08	19,11	11,88

Nota: Categoría según la escala Likert: L=ligeramente satisfecho; S= Satisfecho; MS= muy satisfecho.

Tabla -5. Grado de motivación y satisfacción de los estudiantes hacia la oferta Turística del Centro Comunitario "INDICHURIS"

Evaluación de la caracterización

El número de llegadas de visitantes a diferentes atracciones de la comunidad, estuvieron comprendidas en un promedio de 40 visitantes por semana; el número de llegadas de visitantes para la temporada alta estuvieron comprendidas en un promedio de 30 visitas, y para la temporada baja un promedio de 10 visitas por semana respectivamente; el tiempo de ocio disponible de los habitantes de la comunidad estuvo entre 2 a 3 horas diarias; el Centro Comunitario cuenta con trece cabañas para el alojamiento, restauración, shamanismo y artesanía; cada cabaña tiene una disponibilidad de albergar entre 4 a 6 personas. Las cabañas son elaboradas con materiales propios de la zona: paja toquilla, pambil y madera; en lo que se refiere a la población de la comunidad es de 43 habitantes, el total de beneficiarios es de 43 y el número de habitantes que recibieron formación; el número de productos en venta es de 19. Por otro lado, para el año 2021 se creó el ultimo atractivo turístico el "Vuelo del Águila" que es otro mirador que está junto al columpio más alto de la selva acompañado de una cabaña para descanso. Dentro de las características del destino comprendida en el Centro de Turismo Comunitario "INDICHURIS", se encontraron entre: medio y bajo (Tabla 6).

Características del destino	Escala
Relaciones entre los miembros de la comunidad;	Medio
Disponibilidad de trabajos;	Medio
Emigración de los habitantes a las ciudades;	Bajo
Basura en los senderos;	Bajo
Incremento de las ganancias y beneficios;	Bajo
Incentivos para el turismo comunitario;	Bajo

Tabla - 6. Caracterización del Centro Comunitario “INDICHURIS”

Fuente: Elaboración propia

La caracterización permite conocer algunos aspectos que pueden estar desarrollándose desde la dimensión económica, social y ambiental, por lo que puede ser una oportunidad para que otras comunidades incorporen en el sistema de producción biofísica algunos componentes para mejorar su situación actual. Existen algunos estudios realizados en la Amazonia de Ecuador sobre la caracterización en las dimensiones de sostenibilidad como lo menciona Marcinek & Hunt, (2019) en un estudio realizado sobre bienes comunes turísticos y culturales en la Amazonía del Ecuador, donde menciona que el turismo se encuentra entre las mayores fuerzas del mercado mundial que impulsan el cambio ambiental y sociocultural, y los pueblos indígenas que residen en regiones con biodiversidad son particularmente vulnerables a este cambio.

La caracterización de los destinos turísticos tienen una connotación en la dimensionalidad de sostenibilidad, con la diferencia que pueden ser adaptadas a al contexto biofísico de una comunidad a nivel local, regional o nacional, por lo que Yamagishi et al., (2020) caracterizó desde el punto de vista político y a nivel de sostenibilidad de la isla Bantayan de Filipinas, por lo que a través de la caracterización permitió identificar cinco áreas que portan una forma para ofertar el marketing turístico de forma proactiva, gestión de la resiliencia de los lugareños , integración de incorporar la cultura local en los paquetes turísticos y reducir el uso de materiales de energía y la generación de residuos. Estos conocimientos pueden extenderse a otros destinos turísticos con condiciones similares, particularmente en países en desarrollo.

La caracterización también permite comprender los recursos intangibles que se encuentran en el ecosistema de una comunidad, por lo que para Jaramillo-Moreno et al., (2020) la participación local en el monitoreo de los recursos naturales pueden ser caracterizados con el fin de poder identificar las fortalezas y debilidades de cada categoría de monitoreo, a fin de llevar a cabo las decisiones rápidas para resolver amenazas clave sobre sus recursos naturales, puede facultar a las comunidades locales para un mejor manejo de sus recursos naturales y puede refinar las estrategias de uso sustentable para mejorar la forma de vida local.

CONCLUSIONES

La metodología y la herramienta aplicada permitió determinar los puntos críticos de la sostenibilidad del Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS”, por lo que fue el primer paso para conocer la situación actual y establecer las mejoras posibles en el destino.

El estudio ofrece la recopilación y el análisis de la información que permitió evaluar las prácticas programadas donde los visitantes demuestran una percepción satisfactoria del destino, por lo que se vieron motivados por visitar en otra oportunidad otros lugares turísticos de turismo sostenible.

Los resultados de la caracterización ayudaron a identificar las fortalezas y amenazas de los recursos turísticos de “INDICHURIS”; así mismo, este destino, está en capacidad de promover y replicar sus prácticas hacia a otros Centros Turísticos (cultura, costumbres, tradiciones, etc) que tengan la misma condición y no hayan tenido la oportunidad de mejorar la situación a nivel de los tres pilares de la sostenibilidad (económico, social y ambiental).

AGRADECIMIENTOS

Al Centro de Turismo Comunitario “INDICHURIS” por haber compartido su experiencia y conocimientos. Así como también a los estudiantes de la carrera de Hotelería y Turismo de la Universidad Técnica de Babahoyo, Extensión Quevedo quienes fueron motivados por conocer la oferta turística de los centros de turismo comunitario.

REFERENCIAS

- Aksu, A. A., & Köksal, C. D. (2005). Perceptions and attitudes of tourism students in Turkey. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 17(5), 436–447. <https://doi.org/10.1108/09596110510604869>
- Avraham, E. (2013). Crisis Communication, Image Restoration, and Battling Stereotypes of Terror and Wars: Media Strategies for Attracting Tourism to Middle Eastern Countries. *American Behavioral Scientist*, 57(9), 1350–1367. <https://doi.org/10.1177/0002764213487733>
- Avraham, E. (2016). Destination marketing and image repair during tourism crises: The case of Egypt. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 28, 41–48. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2016.04.004>
- Avraham, E. (2020). Nation branding and marketing strategies for combatting tourism crises and stereotypes toward destinations. *Journal of Business Research*, 116(February 2017), 711–720. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.02.036>
- Bhattarai, S., Alvarez, S., Gary, C., Rossing, W., Tittonell, P., & Rapidel, B. (2017). Combining farm typology and yield gap analysis to identify major variables limiting yields in the highland coffee systems of Llano Bonito, Costa Rica. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 243(August 2016), 132–142. <https://doi.org/10.1016/j.agee.2017.04.016>
- Butler, R. W. (1999). Sustainable tourism: a state-of-the-art review Richard. *Tourism Geographies*, 1(1), 7–25. <https://doi.org/10.1080/14616689908721291>

- Casado, M. A. (1992). Student Expectations of Hospitality Jobs. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 33(4), 80–82. <https://doi.org/10.1177/001088049203300413>
- Chambers, R. (1994). Participatory rural appraisal (PRA): Analysis of experience. *World Development*, 22(9), 1253–1268. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(94\)90003-5](https://doi.org/10.1016/0305-750X(94)90003-5)
- Díaz-Christiansen, S., López-Guzmán, T., Pérez Gálvez, J. C., & Muñoz Fernández, G. A. (2016). Wetland tourism in natural protected areas: Santay Island (Ecuador). *Tourism Management Perspectives*, 20, 47–54. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2016.07.005>
- Félix, Á., García Reinoso, N., & Vera, R. (2020). Participatory diagnosis of the tourism sector in managing the crisis caused by the pandemic (COVID-19). *Revista Interamericana de Ambiente y Turismo*, 16(1), 66–78. <https://doi.org/10.4067/s0718-235x2020000100066>
- Hales, R., & Jennings, G. (2017). Transformation for sustainability: The role of complexity in tourism students' understanding of sustainable tourism. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, 21(August), 185–194. <https://doi.org/10.1016/j.jhlste.2017.08.001>
- Jaramillo-Moreno, B. C., Sánchez-Cueva, I. P., Tinizaray-Tituana, D. G., Narváez, J. C., Cabanilla-Vásquez, E. A., Torrecillas, M. J. M., & Rambaud, S. C. (2020). Diagnosis of administrative and financial processes in community-based tourism enterprises in Ecuador. *Sustainability (Switzerland)*, 12(17), 1–17. <https://doi.org/10.3390/su1217123>
- Liu, C. H., Tzeng, G. H., Lee, M. H., & Lee, P. Y. (2013). Improving metro-airport connection service for tourism development: Using hybrid MCDM models. *Tourism Management Perspectives*, 6, 95–107. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2012.09.004>
- López-Rodríguez, F., & Rosado, D. (2017). Management effectiveness evaluation in protected areas of southern Ecuador. *Journal of Environmental Management*, 190(1), 45–52. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2016.12.043>
- Lugla, L., Espinosa, O., Buñay, A., & Álvarez, L. (2020). IMPACT OF ECONOMIC INVESTMENT ON THE NATIONALITIES OF PASTAZA AND POVERTY LEVELS. *Universidad y Sociedad*, 12(1), 24–30.
- Marcinek, A. A., & Hunt, C. A. (2019). Tourism and cultural commons in the Ecuadorian Amazon. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 17(4), 449–466. <https://doi.org/10.1080/14766825.2019.1591711>
- Velde, C., & Cooper, T. (2000). Students' perspectives of workplace learning and training in vocational education. *Education + Training*, 42(2), 83–92. <https://doi.org/10.1108/00400910010331639>
- Webber, L. M., & Ison, R. L. (1995). Participatory Rural Appraisal Design: Conceptual and process issues. *Agricultural Systems*, 47(1), 107–131. [https://doi.org/10.1016/0308-521X\(94\)P3278-3](https://doi.org/10.1016/0308-521X(94)P3278-3)
- Yamagishi, K. D., Tiu, A. M. C., Tanaid, R. A. B., Medalla, M. E. F., Jabiles, E. M. Y., Caballes, S. A. A., Abellana, D. P. M., Himang, C. M., & Ocampo, L. A. (2020). Characterizing tourism destination and policies forward: The case in Bantayan Island, Philippines. *Tourism Review International*, 24(2–3), 143–165. <https://doi.org/10.3727/154427220X15912253254428>
- Ye, X.-J., Wang, Z.-Q., & Lu, J.-B. (2002). Participatory assessment and planning approach: conceptual and process issues. *Journal of Sustainable Agriculture*, 20(2), 89–111. <https://doi.org/10.1300/J064v20n02>
- Zinser, R. (2003). Developing career and employability skills: A US case study. *Education + Training*, 45(7), 402–410. <https://doi.org/10.1108/00400910310499974>

POLÍTICAS PÚBLICAS Y SU IMPACTO EN EL DESARROLLO TURÍSTICO SOSTENIBLE EN TACHINA ESMERALDAS – ECUADOR

Data de aceite: 01/08/2023

Ingrid Tania Nazareno Véliz

Universidad Técnica Luis Vargas Torres de
Esmeraldas – FACAE
Ecuador
<https://orcid.org/0000-0002-5604-3574>

Joao Luis González Nazareno

Universidad Técnica Luis Vargas Torres de
Esmeraldas – FACSOS
Ecuador
<https://orcid.org/0000-0001-6975-6541>

RESUMEN: El turismo es una actividad que ha alcanzado relevancia en el contexto mundial, por los aportes significativos al desarrollo de los pueblos y en especial de las localidades rurales con potenciales turísticas naturales. La presente investigación se desplegó en función del análisis de las políticas públicas en el contexto del desarrollo turístico sostenible en la parroquia Tachina, de la provincia de Esmeraldas, Ecuador. Ante este escenario se plantea la realización de un diagnóstico a las políticas públicas y su impacto en el desarrollo turístico en Tachina. Se utilizó como metodología la investigación deductiva-inductiva que utiliza fuentes de información primarias y

secundarias, con técnicas de investigación-acción participativa. Se estableció una investigación aplicada, bajo la modalidad de un estudio analítico descriptivo, métodos de investigación teóricos y empíricos; analizando sus fortalezas, oportunidades, debilidades y amenazas; de lo cual se refleja la caracterización de la población, la desvinculación entre la inversión pública que radica en la infraestructura turística existente; con el ordenamiento territorial, actividades productivas, servicios básicos e iniciativas turísticas para el desarrollo. La información mostró la necesidad de determinar un esquema que muestre las realidades turísticas de la parroquia y que conlleve a la aplicación de un modelo sistema de desarrollo turístico, para aprovechar las potencialidades turísticas de esta localidad; pudiendo ser utilizado como una herramienta de gestión para el Gobierno Autónomo Descentralizado Parroquial Rural de Tachina, en la consecución del mejoramiento socio económico de la comunidad y por ende elevar la calidad de vida de sus ciudadanos.

PALABRAS-CLAVE: Políticas públicas, Ordenamiento territorial, Desarrollo turístico, Desarrollo sostenible, Modelo de Sistema de desarrollo turístico.

ABSTRACT: Tourism is an activity that has reached relevance in the global context, due to the significant contributions to the development of towns and especially rural locations with natural tourism potential. The present investigation was deployed based on the analysis of public policies in the context of sustainable tourism development in the Tachina parish, in the province of Esmeraldas, Ecuador. Given this scenario, a diagnosis of public policies and their impact on tourism development in Tachina is proposed. Deductive-inductive research that uses primary and secondary sources of information, with participatory action research techniques, was used as a methodology. An applied research was established, under the modality of a descriptive analytical study, theoretical and empirical research methods; analyzing its strengths, opportunities, weaknesses and threats; which reflects the characterization of the population, the disconnection between public investment that lies in the existing tourist infrastructure; with territorial ordering, productive activities, basic services and tourism initiatives for development. The information showed the need to determine a scheme that shows the tourist realities of the parish and that leads to the application of a tourism development system model, to take advantage of the tourist potential of this town; It can be used as a management tool for the Rural Decentralized Autonomous Government of Tachina, in achieving the socio-economic improvement of the community and therefore raising the quality of life of its citizens.

KEYWORDS: Public policies, land use planning, tourism development, sustainable development, tourism development system model.

INTRODUCCIÓN

Turismo y Desarrollo

La Parroquia de Tachina, pertenece política y administrativamente al cantón y provincia de Esmeraldas, localizada en la zona occidental norte del país, en la vía San mateo – cantón San Lorenzo. La Parroquia Tachina, se ubica en la rivera derecha aguas abajo del río Esmeraldas, sus habitantes se dedican a la ganadería, actividades pesqueras, al comercio, turismo, agricultura de subsistencia y comercial, actividades principales en las que participa la mayoría de su población.

Tachina es considerada como una de las parroquias de expansión urbana del Cantón Esmeraldas, en esta localidad se encuentra ubicado el Terminal Aéreo, Aeropuerto “Carlos Concha Torres” de reciente inauguración con nuevas instalaciones, teniendo capacidad de recibir a 250 mil pasajeros al año, respondiendo al cambio de la matriz productiva e impulsando el turismo; además de ser parte de la vía interoceánica. Cuenta con un sistema de puentes que une el centro de la ciudad de Esmeraldas con la parroquia Tachina, impulsando el desarrollo de la parroquia.

Políticamente la parroquia Tachina tiene 6 recintos rurales Achilube, Curunde, Las Piedras, Tabule, Tigre y su cabecera parroquial que lleva el mismo nombre, por su ubicación geográfica ha configurado una serie de relaciones sociales, culturales y económicas en los

diferentes recintos rurales de la parroquia.

El turismo es una actividad económica que se debería tomar muy en cuenta para ser explotado sustentablemente en beneficio del desarrollo de la parroquia, ya que Tachina es una jurisdicción con paraísos y encantos naturales, se encuentran varios sitios turísticos que llenan las expectativas de satisfacción de propios y extraños, potencialidades tales como:

- El sector turístico de Achilube, donde las aguas son tranquilas, la playa, el sol y el mar son elementos necesarios para hacer de esta playa un lugar de descanso y esparcimiento, a más de encontrarse la Hostería como Mario's Park, Hostería Achilube.
- En las Piedras, se encuentra la Hostería Pacific Stone, punto de encuentro de muchos visitantes.
- En el Recinto el Tigre a 30 minutos de la cabecera parroquial de encuentra con una hermosa cascada y bosque natural, donde se puede realizar el turismo de montaña, sitio muy interesante para los amantes de la naturaleza, donde se podrá observar la biodiversidad de flora y fauna de la parroquia.
- Las playas de las Piedras Nuevas, barrio de la cabecera parroquia, en donde se radica la actividad pesquera artesanal de la parroquia.

De ahí que la Parroquia de Tachina tiene las características idóneas para fomentar el emprendimiento como respuesta a la necesidad del individuo en buscar alternativas en su lucha cotidiana de sobrevivir para mejorar sus condiciones de vida; acelerando de esta manera el proceso de crecimiento económico local y propender de esta manera al desarrollo turístico.

El turismo es una de las actividades más importante de la economía mundial y local, además de ser un sector de gran dinamismo y desarrollo, ha estado ligado a cambio, por tendencia en variedad de atractivos turísticos. En los últimos años, el turista está en la búsqueda de experiencias únicas; del disfrute de escenarios naturales con prodigiosas bondades, acorde a sus necesidades y preferencias incitando al turismo rural. Es así que, la realización de dichas experiencias, propician actividades turísticas, como la del disfrute de la gastronomía, costumbres, cultura; entre otras. Así mismo establece la oportunidad de generar renta y disminuir las desigualdades socioeconómicas.

Ante esta problemática se plantea la realización de un diagnóstico a la población de Tachina y su impacto en el desarrollo turístico, analizando fortalezas, oportunidades, debilidades y amenazas; para luego plantear un modelo de sistema de desarrollo turístico que concuerde con las políticas públicas, la participación ciudadana y realidades turísticas; lo cual permitiría aprovechar las potencialidades turísticas para un desarrollo sostenible de esta localidad.

Las cuestiones relacionadas con el desarrollo turístico deberían ser tratadas con la participación de los ciudadanos involucrados y las decisiones de planificación tomadas en

el ámbito local. (Organización Mundial de Turismo, 1991).

Di-Bella (2000), señala que el desarrollo sostenible es un proceso que permite que se produzca el desarrollo sin deteriorar y agotar los recursos que lo hacen posible. Este objetivo se logra, generalmente, gestionando los recursos de forma que se puedan ir renovando al mismo ritmo que van siendo empleados, o pasando de un recurso que se regenera lentamente a otro que tenga un ritmo más rápido de regeneración. De esta forma, los recursos podrán seguir manteniendo a las generaciones presentes y futuras.

Por todo lo señalado el presente trabajo de investigación se justifica plenamente, ya que se trata de establecer las falencias de las políticas públicas reflejada en la inversión pública, halladas en la parroquia de Tachina y su impacto en el territorio, así como el rescatar su rol frente al desarrollo turístico sostenible de esta parroquia.

Políticas públicas y su concepción

El término de políticas públicas en el concepto tradicional; afirma que las políticas públicas corresponden al programa de acción de una autoridad pública o al resultado de la actividad de una autoridad investida de poder público y de legitimidad gubernamental (Meny, Ives & Thoenig, 1992: 4).

Una política pública de calidad incluirá orientaciones o contenidos instrumentos o mecanismos, definiciones o modificaciones institucionales, y la previsión de sus resultados (Parada, E, 2002, p.4). En tal virtud, se la relacionará con las condiciones de vida de la población, necesidades y actividades productivas; que conllevan a establecer una agenda pública y que a través de ella se encuentre soluciones a dichas problemáticas.

Las políticas públicas tienen estrecha articulación con el desarrollo sostenible de los pueblos, porque a través de la gestión territorial pública estimula el progreso o retroceso cuantitativo y cualitativo de las condiciones sociales y naturales de un territorio (Di-Bella, M. M. G., 2000:40). Tachina tiene muchas bondades naturales; recursos que pueden ser aprovechados; el desarrollo sostenible es un proceso que permite que se produzca el desarrollo sin deteriorar y agotar los recursos que lo hacen posible. Este objetivo se logra, generalmente, gestionando los recursos de forma que permitan renovarse, al mismo ritmo que van siendo empleados; o pasando de un recurso que se regenera lentamente a otro, que tenga un ritmo más rápido de regeneración; de esta manera, los recursos podrán seguir manteniendo a las generaciones presentes y futuras.

Ordenamiento territorial en la planificación pública

Tachina es una de las parroquias rurales del cantón Esmeraldas, punto de impulso y desarrollo; entre las principales actividades productivas se tiene: ganadería, pesca, comercio, turismo, agricultura de subsistencia y comercial. Tiene 6 recintos rurales: Achilube, Curunde, Las Piedras, Tabule, Tigre y su cabecera parroquial Tachina; en ella

se ha reflejado un notorio desarrollo por la política pública estatal en cuanto a vialidad, servicios básicos, telecomunicaciones e infraestructura; constituyéndose en una localidad de expansión urbana con la presencia de conjuntos habitacionales y potencial desarrollo del cantón Esmeraldas.

Se observa que el ordenamiento territorial en Tachina es inconsistente, ya que se aprecia la incipiente articulación de las actividades productivas (económicas, sociales, culturales y turísticas) con la política pública parroquial; que conlleven a un fin, el de potenciar dichas actividades para un desarrollo sostenible. Para ello la participación, concientización y compromiso ciudadano es de vital importancia.

El Observatorio Regional de Planificación para el Desarrollo en Ecuador de la CEPAL, plantea que los instrumentos para el Ordenamiento territorial (OT), de nivel intermedio son los planes regionales y provinciales de desarrollo y ordenamiento territorial, instrumentos de la planificación que ordenan, contabilizan y armoniza las decisiones estratégicas de desarrollo relativos a las comunidades, actividades económicas y recursos disponibles, con el fin de establecer lineamientos de las acciones a tomar a largo plazo, en concordancia con el Código Orgánico de Organización Territorial, Autonomías y Descentralización y el Plan Nacional de Desarrollo.

Se identificó un incremento turístico desorganizado, que ha dado lugar a la propagación de ideas de negocios, sin una debida planificación territorial que tome en cuenta los espacios geográficos, territorio, necesidades de los diferentes sectores de la parroquia; que vaya de la mano con una infraestructura turística, lo ornamental, el servicio turístico, la gastronomía y el ecoturismo; es decir, toda una oferta de productos turísticos que propicie el desarrollo sostenible y por ende el bienestar de toda la población.

Modelo de Sistema de Desarrollo Turístico

Leiper propuesto un modelo de sistema turístico compuesto de cinco elementos, que comprenden tres elementos geográficos: la región de origen del viajante (el origen o el ambiente usual de convivencia del viajante), una región de tránsito que intercomunica el origen con el destino, y la región del destino turístico. Los otros dos elementos son el turista y la industria del turismo y de los viajes (centros de información turística, medio de hospedaje, etc.). de acuerdo con Leiper (1990), la interacción de estos cinco elementos es influida por factores externos y a su vez, este mismo sistema impacta sobre los diferentes ambientes, tales como el humano, el sociocultural, el económico, tecnológico, físico, político, legal, etc. e influye a medida que los viajeros pasa a través de la región de tránsito.

Este esquema muestra también donde se encuentran localizados los diversos proveedores que componen el sistema turístico. Por ejemplo, en la región generadora de turismo se encuentran las agencias de viajes emisoras y las empresas de mercadotecnia y promoción que desean influir sobre la demanda turística. Entre la región generadora

y la región de destino turístico se encuentran los medios de transporte y los canales de distribución y comunicación. Por último, en la región del destino turístico se encuentran el sector de medios de hospedaje y las atracciones turísticas. En este esquema se observa también que la experiencia turística empieza desde la región generadora, pasando por la región de tránsito, hasta llegar a la región de destino.

El modelo demuestra un principio importante para el estudio del turismo, que es la interacción entre sus diversos elementos.

Cooper *et al.* (2001:40) en su abordaje de Leiper: *Tiene la capacidad de incorporar al turismo visiones interdisciplinarias porque no está enraizado en cualquier tema o disciplina en particular, sino que provee una estructura dentro de la cual se pueden situar los puntos de vista de las distintas disciplinas. [...] Se la puede usar en cualquier escala o nivel de generalización (desde un resort hasta en la industria internacional). [...] El modelo es infinitamente flexible, permite la incorporación de formas diferentes de turismo, y al mismo tiempo demuestra sus elementos comunes.*

METODOLOGÍA

El enfoque metodológico utilizado fue predominantemente cualitativo y cuantitativo, con base en el análisis de datos primarios (entrevistas a actores representativos) y secundarios (información demográfica, informes sectoriales y locales). El enfoque cualitativo comprendió entrevistas focalizadas a los actores representativos de distintos sectores y entrevistas en profundidad a nativos de diferentes grupos etarios. Así mismo, se realizaron talleres comunitarios en los cuales se aplicaron técnicas de investigación-acción participativa. Se estableció una investigación aplicada, bajo la modalidad de un estudio analítico descriptivo, ya que este tipo de investigación como lo manifiestan Hernández, Fernández y Baptista, (2003:117) pretende definir propiedades, características y perfiles de personas, empresa, recolectar datos sobre diversos aspectos, dimensiones o componentes del fenómeno a estudiar.

El número de encuestas realizadas fue de 603, para un nivel de confianza del 95.5%, y con $p=q=0.5$, refiere un error muestral del 5%. Se solicitó al encuestado registrar sus opiniones. El objetivo de la encuesta fue conocer la gestión de la obra pública y su impacto en el contexto turístico en esta parroquia; por lo que se indagó sobre generalidades de la población, nivel de estudio, identificación de actividades productivas, iniciativas turísticas, vinculación de las actividades de necesidades de la población con el ordenamiento territorial, entre otras.

El contenido de los instrumentos aplicados (encuestas a 307 actores población económicamente activa, 85 emprendimientos informales, 231 visitantes) y entrevista (7 funcionarios del GADP. De Tachina), Aponte, Nazareno. (2014). Diagnóstico situacional del emprendedurismo y su impacto en el desarrollo turístico sostenible en la parroquia de

Tachina, Cantón Esmeraldas (tesis de maestría). Universidad Técnica “Luis Vargas Torres” de Esmeraldas, Ecuador.

RESULTADOS

Se han extraído los datos de la cabecera parroquial de Tachina y de los recintos o destinos turísticos rurales (Achilube, Curunde, Las Piedras, Tabule, Tigre); su elección se debe, a que éstos ofrecen ríos, cascadas, mar, haciendas, hospedaje y lugares de alimentación; constituyéndose éstos en una oferta turística. De los encuestados se puede determinar los siguientes análisis comparativos:

Variable analizada: Edades, género y nivel de estudio de la población activa

Las edades de las personas que realizan actividades productivas en la cabecera parroquial y recintos de Tachina, están en los rangos de edad mayoritaria de entre los 18 a 30 años y predomina el género femenino con 54,13% y el nivel de educación primaria con 47.30%

Variable analizada: Servicios básicos

En lo referente a los servicios básicos en esta interrogante, se detectó que se cuenta con los servicios básicos para la realización de las actividades productivas y comerciales en la parroquia, considerando la eficiencia de ellos.

Variable analizada: Diversificación de las actividades productivas

Las actividades productivas que se realizan en Tachina constan entre las principales actividades productivas el expendio de alimentos, la pesca, el comercio, abarrotes, venta de mariscos, la agricultura entre otras.



Tabla #1

Diversificación de las actividades productivas

Fuente: Investigación de campo

Elaborado por: Ingrid Nazareno

Variable analizada: Iniciativas turísticas

Iniciativas turísticas para impulsar el desarrollo de los entrevistados se puede determinar que la iniciativa turística considerada para impulsar el desarrollo de la Parroquia de Tachina es la capacitación entre otras.

VARIABLE	FRECUENCIA	PORCENTAJE
Planificación de actividades	118	18.73
Capacitación	183	29.05
Concienciación	98	15.55
Socialización	71	11.27
Vinculación de sectores	43	6.83
Todas	117	18.57
TOTAL	630	100%

Tabla # 2

Iniciativas turísticas

Fuente: Investigación de campo

Elaborado por: Ingrid Nazareno

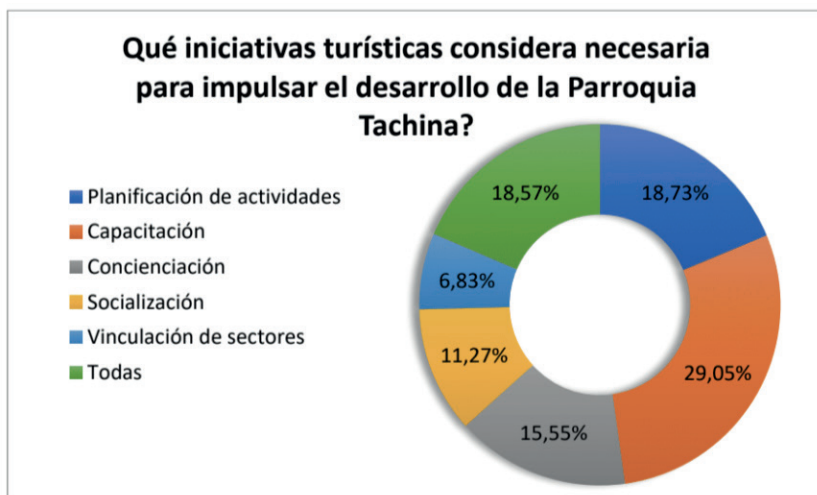


Gráfico #1

Fuente: Investigación de campo

Variable analizada: Identificación de actividades productivas turísticas

Identificación de las actividades turísticas más notorias que tiene la Parroquia de Tachina, el malecón escénico es la primera actividad identificada, ya que en ella se efectúan acciones turísticas de recreación familiar, frente al río (campeonatos, regatas), expendio de alimentos entre otras.

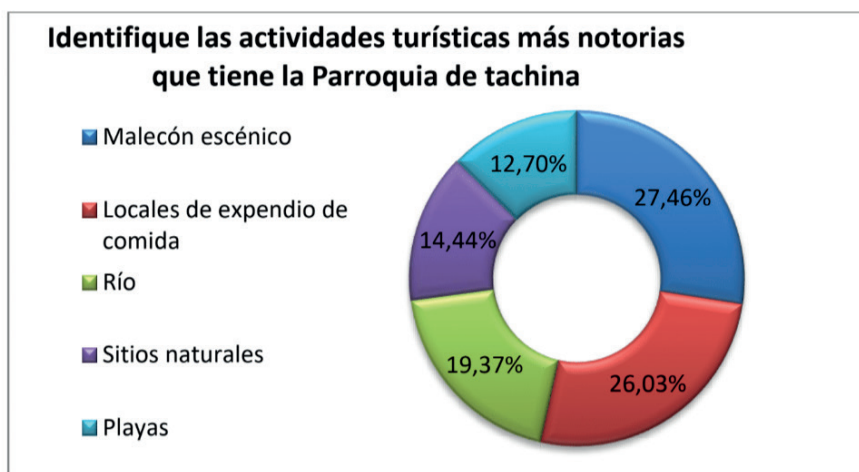


Gráfico # 2

Identificación de las actividades turísticas

Fuente: Investigación de campo

Variable analizada: Obra o inversión pública existente en Tachina

En cuanto a que si la inversión pública existente en la parroquia ha impulsado el desarrollo territorial, los entrevistados contestaron positivamente; en razón de la construcción de la vía de primer orden hacia la zona Norte de la Provincia y Región Sierra del país, lo que ha provocado el incremento de la plusvalía de propiedades y terrenos, el aeropuerto Coronel Carlos Concha Torres, cercanía al puerto pesquero y marítimo, nuevos conjuntos habitacionales, presencia de la inversión superior privada, así como nuevos desplazamientos de habitantes.

Variable analizada: Ordenamiento territorial sincronizado con las actividades productivas

Concuerdan los entrevistados que debe de estar sincronizado o articulada las actividades productivas de la comunidad, con la gestión pública del GADP de Tachina, a través del ordenamiento territorial.

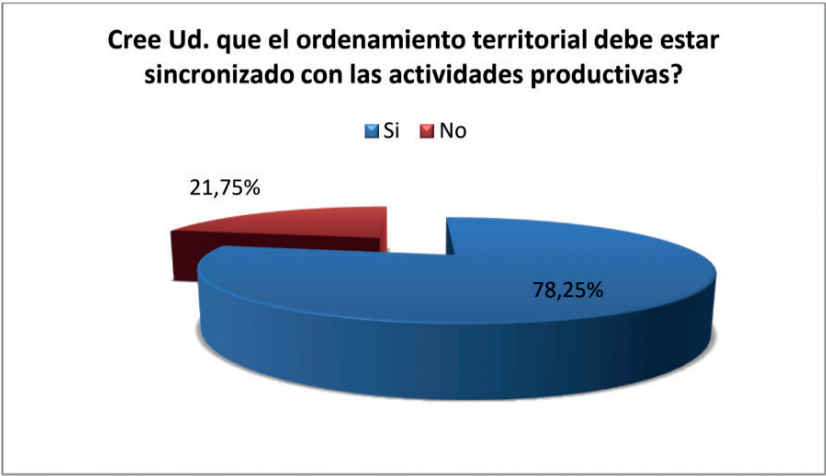


Gráfico # 3

Ordenamiento territorial sincronizado con las actividades productivas

Fuente: Investigación de campo

Variable analizada: Lo que requiere la comunidad para su desarrollo

Podemos determinar que todas las opciones planteadas son necesarias para fomentar el desarrollo de la parroquia.

VARIABLE	FRECUENCIA	PORCENTAJE
Modelo de sistema de desarrollo turístico	155	24.61
Inversiones externas	126	20.00
Capacitación a negocios informales	78	12.38
Organización de emprendimientos	53	8.41
Todas	218	34.60
TOTAL	630	100%

Tabla # 3

Ordenamiento territorial sincronizado con las actividades productivas

Fuente: Investigación de campo

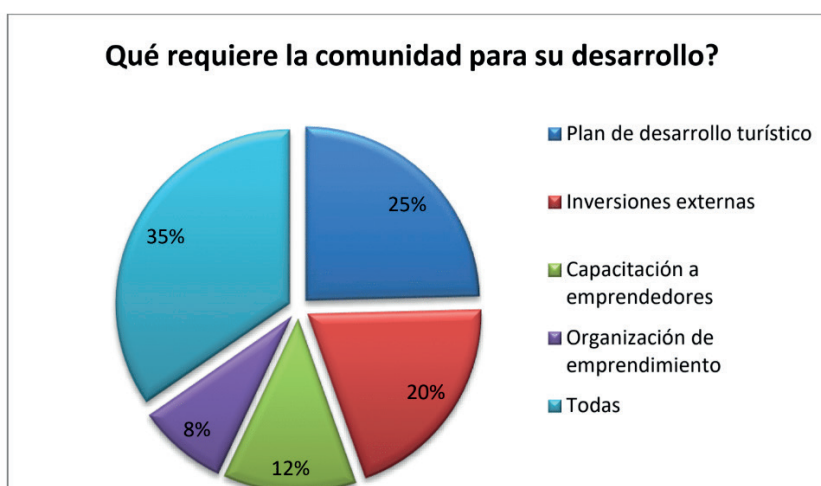


Gráfico #4

Lo que requiere la comunidad para desarrollo

Fuente: Investigación de campo

DISCUSIÓN

El turismo constituye un importante estímulo para el desarrollo local de un gran número de zonas rurales a las que no llega la inversión pública. Este sector en auge permite dinamizar las actividades económicas tradicionales y valorizar las particularidades territoriales, ofreciendo al mismo tiempo posibilidades de generación de empleo.

Según describe Barrera (2006), el turismo viene de la valoración de los diferentes modelos de vida tradicionales del territorio, la conciencia ecológica y el contacto con la naturaleza.

Santana (2005) expresa que el desarrollo turístico crea empleo; en ese contexto

Santana Talavera (1997), expresa que el turista debe, ser transportado, alojado y asistido, pero, secundariamente, necesita también de una provisión de actividades ociosas, para todo lo cual precisa un número, más o menos amplio, de personal en edad activa para el desempeño de funciones en la actividad turística (generalmente no superior a 45-50 años).

En los actuales momentos se considera, que el turismo contribuye a la creación de empleo y al crecimiento del PIB; vistos como los principales mecanismos mediante los cuales la actividad turística, puede contribuir al bienestar de las comunidades en que se desarrolla (Wanhill 2000: 133). Sin duda alguna, la actividad turística deberá ser adyacente al ordenamiento territorial y a las políticas públicas; puesto que los destinos turísticos deben de crecer de manera planificada, ordenada y en respuesta a las necesidades del territorio.

El turismo como tal, conserva vínculos directos (alimentación, agencias de viajes, transportes, alojamiento, alquiler de vehículos, entre otros involucrados) e indirectos (las entidades bancarias, los emprendimientos, la agricultura, el servicio postal, las telecomunicaciones); con sectores de empresas, negocios y comercio en general; contribuyendo a la economía local. Su enfoque estaría determinado desde un punto de vista del consumo de los visitantes en el lugar del destino turístico.

De todo ello debemos resaltar que, a pesar de haber una relación existente entre el turismo y las demás actividades económicas; el impacto que se genera carece de un encadenamiento productivo que promueva el desarrollo sostenible del territorio.

Es de resaltar, las potencialidades como paraísos y encantos naturales (cascada, bosque natural, actividad pesquera artesanal, biodiversidad de flora y fauna) que satisfacerían las expectativas de propios y extraños; canalizándolos como respuesta a la necesidad del individuo en búsqueda de alternativas en su lucha cotidiana de sobrevivir para mejorar sus condiciones de vida; acelerando de esta manera el proceso de crecimiento económico local y propender de esta manera al desarrollo turístico.

De todo lo señalado podemos establecer que el desarrollo turístico propuesto, debe ser coherente con un modelo territorial orientado a la utilización racional y responsable de los recursos; el desarrollo equilibrado y sostenible, la coordinación administrativa y la mejora de la calidad de vida de los ciudadanos y en concordancia con aspectos establecidos en el Plan de Ordenamiento Territorial, en lo relacionado con el Medio Ambiente y emprendimiento.

CONCLUSIONES

La investigación efectuada a través de encuesta y entrevistas a la población de la Parroquia de Tachina esto es, emprendedores, funcionarios del GADP de Tachina; se evidenció lo siguiente:

Que la inversión pública reflejada de las políticas públicas gestionadas existe en la parroquia, con la construcción del sistema de puentes sobre el Río Esmeraldas, asfaltado de vías principales y secundarias, aeropuerto. Ello ha motivado a nuevos asentamientos

humanos e incremento de plusvalía de terrenos y propiedades; así como también la necesidad de incrementar la cobertura de los servicios básicos a estos nuevos sectores.

La identificación de atractivos y recursos turísticos, a través de una esquematización; para quienes buscan satisfacer sus necesidades de relajamiento, exploración, hospedaje y diversión en Tachina; al igual que la nula promoción de estos.

La población de Tachina no está capacitada para brindar un servicio turístico eficiente, ya que al tener una población sin descubrir sus potencialidades, habilidades y destrezas; hace de personas no calificadas y productiva en la atención y procedimientos de servicio a los turistas

Escasa articulación del ordenamiento territorial con las actividades productivas y turísticas, que esté en coherencia con los espacios geográficos y territorios propicios para el desarrollo turístico.

REFERENCIAS

André-Noël, R. (2016). Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación.

Barrera E. (2006). Turismo rural. Un agro-negocio para el desarrollo de los territorios rurales en: Agro-negocios alternativos. Enfoque, importancia y bases para la generación de actividades agropecuarias no tradicionales. Sudamericana. Buenos Aires. 73 p.

Casanova. C, García, J, Caro, F. Organización y gestión de empresas turísticas, (2004).

Código Orgánico de Organización Territorial, Autonomías y Descentralización, (2010), Art. 43

Cooper, Chris et al. 2001 Turismo: principios e práctica, Bookman, Porto Alegre

Di-Bella, M. M. G. (2000). El Turismo Rural Sostenible como una oportunidad de desarrollo de las pequeñas comunidades de los países en desarrollo. Santo Domingo, República Dominicana. 40p.

Hernández, R., Fernández, C., Baptista, P. (2003). Metodología De La Investigación Tercera Edición. México: Editorial Mc GRAW-HILL. 117p.

Kart Krapf y Walter Hunziker, Allgemeine Fremdenverkehrslehre, 1942, citado en Alfredo Dachary y Stella Arnaiz, Op. Cit., p. 13

Leiper, Neil 1979 The framework of tourism, Annals of Tourism Research 6(4): 390-407

Monge, J. G., & Yagüe Perales, R. M. (2016). El desarrollo turístico sostenible: Tren Crucero del Ecuador. Estudios y perspectivas en turismo, 25(1), 57-72.

Nazareno, I. (2014). Diagnóstico situacional del emprendedurismo y su impacto en el desarrollo turístico sostenible en la parroquia de Tachina, Cantón Esmeraldas. Universidad Técnica Luis Vargas Torres de Esmeraldas, Ecuador.

Organización Mundial de Turismo (1991). Conferencia Internacional de Estadísticas de Turismo y Viajes. Ottawa, Canadá

Parada, E.L. (2002). Introducción a las políticas públicas. Fondo de cultura económica. Chile: Fondo de Cultura Económica.

Plan Nacional de Desarrollo 2017 – 2021 “Toda una Vida”

Santana, M. (2005). Turismo, empleo y desarrollo. Universidad de la Laguna, Papers (77), 79-104

Santana Talavera, A. (1997). Antropología y turismo: ¿nuevas hordas viejas culturas?. Barcelona: Ariel. 224p-.

Wanhill, S. (2000). Small and médium tourism enterprises. Annals of Tourism Reseach

Yves, M., Thoenig, J.C. (1992). Las políticas públicas. Barcelona: Ariel.

VALIDEZ FACTORIAL DEL INSTRUMENTO SERVQUALING EN LA MEDICIÓN DEL NIVEL DE SERVICIO A CLIENTES POR LOS RESTAURANTES DE SONORA, MÉXICO

Data de aceite: 01/08/2023

Jesús Martín Cadena-Badilla

Ingeniero Industrial Administrador, Magíster en Administración, Magíster en Ingeniería Industrial con especialidad en Manufactura Automatizada, Doctor en Planeación Estratégica y Dirección de Tecnología. Profesor Investigador Titular C, Departamento de Ingeniería Industrial, División de Ciencias e Ingeniería. Universidad de Sonora, México.
<http://orcid.org/0000-0002-2644-1424>

Alfredo Heredia Bustamante

Contador Público, Magíster en Administración, Doctor en Administración de la Educación. Profesor Investigador Titular C, Departamento de Contabilidad, División de Ciencias Económico-Administrativas. Universidad de Sonora, México.
<http://orcid.org/0000-0001-5691-1645>

Rafael Hernández León

Ingeniero Químico, Magíster en Ciencias Computacionales, Doctor en Planeación Estratégica y Dirección de Tecnología. Profesor Investigador Titular A, Departamento de Ingeniería Industrial, División de Ciencias e Ingeniería. Universidad de Sonora, México.
<http://orcid.org/0000-0001-8720-7757>

Joaquín Vásquez Quiroga

Ingeniero Industrial y de Sistemas, Magíster en Ingeniería Industrial con especialidad en Manufactura, Estudiante de Doctorado en Planeación Estratégica y Dirección de Tecnología. Profesor Investigador Titular A, Departamento de Ingeniería Industrial, División de Ciencias e Ingeniería. Universidad de Sonora, México.
<http://orcid.org/0000-0003-2768-8178>

RESUMEN: En este artículo se explora la estructura factorial y consistencia interna del Instrumento SERVQUALing, para medir el nivel de calidad de los servicios en los Restaurantes de Sonora, México. La Estructura Factorial del Constructo se establece por análisis factorial exploratorio mediante Componentes Principales y Rotación Varimax. Resultando cinco factores con 61.8% de varianza explicada, KMO=0.932 y Determinante <0.001. La Confiabilidad se obtuvo con Alfa de Cronbach=0.922, siendo muy alto para considerarlo como cuestionario diseñado para poblaciones equivalentes con validez de constructo y confiabilidad interna aceptables. Además, se probó la solución de cinco factores para ajustarse al cuestionario

original. Los resultados muestran que el Instrumento SERVQUALing ofrece validez factorial y presenta consistencia interna en sus escalas.

PALABRAS-CLAVE: validez factorial, calidad, satisfacción, SERVQUALing, servicio.

ABSTRACT: In this paper the factorial structure and internal consistency of the SERVQUALing Instrument are explored to measure the level of quality of services in Restaurants in Sonora, Mexico. The Factorial Structure of the Construct is established by exploratory factor analysis using Principal Components and Varimax Rotation. Resulting five factors with 61.8% explained variance, KMO = 0.932 and Determinant < 1.1. Reliability was obtained with Cronbach's Alpha = 0.922, being very high to consider it as a questionnaire designed for equivalent populations with acceptable construct validity and internal reliability. In addition, the five-factor solution was tested to fit the original questionnaire. The results show that the SERVQUALing Instrument offers factorial validity and presents internal consistency in its scales.

KEYWORDS: factorial validity, quality, satisfaction, SERVQUALing, service.

1 | INTRODUCCIÓN

Debido a la integración económica mundial, las empresas deben desarrollar constantemente estrategias relacionadas con la gestión de la calidad para poder mantener una ventaja competitiva. Los esfuerzos deben estar encaminados a la mejora constante de la calidad del servicio que otorgan a sus clientes mediante la transferencia de conocimiento, y la experiencia de los procesos de calidad y las prácticas para implantarlos (Vega, 2014).

La Organización Internacional para la Normalización (ISO) establece que, las organizaciones dependen de sus clientes y por lo tanto deberían comprender sus necesidades actuales y futuras, satisfacer los requisitos y esforzarse en exceder sus expectativas (ISO, 2005). En la Norma ISO 9001 2008 se estableció, y se ratificó en la Norma ISO 9001 2015, que se debe medir el desempeño del sistema de gestión de calidad dando seguimiento a las percepciones de los clientes en cuanto al servicio recibido y determinar en qué medida se cumple con sus expectativas (Global STD ,2016).

Calidad en el servicio y satisfacción del cliente

Gonzales (2015); Larico y Del Pino (2019), definen a la calidad de servicio, como un conjunto de procesos, circunstancias y atributos que aprecian los clientes del servicio que reciben; los clientes al recibir un servicio esperan que sea tal y como ellos esperaban y como se les había prometido. Si ven cubiertas sus necesidades y superadas las expectativas, se estará dando un valor agregado al servicio; el cual beneficiará a la empresa en cuanto a la rentabilidad; logrando la satisfacción y la fidelización de clientes.

Desde el punto de vista del cliente, la calidad del servicio es un concepto dinámico, que se mueve de acuerdo con las experiencias actuales que tendrán sus futuras expectativas; por tanto, una forma de obtener la información necesaria para aumentar y mantener la

calidad del servicio es mediante su constante medición (Morillo y Morillo, 2016). La calidad del servicio se ha vuelto un requisito de competencia entre las organizaciones de todo tipo por las amplias implicaciones positivas que representa en sus resultados, ya que se vuelve una estrategia diferenciadora en el logro del éxito frente a su competencia. (León, 2016).

El Modelo SERVQUAL

La medición de la calidad en los servicios con la escala SERVQUAL se vuelve una variable multidimensional (Cadena-Badilla et al. 2016). Para Galviz, (2011); Mejías y Manrique (2011); Torres-Rodríguez *et al.* (2018), la calidad del servicio se da en función de la discrepancia que existe entre las expectativas de los consumidores sobre el servicio que van a recibir y sus percepciones sobre el servicio efectivamente prestado por la empresa, es decir, la diferencia entre la calidad percibida y la calidad esperada.

En la investigación que dio pie a este documento, se usó como instrumento de medición una modificación del instrumento SERVQUAL de Zeithaml, Parasuraman, y Berry, (1992), citado por Pineda, Estrada, y Parra, (2011). Además del SERVQUALing de Mejías, Reyes y Maneiro (2006); Vega (2014); Vega-Robles et al. (2015) y Cadena- Badilla et al. (2016). Todos estos investigadores proponen un Modelo SERVQUAL modificado con cinco dimensiones internas para el constructo la calidad de servicio, tal y como se describen a continuación.

- a. *Elementos Tangibles*: son las instalaciones físicas, equipos, personal y materiales de comunicación.
- b. *Fiabilidad*: se refiere a la habilidad para realizar el servicio de modo cuidadoso y fiable.
- c. *Capacidad de Respuesta*: se refiere a la disposición y voluntad para ayudar a los usuarios y proporcionar un servicio rápido.
- d. *Seguridad*: hace referencia a los conocimientos y atención mostrados por los empleados y sus habilidades para concitar credibilidad y confianza.
- e. *Empatía*: hace referencia a la atención personalizada que dispensa la organización a sus clientes.

El modelo SERVQUAL está diseñado con el fin de evaluar la calidad del servicio brindado al usuario, desde su perspectiva, teniendo como propósito principal para su base, que un servicio de calidad se presenta cuando las percepciones equiparan o sobrepasan sobre las expectativas que el cliente se creó con relación a un producto o servicio (González, Zurita y Zurita, 2017).

Análisis factorial

Con frecuencia los estudios de investigación se conforman de datos multivariantes, por lo que es necesario utilizar técnicas estadísticas multivariadas. Dentro de estas técnicas se encuentra el análisis factorial (AF) que se caracteriza por sus múltiples usos. En general se conocen dos tipos de análisis factorial: el análisis factorial exploratorio (AFE) y el análisis factorial confirmatorio (AFC) (Hair et al. 2010; Vega, 2014).

El AFE es una técnica estadística de interdependencia donde todas las variables son analizadas en conjunto. Se caracteriza por su versatilidad. Su propósito principal es tratar de establecer una estructura subyacente entre las variables del análisis, a partir de estructuras de correlación entre ellas. Busca definir grupos de variables (factores) que estén altamente correlacionados entre sí. También, se usa para reducir la complejidad de un gran número de variables en un número más reducido; por lo tanto, tiene como objetivo explicar un fenómeno de forma más minuciosa (Vega, 2014; Cadena et al., 2016; Hernández y Espinoza, 2017).

Por otra parte, en el AFC se evalúa hasta qué punto un conjunto de factores organizados teóricamente se ajusta a los datos. En este tipo de análisis, el investigador desempeña un papel mucho más importante, pues a mayor conocimiento del problema, tiene mayor capacidad para formular y probar hipótesis mucho más concretas y específicas (Hair et al., 2010; Hernández y Espinoza, 2017). En este tipo de análisis se debe establecer un nivel de confianza para poder evaluar si se rechazan o no las hipótesis planteadas.

Los dos análisis no son excluyentes, pero, dependiendo de los objetivos del estudio, se debe decidir cuál es el más adecuado. Cuando el objetivo principal es reducir variables o encontrar nuevos factores o variables latentes, se recomienda el uso del AFE. En los casos en los que se busca llegar a una estructura específica, se recomienda más el uso del AFC, sin embargo, en algunos estudios se ha llegado incluso a realizar los dos análisis (Floyd y Widaman, 1995).

Validación de análisis factorial

La Validez Factorial consiste en analizar que tanto se podrán generalizar los resultados para la población y la influencia potencial de las causas o individuos sobre los resultados (Hair et al., 2010; Vega, 2014). Aquí el aspecto de generalización es extremadamente importante porque el AF describe una estructura de datos que debe ser también representativa de la población y no solo de la muestra. El método más común de generalización de solución en AF es el de replicabilidad de los resultados en una muestra posterior o dividiendo la muestra aleatoriamente en dos subconjuntos, aplicando de nuevo AF a las dos partes de la muestra y hacer comparaciones de resultados. La comparación de las dos matrices factoriales resultantes arrojará una valoración de la robustez de la solución a lo largo de la muestra ((Hair et al., 2010, Cadena et al., 2016; Almeida et al., 2018).

La validez es un concepto del cual pueden tenerse diferentes tipos de evidencia (Babbie, 2009; Hair et al., 2019; Vega, 2014; Hernández y Espinoza, 2017; Cadena-Badilla, Vásquez y Guzmán, 2019): 1) evidencia relacionada con el contenido, 2) evidencia relacionada con el criterio y 3) evidencia relacionada con el constructo.

La validez de contenido se refiere al grado en que un instrumento refleja un dominio específico de contenido de lo que se mide. La validez de contenido sirve para responder las siguientes preguntas: 1) ¿el instrumento mide adecuadamente las principales dimensiones de la variable? 2) las preguntas contenidas en el cuestionario ¿qué tan bien representan a todas las preguntas que pudieran hacerse al respecto?

La validez de criterio se establece al hacer una comparación entre los resultados del instrumento de medición y algún criterio externo que pretenda medir lo mismo (Hernández-Sampieri, Fernández-Collado, y Baptista-Lucio, 2014)). Lo que se busca es validar su medición de aceptación mediante la comparación de dos criterios. Este simple ejemplo puede dar la idea de la validez relativa al criterio. El criterio es un estándar con el que se juzga la validez de un instrumento (Wiersma y Jurs, 2008); Cadena-Badilla, et al., 2015). Entre más se relacionen los resultados del instrumento con el criterio, la validez será mayor.

La pregunta que se responde con la validez de criterio es: ¿en qué grado el instrumento comparado con otros criterios externos mide lo mismo? o ¿qué tan cercanamente las puntuaciones del instrumento se relacionan con otro(s) resultado(s) sobre el mismo concepto? (Hernández-Sampieri, Fernández-Collado, y Baptista-Lucio, 2014; Hernández y Espinoza, 2017).

La validez de constructo es considerada la validez más importante desde el punto de vista científico y mide que tan exitosamente un instrumento representa un concepto teórico (Grinell, Unrau y Williams, 2005; Hernández-Sampieri, Fernández-Collado, y Baptista-Lucio, 2014; Vega, 2014; Hernández y Espinoza, 2017). Esta validez va encaminada hacia lo que está midiendo el instrumento y como lo está midiendo. Esta validez de constructo integra la evidencia que soporta la interpretación del sentido que poseen las puntuaciones del instrumento (Cadena-Badilla et al. (2016)). La validez de constructo es el grado en que las mediciones del concepto proporcionadas por el instrumento se relacionan consistentemente con otras mediciones de otros conceptos de acuerdo con modelos e hipótesis derivadas teóricamente. Las preguntas que se responden con la validez de constructo son:

¿Está realmente reflejado el concepto teórico en el instrumento? ¿Qué significan las instrucciones del instrumento? ¿el instrumento realmente mide al constructo y sus dimensiones? ¿Por qué si o porque no? ¿Cómo opera el instrumento? (Cadena-Badilla, Vásquez y Guzmán, 2019).

Validez Total. se evalúa considerando todos los tipos de evidencia. En la medida en que las evidencias de validez de contenido, de validez de criterio y de validez de constructo sean mayores en un instrumento, este representará más a las variables que pretende medir.

Validez total = validez de contenido + validez de criterio + validez de constructo.

Relación entre confiabilidad y validez

Un instrumento de medición puede ser confiable, aunque no necesariamente válido. Puede ser consistente en los resultados que produce, pero puede suceder que no mida lo que se pretende. Es requisito probar que el instrumento de medición es confiable y válido. De no ser así los resultados no se deben tomar muy seriamente.

2 | DISEÑO METODOLOGICO.

El objetivo de esta investigación es obtener evidencias de validez de constructo (validez factorial) para el Instrumento SERVQUALing y así poder obtener indicadores de confiabilidad para la prueba global y sus subfactores, Analizando los resultados obtenidos a través de la muestra con los reportados por la literatura científica. Además, se busca aportar validez a la interpretación de los resultados de la aplicación de este instrumento en este contexto empresarial.

Tamaño de Muestra y Estadística Descriptiva

El universo de Restaurantes para el Estado de Sonora, según la Secretaría de Turismo (SECTUR) fue de 1326 (SECTUR, 2019), SECTUR basa esta información en los datos que presenta INEGI, (2018). El tamaño de la muestra que arrojó el muestreo aleatorio simple fue de 315 clientes a encuestar las cuales se repartieron aleatoriamente en el estado de Sonora, después de dividir a la entidad en tres zonas: norte, sur y centro. Este tamaño de muestra tiene un nivel de confianza del 95% y un error estimado del 5%, utilizado para condiciones de validez cuando el estimador del parámetro tiene un comportamiento normal (Barón y Téllez, 2004; Hernández-Sampieri, Fernández- Collado, y Baptista-Lucio, 2014; Cadena et al., 2016; Rendón-Macías, Villasís-Keever, 2017). Después se procedió a entrevistar a un cliente de forma aleatoria para contestar la encuesta.

La muestra se distribuyó de forma aleatoria en las principales ciudades y comunidades del estado, considerando únicamente las ciudades más importantes del estado las cuales en su conjunto aportan el 95% del PIB estatal (SHE, 2018; INEGI, 2018).

Instrumento Utilizado

El instrumento SERVQUALing está dividido en dos secciones, cada sección tiene una breve explicación respecto de cómo responderla. La sección I muestra la información de los aspectos generales de los clientes. En la sección II se utiliza un formato de dos columnas: La primera contiene los ítems; la segunda dedicada para determinar la percepción de los clientes (cómo perciben el servicio que reciben en la actualidad).

El cuestionario consta de 22 ítems, tal y como se muestra en la tabla 1, el cual, según indica el manual, consta de cinco Dimensiones denominadas Elementos Tangibles

(ET) (4 ítems), Fiabilidad (FI) (5 ítems), Capacidad de Respuesta (CR) (4 ítems), Seguridad (SE) (4 ítems) y Empatía (EM) (5 ítems).

ET-1	El restaurante posee moderno equipamiento y adecuadas instalaciones
ET-2	El restaurante posee tecnología reciente (computadoras, hardware y software).
ET-3	Los materiales respecto al restaurante (folletos, trípticos, encuadernaciones, revistas, impresos) son visualmente atractivos.
ET-4	Los empleados del restaurante tienen una apariencia pulcra.
FI-5	Cuando el personal del restaurante promete hacer algo en cierto tiempo, lo cumple.
FI-6	Cuando el cliente tiene un problema:(algún saldo, un cargo mal efectuado, etc.) el personal del restaurante muestra interés por ayudarlo.
FI-7	El restaurante brinda desde la primera vez, un buen servicio.
FI-8	El restaurante ofrece los servicios en el tiempo prometido (horario).
FI-9	El restaurante mantiene los registros exentos de errores (saldos, estados de cuenta, lista de clientes, etc.).
CR-10	El personal administrativo le comunica al cliente cuándo concluirá el trámite de cualquier documento o servicio solicitado.
CR-11	El personal administrativo le ofrece al cliente los servicios en un tiempo razonablemente corto.
CR-12	El personal administrativo siempre está dispuesto a ayudar al cliente.
CR-13	El personal nunca está demasiado ocupado para responder las inquietudes de los clientes.
SE-14	El personal administrativo inspira confianza a los clientes.
SE-15	El personal administrativo cumple con la entrega de documentos y trámites a tiempo.
SE-16	SE-16 El personal administrativo es siempre amable con los clientes.
SE-17	El personal está capacitado para responder de forma adecuada las preguntas de los clientes
EM-18	El personal administrativo ofrece una atención personalizada a los clientes.
EM-19	El restaurante tiene horarios de atención convenientes para los clientes.
EM-20	El restaurante cuenta con personal suficiente para ofrecer una atención personalizada.
EM-21	El personal del restaurante se preocupa por los intereses de los clientes.
EM-22	El personal administrativo comprende las necesidades de los clientes.

Tabla 1. Cuestionario del Modelo SERVQUALing para Restaurantes.

Fuente: Elaboración propia en base a Zeithaml, Parasuraman, y Berry, (1992).

El formato de respuesta utilizado en el estudio fue el de frecuencia. Según este modo de respuesta, los sujetos valoraban cada ítem del cuestionario con una escala tipo Likert en la que indicaban con qué frecuencia habían experimentado en el último año la situación descrita por el ítem. Se les pedirá a los clientes valorar las percepciones del servicio en una escala Likert de 1 a 5 (Tabla 2).

Escala	Nivel de Satisfacción
1	Muy malo
2	Malo
3	Regular
4	Bueno
5	Excelente

Tabla 2. Escala de Likert.

Fuente: Elaboración propia.

En la Tabla 3 se presenta la adaptación hecha a la escala Likert por Mejías, Reyes, y Maneiro, (2006); Maneiro, Mejías, Romero y Serpa (2008); Quevedo & Andalafte, (2008); y replanteados por Vega (2014); Vega-Robles et al. (2015) y Cadena- Badilla et al. (2016); para conocer el porcentaje de satisfacción.

Escala de Likert	Nivel de Satisfacción	Porcentajes de satisfacción
1,00 a 1,79	Muy malo	20,0 a 35,9
1,80 a 2,59	Malo	36,0 a 51,9
2,60 a 3,39	Regular	52,0 a 67,9
2,60 a 3,39	Bueno	68,0 a 83,9
4,20 a 5,00	Muy bueno	

Tabla 3. Puntuación Likert para las encuestas aplicadas a los clientes.

Fuente. Maneiro, Mejías, Romero y Serpa (2008).

Validación del instrumento de medición

El análisis de fiabilidad se debe llevar a cabo para probar que un conjunto de elementos (ítems) de una escala, puedan conducir a resultados altamente correlacionados con los resultados que se llegarían a obtener si se repitiera la prueba. Es decir, lograr con la escala resultados similares en diferentes contextos (Merino y Lautenschlager, 2003; Hernández y Espinoza, 2017). Un instrumento es fiable cuando se obtienen resultados muy similares al aplicarlo dos o más veces al mismo grupo de individuos o cuando se aplica son formas alternativas del instrumento (Visauta & Martori, 2013); Hernández y Espinoza, 2017).

Para determinar la fiabilidad hay diferentes formas de hacerlo, la más común es utilizar el Alpha de Cronbach, que está orientada hacia la consistencia interna de una prueba, para valores por encima de 0,8 es excelente (Caetano, 2003; Vega, 2014; Hernández y Espinoza, 2017).

Procedimiento

El análisis de los datos se efectuó en SPSS 23. Se empleó el método de Componentes

Principales con rotación Varimax para la extracción de factores, y se retuvieron aquellos con cargas factoriales mayores a 1 (Kaiser, 1960; Tabachnik y Fidell, 2007). Al comparar las matrices de cargas, se observa que, en el caso de las primeras, predominan valores más altos y bajos. Hair et al. (2010), Hernández y Espinoza (2017); sugieren que para que una carga factorial pueda ser considerada como significativa su valor no debe ser inferior a 0,45 (esto equivale a $n=150$). Por otro lado, Morales (2011) y replanteado por Cadena-Badilla, Vega- Robles y Romero, (2014); Cadena et al. (2016); sugieren que una carga factorial de 0,25 (equivalente a $n=400$) ya se puede considerar como significativa, aunque ambos reconocen que depende mucho de la experiencia empírica del investigador y del sustento teórico del constructo. En el caso de este estudio como $n=315$, entonces el punto de corte de significancia para una carga factorial es igual o mayor a 0,3. Para más exactitud, se escogió 0,4.

RESULTADOS

Como primer paso, se cumplió con los criterios necesarios para la viabilidad del análisis factorial (AF). El determinante de la matriz de correlaciones obtuvo un valor de 0,0000403. La prueba de esfericidad de Bartlett fue significativa, la prueba KMO de adecuación de la muestra arrojó un valor de 0,932 y la prueba detallada de Normalidad de Kolmogorov-Smirnov fue significativa para todos los ítems. Según (Hair et al., 2010); Vega (2014); Hernández y Espinoza (2017); Tabachnick y Fidell (2019), con estos resultados es válido efectuar un análisis factorial de la matriz de correlaciones. En cuanto a la Confiabilidad del instrumento, se obtuvo un Alfa de Cronbach de 0,926.

Según Mejías, Reyes y Maneiro, (2006); Maneiro, Mejías, Romero y Serpa (2008) y replanteados por Vega (2014); Vega-Robles et al. (2015) y Cadena- Badilla *et al.* (2016), en SERVQUALing los factores son independientes por lo que resulta válido utilizar el método de Componentes Principales con Rotación Varimax para la factorización. Los resultados se aprecian en la tabla 5, donde se obtuvieron cuatro factores con cargas factoriales mayores a 1 y que explican el 57,46% de la varianza total, resultando dentro del rango común que es siempre entre 50 y 60% este valor de varianza explicada (Morales, 2011). Para Henson y Roberts (2006); Cadena-Badilla, Vega-Robles y Romero, (2014); Cadena, Vásquez y Guzmán, (2019); esperar una varianza explicada por arriba de este rango es una expectativa poco realista. Se determinó como criterio el asignar un ítem al factor con carga factorial mayor de 0,4.

El factor I explicó un 18,72% de la varianza agrupando los ítems SE_16, SE_17, SE_14 y SE_15 de Seguridad (SE). Además, se agruparon también FI_6 y FI_7 de subescala Fidelidad (FI), así como también CR_12 que pertenece a Capacidad de Respuesta (CR). El factor II explica un 14,02% de la varianza con los ítems EM_19, EM_20, EM_18, EM_22 y EM_21, de (EM) y el ítem CR_13, de la subescala Capacidad de Respuesta. El factor

III explicó un 13,87% de la varianza con los ítems CR_10, CR_11, de Capacidad de Respuesta (CR), además se agruparon los factores FI_9, FI_8 y FI_5, de Fiabilidad (FI). El factor IV explicó un 10,85% de la varianza con los ítems ET_2, ET_3, ET_1 y ET_4, correspondientes a Elementos Tangibles (ET). En la Tabla 4 se puede apreciar que las Dimensiones Fiabilidad y Capacidad de Respuesta se agruparon en los factores I y III y si se hace el Factorial con cinco factores, como lo marca SERVQUALING, entonces esta dimensión se crea un quinto factor que combina Capacidad de Respuesta con Fiabilidad. Ver Tabla 5.

En la Tabla 4 corresponde a la Matriz de Componentes Principales de cuatro factores con Rotación Varimax aplicada a los ítems del SERVQUALING. La rotación ha convergido en 7 iteraciones. El análisis factorial que se obtiene no se ajusta al modelo propuesto por Parasuraman, Zeithaml, & Berry, (1988).

En este estudio se pretende realizar un ajuste a cinco factores para hacer coincidir este modelo con el modelo original de Parasuraman, Zeithaml, & Berry, (1988) y como lo hiciera Mejías (2005^a) y Mejías (2005b); se hizo el mismo análisis, pero ahora ajustando a cinco factores. También aquí se empleó el método de componentes principales con rotación Varimax cuyos resultados se aprecian en la Tabla 5. Los cinco factores explicaron de manera conjunta un 61,82% de la varianza total. Este porcentaje, para algunos podrá ser considerada como baja pero que en realidad es aceptable basándose en los criterios de Morales (2011), quien afirma que es muy común encontrarse con proporciones de varianzas totales explicada por los factores que oscila entre el 50 y 60%.

Matriz de Componentes Rotados ^a				
	Componente			
	1	2	3	4
SE_16	0,715	0,348	0,053	0,120
FI_6	0,664	0,049	0,281	0,134
SE_17	0,658	0,343	0,169	0,130
FI_7	0,652	0,143	0,239	0,233
CR_12	0,619	0,316	0,392	0,008
SE_14	0,575	0,451	0,210	0,099
SE_15	0,511	0,281	0,361	0,226
EM_19	0,064	0,729	0,010	0,236
EM_20	0,173	0,689	0,279	0,185
EM_18	0,296	0,639	0,229	0,103
EM_22	0,370	0,587	0,266	0,005
EM_21	0,445	0,527	0,292	0,067
CR_13	0,347	0,382	0,295	-0,027
CR_10	0,137	0,198	0,779	0,244
FI_9	0,131	0,207	0,698	0,281
CR_11	0,300	0,296	0,655	0,104
FI_8	0,433	0,176	0,545	0,049
FI_5	0,376	0,080	0,524	0,135
ET_2	-0,065	0,113	0,135	0,794
ET_3	0,219	0,145	0,195	0,742
ET_1	0,203	0,110	0,134	0,732
ET_4	0,457	0,077	0,117	0,480

Método de extracción: análisis de componentes principales. Método de rotación: Varimax con normalización Kaiser ^a

a. La rotación ha convergido en 7 itaciones.

Matriz de Componentes Rotados ^a					
	Componente				
	1	2	3	4	5
SE_16	0,689	0,346	0,222	0,156	-0,031
CR_13	0,680	-0,090	0,149	0,020	0,328
SE_17	0,643	0,342	0,224	0,160	0,090
SE_14	0,639	0,254	0,318	0,127	0,155
CR_12	0,603	0,387	0,202	0,032	0,305
SE_15	0,553	0,264	0,159	0,253	0,309
FI_7	0,260	0,717	0,213	0,222	0,067
FI_8	0,154	0,609	0,238	0,027	0,407
FI_6	0,435	0,556	0,017	0,149	0,148
FI_5	0,117	0,545	0,137	0,118	0,403
EM_19	0,142	0,026	0,744	0,214	0,013
EM_20	0,176	0,209	0,712	0,159	0,242
EM_22	0,357	0,294	0,561	-0,003	0,203
EM_21	0,300	0,454	0,550	0,050	0,189
EM_18	0,483	0,050	0,525	0,115	0,229
ET_2	-0,007	-0,077	0,108	0,793	0,175
ET_3	0,227	0,103	0,101	0,754	0,189
ET_1	0,053	0,240	0,154	0,724	0,090
ET_4	0,287	0,361	0,066	0,490	0,037
CR_10	0,284	0,108	0,098	0,252	0,781
FI_9	0,075	0,296	0,222	0,262	0,651
CR_11	0,379	0,229	0,205	0,111	0,620

Método de extracción: análisis de componentes principales, Método de rotación: Varimax con normalización Kaiser ^a

a. La rotación ha convergido en 19 iteraciones.

En un estudio de revisión de 60 análisis factoriales realizado por Henson y Roberts (2006); la proporción media de varianza explicada por los factores que se encontró fue del 52.03 %; aunque algunos autores proponen un 75% como resultado satisfactorio, para Henson y Roberts (2006) y Cadena-Badilla, Vega-Robles y Romero, (2014); Cadena et al. (2016), es una expectativa muy poco realista.

El factor I explicó un 16,32% de la varianza, quedó constituido por los ítems SE_14, SE_15, SE_17, CR_12 y CR_13 de la subescala Seguridad (SE), aunque aquí se agruparon dos ítems de la subescala Capacidad de Respuesta (CR). El factor II explicó un 12,34% de la varianza, con los ítems FI_5, FI_6, FI_7 y FI_8 de Fiabilidad. El factor III explicó un 11,43% de la varianza con los ítems EM_18, EM_19, EM_20, EM_21 y EM_22 de la subescala de Empatía. El Factor IV explicó un 10,96% de la varianza, con los ítems ET_1, ET_2, ET_3

y ET_4 de la subescala de Elementos Tangibles (ET). El Factor V explicó un 10,76% de la varianza, agrupando los ítems CR_10, CR_11 y FI_9. Estos resultados son muy similares a un estudio de Validez factorial realizado a una muestra de estudiantes universitarios (Vega-Robles, Mejías, Cadena-Badilla y Vásquez, (2015)). En lo referente a la media, la desviación típica y el valor alfa de Cronbach para las subescalas del SERVQUALing se tiene que la media para la subescala de Elementos Tangibles fue de $M=15,28$ y $DT=3,121$; para Fiabilidad $M=20,12$ y $DT=3,17$; para Capacidad de Respuesta $M=15,04$ y $DT= 3,05$, para Seguridad $M=16,16$ y $DT=2,79$ y para Empatía $M=19,96$ y $DT=3,49$.

Al revisar la correlación r de Pearson, la más alta se dio entre las dimensiones Elementos Tangibles y Fiabilidad ($r= 0,590$, $p< 0.001$), Seguidamente la correlación entre Fiabilidad con Capacidad de Respuesta fue de ($r= 0,572$, $p < 0.001$),), mientras que para Capacidad de Respuesta con Empatía se encontró ($r= 0,513$, $p < 0.001$), Siguiendo con el análisis de correlación r de Pearson, para Fidelidad con Empatía se obtuvo se tuvo ($r= 0,508$, $p < 0.001$), entre Seguridad y Empatía se obtuvo ($r= 0,503$, $p < 0.001$). y entre Fidelidad y Seguridad se obtuvo ($r= 0,484$, $p < 0.001$). Siguiendo con este análisis se observó una correlación de ($r=0,423$, $p < 0.001$) entre las dimensiones Elementos Tangibles y Capacidad de Respuesta, entre Elementos Tangibles y Seguridad se obtuvo ($r= 0,398$, $p < 0.001$), para Elementos Tangibles y Fidelidad ($r=0,389$, $p < 0.001$) y, por último, entre Elementos Tangibles y Empatía se observó ($r= 0,341$, $p < 0.001$).

En lo referente a la Confiabilidad del instrumento, las Alfa de Cronbach obtenidas fueron $\alpha = 0,740$ para Elementos Tangibles, $\alpha = 0,758$ para Fiabilidad, $\alpha = 0,769$ para Capacidad de Respuesta, $\alpha = 0,861$ para Seguridad y $\alpha = 0,798$ para Empatía. Estos valores resultaron similares en comparación con un estudio de validez para medir la calidad de los servicios aplicada a estudiantes en Venezuela y México, (Mejías 2005a y 2005b), también con un estudio sobre medición de calidad (Vega et al, 2015) en Chile enfocado a los docentes (Buzzetti, 2005) y también muy similares a los resultados de un estudio efectuado en Colombia y enfocado a la calidad prestada por una Universidad en Colombia (Arciniegas y Mejías, 2017).

DISCUSIÓN

En este arreglo de cinco factores se pueden ver algunos problemas e inconsistencias con la validez factorial original del SERVQUALing:

No se cumple con el arreglo original penta factorial del instrumento original ya que el primer factor *Seguridad* debería contener cuatro variables y la solución factorial le asocia seis. Los factores 2, 3 y 4 (*Fiabilidad*, *Empatía* y *Elementos Tangibles*) no presentan ningún problema en cuanto a la solución factorial original de las variables que debe contener. El problema se presenta en el factor cinco *Capacidad de Respuesta*, ya que presenta menos ítems de los que por definición le corresponden al contener solo dos de los cuatro que le

corresponden, los otros dos ítems se sumaron al factor 1.

Al analizar las relaciones entre los factores obtenidos en el análisis de cuatro factores, se ha podido ver que existe cierto nivel de correlación entre los factores 1 y 2 y también esto se ve reflejado en la ambigüedad del ítem CR_13 que carga prácticamente igual en el factor 1 y en el factor 2. Algo similar sucedió con el análisis de cinco factores donde el ítem EM_18 se carga igual al factor 1 y al factor 3. Hair, Anderson, Tatham y Black (2010) aseguran que cuando esto pasa se debe a que existe correlación entre los factores con cargas compartidas de variables y los factores deben ser incorrelacionados. Cuando se sospecha cierta correlación entre factores se dice que estos no son ortogonales sino oblicuos y se debe probar una solución con una rotación oblicua.

La rotación con VARIMAX se considera ortogonal cuando los factores permanecen incorrelacionados con el proceso de rotación. En muchas ocasiones los factores no necesitan estar incorrelacionados y en este caso se requiere de cierta correlación entre los factores conceptualmente ligados. En el presente estudio de medición del nivel de la calidad de servicio es de esperarse que exista cierta correlación entre los factores de *Capacidad de Respuesta* y *Seguridad* porque el cumplimiento de un factor lleva al aseguramiento del otro por liga conceptual (González, Lacasta y Ordoñez, 2008). Por esta razón, tal y como lo hiciera Abu-Hilal (1995), quedó justificada la reproducción factorial del instrumento SERQUALING, pero ahora con una rotación oblicua para analizar la estructura factorial con este tipo de rotación. Como resultado de la rotación oblicua Oblimin de cinco factores, las variables EM_21 y CR_13 cargan con casi la misma significancia en los factores 1 y 3 y 1, 3 y 4 respectivamente lo que indica un cierto nivel de correlación entre estos factores debido también a que se encuentran conceptualmente ligados. Como ambas variables resultan ambiguas a estos factores y siguiendo los conceptos teóricos, se puede adoptar esta estructura factorial como la más adecuada para el presente estudio debido a los argumentos presentados por Mejías, Reyes y Maneiro, (2006); Maneiro, Mejías, Romero y Serpa (2008); Hair et al. (2010); y retomados por Vega, (2014); Vega-Robles et al. (2015) y Cadena- Badilla et al. (2016).

El resultado de un AF arroja información acerca de un instrumento con una determinada muestra, pero no de un constructo (Gil-Monte y Moreno-Jiménez, 2007 y retomado por Cadena-Badilla et al. (2014), por Vega et al. (2015) y por Cadena et al. (2016). Los resultados de un AF dependen de la naturaleza temática y del contenido de los ítems que conforman el cuestionario. En otras palabras, el AF no resuelve la naturaleza de un constructo sino de los elementos contenidos en el instrumento, sirve para saber si con ese instrumento realmente estamos midiendo lo que queremos medir.

Para Gil-Monte y Moreno-Jiménez (2007), y retomado por Cadena-Badilla et al. (2014), por Vega et al. (2015) y por Cadena et al. (2016), es un grave error querer identificar el resultado de un AF con un constructo, no es correcto ni metodológica ni epistemológicamente. Debe ser al revés, la teoría es la que debe optar por alguna de las

alternativas válidas que arroja un AF tanto exploratorio como confirmatorio. También este es un grave error para Seaman y Allen (2012) y Cadena et al. (2016), quienes aseguran que el AF tan solo es una herramienta estadística para dar validez a un conjunto de datos buscando reducir sus variables descriptoras a un número menor de variables subyacentes que remplace a las variables originales, facilitando información válida para enriquecer el constructo.

CONCLUSIONES

Se cumplió con los criterios necesarios para considerar válido un análisis factorial donde el determinante de la matriz de correlaciones obtuvo un valor de 0,0000403. La prueba de esfericidad de Bartlett fue significativa, la prueba KMO de adecuación de la muestra fue de 0,932 y la prueba detallada de Normalidad de Kolmogorov-Smirnov fue significativa para todos los ítems. Con estos resultados fue válido efectuar un análisis factorial de la matriz de correlaciones, además de que, en lo referente a la Confiabilidad del instrumento, se obtuvo un Alfa de Cronbach de 0,926.

Como los factores son independientes, resulta válido utilizar el método de Componentes Principales con Rotación Varimax para la factorización. En los resultados, primero se obtuvieron cuatro factores con cargas factoriales mayores a 1 y que explican el 57,46% de la varianza total, resultando dentro del rango común que es siempre entre 50 y 60%. Se determinó como criterio el asignar un ítem al factor con carga factorial mayor de 0,4.

En el Análisis Factorial de Cuatro Factores el factor *Capacidad de Respuesta (CR)* que forma parte de este Constructo no se manifestó como tal en el resultado de este Análisis Factorial. Sus elementos se cargaron más en el factor *Fiabilidad (FI)* con información oportuna (CR_10) y servicio rápido (CR_11), y en menor medida en *Empatía (EM)* con la disposición a responder a dudas (CR_13) y en *Seguridad (SE)* con la disposición a ayudar (CR_12).

Como las Dimensiones *Fiabilidad* y *Capacidad de Respuesta* se agruparon en los factores I y III y como el arreglo obtenido no se ajusta al modelo propuesto por Parasuraman, Zeithaml, & Berry; se determinó realizar un Análisis Factorial con cinco factores, como lo marca el constructo de SERVQUALing. También aquí se empleó el método de componentes principales con Rotación Varimax.

Los cinco factores explicaron de manera conjunta un 61,82% de la varianza total. Este porcentaje, para algunos podrá ser considerada como baja pero que en realidad es aceptable basándose en resultados de estudios previos donde se puede ver que es muy común encontrarse con proporciones de varianzas totales explicada por los factores que oscila entre el 50 y 60%.

En el Análisis Factorial de Cinco Factores el factor *Capacidad de Respuesta (CR)*

que forma parte de este Constructo se manifestó como el quinto factor o dimensión en el resultado de este Análisis Factorial solo con información oportuna (CR_10) y con servicio rápido (CR_11), además de que incluyó a información sin errores (FI_9). Sus elementos se cargaron de igual forma en el factor *Seguridad (SE)* con la disposición a responder a dudas (CR_13), también con la disposición a ayudar (CR_12). Por lo demás, los restantes cuatro factores (SE, FI, EM y ET) se agruparon en factores tal y como lo marca el constructo teórico.

Al revisar la correlación r de Pearson, la más alta se dio entre las dimensiones *Elementos Tangibles* y *Fiabilidad*. Seguida por la correlación entre *Fiabilidad* con *Capacidad de Respuesta* y por la correlación entre *Capacidad de Respuesta* con *Empatía*. Siguiendo con el análisis de correlación r de Pearson, se obtuvo correlación significativa entre *Fidelidad* y *Empatía*, *Seguridad* y *Empatía* y entre *Fidelidad* y *Seguridad*. Se obtuvo correlación significativa entre las dimensiones *Elementos Tangibles* y *Capacidad de Respuesta*, entre *Elementos Tangibles* y *Seguridad*, *Elementos Tangibles* y *Fidelidad* y, por último, entre *Elementos Tangibles* y *Empatía*.

En lo referente a la Confiabilidad del instrumento, las Alfa de Cronbach obtenidas fueron $\alpha = 0,740$ para *Elementos Tangibles*, $\alpha = 0,758$ para *Fiabilidad*, $\alpha = 0,769$ para *Capacidad de Respuesta*, $\alpha = 0,861$ para *Seguridad* y $\alpha = 0,798$ para *Empatía*. Estos valores resultaron similares en comparación con un estudio de validez para medir la calidad de los servicios aplicada en otros contextos.

Los resultados muestran que el Instrumento SERVQUALing evidencia validez factorial y presenta consistencia interna en sus escalas.

REFERENCIAS

Abu-Hilal, M. (1995). Dimensionality of burnout: Testing for invariance across Jordanian and Emirati teachers. *Psychological Reports*, 1367-1375. <https://doi.org/10.2466/pr0.1995.77.3f.1367>

Almeida et al. (2018). Equivalencia factorial de las versiones en español y portugués de un cuestionario de expectativas académicas. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 50(1), 9-2. <http://dx.doi.org/10.14349/rlp.2018.v50.n1.2>

Arciniegas, J., Mejías, A. (2017). Percepción de la calidad de los servicios prestados por la Universidad Militar Nueva Granada con base en la escala SERVQUALing, con Análisis Factorial y Análisis de Regresión Múltiple. *Revista Comunicación de la Universidad Militar de Granada*, 8 (1). <http://www.scielo.org.pe/pdf/comunica/v8n1/a03v8n1.pdf>

Babbie E. (2009). *The practice of social research. 10th Edition*. Ed. Wadsworth Publishing Company. Belmont, CA.

Barón, F. y Téllez, F. (2004). *Apuntes de Bioestadística: Tercer Ciclo en Ciencias de la Salud y Medicina*. Departamento de Matemáticas Aplicada. Universidad de Málaga. <http://www.bioestadistica.uma.es/baron/apuntes/ficheros/cap02.pdf>

Buzzetti, M. (2005). *Validación del MBI en Dirigentes del Colegio de Profesores A.G. de Chile. Tesis de Grado*. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Chile. http://www.tesis.uchile.cl/tesis/uchile/2005/buzzetti_m/html/index-frames.html

Cadena-Badilla, M.; Mejías A.; Vega-Robles, A.; Vásquez, J. (2015). La satisfacción estudiantil universitaria: análisis estratégico a partir del análisis de factores. *Industrial Data*, 18 (1), 9-18. <https://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/data/article/view/12062/10777>

Cadena-Badilla, J., Vega-Robles, A., Real Pérez, I., & Vásquez Quiroga, J. (2016). Medición de la calidad del servicio proporcionado a clientes por Restaurantes en Sonora, México. *Ingeniería Industrial. Actualidad y Nuevas Tendencias*, 5 (17), 41-60.

<https://www.redalyc.org/pdf/2150/215049679004.pdf>

Cadena-Badilla, J., Vásquez, J. y Guzmán, J. (2019). *Estrategias para Reducir el Burnout en los Mandos de las MIPYMES*. Editorial Académica Española Mauritius 2019.

Floyd, F. J., & Widaman, K. F. (1995). Factor analysis in the development and refinement of clinical assessment instruments. *Psychological Assessment*, 7, 286–299. <http://dx.doi.org/10.4236/ojs.2014.46043>

Galviz, G. I. (2011). *Calidad en la gestión de servicios*. Maracaibo, Venezuela: Fondo Editorial Biblioteca, Universidad Rafael Urdaneta. <https://docplayer.es/6274895-Calidad-en-la-gestion-de-servicios.html>

Gil-Monte, P. y Moreno-Jiménez, B. (2007). *El Síndrome de Quemarse por el Trabajo (Burnout). Grupos Profesionales de Riesgo*, 1ra edición. Madrid: Ed. Ediciones Pirámide.

Global STD Certification. (2016). La Norma ISO 9001 ¡Se Actualizó! GLOBAL ESTANDAR CERTIFICATION. Organismo de Certificación y Capacitación.

<https://www.globalstd.com/blog/la-norma-iso-9001-se-actualizo/> Consultado en diciembre de 2020.

González, M., Lacasta, M., y Ordoñez, A. (2008). *El Síndrome de Agotamiento Profesional en Oncología*. Madrid: Editorial Médica Panamericana (ed.).

González, M., Zurita, E., y Zurita, M. (2017). El Modelo Servqual y su Incidencia en el Nivel de Satisfacción de la Carrera de Economía de la Universidad Nacional De Chimborazo. *European Scientific Journal*, 13 (25). <http://dx.doi.org/10.19044/esj.2017.v13n25p339>

Grinnell, R., Unrau, Y. y Williams, M. (2005). Scientific inquiry and social work. En R. M. Grinnell e Y. A. Unrau (Eds.). *Social work: Research and evaluation. Quantitative and qualitative approaches* 7th Ed. 3-21. New York, NY, EE. UU.: Oxford University Press.

Hair, J., Anderson, R., Tatham, R. y Black, W. (2010). *Análisis Multivariante*. 5ta. Ed. Madrid: Ed. Pearson Prentice Hall.

Henson R. y Roberts J. (2006). Use of Exploratory Factor Analysis in Published Research: Common Errors and Some Comment on Improved Practice. *Educational and Psychological Measurement, Journal of Educational Psychology, Personality and Individual Differences, and Psychological Assessment*, 66, (3). 393-416. <http://dx.doi.org/10.1177/0013164405282485>

Hernández-Sampieri, R., Fernández-Collado, C. y Baptista-Lucio, P. (2014). Selección de la muestra. En *Metodología de la Investigación* (6ª ed.). México: McGraw-Hill. <https://www.uca.ac.cr/wp-content/uploads/2017/10/Investigacion.pdf>

Hernández, R., Espinoza, F. (2017). *Requerimientos para Formular Estrategias en Orientación al Mercado*. Editorial Publicia. Deutschland, Alemania 2017.

INEGI. (2018). Anuario estadístico y geográfico por entidad federativa 2018. https://www.inegi.org.mx/contenido/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/prod_uctos/nueva_estruc/AEGPEF_2018/702825107017.pdf

Kaiser, H. (1960). The application of electronic computers to analysis factorial. *Educational and Psychological Measurement*, 20, 141-151. <http://dx.doi.org/10.1177/001316446002000116>

Larico L., y Del Pino J. (2019). Calidad de servicio y satisfacción del cliente en los principales restaurantes del distrito de Juliaca provincia de San Román 2018. *Revista Científica Huellas Turísticas*, 1(1), <http://dx.doi.org/10.35306/v1i1.718>

León, B. (2016). La importancia de la Calidad en las Empresas. *EMPRENDICES*. <https://www.emprendices.co/la-importancia-la-calidad-las-empresas/>

Maneiro, N.; Mejías, M.; Romero, M. y Zerpa, J. (2008). Evaluación de la Calidad de los Servicios, una Experiencia en la Educación Superior Venezolana. *EDUCERE*, 12 (43), 797-804.

<https://www.redalyc.org/pdf/356/35614570016.pdf>

Mejías, A. (2005a). Modelo para Medir la Calidad del Servicio en los Estudios Universitarios de Postgrado. *Universidad, Ciencia y Tecnología*, 9 (34), 81-85. http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S131648212005000200004&lng=es&tIng=es

Mejías, A. (2005b), Validación de un Instrumento para Medir la Calidad de Servicio en Programas de Estudios Universitario. *Revista Ingeniería Industrial*, 27 (2), 20-25. <https://www.redalyc.org/pdf/3604/360433559008.pdf>

Mejías, A, Reyes, O. y Maneiro, M. (2006). Calidad de los servicios en la educación superior mexicana: aplicación del SERVQUALING en Baja California. *Investigación y Ciencia*, 14 (34), 36-41. <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/674/67403407.pdf>

Mejías, A. y Manrique, S. (2011). Dimensiones de la satisfacción de clientes bancarios universitarios: una aproximación mediante el análisis de factores. *Ingeniería Industrial*, 32 (1), 43-47. <https://www.redalyc.org/pdf/3604/360433575007.pdf>

Merino, César. & Lautenschlager, Gary. (2003). Comparación estadística de la confiabilidad alfa de Cronbach: Aplicaciones en la medición educacional y psicológica. *Revista de Psicología – Universidad de Chile*, 12(2), 129 – 139. <https://www.redalyc.org/pdf/264/26412209.pdf>

Morales, P. (2011). *El Análisis Factorial en la construcción e interpretación de test, escalas y cuestionarios*. Universidad Pontificia Comillas, Madrid. Facultad de Ciencias Humanas y Sociales. Apuntes de Materia: Análisis Multivariante. (Última revisión, 8 de Enero, 2011). <https://web.upcomillas.es/personal/peter/investigacion/AnalisisFactorial.pdf>

Morillo, M. y Morillo, M. (2016). Satisfacción del usuario y calidad del servicio en alojamientos turísticos del estado Mérida, Venezuela. *Revista de Ciencias Sociales*, 22 (2), 111-131. <https://produccioncientificaluz.org/index.php/rcs/article/view/24863/25430>

Parasuraman, A., Berry, L. y Zeithaml, V. (1988): SERVQUAL: A multiple-item scale for measuring customer perceptions of service quality. *Journal of Marketing*, *Journal of Retailing*, 64 (Spring), 12-40. https://www.researchgate.net/publication/308054609_E-SQUAL_A_multiple-item_scale_for_measuring_consumer_perceptions_for_service_quality/link/598b24f0458515c333a32d09/download

Pineda, U., Estrada, M., & Parra, C. (2011). Aplicación del modelo Servqual y herramientas de ingeniería de la calidad para la planificación del servicio en la Biblioteca Central de la Universidad de Antioquia. *Rev. Interam. Bibliot. Medellín (Colombia)*, 34 (3), 243-255. <http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v34n3/v34n3a1.pdf>

Rendón-Macias, M., Villasis-Keever, M. (2017). El protocolo de investigación V: el cálculo del tamaño de muestra. *Revista alergia México*, 64 (2). <https://doi.org/10.29262/ram.v64i2.267>

SECTUR Secretaría de Turismo (2019), Página tomada del Internet: <https://www.datatur.sectur.gob.mx/SitePages/ActividadHotelera.aspx> Compendio Estadístico de actividad Hotelera y Restaurantera.

SHE Secretaría de Hacienda Estatal. (2019). Estadísticas, 2019. Gobierno del Estado de Sonora. Tomado del <https://hacienda.sonora.gob.mx/finanzas-publicas/estadisticas/> el 23 de marzo de 2020.

Seaman, J. y Allen, I. (2012). Statistics Roundtable. Words of Caution. ¿Can reducing variables in factor análisis harm your objectives? *Quality Progress*, (7), 48-50. <http://asq.org/quality-progress/2012/07/statistics-roundtable/words-of-caution.html>

Tabachnick, B. y Fidell, L. (2019). Using multivariate statistics. 7th Edition. Ed. Pearson New York, NY. 2019. <https://www.pearsonhighered.com/assets/preface/0/1/3/4/0134790545.pdf>

Torres-Rodríguez., Caballero-Mero., Fernández-Sanabria y Viera-Manzo (2018). La calidad de los servicios gastronómicos en el balneario San clemente, Manabí, Ecuador. *Retos Turísticos*, 17 (2), 1-9. <https://docplayer.es/135087911-La-calidad-de-los-servicios-gastronomicos-en-el-balneario-sanclemente-manabi-ecuador.html>

Vega, R. (2014). Estrategias Tecnológicas que Fortalezcan la Orientación al Mercado en los Hoteles del Estado de Sonora. Tesis Doctoral. Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla. <http://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/mexico-incrementa-72-los-ingresos-de-divisas-por-turismo-en-el-primer-semestre>

Vega-Robles, A., Mejías, A., Cadena-Badilla, M., Vásquez, J. (2015). Análisis de la calidad de los servicios académicos: caso de estudio Ingeniería Industrial y de Sistemas Campus Caborca, Universidad de Sonora, México. *Revista de la Facultad de Ingeniería Industrial*, 18 (2), 20-26. <https://www.redalyc.org/pdf/816/81643819004.pdf>

Visauta, B., & Martori, J. (2013). Análisis estadístico con SPSS para Windows. Madrid: McGraw-Hill. https://www.563krt.com/scripts/un981c6l?a_aid=d58040dd&a_bid=c28f910b&chan=man&dat=B.+Visauta+-+Análisis+Estadístico+Con+Spss+14%2C+3+Ed.&data2=main&p=af

Zeithaml, V. Parasuraman, A. and Berry, L.L. (1992), "Strategic positioning on the dimensions of service quality", in Swartz, T.A., Bowen, D.E. and Brown, S.W. (Eds), *Advances in Services Marketing and Management*, 2, JAI Press, Greenwich, CT, 207-28. <https://doi.org/10.1177/0047287594033002109>

RESCATE DEL MAÍZ NEGRO COMO PRODUCTO ANCESTRAL ANDINO APLICADO EN UN MACERADO BASADO EN UNA BEBIDA TRADICIONAL ECUATORIANA

Data de aceite: 01/08/2023

Rafael Carrera

Magister en Ecoturismo y manejo de áreas naturales, Universidad Tecnológica Equinoccial, Ecuador. Docente: Instituto Superior Tecnológico de Turismo y Patrimonio Yavirac, Ecuador.

Amparo Tayupanta López

Magister en Fiscalidad Internacional, Universidad Internacional de la Rioja, España Docente, Instituto Superior Tecnológico de Turismo y Patrimonio Yavirac, Ecuador.

Giovanny Vela

Magister en Administración de Empresas, Universidad Técnica de Cotopaxi, Ecuador. Docente, Instituto Superior Tecnológico de Turismo y Patrimonio Yavirac, Ecuador.

RESUMEN: La investigación tiene por objeto recuperar ingredientes ancestrales que han sido transmitidos durante años, transformándolos en productos innovadores que sean consumidos por las nuevas generaciones. La presente investigación se basa en el conocimiento y el uso del maíz morado como es el caso de la preparación de la colada morada, siendo una bebida

tradicional que se ha venido consumiendo de manera histórica especialmente el 2 de noviembre como ofrenda a las almas.

La fase experimental para el uso del maíz se da a través de la preparación de un macerado con especias a base de vodka el mismo que presentará notas aromáticas características, similar a la colada morada, dando así un enfoque distinto a esta bebida tradicional, razón por la cual este licor fue llevado a degustación determinando parámetros de análisis visual, olfativo y del gusto.

PALABRAS-CLAVE: maíz morado, degustación, Colada Morada, macerado artesanal.

RESCUE OF BLACK CORN AS AN ANCESTRAL ANDEAN PRODUCT APPLIED IN A MACERATION BASED ON A TRADITIONAL ECUADORIAN DRINK

ABSTRACT : The research aims to recover ancestral ingredients that have been transmitted for years, transforming them into innovative products to be consumed for the coming generations. The present research is based on the knowledge and use of purple corn for preparing the dark purple strained

beverage being a traditional drink that has been consumed for many past years, specially on all souls day on November 2

The experimental phase for the use of corn is given through the preparation of a maceration with spices based on vodka that will present aromatic features, similar to the purple strained drink, as a result to this traditional drink, is because this liquor was taken into tasting determining parameters of visual analysis olfactory and tasting analysis.

KEYWORDS: purple corn, tasting, Purple Laundry, artisan maceration.

INTRODUCCIÓN

El maíz es considerado un alimento ancestral pues su origen se remonta a los años 8000 y 600 AC, se cree que fue cultivado en Mesoamérica y distribuido después para el resto de América. Investigadores concuerdan que su origen es en el Continente Americano, debido a que si se revisan textos antiguos incluyendo la Biblia, no es mencionado; su aparición en Europa se remonta al año 1492, cuando Cristóbal Colón vio por primera vez la Isla de Cuba. (McClintock & Kato, 1981).

El maíz negro, se considera una variedad que se cultiva principalmente en la zona andina de algunos países de América del Sur, su nombre científico *Zea mays* L, pertenece al grupo de las amiláceas. Esta variedad data de 2500 años atrás inclusive antes de la conquista incásica.

En el libro *Maíz, Regalo de los Dioses*, se menciona que la colada morada es considerada una ofrenda a las almas; y un manjar para los vivos. En consecuencia durante muchos años se ha considerado un plato tradicional, que se ha ido adaptando a en cada región del país a sus propias costumbres e incorporando a su preparación ingredientes propios de cada provincia.

El maíz morado es utilizado para dar color a ciertas bebidas y alimentos de manera natural, actualmente se lo utiliza en forma de harina, que sirve para elaborar la tradicional Colada Morada, plato muy popular del 2 de noviembre. (Echevería & Muñoz, 1988)

El uso del maíz negro o morado es variado, el grano se convierte en harina y se usa en la elaboración de la tradicional colada morada; la extracción de los pigmentos de las tuzas, el grano o del tallo aportan color a diversas bebidas, dulces y confites, productos de panadería, mermeladas, jaleas, jugos de frutas, vinos y macerados. (Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias, INIAP, 2016).

TAXONOMÍA DEL MAÍZ NEGRO (*ZEAMAYS* L.)

Para entender e identificar el contexto específico del maíz negro se debe partir de la clasificación o taxonomía dentro de lo que es la botánica, es así que como la sistematización está determinada:

Reino: Plantae

División: Magnoliophyta

Clase: Liliopsida

Orden: Poales

Familia: Poaceae

La familia Poaceae, es uno de los grupos más diversos dentro de la flora, importante por su diversidad a nivel mundial, con 10000 especies; estas gramíneas son de relevancia por su contenido alimenticio, medicinal y nutritivo. Este grupo natural conforman los pastizales naturales que integran al mundo, los mismos que son usados en la práctica del pastoreo o también como actividad agrícola, es así que muchas especies son producidas de manera masiva a nivel industrial como por ejemplo cereales, maíz, trigo, cebada, etc.

La taxonomía de la flora ha sufrido muchas variantes en la clasificación, tal es el ejemplo de las gramíneas, históricamente existen tres momentos que marcaron la agrupación de estas plantas. De manera inicial esta la clasificación intuitiva, que surgen a comienzos del siglo XIX y perduran hasta fines del siglo XX; el segundo momento se le consideraba a las clasificaciones que están basadas en el método fenético (o taxonomía numérica), comenzando con los trabajos de Watson & Dallwitz (1992) y finalmente aquellas clasificaciones filogenéticas que son el resultado de la aplicación del método cladístico donde Kellogg & Campbell (1987) realizan los primeros aportes para la familia Poaceae (R. Reinheimer, 2007).

Como un trabajo complementario las primeras clasificaciones de las Poaceae se pueden citar los trabajos de Brown en el año 1810, dividiendo a esta familia en dos grandes grupos, las Paniceae y las Poaceae. Esta división se realizó sobre la base de características morfológicas de las sus semillas o espigas. Posteriormente, la clasificación propuesta por Brown de dividir a las gramíneas en dos grandes grupos fue establecida como nomenclaturalmente válida por Bentham (1878) y confirmada por Bentham & Hooker (1883) y Hackel (1887) (R. Reinheimer, 2007).

En el año 2001, Global Paleofire Working Group (GPWG) expone una clasificación para la familia Poaceae basada en la combinación de 5 genes (rbcL, ndhF, phyB, rpoC2 y Waxy) y datos morfológicos. Los resultados presentados por el GPWG presentan un alto soporte y constituye la clasificación filogenética más actual de las gramíneas.

En la filogenia presentada por el GPWG, la familia Poaceae queda dividida en 12 subfamilias, 11 previamente consideradas por otros autores (Anomochlooideae, Pharoideae, Puelioideae, Bambusoideae, Ehrhartoideae, Pooideae, Aristidoideae, Arundinoideae, Chloridoideae, Centothecoideae, Panicoideae), a la que se añade la nueva subfamilia Danthonioideae. Esta hipótesis filogenética propone que los linajes que primero divergieron fueron Anomochlooideae, Pharoideae y Puelioideae, respectivamente. El resto de las gramíneas forman un monofilético, dentro del cual se reconocen numerosos grupos, entre ellos: las Bambusoideae sensu stricto (s.s.) + Ehrhartoideae + Pooideae (The BEP Clade), que forman un clado pobremente resuelto, mientras que las Aristidoideae +

Danthonioideae + Arundinoideae s.s. + Chloridoideae sensu lato (s.l.) y Centothecoideae + Panicoideae forman un clado monofilético altamente soportado (The PACCAD Clade) (R. Reinheimer, 2007).

DESCRIPCIÓN DEL MAÍZ NEGRO (ZEA MAYS L.)

Anatómicamente el fruto es una cariopsis que se caracteriza por ser inseminado con el tegumento externo que se desarrolla fusionado a la pared interna del ovario. El embrión es lateral, pero a diferencia del resto de los embriones de las monocotiledóneas, está altamente especializado dado que los meristemas del tallo y la raíz, las hojas y el sistema vascular están claramente diferenciados en esta etapa del desarrollo. El polen de las gramíneas se distingue por poseer un único poro. Uno de los aspectos más novedosos e interesantes de esta familia es la morfología de sus flores y con ello la aparición de las estructuras conocidas como espiguillas, típica de las gramíneas consta de un eje o raquilla que sostiene a una serie de brácteas de disposición alterna dística y a los verticilos florales (R. Reinheimer, 2007).

La inflorescencia de las gramíneas es una estructura diferenciadora entre las angiospermas y resulta ser compleja en su desarrollo, evolutivamente intrigante y agronómicamente importante. La estructura de las mismas controla la polinización y la producción y dispersión de las semillas, en consecuencia es crucial en el proceso de selección natural y humana (Friedman & Harder, 2005; Malcomber et al., 2006).

Está caracterizada, por especies con troncos tubulares, leñosos, su desarrollo se muestra de manera vertical, internamente tiene una consistencia maciza; existen divisiones conocidas como nudos en donde nacen las hojas, esta característica permite el desarrollo y crecimiento de la planta hasta su edad madura y florecimiento.

Otra de las características externas son sus prominencias laterales, hojas lenguadas, las mismas que tienen una disposición alterna su composición está dada por una vaina, lígula y limbo, estas partes brinda una protección adecuada al tallo y sus extremidades laterales como son sus hojas y mazorcas.

El maíz morado es una planta cuya mazorca es color negruzco, su contenido de antocianinas se encuentra en el cuerpo del fruto es decir en la tusa, también en la envoltura del grano y en menor cantidad en el tallo (Fucamachi et al., 2007; Carhuapoma, y López 2008).

Según Timothy et al. (1996), la especie *Zea mays* L., es el único maíz que tiene un color negro azulado en su totalidad del fruto, su tamaño es medio, característica del grano es redondo con pericarpio negro o rojo, agrupado en hileras de 10 – 20 de manera irregular, en forma espiral como un racimo de uvas negras. La característica de la planta es la coloración rojizo y púrpura, ramificaciones diversas en forma de arco y rígidas, la espiga central es densa, las espiguillas no tiene agrupación representativa. El fruto del maíz

negro, tiene granos más grandes que otras especies de su misma familia, son redondos y ligeramente puntiagudos.

METODOLOGÍA

La metodología aplicada para la presente investigación fue basada en una aplicación descriptiva, para lo cual se tomaron datos de fuentes secundarias brindando el relevamiento histórico y cultural de la especie *Zea mays* L. Además se aplicó una metodología experimental, basada en la maceración artesanal de bebidas alcohólicas de manera tradicional, la misma que nos ayudará a obtener un producto a partir del maíz morado, una vez obtenido el producto final se procede a la degustación del licor con parámetros establecidos en tres fases: visual, olfativa y gustativa.

ORIGEN DE LA COLADA MORADA

La bebida tradicional sagrada conocida como “Yana Api” en kichwa, la cual en la actualidad se toma el 2 de noviembre; es una preparación realizada con harina de maíz morado y panela se le agrega canela, clavo, hierbaluisa, cedrón, jugo de naranjilla, mora, hojas de naranja y arrayán. Esta bebida en muchas comunidades se la bebe como un rito que representa la reunión con los antepasados y lo hacen junto a las tumbas de familiares fallecidos.

La cosmovisión indígena de la relación entre la vida, la muerte y el renacer, dieron origen a la tradición del Día de Difuntos. Esta festividad pudo haber sido iniciada hace unos mil años por la cultura Quitu-Cara, en las inmediaciones y pendientes del volcán Pichincha. (Samaniego, 2019)

En esta cosmovisión indígena un nuevo ciclo: inicia con la siembra que señala un renacer, y termina con la cosecha que marca la muerte. Para celebrar su vida y muerte, y un nuevo inicio, estos rituales se hacían llevando frutas de aromas andinos a las tumbas y bebiendo sangre de llama, un animal sagrado para esas comunidades. (Samaniego, 2019)

Estos rituales se vieron alterados con la llegada de los españoles quienes los consideraban profanos y antihigiénicos.

La colada morada como se la conoce actualmente es una combinación entre los cultos religiosos traídos desde Europa con la conquista y los rituales indígenas prohibidos.

La bebida incorpora elementos de los pasados rituales: frutas y aromas y el color rojo que da el maíz morado que representaba la sangre de llama. (Samaniego, 2019)

Con el tiempo se han ido incorporando especies propias de los sectores del país como en el norte una especie de arrayán distinta a la que se cultiva en el sur, así como la utilización del mortiño en ciertos sectores que ha dejado de lado al ancestral maíz morado. (Samaniego, 2019)

ELABORACIÓN DE LICOR DE MAÍZ

El proceso para obtener el licor de maíz morado será a través de la maceración, dándole una connotación aún más tradicional se añadirá especias dulces, mismas que se ocupan en la preparación de una bebida tradicional llamada “colada morada”, bebida que se consume en el mes de noviembre por el día de los difuntos en el Ecuador y que está hecha a base de la harina de maíz morado.

Partiendo del concepto de maceración que según la RAE menciona que: “es un proceso de extracción entre materias de diferentes estados físicos de solido-líquido, en el cual los compuestos químicos de interés se encuentran en la materia sólido, ya que estos poseen solubilidad; se usa un líquido que permita su extracción”, este proceso a su vez se puede elaborar de dos maneras: macerado frío y macerado caliente.

Para el macerado de maíz morado se realiza de forma fría, este proceso consiste en introducir el o los ingredientes a macerar directamente en el líquido durante un lapso de tiempo con el fin de que estos suelten sus aromas y sabores y formen parte del líquido, este tipo de elaboración nos ayuda a que los sabores, colores y aromas se fusionan sin ser alteradas, la desventaja es por el tiempo de maceración que se necesita para que todas estas características suelten en el licor (Romero, 2013).

El macerado de maíz morado se lo realiza con los siguientes ingredientes como lo muestra la tabla siguiente:

Ingredientes	Temperatura
Vodka	650 ml
Maíz morado	200 g
Canela	3 g
Ishpingo	4 g
Clavo de olor	1 g
Pimienta dulce	1 g
Anís estrellado	1 g
Azúcar morena	15 g

Tabla 1. Lista de ingredientes del macerado

La bebida espirituosa que se ocupa para este proceso es el vodka ya que posee un sabor neutro y facilitará la percepción de sabores y aromas de los ingredientes a colocarse; el color característico que obtendrá el licor se da por los pigmentos que posee el maíz negro, las especias junto con el maíz aporta el sabor fuerte y potente de la bebida; el azúcar ayuda a acelerar el proceso de fermentación.

Este macerado se lo realiza en 20 días en un lugar fresco y oscuro, para que no altere el sabor y color, tanto la bulla y luz aceleran el proceso de putrefacción, cada 3 días

se agita para que no se asiente y no se comience a podrir.

Después de este tiempo se procede a elaborar el licor para la degustación con los siguientes ingredientes para equilibrar los sabores:

Ingredientes	Temperatura
Macerado	550 ml
Almíbar	250 ml
Vodka	100 ml

Tabla 2. Lista de ingredientes del licor

Durante la degustación realizada, se procede a medir tres parámetros visual, aromática y del gusto. Los resultados obtenidos en el proceso de degustación son los siguientes:

VISTA	Nada 0	Débil 1	Moderado 2	Potente 3		
Profundidad de Color	0	0	2	10		
Tonalidad	0	0	5	7		
Limpidez	2	0	3	7		
AROMA	Nada 0	Débil 1	Moderado 2	Potente 3		
Intensidad	1	2	6	3		
Especias	2	1	8	1		
Frutales	1	4	5	2		
Vegetal y hierbas	3	3	5	1		
Alcohólico	5	4	3	0		
Maderado	3	5	3	1		
Torrefactos	6	4	1	1		
Químicos	8	2	2	0		
GUSTO	Nada 0	Débil 1	Moderado 2	Potente 3		
Intensidad	0	1	3	8		
Salado	7	4	1	0		
Amargo	5	3	3	1		
Acido	3	7	1	1		
Dulce	1	0	7	4		
SABORES						
INGREDIENTES	SI	NO	INGREDIENTES	SI	NO	
S.1. Naranja	1	11	S.14. Hierba buena	4	8	
S.2. Limón	3	9	S.15. Menta	3	9	
S.3. Mandarina	0	12	S.16. Valeriana	2	10	

S.4. Maracuyá	0	12	S.17. Maíz morado	4	8
S.5. Mora	8	4	S.18. Maíz	2	10
S.6. Frutilla	1	11	S.19. Cedrón	2	10
S.7. Canela	8	4	S.20. Jengibre	0	12
S.8. Pimienta negra	3	9	S.21. Miel	1	11
S.9. Clavo de olor	9	3	S.22. Caña	3	9
S.10. Ishpingo	4	8	S.23. Vodka	2	10
S.11. Pimienta dulce	8	4	S.24. Ron	1	11
S.12. Pimienta roja	1	11	S.25. Tequila	2	10
S.13. Ajenjo	0	12	S.26. Whisky	0	12

Tabla 3. Resultados degustación

CONCLUSIONES

El maíz negro históricamente cumplió un papel importante en el aporte agrícola, ganadero y nutricional de la humanidad, sin embargo con la evolución tecnológica ha emitido la producción y conservación de este ingrediente importante en los alimentos diarios principalmente de la zona andina; de tal manera que también existió una discontinuidad en la investigación y relevamiento de información con datos cualitativos y cuantitativos que aporten a la construcción de nuevos proyectos dentro de la academia e industria.

Dentro de la cosmovisión de la cultura andina, el maíz negro también brinda beneficios como ser un ingrediente fundamental para la elaboración de bebidas, alimentos y tintura de textiles naturales, de tal manera que se fomente el rescate de la patrimonio tangible e intangible de las diferentes comunidades y rincones de la serranía del Ecuador.

Respecto a la degustación realizada en las instalaciones del Instituto “Yavirac” hecha a los docentes del mismo, se concluye de acuerdo a los parámetros establecidos que el licor de maíz morado en la fase visual presenta una profundidad en color: potente, tonalidad: potente y limpidez: potente.

En la fase olfativa presenta que la intensidad del aroma: moderada, notas aromáticas relacionadas a las especias: moderada, frutales: moderada, vegetales y hierbas: moderada, aroma alcohólico: nada, macerado: débil, torrefactos: nada, y químicos: nada.

La tercera y última fase referente al gusto evidencia las siguientes características: intensidad: potente, sabor salado: nada, amargo: nada, ácido: débil, y dulce: moderado.

Entre los ingredientes que más se sintieron de la lista entregada fueron: clavo de olor, pimienta dulce, canela y mora, sin embargo, este último no estaba presente en la receta, pero la sensación de su presencia se debe a notas de fermento y el color similar a la fruta debido al maíz morado.

AGRADECIMIENTOS

Al Instituto Superior Tecnológico de Turismo y Patrimonio Yavirac, quien ha brindado el apoyo para el desarrollo de la presente investigación.

REFERENCIAS

ECHEVERRÍA, J; MUÑOZ C. (1988). *Maíz: Regalo de los Dioses*. Instituto Otavaleño de Antopología, Ecuador. Pp. 79-153

Lægaard, S., Tye, A. 2017. Poaceae. En: León-Yáñez, S., R. Valencia, N. Pitmam, L. Endara, C. Ulloa Ulloa y H. Navarrete (Eds). Libro Rojo de Plantas Endémicas del Ecuador. Publicaciones del Herbario QCA, Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Quito. <<https://bioweb.bio/floraweb/librorojo/ListaEspeciesPorFamilia/500363>>, acceso jueves, 26 de agosto de 2021

León-Yáñez, S., R. Valencia, N. Pitmam, L. Endara, C. Ulloa Ulloa y H. Navarrete (Eds). 2019. Libro Rojo de Plantas Endémicas del Ecuador. Publicaciones del Herbario QCA, Pontificia Universidad Católica del Ecuador, Quito. <<https://bioweb.bio/floraweb/librorojo>>, acceso jueves, 26 de agosto de 2021.

McClintonck, B. Kato, T., y Blumenschein. (1981). *Constitución cromosómica de las razas del maíz*. Colegio de Post Graduados de Chapingo, México. pp 1-168

Redacción. (Última edición:15 de abril del 2021). Definición de Maceración. Recuperado de: <https://conceptodefinicion.de/maceracion/>. Consultado el 30 de agosto del 2021.

Romero, C. (2013). Elaboración de macerados y mistelas con especies vegetales disponibles en la provincia de Azuay. Trabajo de Titulación. Universidad de Cuenca. Facultad de Ciencias de la Hospitalidad. Cuenca.168pp

Samaniego, J. (Agosto 26, 2019). *La historia de la colada morada y sus beneficios*. Cultura Científica. <https://culturacientifica.utpl.edu.ec/?p=3964>

IMAGINARIOS SOCIALES URBANOS RELACIONADOS CON 4 CONJUNTOS RESIDENCIALES CERRADOS EN VALLEDUPAR

Data de aceite: 01/08/2023

Hermes Emilio Martinez Barrios

Sociólogo, investigador y docente de la universidad Popular del cesar, especialista en educación, con énfasis en evaluación educativa. Magíster en: territorio, conflicto y cultura. Doctor en lenguaje y cultura. Autor de varios textos y artículos científicos

Ángela Patricia Manjarres Jaimes

Profesional en Comercio Internacional, investigador y docente de la universidad Popular del cesar, Especialista en Gerencia de Empresa, Magister en dirección en comercio exterior e internacionalización de Empresas

RESUMEN: El presente capítulo de investigación tiene como objetivo analizar los imaginarios sociales urbanos relacionados 4 conjuntos residenciales cerrados en Valledupar, teniendo en cuenta los universos simbólicos afectados por la identidad y las relaciones sociales en la vida barrial. La metodología del proyecto está orientada, desde los parámetros del enfoque cualitativo, la utilización del método etnográfico y la aplicación de técnicas de recolección de datos como la observación

y la entrevista semiestructurada, así como también el análisis de los argumentos propuestos por Berger y Luckmann, 1986, Castoriadis (1989), Lang y Danielsen (1997), Reguillo (2000), Silva (2001), Roitman (2003), Borsdorf (2003), Pinto (2004, 2005), Baeza, (2004), Pérez (2005), Lindón (2007), Hiernaux (2007), Rojo y Henríquez (2010), Carretero, (2011), Martínez, (2011), Martínez (2014), (2016), (2021), entre otros autores. Se puede afirmar que los espacios residenciales cerrados han comenzado a redibujar la geografía social de Valledupar y a su vez están reconfigurando procesos de cambios en la ciudad, los cuales no solo repercuten en la espacialidad material de los espacios urbanos, sino además en los universos simbólicos de las personas que residen en los conjuntos cerrados.

PALABRAS-CLAVE: imaginarios sociales, conjuntos residenciales cerrados, Valledupar, vida barrial.

INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas uno de los fenómenos urbanos que está transformando la fisonomía de las urbes es la edificación de los conjuntos residenciales, que tienen

las características de ser unos conglomerados de viviendas o apartamentos separados, que tienen una infraestructura común y son distanciados del área pública por muros, rejas, portones y dispositivos de seguridad; los anteriores elementos, permiten e impiden el acceso de las personas, provocando así segregación social y residencial. Es así como el problema de la segregación socioeconómica expresada en el territorio a través de la construcción y ocupación de conjuntos cerrados para vivir de manera exclusiva, aislada y segura.

Los procesos de transformación y de reconfiguración de la ciudad provocados por la aparición de los conjuntos residenciales cerrados, están trascendiendo tanto en la territorialidad física de las localidades urbanas, como en la vida cotidiana urbana de los individuos que la residen. La vida urbana está íntimamente ligada a imaginarios sociales, que son hechos sociales inherentes al ser humano, según el filósofo Castoriadis (1983). Para el autor se puede entender el imaginario social como una creación incesante y esencial indeterminada (social- histórica y psíquica) de figuras, formas e imágenes que crea la humanidad, es decir el imaginario social es una herramienta que, permite comprender la dinámica del mundo moderno en todas sus dimensiones desde la mirada subjetiva.

Una definición de imaginario social que toma relevancia, es el aportado por Juan Luis Pintos (2005) quien argumenta que los imaginarios sociales son “aquellos esquemas contruidos socialmente que nos permiten percibir, explicar e intervenir, en lo que cada sistema social diferenciado, se considere como realidad”.

Bajo el contexto relatado en los párrafos anteriores, el presente documento proporciona elementos de base para entender el carácter subjetivo de las nuevas modalidades residenciales de tipo cerrado, se pretende dilucidar hasta qué punto estas nuevas modalidades de vivienda expresan un cambio en las formas de la vida barrial de los individuos. Para ello, se tomó como unidad de análisis a 4 conjuntos residenciales cerrados creados y habitados en los últimos 15 años en la ciudad de Valledupar, cada conjunto tiene como mínimo 20 viviendas, donde se analizaron los universos simbólicos vinculados a dos tipos de imaginarios sociales presentes en los espacios urbanos: la identidad barrial y las relaciones sociales en la vida de barrio.

En los espacios urbanos, como en este caso los conjuntos residenciales cerrados, se construyen socialmente los imaginarios sociales, dentro de esos espacios se encuentran dos imaginarios urbanos importantes en el cual centramos el interés de esta tesis doctoral; los que se manifiestan como un proceso de construcción social y relacional de **identidad barrial**, la individualidad de las personas a partir de la interacción que dichas personas realizan en el ámbito de los espacios urbanos (Rojo y Henríquez, 2010); y **las relaciones sociales** en la vida barrial, producto del contrato con el otro, es decir de la interrelación interna de los vecinos que construyen colectividades colmadas de significados que facilitan la convivencia entre los moradores, en este caso el saludo, la seguridad y las normas de convivencia.

Estudiar los imaginarios sociales construidos por los habitantes en los conjuntos residenciales cerrados en la ciudad de Valledupar, permite entender, desde la subjetividad y la interpretación, la razón de cómo estos ciudadanos, perciben y valoran la sociedad en que viven, además de las aspiraciones o miedos a los que se enfrentan. Este trabajo no se queda en el análisis de la percepción de las personas frente a este tema, sino también el conjunto de pensamientos y visiones que tienen en torno a la sociedad. Significa esto que los imaginarios tienen importantes consecuencias para la acción de los moradores de los conjuntos cerrados en la ciudad, pues ellos también ayudan a definir y redefinir los horizontes de lo que es considerado como real y posible no solo en los barrios cerrados sino también en la ciudad.

FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

El debate teórico existente alrededor de los conjuntos residenciales cerrado y los imaginarios sociales urbanos, está liderado por los fundamentos conceptuales e investigaciones de Berger y Luckmann, 1986, Castoriadis (1983), Lang y Danielsen (1997), Reguillo (2000), Silva (2001), Roitman (2003), Borsdorf (2003), Pinto (2004, 2005), Baeza, (2004), Pérez (2005), Lindón (2007), Hiernaux (2007), Rojo y Henríquez (2010), Carretero, (2011), Martínez, (2011), Martínez (2012), (2013), (2014), (2016), (2021), y otros. Autores que de una manera a otra ayudan a delimitar y sustenta el tema. Continuación presentamos una descripción conceptual sobre las variables de análisis:

SEGREGACIÓN RESIDENCIAL: LOS CONJUNTOS RESIDENCIALES CERRADOS

Los conjuntos cerrados¹ son áreas residenciales cerradas por muros y barreras que cuentan con vigilancia las 24 horas del día. Algunos dispositivos de seguridad impiden el libre acceso a ellos por parte de los no residentes. Estos nuevos emprendimientos urbanos han sido diseñados con la intención de proveer seguridad a sus residentes y prevenir la entrada de personas desconocidas a los mismos. El nuevo fenómeno residencial urbano (Martínez, 2013).

La mayoría de estos conjuntos residenciales cerrados están situados en las áreas suburbanas, donde hay tierra disponible para la realización de este tipo de emprendimientos. Esto ha generado un importante cambio en los patrones de uso del suelo urbano, ya que anteriormente los barrios eran construidos con subsidios estatales, destinados a los grupos sociales de menores ingresos, los que se ubicaban en la periferia de la ciudad. Los

¹ El concepto de conjuntos residenciales cerrados también aparece como sinónimo de barrio privado o barrios cerrados. Sin embargo, se prefiere hablar de conjuntos residenciales cerrados porque, en el caso de la ciudad de Valledupar, donde no hay legislación local específica para este tipo de emprendimientos, (solo rige la ley 675 DE 2001, y algunas sentencias como C 318 de 2002 y C 522 de 2002), es decir la dirigencia no se ha preocupado por regular las convivencia y el del territorio, por lo tanto las calles continúan siendo públicas aun cuando el barrio sea cerrado, por lo que no se trataría de un "barrio privado". Por lo tanto, en el municipio de Valledupar no deben existir barrios privados.

conjuntos residenciales cerrados, generalmente, se encuentran ubicados cerca de vías rápidas de circulación para facilitar el desplazamiento desde el lugar de residencia hacia las áreas centrales de la ciudad, en donde se desarrollan las actividades cotidianas. Del mismo modo, al estar localizados en zonas periféricas de la ciudad, hace que los contrastes sociales se tornen más evidentes (Martínez, 2012).

En general, los investigadores de temas urbanos señalan que los conjuntos residenciales cerrados se establecen como las nuevas formas y manifestaciones de la segregación residencial (Borsdorf, 2002), que profundiza aún más las desigualdades sociales presentes en la segregación residencial a gran escala. Es así como, en términos generales, estos conjuntos hacen referencia a una propiedad privada para el uso colectivo, en donde el valor de lo restringido devalúa constantemente el espacio abierto y público en la ciudad, ya que están delimitados físicamente y aislados por paredes, vallas, espacios vacíos o la instalación de amplios dispositivos de seguridad (Caldeira, 2000).

Estos espacios urbanos ofrecen una amplia gama de servicios dentro de los cuales se pueden contar el mantenimiento, la seguridad las 24 horas del día, la recogida de los residuos y el esparcimiento en terrenos naturales y artificiales como piscinas o áreas verdes (Glasze, 2005; Roitman, 2003).

Roitman (2003), afirma que los conjuntos residenciales cerrados no están dirigidos hacia un grupo socioeconómico homogéneo. Sin embargo, en el caso de los países latinoamericanos, generalmente sus residentes pertenecen a los sectores sociales medio-alto y alto, y, finalmente, se trata de ambientes bastante homogéneos.

Por otra parte, los conjuntos cerrados tampoco constituyen un producto homogéneo. La primera gran división que debe realizarse es la que distingue los barrios cerrados, de los “country” o clubes de campo y de las chacras o casas de campo. Los primeros son urbanizaciones cerradas, de tamaño variable, cuyo principal rasgo es la vigilancia y seguridad permanente. En algunos casos, pueden existir dependencias de uso colectivo, tales como club-house o instalaciones deportivas (gimnasio, piscina y canchas de tenis), pero ellas no constituyen el elemento esencial de estos conjuntos. (Roitman, 2003)

Los muros, cercas, rejas y los dispositivos de seguridad actúan como símbolos de estatus y distinción. Según Caldeira (2000), en su texto *City of Walls. Crime, Segregation and Citizenship in Sao Paulo*, en cuanto más segura y cerrada es la propiedad, más alto es el estatus de la familia que la habita. Algunas personas deciden vivir en un conjunto cerrado porque buscan tener relaciones más cercanas con gente perteneciente al mismo grupo socioeconómico y, además, buscan evitar la heterogeneidad social que suele darse en los barrios “no cerrados”, como así también, todo contacto con situaciones de pobreza y extrema miseria, tan usuales actualmente en Latinoamérica.

En este sentido, se trata de un nuevo estilo de residir y de nuevas formas de control de la vida cotidiana, emanados no ya desde el Estado sino desde los mismos individuos que habitan en los conjuntos cerrados. Según Lang y Danielsen (1997), una de las paradojas de

los barrios cerrados es que ellos promueven no solo la desregulación por parte del Estado, sino que, por otra parte, impulsan la hiperregulación dentro de los límites del barrio. Esto último genera algunos problemas internos en cuanto las reglas no solo se refieren al diseño de las viviendas y al entorno, sino también al comportamiento individual y social esperado dentro del barrio. Por otra parte, el control sobre el cumplimiento de normas de convivencia y edificación se ve reforzado, en algunos casos, mediante la creación de tribunales de faltas, conformados por los mismos residentes, que sancionan las infracciones cometidas.

La segregación social urbana, la desigualdad social, referida a la existencia de profundas e injustas diferencias entre los distintos grupos socioeconómicos en cuanto al acceso a recursos y oportunidades, es una de las características de las sociedades capitalistas. Esta conduce a una situación de fragmentación social, entendida como divisiones en el tejido social y el debilitamiento e incluso desaparición de lazos sociales entre los diversos grupos socioeconómicos, como también una escasa movilidad social.

La segregación residencial es uno de los resultados de este proceso de fragmentación social urbana. Según Marcuse y van Kempen (2000), las divisiones entre los diferentes barrios, estando cada uno de ellos más aislado de sus alrededores, y la tendencia a que cada barrio satisfaga sus necesidades cotidianas dentro de sus propios límites, son dos de las características que exhiben hoy las ciudades.

Sin embargo, el fenómeno de la segregación no es nuevo; por el contrario, ella es inherente a la historia de las ciudades. Roitman (2003), sostiene que la segregación social urbana puede entenderse como la separación espacial de los diferentes grupos sociales en una ciudad o un área geográfica de acuerdo a diferencias étnicas, religiosas, de ingresos, entre otros. De esta forma es posible visualizar en una ciudad los diferentes barrios donde cada grupo social tiene su propio espacio determinado. En el caso de la segregación basada en diferencias de ingresos, las relaciones de poder y subordinación se tornan evidentes. Los grupos de altos ingresos tienen la posibilidad de elegir su localización residencial, mientras los grupos más empobrecidos son segregados en las zonas más desfavorecidas.

LOS IMAGINARIOS SOCIALES

Los imaginarios sociales es un término relativamente nuevo, que empezó a pensarse desde las ciencias sociales con los aportes de Emile Durkheim, (1982) quien a través de sus textos “Las formas elementales de la vida religiosa”, afirma que los imaginarios sociales se generan a través de las identidades colectivas en donde se configuran los hechos sociales como materiales, también destaca el carácter inherente de la representación, cuestionando el dualismo de lo material y lo ideal que impide hacer justicia a la intrínseca dimensión práctica de las representaciones sociales por considerarlas parte constitutiva de la realidad social e inmaterial.

Para Castoriadis (1989), los imaginarios sociales son herramientas que, permiten

comprender la dinámica del mundo moderno y mirar con respetuosa curiosidad, las costumbres, los inventos y las representaciones imaginarias de las sociedades pasadas y argumenta que la construcción de los imaginarios sociales se hace desde las dinámicas subjetivas en la vida social.

Siguiendo la línea de la sociología, Baeza (2000) define los imaginarios sociales como esquemas de significados dinámicos y contruidos socialmente a través de los cuales podemos dar sentido al entorno social que nos rodea, los cuales pueden llegar a institucionalizarse generando un carácter externo y explícito para los sujetos involucrados en la realidad social.

Sumado a lo antes expuesto, Pintos (2005) dice que los imaginarios sociales son aquellos esquemas contruidos socialmente que nos permiten percibir, explicar e intervenir en lo que cada sistema social se considere como realidad. Pinto afirma que los imaginarios sociales tienen que ver con una racionalidad alternativa del conocimiento espontaneo; es una especie de inconsciente colectivo incuestionable. Dicho de otro modo, son interpretaciones colectivas que rigen los sistemas de identificación e integración social que permiten ver la invisibilidad social.

Berger y Luckmann (1986), precisan que:

La realidad de la vida cotidiana se presenta además como un mundo intersubjetivo, un mundo compartido con otros, a su vez esta intersubjetividad establece una señalada diferencia entre la vida cotidiana y otras realidades de las que se tiene conciencia. En realidad, no se puede existir en la vida cotidiana sin interactuar y comunicarse continuamente con otros (Berger y Luckmann, 1986, P 40).

En este caso los imaginarios sociales serian una herramienta esencial para interpretar la realidad ya es los I.S. es una construcción social que los seres humanos crean a través de lo simbólico, de lo cultural o simplemente de las prácticas validadas de los antepasados en un proceso de socialización e interrelación del individuo con su medio.

LOS IMAGINARIOS SOCIALES URBANOS EN LA VIDA BARRIAL

Los conjuntos residenciales cerrados muchas veces permiten visualizar los potenciales cambios en la experiencia subjetiva de vivir en este tipo de espacios. En este sentido, una parte importante de las explicaciones dadas sobre estos conjuntos hace desaparecer al sujeto de la constitución de la trama urbana y lo deja a merced de los simples designios del mercado, la globalización, el miedo a la inseguridad, etc. (Mendoza y Henríquez, 2010).

Para profundizar en los universos que permiten entender las dimensiones simbólicas contruidas por los moradores de los ambientes urbanos, se hace necesario reflexionar sobre el termino de *imaginarios sociales*, que en la actualidad se está utilizando con frecuencia en el campo de los estudios urbanos, establece una relación entre los elementos materiales

e inmateriales de los espacios urbanos (Lindón, 2007; Hiernaux, 2007). En términos generales, los imaginarios urbanos, son definidos por investigadores, Pinto (1995) y Baeza (2000) como esquema de significados dinámicos y contruidos socialmente a través de los cuales podemos dar sentido al entorno social que nos rodea, los cuales pueden llegar a institucionalizarse generando un carácter externo y explícito para los sujetos involucrados en la realidad social.

Lindón (2007), afirma que Los *imaginarios sociales*, aplicados al mundo urbano, dan cuenta de una mirada en la cual se establece una relación entre lo material, la subjetividad espacial y los espacios urbanos como espacio material, tomando en cuenta las prácticas que se inscriben en esas formas materiales. Todo lo anterior de una manera es apoyado por Silva (2001) cuando dice, que la ciudad no es una entidad pasiva, desde el punto de vista de sus moradores, ya que las apropiaciones que se forman de los lugares estableciendo en una especie de pragmática urbana, permanentemente actualizada en la interiorización de los usos periódicos, en los cuales intervienen los habitantes de la ciudad. (Silva, 2001).

Existen muchas dimensiones en las cuales se trabajan los imaginarios sociales urbanos de los humanos. Dentro de esas dimensiones concurren dos significativas, que convocan a gran parte de los procesos subjetivos de constitución de los espacios urbanos de los barrios: la identidad, y las relaciones sociales en la vida barrial

La primera dimensión es la identidad, que experimentan los moradores de conjuntos cerrados y representa un estamento de significación contruida socialmente (Berger & Luckmann, 1968). En el contexto urbano, la identidad se expresa como proceso de constitución social y relacional de la individualidad de las personas a partir de la interacción que dichas personas realizan en el ámbito de los espacios urbanos. En términos materiales, las retóricas que expresan procesos identitarios urbanos que los individuos poseen se articulan a la cuestión de las marcas, los límites, las dimensiones espaciales y todo lo que tenga que ver con los espacios urbanos en términos de unidad física (Gravano, 2003). Por otra parte, y en términos inmateriales, los rasgos que se relacionan con la “personalidad” de las personas que habitan un entorno y que las diferencian de otras personas localizadas en espacios urbanos diferentes (Roiman, 2003), los discursos fundacionales de vinculación con el pasado que dan cuenta de los principios estructurales básicos de la comunidad en el proceso de socio génesis (Leal, 2002), y la continuidad temporal que vincula la historia de un grupo con el entorno urbano (Pol y Valera, 2006) pueden constituir las bases sobre los cuales se construyen las retóricas que dan cuenta de las identidades dentro del espacio urbano.

La segunda dimensión, las relaciones sociales en la vida barrial, se enlaza con las relaciones sociales que se pueden experimentar en las distintas modalidades de barrios. Esto lleva a que el contacto con el otro, tanto el igual como el diferente, sea una posibilidad que entregan los espacios urbanos (Reguillo, 2000). En muchas ocasiones la esencia de los imaginarios sociales en los espacios urbanos, en alguna medida, depende

de cómo se estructuran las relaciones sociales al interior de los espacios urbanos, es decir, cómo los vecinos establecen relaciones que, más allá de las posibilidades de constituir colectividades, establecen los nexos de ordenamiento simbólico mínimos para poder vivir en comunidad, (Mendoza y Henríquez, 2010).

METODOLOGÍA

En términos generales, la investigación fue orientada por los procedimientos metodológicos de la sociología y la antropología urbana, esto es, la utilización de herramientas, conceptos y fuentes relacionados con el tema de los imaginarios sociales urbanos vinculados a los conjuntos residenciales cerrados en Valledupar; lo anterior con el fin de obtener, por medio de la interdisciplinariedad, resultados claros y objetivos.

El marco metodológico que se utilizará en este proyecto está orientado desde los parámetros del enfoque cualitativo² (mundo subjetivo e interpretativo), así como la implementación de la tradición investigativa de la etnografía,³ dentro de la cual se trabaja con los instrumentos de recolección de datos como la observación no participante, la observación participante y las entrevistas semi-estructuradas, que se realizarán a informantes claves para saber lo que piensan, dicen y hacen en relación con la identidad y las relaciones sociales en la vida barrial en el interior de los conjuntos cerrados, con el fin de interpretar la realidad a partir de subjetividades individuales y colectivas.

Entre los instrumentos de recolección de información utilizaremos la observación y la entrevista semi-estructurada. La muestra a utilizar es de tipo intencionada con un carácter no probabilístico; se utilizarán como base 4 conjuntos residenciales cerrados creados y habitados en los últimos 15 años en la ciudad de Valledupar, con al menos 20 viviendas (4 entrevistados por conjunto).

RESULTADOS DE INVESTIGACIÓN

En este aparte se da respuesta a la pregunta de investigación ¿Cuáles son los Imaginarios sociales urbanos vinculados a los 4 conjuntos residenciales cerrados en la ciudad de Valledupar, teniendo en cuenta los universos simbólicos relacionados con la

2 El enfoque cuantitativo utiliza la lógica o razonamiento deductivo. Consiste en el análisis de las creencias, presuposiciones y experiencias subjetiva de las personas. Este enfoque, a veces referido como investigador naturalista, fenomenológico, interpretativo o etnográfico, es una especie de “paraguas” en el cual se incluyen una variedad de concepciones, visiones, técnicas y estudios no cuantitativos. Se utiliza, en primer lugar, para descubrir y refinar preguntas de investigación.

3 La investigación etnográfica, en el sentido estricto, ha consistido en la producción de estudios analítico-descriptivos de las costumbres, creencias, prácticas sociales, representaciones sociales y religiosas, conocimientos y comportamientos de una cultura particular, generalmente de pueblos o tribus primitivos (Martínez, 2006). La antropología cultural y social tiene en la etnografía una rama fundamental, ya que sus posiciones teóricas dependen, en último análisis, de la integridad, sensibilidad y precisión de las relaciones etnográficas. Los etnógrafos son investigadores bien entrenados en el uso de la cinematografía, las grabaciones sonoras, la fotogrametría, la elaboración de mapas y los principios lingüísticos; su situación ideal de trabajo consiste en compartir la vida y las costumbres del grupo que estudian, hablar su lengua y recoger la información mientras participan en las actividades normales de la gente. El éxito del etnógrafo dependerá de su habilidad y calificación para interpretar los hechos que vive y observa.

identidad barrial, y las relaciones sociales?, para lograr lo anterior se hizo necesario diseñar las siguientes actividades específicas:

- Caracterizar 4 conjuntos residenciales cerrados creados y habitados en los últimos 10 años en la ciudad de Valledupar, con al menos 20 viviendas.
- Observar los imaginarios sociales urbanos ligados a la identidad barrial de los conjuntos residenciales cerrados en la ciudad de Valledupar.
- Determinar los imaginarios sociales urbanos vinculados a las relaciones sociales de los conjuntos residenciales cerrados en Valledupar.

CARACTERIZACIÓN DE LOS CONJUNTOS RESIDENCIALES CERRADOS EN VALLEDUPAR

El presente capítulo tiene como meta dar alcance al objetivo específico de caracterizar 4 conjuntos residenciales cerrados creados y habitados en los últimos 10 años en la ciudad de Valledupar, con al menos 20 viviendas. Lo anterior se alcanza a través de la aplicación de la mirada metodológica cualitativa, dentro de la cual se trabajará con el tipo de investigación descriptiva y los métodos de la observación, análisis, síntesis y etnografía.

Los cuatros conjuntos residenciales cerrados seleccionados intencionalmente son: Alto de Ziruma, San José los bloques, Calleja y Azúcar Buena. El conjunto residencial cerrado Alto de Ziruma es un proyecto habitacional desarrollado por el mercado inmobiliario, que comenzó a ser edificado en el año 2000, el cual contemplaba la construcción de seis etapas de viviendas, con 60 casas por etapa. Se ubican en la comuna 3, al sur de la ciudad de Valledupar.

Por otro lado, el proyecto habitacional llamado San José los bloques, el primer emprendimiento urbano de este tipo en Valledupar, construido por el desaparecido Instituto de Crédito Territorial (I.C.T), en 1971, como solución de vivienda de interés social (subsidiada). Este conjunto se compone de cuatro bloques de 16 apartamentos unifamiliares, integrado por dos y tres alcobas, dos baños, una cocina y sala comedor compartida. Cuenta con zonas verdes y parqueadero externo. Se encuentra ubicado en la comuna 5, al norte de la ciudad, entre las calles 13-A Y 13-B (Barrio Obrero). En la actualidad es habitado por inquilinos de clase media.

Otra de las edificaciones urbanas escogida es el conjunto residencial cerrado Callejas, ubicado en la comuna 5, al noroeste de la ciudad. En su interior habitan personas con cierta estabilidad económica, de estratos 5 y 6, que buscan homogeneidad social y un estilo de vida determinado. Sus viviendas son unifamiliares de dos pisos. El acceso al conjunto se hace a través de casetas de control de doble calzada, entrada y salida, las que comunican a una zona comunal. Esta zona consta de salón comunal, piscinas para adultos y niños, servicio de B.B.Q., canchas deportivas, zona de juegos infantiles, zona de recreación pasiva, amplias zonas verdes.

El cuarto y último conjunto seleccionado fue el condominio Azúcar Buena. Es una de las implantaciones residenciales más importantes de la última década en Valledupar, ubicado en la comuna 5, al noroeste de la ciudad, entre los barrios Alfonso López y Santa rosa. Sus moradas son unifamiliares de dos pisos; cuenta con zonas verdes, canchas deportivas, salón comunal, parqueadero externo, entre otras comodidades.

A partir de la descripción de los esquemas de significados que los/as habitantes de estos cuatro conjuntos residenciales cerrados hicieron, con respecto a dimensiones conceptuales contempladas para esta investigación, tales como la identidad barrial y las relaciones sociales al interior de estos espacios urbanos, se establecieron comparaciones que graficaron las propiedades semejantes que presentan estas nuevas formas de habitar a Valledupar.

SEMEJANZAS DE LOS CONJUNTOS RESIDENCIALES CERRADOS EN TORNO A LOS IMAGINARIOS SOCIALES URBANOS DE IDENTIDAD BARRIAL

En términos de las propiedades semejantes dentro de la dimensión conceptual correspondiente a los imaginarios sociales urbanos ligados a la identidad barrial de los cuatros conjuntos cerrados, es posible visualizar las siguientes características.

EL USO DE ESPACIOS EXTERNOS DE RECONOCIMIENTO INTERNO LIGADOS A SERVICIOS

Estas semejanzas dan cuenta de los referentes materiales que los habitantes de los espacios residenciales estudiados usan para constituir su guía (identidad). En este sentido, estos elementos de semejanza representan un eje de constitución identitaria importante, ligado a las propiedades a través de las cuales se establece el espacio propio.

En el caso del conjunto cerrado Azúcar Buena, estos referentes de localización externo están representados en íconos materiales como las glorietas María Mulata y Los Gallos, ubicadas fuera de los límites del conjunto, entre los barrios Las Delicias y el Dangón, el supermercado Éxito, ubicado a menos de un kilómetro de distancia y los colegios Alfonso López y Pedro Castro Monsalvo “inspecan”, ubicado al norte del conjunto a 20 y 50 metros respectivamente. Por otro lado, y en el caso del conjunto cerrado Callejas, estos íconos de reconocimiento externo tienen la particularidad de estar vinculados a espacios destinados a la educación universitaria (Universidad del Área Andina), bomba de combustible (nombre), el centro comercial Guatapurí, el Balneario del río Hurtado, entre otros.

Con respecto al conjunto residencial cerrado Alto de Ziruma, podemos referenciar como iconos materiales externos relevantes los destinados a la distracción o inversión del tiempo libre, como los parques (canchas de fútbol, basquetbol y juegos infantiles), ubicados en los alrededores del conjunto cerrado. El emprendimiento urbano San José los bloques también presenta sus iconos materiales representados en el Palacio de Gobierno Departamental (edificio de la gobernación del Cesar), el Palacio de Justicia, las Biblioteca

Rafael Carrillo Luqués y la sede de Bellas Artes (Facultad de Arte y Folclor de la Universidad Popular del Cesar), ubicados en el centro de la ciudad, a un kilómetro del conjunto cerrado.

EL MIEDO

Este elemento de semejanza representa un eje importante en la constitución identitaria en el estudio de los conjuntos residenciales cerrados, en este caso los cuatro seleccionados. Este fenómeno se relaciona con la visión, muchas veces estereotipada,⁴ que mantienen los moradores de los conjuntos con respecto a los espacios cercanos de bajos extractos (humildes). La persistencia de esta sensación de miedo a espacios cercanos calificados como peligrosos, a pesar de las condiciones de aislamiento social en las cuales viven, gracias a rejas y dispositivos de seguridad, es un aspecto relevante visualizado en los estudios de estos espacios urbanos.

Esta propiedad basal de los cuatro conjuntos residenciales cerrados analizados, se relaciona fuertemente con una de las principales explicaciones que se han dado a este fenómeno urbano, en términos de los patrones de temor e inseguridad que las personas experimentan en los espacios abiertos de las ciudades. En este sentido, se señala que, en el ámbito concreto de las metrópolis actuales, tanto la percepción de la inseguridad como el miedo al crimen generalizado afectan continuamente las relaciones sociales en las localidades, abriendo espacios al auto-encierro y a evitar los espacios públicos de encuentro (Caldeira, 2000; Dammert, 2004).

Sin embargo, en los cuatro conjuntos cerrados se presentan sentimientos de miedo al espacio foráneo de reputación peligrosa, estos están movilizados por percepciones construidas a partir de crónicas y experiencias de otros, no visualizándose relatos que expresan una vinculación directa y real con alguna acción constitutiva de miedo a estos espacios.

De esta manera, se puede destacar que varias veces la inseguridad y miedo a la sociedad abierta es una impresión que poco o nada se muestra en la realidad, debido a que los territorios seguros e inseguros pueden ser interpretados como una percepción subjetiva dentro de la cual las barreras construidas por el discurso público pueden ser una de las principales causas de este tipo de percepciones (Janoschka, 2005). Por lo tanto, la diferencia fundamental entre la criminalidad real e inseguridad subjetiva es un hecho concreto dentro de los imaginarios sociales urbanos de carácter identitario que los moradores de los cuatro conjuntos residenciales cerrados experimentan en su vida cotidiana.

Al preguntar a una residente del conjunto cerrado Alto de Ziruma, sobre los espacios que generan miedo en los vecinos dentro y fuera del conjunto, contestó lo siguiente:

Lo que le causa temor a uno son las invasiones esas... jajajaja... en las

⁴ Los estereotipos, según Giddens (1997), son creados por imágenes rígidas y desinformadas del medio ambiente sociocultural del cual se hace la caracterización. Los estereotipos muchas veces son atributo negativo que crea la discriminación de personas o grupos de personas.

invasiones es que están los ladrones, tiene miedo de salir uno a la tienda porque lo atracan, en la invasión hay gente buena pero también hay gente mala, se esconden los ladrones, los drogadictos (Araujo, 2014).

Otro entrevistado afirma que:

La inseguridad que tenemos afuera, o sea a mí me da temor salir afuera a las 9 de la noche porque estamos rodeados últimamente de unos barrios subnormales, esos que tenemos nos ha perjudicado mucho porque hay mucho robo, atraco, ya (Arias, 2014).

Bajo este sentimiento de miedo, en los conjuntos cerrados Alto de Ziruma y Callejas Real, se califica a los moradores de los sectores aledaños de bajos recursos en base a un rasgo delincucional, dentro del cual barrios como Nuevo Milenio, Mareigua y El Páramo (en la comuna 3) y La Nevada, Bello horizonte, El Refugio (en la comuna 5) son considerados como espacios del miedo, existiendo una coherencia en las características atribuidas tanto a los habitantes como a los espacios urbanos cercanos.

Por otro lado, y en el caso de los conjuntos cerrados San José los bloques y Azúcar Buena, fue posible encontrar en los discursos estudiados un desconocimiento del *otro* que vive o transita en los sectores aledaños, existe una referencia negativa a ciertos espacios urbanos cercanos, utilizando como insumo las impresiones de personas que moran en los conjuntos.

En este sentido, se establece un conocimiento del entorno como espacios de miedo (sobre todo en horarios nocturnos), dentro de los cuales destacan sectores como el edificio la Gobernación del Cesar, el Palacio de Justicia, la Biblioteca Rafael Carrillo Luqués y la sede de Bellas Artes (Facultad de Arte y Folclor de la Universidad Popular del Cesar), lugares ubicados en cercanía del conjunto cerrado San José los bloques. Con respeto a lugares cercanos al conjunto Azúcar Buena, se encuentran las periferias del patinódromo y los colegios Alfonso López y Pedro Castro Monsalvo.

SEMEJANZAS DE LOS CONJUNTOS RESIDENCIALES CERRADOS EN TORNO A LOS IMAGINARIOS SOCIALES URBANOS DE RELACIONES SOCIALES

En cuanto a las semejanzas entre los cuatros conjuntos residenciales cerrados analizados con respecto a los imaginarios sociales urbanos, vinculados a las relaciones sociales, es posible visualizar las siguientes propiedades.

EL SALUDO

En este aparte se hace un análisis del saludo como un elemento utilizado por los moradores de los conjuntos residenciales cerrados como un rasgo semejante de vinculación social, usado en la cotidianidad, con el fin de mantener una mínima estructura comunitaria que permita una óptima calidad de convivencia en el vecindario. El nivel de vinculación

social alcanzado al interior de estos conjuntos cerrados retrata el establecimiento de simples vecindades, con una baja capacidad de conformación de comunidad y alejados de un sistema de relaciones sociales primarias y secundarias que permita la conformación de una individualidad colectiva de nivel superior (Ledrut, 1987).

Al respeto, una moradora del conjunto residencial cerrado Alto de Ziruma, cuenta lo siguiente:

Yo saludo a todo mundo, pero de estar metida en la casa de fulanita, no. Yo soy apática a eso, yo saludo a todo mundo, a veces me siento un ratico donde la señora Magali, pero es un ratico y eso es temporalmente, no tengo por qué estar metida en donde no me llaman, no estoy pendiente de la vida ajena, yo soy una mujer muy ocupada... pero para ser buen vecino, uno necesita tener contacto con ellos y llevársela bien, porque un saludo no es nada, pero ayuda a tener buenas relaciones... (Rangel, 2014).

El hecho de habitar en un espacio segregado rodeado de dispositivos de seguridad, rejas y muros, que impiden el acceso y la circulación libre de vecinos de barrios aledaños, no asegura el establecimiento de relaciones sociales íntimas y protegidas entre vecinos cercanos del mismo conjunto, muchas veces solo se construyen elementos de cordialidad cotidiana, manifestado en simples saludos. De esta forma, la débil vinculación social observada en los cuatros conjuntos residenciales cerrados analizados, no se aleja de los patrones comunes descritos para estas modalidades habitacionales, dentro de los cuales se expone a estos barrios con una baja capacidad para conformar colectividades y visión de comunidad (Thuillier, 2005), y donde sus habitantes no crean vínculos sociales y afectivos a pesar de vivir en el mismo lugar (Svampa, 2001).

Teniendo en cuenta el saludo, como propiedad de semejanza, en los conjuntos cerrados Alto de Ziruma, San José los bloques, Calleja y Azúcar Buena, se puede decir que el nivel de profundidad de las relaciones sociales cotidianas está vinculado a una convivencia mínima entre personas que ocupan un mismo espacio urbano, lo cual se expresa en el simple saludo cotidiano con los vecinos. Lo que indica que el nivel de comunicación e interacción entre los moradores de este tipo de espacio es supremamente básico, que se remiten a simples códigos de buenas costumbres, en donde el saludo en presencia del vecino se convierte en el principal ícono de las relaciones sociales ejecutadas al interior de estos cuatros conjuntos residenciales cerrados.

LA SEGURIDAD COMO IMAGINARIO SOCIAL URBANO DE RELACIONES SOCIALES

La seguridad es un elemento común entre los cuatros conjuntos residenciales cerrados, representa quizás uno de los aspectos más interesantes del análisis de este tipo de emprendimiento residencial.

Para observar la seguridad como imaginario social urbano de relaciones sociales,

es necesario recordar lo que argumenta Pintos (2005), cuando expone que los imaginarios sociales tienen que ver con una racionalidad alternativa del conocimiento espontáneo. Es una especie de inconsciente colectivo incuestionable del que no se puede averiguar su origen a través de la metódica objetivista de causa – efecto – consecuencia. Es decir, son representaciones colectivas que rigen los sistemas de identificación e interacción social que permite observar la invisibilidad social (Pintos, 2005).

Teniendo en cuenta lo anterior, se puede decir que la seguridad en los conjuntos estudiados es una representación colectiva que sus moradores construyen a partir de sus experiencias espontaneas, generada por la sensación de la ausencia de riesgos o la confianza por estar rodeado de dispositivos de seguridad.

Al preguntarle a una residente del conjunto cerrado Alto de Ziruma sobre la seguridad en este tipo emprendimiento residencial, contesto lo siguiente:

El conjuntos cerrados en donde yo vivo, Alto de Ziruma, es muy seguro, nos brindan seguridad, siempre y cuando permanezcamos en el conjunto, porque estamos rodeado de muros y rejas que nos separan de muchos barrios, pobres, en donde viven muchos ladrones, nosotros que vivimos en el conjunto estamos más tranquilos que en las calles donde sí hay atracos y otros peligros... (Rojano, 2014).

Otro entrevistado afirma que:

Los conjuntos cerrados dan tranquilidad, seguridad y calidad de vida, gracias a los muros, la rejas y la vigilancia, los que vivimos en el conjunto, tenemos derecho a disfrutar con tranquilidad la zona verde, la piscina, los parques, los niños juegan, hacen deporte, los adultos hacemos fiestas, asados y no nos preocupamos tanto por los peligros que pueden pasar en otros barrios que están afuera... (Torres, 2010).

Los anteriores datos suministrados por entrevistados que habitan en los cuatro conjuntos residenciales, describen y evidencian la importancia de la seguridad como elemento común y de semejanza de los conjuntos residenciales cerrados, en torno a los imaginarios sociales urbanos de relaciones sociales. En este sentido, la seguridad es un imaginario social construido en el interior de los espacios urbanos, de manera colectiva, estableciendo un nexo de ordenamiento simbólico para vivir en vecindad con la sensación de estar en ausencia de riesgo.

LOS REGLAMENTOS

Otro aspecto de semejanza entre los cuatro conjuntos cerrados son los reglamentos de control de la edificación al interior de los conjuntos, y los reglamentos para regular el comportamiento social urbano en el interior de estos espacios. Como estos espacios están regidos por la ley de copropiedad inmobiliaria, existen una serie de normativas que impiden romper con la estética interna, entre las cuales están aquellas que no permiten la edificación o ampliación de las viviendas. Este tipo de reglas son comunes en estos emprendimientos

residenciales, son explicitadas como limitaciones tanto en las escrituras de las propiedades como en los manuales de convivencia de la administración interna de cada conjunto.

CONCLUSIONES

Los conjuntos residenciales cerrados constituyen un fenómeno de segregación social urbana que ha venido creciendo en los últimos años en la ciudad de Valledupar. Este tipo de emprendimientos están configurando procesos de cambios en la ciudad, los cuales no solo repercuten en la espacialidad material de los espacios urbanos, sino además en los universos simbólicos de las personas que lo habitan.

En este sentido, y a partir de un trabajo cualitativo en base a unas técnicas de recolección de datos como la entrevista, la observación y el análisis de algunas teorías, para responder al planteamiento del problema fue posible realizar el análisis de los imaginarios sociales urbanos vinculados a la identidad barrial y a las relaciones sociales presentes en cuatro conjuntos residenciales cerrados, denominados Alto de Ziruma, San Jose los bloques, Calleja y Azúcar Buena.

Dentro de las semejanzas encontradas destacan la constitución de espacios ligados a servicios como íconos de reconocimiento externo de los barrios, que transforman a espacios como supermercados, parques, colegios y otros lugares con una carga identitaria.

Por otro lado, el temor al vecino, aledaños, se transforma en uno de los principales ejes de los imaginarios identitarios, representando estos espacios una especie de refugio en torno a la ciudad. Finalmente, y en términos de los imaginarios vinculados a las relaciones sociales en estos conjuntos, las propiedades semejantes vinculan a estas modalidades residenciales con espacios de simples vecindades, en donde los vínculos sociales con el vecino interno están caracterizados por un nivel básico de encuentros esporádicos y fortuitos.

En este sentido, este artículo ha intentado dar cuenta de las dimensiones subjetivas de constitución simbólica que los habitantes de este tipo de espacios urbanos construyen y representan en su vida cotidiana, con base a las descripciones realizadas y las propiedades analíticas comunes visualizadas entre los conjuntos cerrados analizados.

REFERENCIAS

Baeza, M. A. (2004). "Identidad e identidades. La ciudad de Concepción". Documento de trabajo. Universidad de Concepción, Chile.

Baeza, M. A. (2004) Ocho argumentos básicos para la construcción de una teoría fenomenológica de los imaginarios sociales. Chile.

Berger, P. & Luckmann, T. (1986). *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Borsdorf, A. (2003). Hacia la ciudad fragmentada. Tempranas estructuras segregadas en la ciudad latinoamericana. *Scripta Nova*, 6 (146), 118 – 132.

Caldeira, T. (2000). *City of walls. Segregation and citizenship in Sao Paulo*. Berkeley: University of California Press.

Castoriadis, C. (1983). *La institución imaginaria de la sociedad*. Barcelona: Tusquets.

Carretero, E. (2011). Imaginario e identidades sociales. Los escenarios de actuación del «Imaginario social» como configurador de vínculo comunitario. En Nuevas posibilidades de los imaginarios sociales. TREMN-CEASGA

Glasze, G. (2005). Some reflections on the economic and political organization of private neighbourhoods. *Housing Studies*, 20(2), 221-233.

Giddens, A. (1997). *Modernidad e identidad del yo. El yo y la sociedad en la época contemporánea*. Barcelona: Ediciones Península.

Goffman, E. (1995). *Estigma. La identidad deteriorada*. Buenos Aires. Amorrortu Editores.

Gravano, A. (2003). *Antropología de lo barrial. Estudios sobre la producción simbólica de la vida urbana*. Buenos Aires: Espacio Editorial.

Hieraux, D. (2007). Los imaginarios urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. *EURE*, 33 (99), 17-30.

Janoschka, M. (2005). Discursos de inseguridad y la ciudad cerrada: mitos, realidades, barreras y fronteras de un producto inmobiliario “perfecto”. *Imaginales*, 2, 11-35.

Lang, R. & Danielsen, K. (1997) Gated communities in America: walling the world out, *Housing Policy Debate*, 84, 867–899.

Leal, M. (2002). “Imaginarios urbanos e identidades en ciudad Ojeda”. *Opción* n° 37, año 18, pp. 37-58.

Ledrut, R. (1987). *Sociología urbana*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local.

Lindón, A. (2007). La ciudad y la vida urbana a través de los imaginarios urbanos. *EURE*, 33 (99), 7-16.

Martínez, H. (2012). Conjuntos residenciales cerrados y segregación social urbana en Valledupar. *Pensando Psicología*, 8 (14), 106 – 107.

Martínez, H (2013). *Conjuntos residenciales cerrados y segregación social urbana en Valledupar*. Valledupar: Universidad Popular del Cesar.

Martínez, H (2014). Imaginarios sociales urbanos relacionados con los conjuntos residenciales cerrados en Valledupar. *Katharsis*, 18, julio , 191 – 209. Institución universitaria de Envigado, Colombia.

Martínez, H (2016). Origen causas y consecuencias de los conjuntos residenciales cerrados en Valledupar. *Prospectiva*, núm. 21, 2016, Enero-Junio, pp. 137-156 Universidad del Valle DOI: 10.25100/prts.v0i21.923.

Mead, George (1982): *The Individual and the Social Self: Unpublished Work of George Herbert Mead*. Chicago: University of Chicago Press.

Mendoza F. & Henríquez, G. (2010). *Imaginario social urbano vinculado a barrios cerrados en el Gran Concepción, Chile*. Concepción : Universidad de Concepción.

Patiño, M. (2005). "Representaciones sociales, percepciones e imaginarios de jóvenes ecuatorianos artesanos/indígenas y artistas/estudiantes, inmigrantes en Francia". *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*. N. 13 (dic. 2005). ISSN 1133-0473, pp. 165-195

Pintos, J. L. (1995). *Los imaginarios sociales. La nueva construcción de la realidad social*. Recuperado de: [http://web.usc.es/~jlpintos/articulos/ imaginarios.htm](http://web.usc.es/~jlpintos/articulos/imaginarios.htm)

Pintos, J. L. (2005). Comunicación de la realidad e imaginarios sociales. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Universidad de Zulia - Venezuela 10 (29), 37-65.

Pol, E. y Valera, S. (2006). El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. *Universidad de Barcelona*. Barcelona.

Reguillo, R. (2000). Identidades culturales y espacio público: Un mapa de los silencios. *Diálogos de la Comunicación*, (59-60), 74-85.

Roitman, S. (2003). **Barrios cerrados y segregación social urbana**. *Scripta Nova*, 7, (146), 57 – 72.

Santana de la Cruz, M. (2011) Imagen, Imaginario y retórica de la ciencia, En *Nuevas posibilidades de los imaginarios sociales*. TREMN-CEASGA.

Segovia P. Basulto O. y Zambrano (2018). EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. N.º 41 septiembre-diciembre, 2018, pp. 79-102.

Silva, A. (2001). Sobre pasiones ciudadanas para hacer a América. *Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Jujuy*, 17, 423-444.

Silva, A. (2006). *Imaginario Urbano*. Arango editores, Bogotá.

Svampa, M. (2001). *Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos.

Thuillier, G (2005). El impacto socio-espacial de las urbanizaciones cerradas: el caso de la Región Metropolitana de Buenos Aires. *EURE*, 31 (93), 5-20.

GERENCIAMIENTO: PRODUCTIVIDAD A PARTIR DE LA ATENCIÓN PLENA

Data de aceite: 01/08/2023

Claudia Islas García

Universidad Tecnológica de Tula – Tepeji.

José Francisco Hernández Gracia

Universidad Tecnológica de Tula – Tepeji.

Venancio Avendaño Hernández

Universidad Tecnológica de Tula – Tepeji.

RESUMEN: A partir de la última década, el ejercicio de la atención plena, es promovido como una herramienta desarrollada para abatir los altos niveles de procrastinación laboral (dilación o postergación), así lo asevera Pickless (2017). En términos de productividad, Steel (2007) afirma que el 80% de la población posterga sus actividades de manera intermitente y el 50% lo hace de manera consistente. La gestión de los mandos medios y superiores, influye sobre los procesos productivos del personal a su cargo, por lo que es relevante indagar si la práctica del mindfulness, ofrece alternativas adecuadas para contrarrestar el efecto adverso de la procrastinación laboral cotidiana. El objetivo del presente estudio consiste en evaluar la influencia del nivel de conciencia plena en los procesos de procrastinación laboral

femenina, en el rol ejecutivo. El tipo de investigación es cuantitativa con diseño no experimental, transeccional y correlacional. El levantamiento de la información se realizó en mujeres ejecutivas, quienes trabajan en dos tipos de organizaciones: pública y privada. Se utilizaron dos cuestionarios: Procrastination At Work Scale (PAWS) y Mindful Attention Awareness Scale (MAAS). El PAWS mide la postergación de la acción relacionada al trabajo al comprometerse intencionalmente, sin el afán de perjudicar al empleador, empleado, trabajo o cliente (Metin, Taris y Peeters, 2016). El MAAS mide la conciencia plena en poblaciones sin experiencia previa a la práctica del mindfulness. Para evaluar la relación entre las variables, se utilizan las pruebas paramétricas de correlación de Pearson, regresión lineal simple y análisis de varianza unidireccional. Los resultados encontrados indican que, tanto en el sector público como en el privado, el grado de atención plena aplicada sobre las tareas laborales, incide positivamente en el desarrollo del rol ejecutivo. Se observó que casi el 49% de las encuestadas, presenta un grado de conciencia plena considerado como alto. Asimismo, el 23% de las mujeres, muestra

un grado de conciencia muy bajo, el nivel de procrastinación medido en el estudio, arroja resultados que se encuentran en los niveles: muy bajo (53%), bajo (33%) y medio (14%). Como conclusión, se observa que la procrastinación es inversamente proporcional al nivel de conciencia plena desarrollada por las mujeres ejecutivas. Dentro de un ítem del PAWS que mide la procrastinación, se identificó que algunas de las herramientas de comunicación utilizadas para el desarrollo de sus actividades laborales (Whatsapp, Skype y Twitter), ocasionaban momentos de distracción, esto presentaría un nuevo tema de investigación futura sobre la gestión de estas herramientas en el desempeño laboral.

INTRODUCCIÓN

La investigación pretende evaluar la relación que existe entre el constructo de la atención plena y su influencia en el fenómeno de la procrastinación en las mujeres que ejercen un rol ejecutivo y que permean su capacidad de enfoque en el personal a su cargo. Esto podría apreciarse en la capacidad productiva de los colaboradores, ya que los complejos y cambiantes entornos organizacionales requieren que el personal estratégico tome acciones considerando el macroambiente empresarial: las condiciones económicas generales, la legislación y regulaciones, demografía, tecnología y recientemente con los valores sociales y estilos de vida (Thompson, Strickland y Gamble, 2008). La reciente Norma Oficial Mexicana (NOM-035) denominada Factores de riesgo psicosocial en el trabajo (DOF, 2018), cual considera como un factor de riesgo psicosocial, el estrés y la ansiedad, constituyéndose como una ventana de oportunidad en la gestión del capital humano. El estudio de la conciencia plena *mindfulness*, definida en términos básicos como la atención y conciencia centrada en el presente, adquiere relevancia en el ámbito de la administración y desempeño en el lugar de trabajo, ya que como lo afirman Glomb, Duffy, Bono y Yang (2011) esta práctica genera un mejor funcionamiento en las organizaciones, además de la reducción del estrés y la ansiedad. Con este fin surge el programa denominado Mindfulness-Based Stress Reduction (MBSR) desarrollado por Jon Kabat-Zinn en la década de 1970 (Santos, 2018). El ejercicio de la conciencia plena, es promovido como una herramienta para abatir los altos niveles de procrastinación laboral, Pickless (2017) hace alusión a los estudios realizados por Tim Pynchyl, quien señala que el *mindfulness* permite asumir la importancia de iniciar y realizar una tarea, sin juzgar el hecho de que no se desea hacer. Solf (2017) afirma que la conciencia plena contribuye a fomentar el enfoque de lo que se está haciendo en el aquí y ahora. En este sentido el primer hándicap lo constituyó el desconocimiento formal de las participantes en el estudio de los términos procrastinación y *mindfulness*, ya que aunque las ejecutivas encuestadas tenían un conocimiento intuitivo del significado de ambos conceptos, no los relacionaban con su denominación.

TEORÍA

En castellano *mindfulness* puede traducirse como la atención plena, conciencia plena o atención presente, aunque después de realizar un análisis sobre el significado de diversas palabras en sánscrito que pretenden explicar el constructo *mindfulness*, Bodhi (2017) confluje en que consiste, no en recordar algo, sino en asumir una postura a la experiencia que ocurre en el aquí y el ahora. Citando a Bishop (2014) Parra Delgado et al. (2012) manifiestan que actualmente dentro de la psicología: “mindfulness ha sido adoptado como una aproximación para incrementar la conciencia y responder hábilmente a los procesos mentales que contribuyen al distress emocional y al comportamiento desadaptativo” (p. 2). Asimismo, se encuentran los resultados obtenidos por el grupo Heineken cuya práctica de *mindfulness* a nivel laboral inicia en 2012 hasta el 2016, periodo en el que se han cuantificado 230 sesiones con la participación de 1,579 empleados, con resultados tales como que: el 92.5% considera que el programa apoya a la obtención de habilidades para aplicar en su puesto de trabajo; el 95% favorece su desarrollo personal y el 96% les ayuda a sentirse mejor en el entorno laboral (Hernández, León, Matías y González, 2017).

Mindfulness significa prestar atención de manera consciente a la experiencia del momento presente con interés, curiosidad y aceptación (Moñivas, García-Diex, y García de Silva, 2012). Los mismos autores indican que se atribuye a Jon Kabat Zinn la popularización de este término y su integración a un estudio científico. Este médico estadounidense ha trabajado con diversos maestros budistas y fundó en 1979 una clínica para la reducción del estrés en la Universidad de Massachusetts, donde se empezaron a aplicar técnicas de *mindfulness* dentro del Programa de Reducción de estrés basado en la Atención Plena (MBSR: Mindfulness-Based Stress Reduction).

PROCRASTINACIÓN LABORAL

En lo que se refiere al postergamiento, Steel (2007) menciona que las definiciones de procrastinación pueden ser tan diversas, como la cantidad de científicos que investigan sobre un tema. No obstante, coinciden en los aspectos: retraso y aplazamiento en una tarea o decisión; agrega que la procrastinación o dilación debería tener como característica la irracionalidad, entendiendo esto como elegir un curso de acción que no maximice utilidades, preferencias, intereses u objetivos. Diversos estudios han demostrado que los procrastinadores tienden a experimentar mayor estrés y estragos en la salud mental según Stead, Shanahan y Neufeld (2010), o por lo menos se vinculan a estos aspectos dicen Tice y Baumeister (1997). Kearns, Gardiner y Marshall (2008) suponen la dilación como una conducta de auto sabotaje, y Paez (2005) en su reseña de la obra de Rachlin (2000) incorpora el concepto de autocontrol con respecto a las dimensiones como el tiempo y valor de las recompensas potenciales a obtener por el dilator. Tibbett y Ferrari (2015) sostienen

que la procrastinación tiene que ver incluso con tener una menor calidad de vida y le denominan dilación decisional (DP), lo que genera un estado de ansiedad emocional en el procrastinador.

Metin, Taris y Peeters (2016) han elaborado una escala para medir la procrastinación en el ámbito laboral, denominada Procrastination at Work Scale (PAWS). Estos autores definieron a la procrastinación laboral "...como la postergación de la acción relacionada al trabajo al comprometerse intencionalmente (conductual o cognitivamente) en actividades no vinculadas a aquel, sin intención de perjudicar al empleador, empleado, trabajo o cliente". (Metin, Taris y Peeters, 2016, p. 228).

Entonces, la procrastinación involucra asociaciones negativas para con la tarea y eventualmente, esa misma percepción está presente después del aplazamiento, junto con estrés, ansiedad, sentimientos de baja autoestima y de culpabilidad. Dice Lieberman (2019) la procrastinación crónica no solo tiene efectos en la productividad, sino también otros cuantificables en la salud física y mental del procrastinador.

Relevancia de la Conciencia Plena en los Procesos Laborales

Aunque el *mindfulness* es una práctica emergente en el ámbito laboral, la atención plena de acuerdo a la revisión realizada por Good et al. (2016) parece tener amplios efectos en el funcionamiento personal, lo que puede convertirlo en una herramienta de gestión. La aplicación particularmente de la conciencia plena a las actividades cotidianas, es puesta de relieve por Raji (2017) al indicar que las publicaciones científicas al respecto se han incrementado de cuatro artículos en el año 2000, a más de 1,000 para el 2017. De acuerdo a lo expuesto por Gurría (2018), secretario general de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), la productividad laboral de México, con respecto a la de Estados Unidos, ha presentado un descenso del 40 al 29 por ciento para el 2016. Estos estudios indican que México es el país donde más se trabaja, en promedio 43 horas a la semana; se podría deducir que gran parte de las acciones y pensamientos que se verifican a lo largo del día tienen que ver con la vida laboral, lo cual podría relacionarse con los niveles de productividad, mismos que se encuentran en descenso, en comparación con los niveles de productividad de los Estados Unidos de Norteamérica.

Considerando la procrastinación como la deficiente gestión del tiempo o el trabajo vacío, se podría pre asumir una vinculación entre el decrecimiento de la productividad y el incremento de la procrastinación de acuerdo a Metin, Taris y Peeters (2016). La productividad según Gutiérrez (2014) es proporcional a los resultados que se logran dentro de un proceso o sistema, y es medida por el cociente formado por los resultados obtenidos (unidades producidas, piezas vendidas o utilidades) y los recursos empleados (número de trabajadores, tiempo total empleado, horas máquina). En este sentido, se visualiza al tiempo y la utilización de éste, como un factor fundamental en la métrica de la productividad

o rendimiento empresarial.

PARTE EXPERIMENTAL

El objetivo del presente estudio consistió en evaluar la influencia del nivel de conciencia plena *mindfulness* en los procesos de procrastinación laboral femenina en el rol ejecutivo. Dado que el fenómeno se analiza en su ambiente natural, el diseño de la investigación es no experimental, transeccional correlacional-causal. Se realiza la exploración considerando tres entidades: dos de ellas del sector público y una empresa que corresponde a la iniciativa privada, cada una de ellas con el mayor número de mujeres cuya característica principal es estar situadas en el rol de mandos medios y superiores que pudieran aportar información profunda y de calidad. Se ha considerado una muestra no probabilística de casos tipo (Hernández, Fernández y Baptista, 2014, p. 387).

Para efectos del levantamiento de información, se utilizaron dos cuestionarios:

- a. Procrastination At Work Scale (PAWS) de Taris y Peeters (2016) y
- b. Mindful Attention Awareness Scale (MAAS) de Brown y Ryan (2003).

Ambos instrumentos fueron validados, reuniendo los requisitos esenciales de: confiabilidad, validez y objetividad de acuerdo a Hernández, Fernández y Baptista (2014), a fin de establecer la relación que se pretende entre los datos obtenidos y lo que se desea indagar, respecto a la vinculación entre el nivel de conciencia plena y la procrastinación laboral.

Metin, Taris y Peeters (2016) elaboraron la escala denominada Procrastination At Work Scale (PAWS), para medir la procrastinación en el ámbito laboral. En lo que se refiere a la variable de atención plena o *mindfulness*, se aplica el test denominado Mindful Attention Awareness Scale (MAAS) elaborado por Brown y Ryan (2003). El principal atributo de este instrumento es que “permite medir de forma concisa y breve el *mindfulness* en poblaciones sin experiencia previa en meditación Bergomi, Tschacher y Kupper (2012) citados en Rodríguez (2017, p.53). En este sentido la herramienta constituyó un elemento invaluable, ya que la mayoría de las sustentantes no tenía referencias sobre el constructo, por lo que la redacción de las preguntas permitió su aplicación expedita.

Para el análisis de datos, emplean tres análisis estadísticos paramétricos que ayudan y complementen el verificar la hipótesis de investigación. La Tabla 1 describe este proceso.

Prueba Paramétrica	Relación con la hipótesis
Correlación de Pearson	Hi. "A mayor grado de conciencia plena, menor nivel de procrastinación laboral femenina en el rol ejecutivo".
Regresión lineal simple	Hi. "La conciencia plena es una variable que incide inversamente en el nivel de procrastinación laboral femenina en el rol ejecutivo. Ambas variables están relacionadas".
Análisis de varianza (ANOVA)	Hi. "La conciencia plena incide inversamente de la misma forma el nivel de procrastinación laboral femenina en rol ejecutiva, ya sea en un sector público o privado".

Tabla 1.

Relación entre la prueba paramétrica y la hipótesis

Fuente: Elaboración propia con base en Hernández, Fernández y Baptista (2014, p. 330).

RESULTADOS

Es importante resaltar que la correlación de Pearson no considera como tal, una variable dependiente ni otra independiente, únicamente evalúa su relación.

	Correlaciones	Mindfulness	Procrastinación
Mindfulness	Correlación de Pearson	1	.738**
	Sig. (bilateral)		.003
	N	14	14
Procrastinación	Correlación de Pearson	.738**	1
	Sig. (bilateral)	.003	
	N	14	14

** . La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral).

Tabla 2.

Correlación de Pearson en el sector Privado-Correlación Mindfulness

Lo que podemos determinar de las mujeres en el rol ejecutivo mandos medios y superiores, específicamente del sector privado es que la correlación entre la procrastinación y la conciencia plena es positiva media, con una significación de .003, es decir por debajo del 0.01. Por lo que se acepta su correlación y el supuesto planteado: "A mayor grado de conciencia plena, menor nivel de procrastinación laboral femenina en el rol ejecutivo del sector privado". La siguiente tabla 3 indica la Correlación de Pearson en el sector Público para el estudio presentado.

Correlaciones			
		Mindfulness	Procrastinación
Mindfulness	Correlación de Pearson	1	.603**
	Sig. (bilateral)		.001
	Suma de cuadrados y productos vectoriales	6948.138	2778.552
	Covarianza	248.148	99.234
	N	29	29
Procrastinación	Correlación de Pearson	.603**	1
	Sig. (bilateral)	.001	
	Suma de cuadrados y productos vectoriales	2778.552	3060.207
	Covarianza	99.234	109.293
	N	29	29

** . La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral).

Tabla 3.

Correlación de Mindfulness – Procrastinación en el sector público

Tanto en el sector privado, como en el público, el nivel de significancia es de 0.01 es decir que hay 99% de confianza de que la correlación sea verdadera y 1% de probabilidad de error. Ante este análisis se puede determinar que las mujeres en el rol empresarial, específicamente del sector público; tienen una correlación entre su nivel procrastinación y su grado de conciencia plena, en un intervalo positivo medio, con una significación de .001, es decir por debajo del 0.01. Por lo que se acepta su correlación y el supuesto planteado: “a mayor grado de conciencia plena, menor nivel de procrastinación laboral femenina en el rol ejecutivo específicamente del sector público”.

Correlaciones			
		Procrastinación	Mindfulness
Procrastinación	Correlación de Pearson	1	.615**
	Sig. (bilateral)		.000
	N	43	43
		Procrastinación	Mindfulness
Mindfulness	Correlación de Pearson	.615**	1
	Sig. (bilateral)	.000	
	N	43	43

** . La correlación es significativa en el nivel 0,01 (bilateral).

Tabla 4.

Correlación de Mindfulness – Procrastinación General

En la tabla 4, se presentan los resultados obtenidos en las dos muestras poblacionales: sector público y privado, dado que, es perceptible que el coeficiente de correlación es de .615 y el nivel de significancia no sobrepasa el establecido, se está ante la presencia de un caso de correlación media. Es decir, las variables procrastinación y conciencia plena se relacionan de manera en que, si una cambia, la otra lo hace proporcionalmente a ésta. Lo anterior, una vez más lleva al cumplimiento del supuesto: “a mayor grado de conciencia plena, menor nivel de procrastinación laboral femenina en el rol ejecutivo en mandos de nivel medio y superior”.

Regresión Lineal para el sector público

En este modelo de prueba paramétrica, toma en cuenta el efecto que causa una variable independiente sobre una dependiente, en los términos de este estudio, el efecto que causa la conciencia plena en la procrastinación laboral femenina enfocada en el rol ejecutivo de mandos medios y superiores (Hernández, Fernández, y Baptista, 2014).

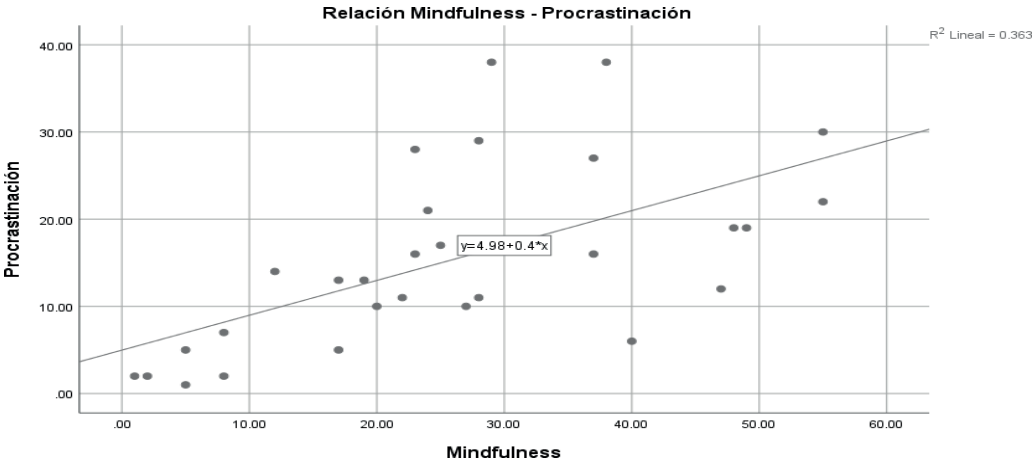


Figura 1.

Regresión lineal. Relación Mindfulness-Procrastinación

Como se puede apreciar en la figura 1, la tendencia es ascendente, lo que indica que a altas puntuaciones de Y, se presentan altas puntuaciones de X; esto se da por la evaluación de la escala Likert del instrumento de recolección de datos. Aunque lo que se tendría que esperar es una relación descendente debido a que la hipótesis y supuestos nos dan a entender que “entre mayor mindfulness, menor procrastinación”, la gráfica está basada en la ponderación de los ítems, y estos a su vez actúan o se diferencian de acuerdo a la etiqueta de codificación. Entre mayores sean los valores de mindfulness, alto será el grado de conciencia plena, inversamente sucede cuando los valores obtenidos en la

variable dependiente son altos, el nivel de procrastinación es considerado bajo.

Resumen del modelo									
Modelo	R	R		Error estándar de la estimación	Estadísticos de cambio				
		cuadrado	cuadrado ajustado		Cambio en R cuadrado	Cambio en F	gl1	gl2	Sig. Cambio en F
1	.603 ^a	.363	.340	8.49633	.363	15.392	1	27	.001
a. Predictores: (Constante), Mindfulness									

Tabla 5.
Estadísticos regresión lineal para el sector público.

La tabla 5 indica que el resultado de R es .603 con una significancia de 0.001, es decir existe una correlación positiva media entre las dos variables en el sector público. El diagrama de dispersión de este análisis es el siguiente, representado en la figura 1:

Regresión Lineal para el sector privado

Resumen del modelo									
Modelo	R	R		Error estándar de la estimación	Estadísticos de cambio				
		cuadrado	cuadrado ajustado		Cambio en R cuadrado	Cambio en F	gl1	gl2	Sig. Cambio en F
1	.738 ^a	.544	.506	6.28915	.544	14.330	1	12	.003
a. Predictores: (Constante), Mindfulness									

Tabla 6.
Estadísticos regresión lineal para el sector privado

La notoriedad de esta evaluación es la misma que la de correlación enfocada a esta muestra, el nivel de significancia es aceptable y la correlación entre las variables es positiva media, es claro que el diagrama de dispersión actuará de la misma manera, se describe a través de la figura 2 que se presenta a continuación.

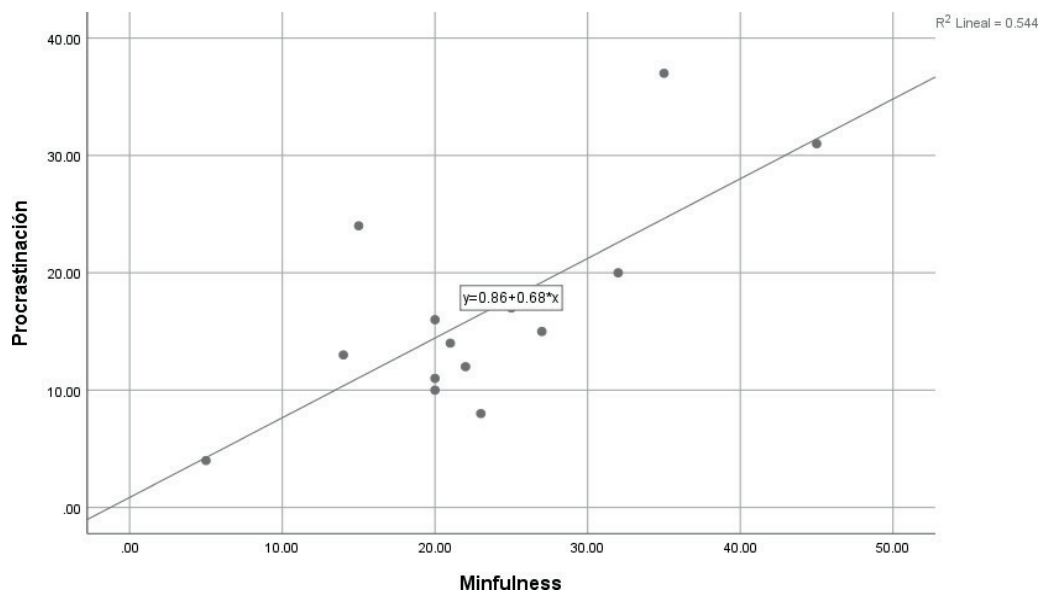


Figura 2.

Diagrama de dispersión, Mindfulness – Procrastinación sector privado

La correlación de la variable dependiente e independiente se presenta con un grado mayor en el sector privado, y aunque la diferencia no es grande, es posible empezar a indagar las respuestas y actitudes de las dos muestras.

Regresión Lineal general para ambos sectores

Resumen del modelo									
Modelo	R	R cuadrado	R cuadrado ajustado	Error estándar de la estimación	Cambio en R cuadrado	Estadísticos de cambio			
						Cambio en F	gl1	gl2	Sig. Cambio en F
1	.615 ^a	.378	.363	7.90357	.378	24.902	1	41	.000

a. Predictores: (Constante), Mindfulness

Tabla 7.

Estadísticos Regresión lineal General

De manera general, la correlación es de igual manera positiva media, aunque el grado R de Pearson es ligeramente más elevado que en el sector público, este coeficiente es menor que en el sector empresarial privado; era claro que el coeficiente no iba a elevarse demasiado, por la evidente igualdad de resultados obtenidos tanto en el sector privado, con los resultados del sector público, luego entonces, bajo estos resultados se puede dictaminar

como supuesto que; “la correlación de la procrastinación con el mindfulness es media positiva, y que influye de una manera normal la variable independiente a la dependiente.

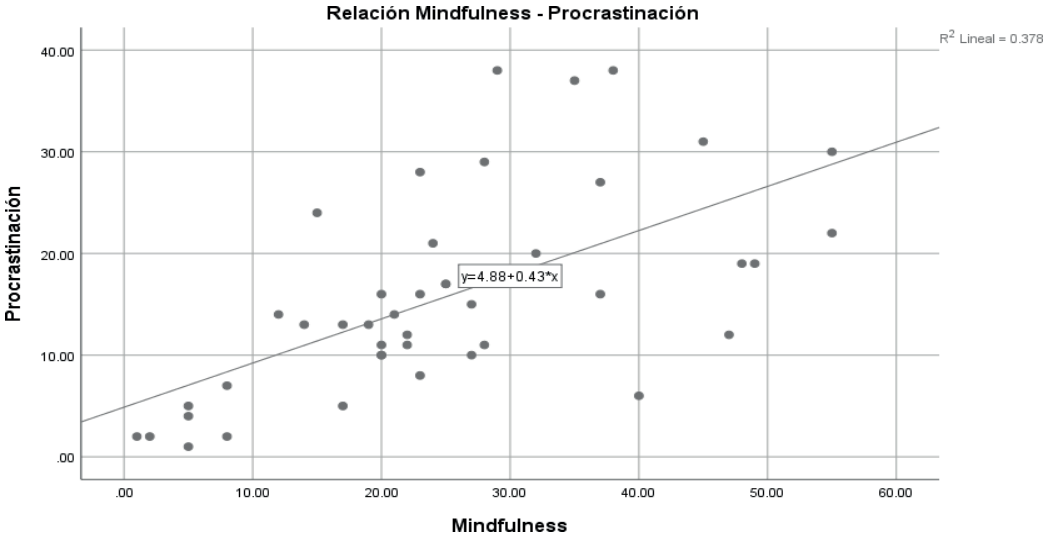


Figura 3.

Diagrama de dispersión, mindfulness – procrastinación general

El diagrama corresponde al estudio en general de las dos muestras, y representa una tendencia ascendente. A continuación, se presentan tres variables que se consideran de importancia objetiva para el presente estudio y que se abordaran como principales resultados e hitos.

- Dependencia donde se toma la muestra
- Nivel de mindfulness
- Nivel de procrastinación

Características de la muestra

Se realizó el levantamiento de datos a dos muestras de estudio, la primera corresponde al sector público y la segunda a el sector privado empresarial, con un enfoque hacia las mujeres en el rol ejecutivo de mandos medios y superiores.

	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válido	Empresa Pública 29	67.4	67.4	67.4
	Empresa Privada 14	32.6	32.6	100.0
	Total 43	100.0	100.0	

Tabla 8.

Tipo de dependencia en la que se toma la muestra.

Se visualiza primordialmente el número de encuestados por la categoría de “dependencia”, que se clasifica en dos ramos que son: empresa pública, y empresa privada. Con un total de 43 mujeres encuestadas, el 67.4% representan al sector público y el otro 32.6% al sector privado.

Nivel de Mindfulness

A través de los ítems que corresponden a la medición de la variable independiente “conciencia plena”, se realizó una sumatoria de los resultados de cada encuestado, y se obtuvo una nueva variable llamada “ponderacion1”, a partir de ella y del análisis de los ítems se realizó lo siguiente: Tomando en consideración que se cuenta con 15 ítems, y que el número máximo dentro de la escala Likert a obtener en este instrumento es 5, se multiplicó el número de ítems por el número máximo a obtener en una pregunta (15 ítems x 5 número máximo a obtener = 75), y a partir del número 75, se realizó una nueva escala que pudiese medir el grado de conciencia plena. Cada uno de los ítems reacciona de la siguiente manera; entre más alto sea el número de respuesta (5), menor será el grado de conciencia plena, y en caso de que el número de respuesta sea menor (0), mayor será; actuando de manera inversa al anterior supuesto. La escala está definida en la Tabla 9 que se presenta a continuación.:

Escala	Interpretación
0 – 15	Muy alto grado de conciencia plena
15- 30	Alto grado de conciencia plena
30 – 45	Medio grado de conciencia plena
45 – 60	Bajo grado de conciencia plena
60 – 75	Muy bajo grado de conciencia plena

Tabla 9.

Escala propuesta.

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válido	Muy Alto	10	23.3	23.3	23.3
	Alto	21	48.8	48.8	72.1
	Medio	7	16.3	16.3	88.4
	Bajo	5	11.6	11.6	100.0
	Total	43	100.0	100.0	

Tabla 10.
Nivel de Mindfulness

Nivel de Procrastinación

Para la medición de la variable dependiente: Procrastinación, se realizó una sumatoria similar a la del grado de conciencia plena, esto a partir de los resultados de cada encuestada, y se obtuvo una nueva variable llamada “Ponderación2”, a partir de ella y del análisis de los ítems se realizó lo siguiente: tomando en consideración que se cuenta con 14 ítems para este instrumento de recolección de datos, y que el número máximo dentro de la escala Likert a obtener en este instrumento es 5, se multiplicó el número de ítems por el número máximo a obtener en una pregunta (14 ítems x 5 número máximo a obtener = 70), y a partir del número 70, se realizó una nueva escala que pudiese medir el grado de procrastinación, ahora se muestra que en el caso de la escala del grado de conciencia plena, la dilación se dimensiona de manera inversa.

El test aplicado pretende medir el nivel en que las mujeres del rol ejecutivo medio o superior aplazan o retrasan tomar acciones en sus deberes y/o obligaciones. De manera interpretativa, cada uno de los ítems reacciona de la siguiente forma: entre más alto sea el número de respuesta (5), mayor será el nivel de procrastinación, y en caso de que el número de respuesta sea menor (0), menor será. La nueva escala propuesta se muestra en la tabla 12:

Escala	Interpretación
0 - 14	Muy bajo nivel de procrastinación
14 - 28	Bajo nivel de procrastinación
28 - 42	Nivel medio de procrastinación
42 - 56	Alto nivel de procrastinación
56 - 70	Muy alto nivel de procrastinación

Tabla 11.
Escala del nivel de aplazamiento.

Nivel de Procrastinación					
		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido	Porcentaje acumulado
Válido	Muy Bajo	23	53.5	53.5	53.5
Bajo		14	32.6	32.6	86.0
Medio		6	14.0	14.0	100.0
Total		43	100.0	100.0	

Tabla 12.

Nivel de Procrastinación General

De acuerdo a la tabla de frecuencias y el estadístico, la muestra presenta un nivel de procrastinación muy bajo, bajo y medio, siendo las categorías de muy bajo y bajo, las de mayor porcentaje para el estudio. A continuación, se visualiza la variación en relación a las dos muestras (sector público y sector privado), y cuál es la distribución para cada sector empresarial, esto se explica a continuación en la tabla 14, donde se muestra el nivel de procrastinación obtenido de acuerdo a las muestras encuestadas:

Tabla cruzada Nivel de Procrastinación*Dependencia de la muestra				
		Dependencia de la muestra		Total
		Empresa Pública	Empresa Privada	
Nivel de Procrastinación	Muy Bajo	16	7	23
	Bajo	9	5	14
	Medio	4	2	6
Total		29	14	43

Tabla 13.

Nivel de Procrastinación en las dependencias del sector público y privado

A través de la tabla cruzada de las variables procrastinación y dependencia, se percibe la distribución entre los sectores empresariales, y cómo influyen de acuerdo a la muestra aplicada, esto se observa en la figura 4.

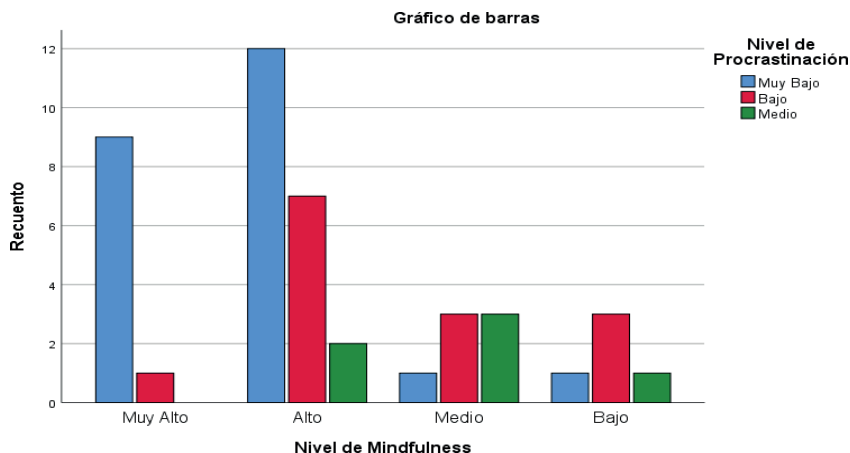


Figura 4.

Comparación Nivel de Procrastinación en el sector público y privado.

Ahora se muestra la relación gráfica de la variable dependiente “procrastinación”, con la variable independiente “conciencia plena o mindfulness”. La tabla cruzada es la siguiente.

Tabla cruzada Nivel de Mindfulness*Nivel de Procrastinación					
		Nivel de Procrastinación			Total
		Muy Bajo	Bajo	Medio	
		Nivel de Procrastinación			Total
		Muy Bajo	Bajo	Medio	
Nivel de Mindfulness	Muy Alto	9	1	0	10
	Alto	12	7	2	21
	Medio	1	3	3	7
	Bajo	1	3	1	5
Total		23	14	6	43

Tabla 14.

Nivel de Procrastinación laboral y Mindfulness

La figura 5, hace alusión a la relación visual entre la variable independiente con la dependiente de manera general.

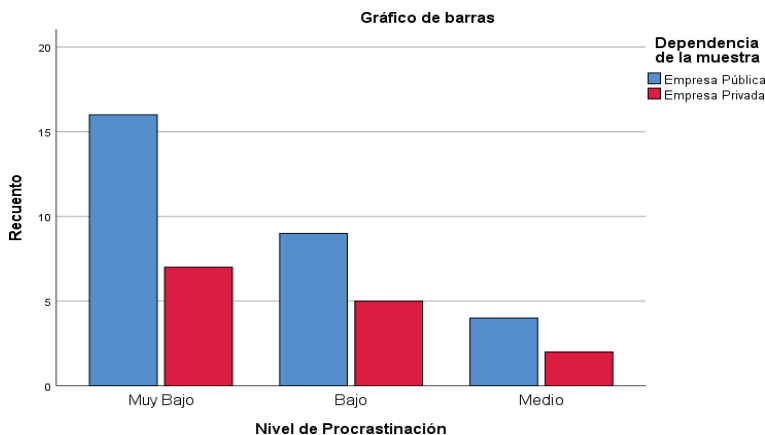


Figura 5.

Nivel de Procrastinación en relación con el grado de conciencia plena

Rubro	Porcentaje Acumulado
Nivel de Mindfulness General	88.4%*
Nivel de Procrastinación General	14%**

*Se toma como referencia valores muy altos , altos y medios.

** Se tomaron únicamente valores medios, ya que el estudio presenta valores nulos en factores altos y muy altos de procrastinación.

Tabla 8.

Porcentaje acumulado general del nivel de mindfulness y procrastinación

CONCLUSIONES

La revisión de la literatura sobre procrastinación y mindfulness, y los instrumentos elegidos para vincular ambas variables, permitieron vislumbrar la importancia de los procesos mentales y neurobiológicos que permiten elevar los niveles de autorregulación de pensamientos, emociones y comportamientos, vinculándolos con el rendimiento y bienestar de los empleados; lo que permite que sean más resistentes a los desafíos e incrementen la eficiencia en las tareas que ejecutan. Es posible aseverar que el nivel de conciencia plena de las ejecutivas en mandos medios y superiores está inversamente relacionado con la proclividad a la procrastinación laboral. No obstante, se deben considerar particularmente aquellas dimensiones en las que la procrastinación se presenta con más frecuencia, a fin de realizar un estudio específico. Se abre una ventana de oportunidad para futuras indagaciones sobre aspectos relevantes detectados sobre la autopercepción del nivel de mindfulness en las encuestadas, así como en las limitaciones que implica el levantamiento de información sobre dilación. En la dimensión de procrastinación, un ítem importante resultó ser el uso de mensajería instantánea: *WhatsApp*, *Twitter* y otras, que no se relacionan con

labores ejecutivas y que es conocido como *cyberslacking*. En la dimensión de mindfulness, es recomendable considerar su valor para la reducción del estrés, ya que es factible que el ejercicio de la conciencia plena contribuya al cumplimiento de la NOM-035, como una herramienta que erradique o disminuya el estrés y la ansiedad.

REFERENCIAS

1. Angarita Becerra, L. "Aproximación a un concepto actualizado de la procrastinación". *Revista Iberoamericana de Psicología*, 5(2), 2012, 85-94. <https://reviberopsicologia.iberro.edu.co/article/view/249>
2. Bishop, S. R., Lau, M., Shapiro, S., Carlson, L., Anderson, N. D., Carmody, J., y Devins, G. (2004). Mindfulness: A proposed operational definition. *Clinical psychology: Science and practice*, 11(3), 230-241.
3. Bodhi, B. ¿Qué significa verdaderamente el mindfulness? Una perspectiva canónica. En J. Kabat-Zinn y M.G. Williams (Eds.). 2017, *Mindfulness: Su origen, significado y aplicaciones* (45-82). Barcelona, España: Kairós
4. Brown, K.W. & Ryan, R.M. "The benefits of being present: Mindfulness and its role in psychological well-being". *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 2003, 822-848
5. Glomb, T. M., Duffy, M. K., Bono, J. E., & Yang, T. (2011). Mindfulness at work. *Research in personnel and human resources management*, 30(1), 115-157.
6. Good, D. J., Lyddy, C. J., Glomb, T. M., Bono, J. E., Brown, K. W., Duffy, M. K., ... Lazar, S. W. Contemplating Mindfulness at Work: An Integrative Review. *Journal of Management*, 2016, 42(1), 114–142. <https://doi.org/10.1177/0149206315617003>
7. Gurría, A. Apertura de la sesión: México competitivo: Retos y Oportunidades", 2018. Recuperado de <https://www.oecd.org/economy/competitive-mexico-challenges-and-opportunities-mexico-march-2018-sp.htm>
8. Gutiérrez, P. H. Calidad y productividad. 2014. Recuperado de <https://0-ebookcentral-proquest-com.millennium.itesm.mx>
9. Hernández, E. G., León, R. T., Matías, M. F., y González, S. L. (2017). Beneficios de Mindfulness sobre el estrés laboral. En *Actas Congreso Prevencionar 2017* (p. 5). Seguridad y Bienestar Laboral SL. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6664758>
10. Hernández, R., Fernández, C. y Baptista, P. Metodología de la investigación. Metodología de la Investigación (6a. ed.). (2014). México: McGraw-Hill Interamericana.
11. Kearns, H., Gardiner, M., y Marshall, K.M. Innovation in PhD completion: the hardy shall succeed (and be happy!). 2008. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/234602543_Innovation_in_PhD_Completion_The_Hardy_Shall_Succeed_And_Be_Happy
12. Lieberman, C. (2019, 26 de marzo). Procrastinar no es un asunto de holgazanería, sino de manejo de las emociones. The New York Times ES. Recuperado de <https://www.nytimes.com/es/2019/03/26/como-evitar-la-procrastinacion/>

13. Metin, B., Taris, T., y Peeters, M. (2016). Measuring Procrastination at Work and its Associated Workplace Aspects. *Personality and Individual Differences*, 101, 254–263.
14. Moñivas, A., García-Diex, G. y García-De Silva, R. (2012). Mindfulness (atención plena): concepto y teoría. *Portularia*, vol. XII, 2012, pp. 83- 89. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/pdf/1610/161024437009.pdf>
15. Norma Oficial Mexicana NOM-035-STPS-2018, Factores de riesgo psicosocial en el trabajo-Identificación, análisis y prevención. Diario Oficial de la Federación. México, 23 de octubre de 2018. Recuperado de https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5541828&fecha=23/10/2018.
16. Parra Delgado, M., Montañés Rodríguez, J., Montañés Sánchez, M. y Bartolomé Gutiérrez, R. 2012, "Conociendo mindfulness". ENSAYOS, Revista de la Facultad de Educación de Albacete, 27. <http://revistas.uclm.es/index.php/ensayos>.
17. Pickless, M. Procrastinación, el problema más grave en la educación (y como vencerlo). (2017). Recuperado de <http://www.bbc.com/mundo/noticias-38597625>.
18. Rachlin, H. The science of self-control. (2000). Cambridge, MA: Harvard University Press.
19. Raji, S. Mindfulness: recupera tu paz interior. 2017. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
20. Stead, R., Shanahan, M. J. y Neufeld, R. W. (2010). I'll go to therapy, eventually: Procrastination, stress and mental health. *Personality and Individual Differences*, 49(3), pp.175-180. <http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2010.03.028>
21. Santos, F. ¿Qué es MBSR? (2018). <https://nptmindfulness.com/que-es-mbsr>
22. Steel, P. (2007). The nature of procrastination: A meta-analytic and theoretical review of quintessential self-regulatory failure. *Psychological Bulletin*, 133(1), 65-94. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.133.1.65>
23. Solf, A. (2017). Productive time in modern organizations: Contributions of Psychology. https://www.researchgate.net/publication/319113799_TIEMPO_PRODUCTIVO_EN_LAS_ORGANIZACIONES_MODERNAS_APORTES_DE_LA_PSICOLOGIA_A_productive_time_in_modern_organizations_Contributions_of_Psychology
24. Tibbett, T. P., & Ferrari, J. R. (2015). The portrait of the procrastinator: Risk factors and results of an indecisive personality. *Personality and individual differences*, 82, 175-184.
25. Tice, D. M., y Baumeister, R. F. (1997). Longitudinal Study of Procrastination, Performance, Stress, and Health: The Costs and Benefits of Dawdling. *Psychological Science*, 8(6), 454–458. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.1997.tb00460.x>
26. Thompson, A. A., Strickland, A. J., y Gamble, J. (2008). *Administración estratégica: teoría y casos*. (15ª ed.) México: McGraw-Hill.

IMPACT OF PANDEMICS AND WAR IN EU'S COHESION POLICY: PROBLEMATICS AND CHALLENGES

Data de aceite: 01/08/2023

José Alberto Pereira
Eurodefense Portugal

Fernando Gaspar
Instituto Politécnico Santarém

ABSTRACT: The impact of Russia's war in Ukraine, as another external shock, in EU's economy and society is clearly high. It arrived just when another external shock (the covid-19 pandemic) was getting absorbed and overcome.

This research frames this war in an historic evolution of multiple political factors in Europe and then characterizes the consequences of this external shock.

Then an analysis of the degree of asymmetry in the distribution of those impacts across the EU regions is made and a framework for the following years is proposed: the quadruple transition.

The paper finishes with an assessment of how these four transitions are assuming different paces in different EU regions, calling for an intervention of EU's cohesion policy.

1 | COHESION IN THE EU

"The Council of Europe defines social cohesion as the capacity of a society to ensure the well-being of all its members – minimising disparities and avoiding marginalisation – to manage differences and divisions and ensure the means of achieving welfare for all members. Social cohesion is a political concept that is essential for the fulfilment of the three core values of the Council of Europe: human rights, democracy and the rule of law."
(Council of Europe, 2010, p. 2)

Deprived of a common tax policy, European Union has little more than its Social and Regional Cohesion Policy to correct asymmetries, promote growth on poorest and most peripheral regions, or harmonize income between different countries and social classes, following the fundamental principles of the Treaty of Rome. In today's uncertain and turbulent times, Europe faces strong and new challenges.

Unemployment, economic and

financial difficulties, the refugee crisis, the pandemic and more recently the war in Ukraine are forcing policy makers to move forward with a set of social measures like never before. Europeans discontent is evident and manifests itself at the polls, through the election of nationalist and radical governments, for whom the idea of a Common Europe that takes precedence over States is not exactly welcomed.

This is why European Cohesion Policy is even more important at the moment. Europe has turned poorer and demoralized after the pandemic, many companies are slow to recover, close and leave workers unemployed. Ukrainian refugees are a new concern, with an estimated five million having already entered the EU-27 space. This movement entails costs, human resources and others, which many of the receiving countries find it difficult to bear. The energy problems resulting from the conflict, with the drastic reduction of Russian gas imports, is a strong additional problem. As energy markets operate in a free regime, prices have skyrocketed, affecting the cost of industrial production and consumer prices.

Nuclear or fossil fuels are not environmentally friendly, and clean energies are still incipient to sustain this clash.

In summary, the European Cohesion Policy can be described as a package of measures that aims to promote economic growth, correct asymmetries between countries and regions and focus on the main European political priorities, such as Green Europe and Digital Transition. For the period 2021 - 2027, there are 5 policy goals: achieve climate targets; empower local, urban and territorial authorities in funds management, simplification of processes, create conditions to success and flexibility to new challenges and emerging needs.

On this basis, the European Cohesion Policy has the following funds to support investment: European Regional Development Fund, European Social Fund, Cohesion Fund, Just Transition Fund and Interreg programmes. The total amount available is 392 billion euros. With the national co-financing, about half a trillion euro will be available to finance programmes in EU regions and countries.

2 | EUROPE'S DEFENSE POLICIES AND POLITICS AFTER PERESTROIKA

At the end of the Second World War, a new geopolitical order was established, based on the territorial dominance of the main winners: United States of America (USA) and Soviet Union. In a global scale, the Americans had an evident higher level of dominance than the Soviets, namely in the Far East. At this level, Maurice Gomberg built, between 1941 and 1942, even before the Japanese attack on Pearl Harbour, a proposal for a world map that shows in advance the balance of forces at the end of the war. The map is shown in the following figure (Gomberg, 1942, p. 3):

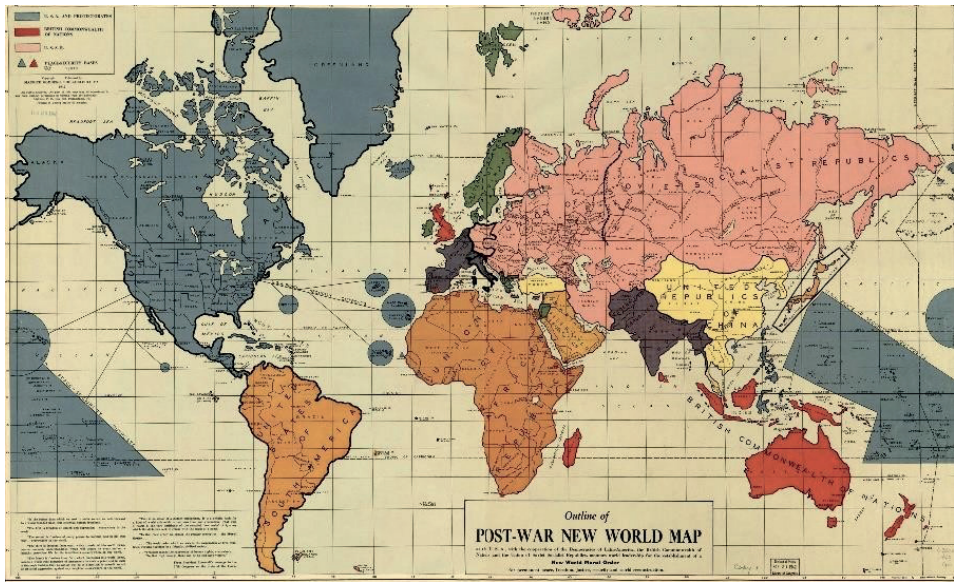


Figure 1. The Gomberg Map

Source: Gomberg (1942)

In Europe, geopolitical scenario was more balanced, with USA and Soviet Union influencing the countries they had freed from nazis. Diercke's world atlas shows on map this distribution between the two superpowers, something that influences European geopolitics until the present:



Figure 2. Europe after the Second World War

Source: Diercke, Dehmel & Harrison (2015)

After the war, communist parties began to play a leading role in several countries liberated by the Soviet Union, something that Americans understood as an expansionist movement of Soviets.

To counter this strategy (NATO, 1998), they founded in 1949 the North Atlantic Treaty Organization (NATO), a way to restrain Soviet expansion and relaunch European military capability. The 12 founding members were USA, Canada, United Kingdom, France, Italy, Netherlands, Belgium, Luxembourg, Denmark, Iceland, Norway and Portugal. In 1952, Greece and Turkey join NATO and in 1955 West Germany also joined.

Immediately after West Germany's entry into NATO, the Soviet Union and seven Eastern European countries signed, in May 1955, the Treaty of Friendship, Cooperation and

Mutual Assistance, which became known as the Warsaw Pact. This agreement aimed at the collective defense of the subscribing countries (CVCE, 1955), giving rise to the term East Bloc, which was opposed to the West Bloc, led by the United States of America and NATO. Both had antagonistic visions of the world, at the political, geostrategic, economic and social levels. The creation of the Warsaw Pact was the starting point of the Cold War and of an arms race, which continues until today.

The Cold War manifested itself on several fronts: in addition to traditional weapons, nuclear programs and the race to space were the most important. The American and Soviet military presence, at a strategic, training and even operational level, manifested itself all over the world, namely in the African, Asian and South American continents. The Cold War and the Warsaw Pact died out at roughly the same time, just before the collapse of the Soviet Union.

Although it only took place in 1991, the collapse of the Soviet Union began about ten years earlier, with the death of Aleksey Kosygin, Leonid Brezhnev's prime minister at the time. Brezhnev and Kosygin are probably the most enduring duo of the Cold War, the politicians who shaped the Soviet presence in the world during the 60's to the 80's. With Brezhnev's death in 1982 the Soviet Union is mortally wounded. The following presidents are obscure KGB officials, Yuri Andropov and Konstantin Chernenko. In 1985, Mikhail Gorbachev became general secretary of the Communist Party, and his charisma and influence immediately began.

Opening policies, called *glasnost*, and restructuring, the *perestroika*, gained prominence and radically changed the Soviet political spectrum. In 1986, a nuclear reactor at Chernobyl explodes, which leads to the beginning of negotiations on nuclear weapons with the USA and the arrival of Gorbachev in 1988 (Faringdon, 1989; Black *et al*, 2000; Judt, 2005; Keeran & Kenny, 2010; Zubok, 2021; History Editors, 2022).

One of Gorbachev's first steps was to open the economy to private entities. But it was too late. On May 15 of that year, the Soviet military began to withdraw from Afghanistan, an operation that would only end in February of the following year. The dishonour of this defeat and the miserable living conditions in the Soviet Union and other countries of the Eastern Bloc led to increasing manifestations of discontent. These rallies led, on November 9, to the fall of the Berlin Wall (Faringdon, 1989; Black *et al*, 2000; Judt, 2005; Keeran & Kenny, 2010; Zubok, 2021).

In 1990 Boris Yeltsin is elected president of the Russian Federation, which includes a number of Soviet socialist republics, while others declare themselves independent. In August of the following year, he suspended the Soviet Union Communist Party, and the following month Congress dissolved the Soviet Union. On Christmas Day 1991, Mikhail Gorbachev resigns as President of the Soviet Union (Faringdon, 1989; Black *et al*, 2000; Judt, 2005; Keeran & Kenny, 2010; Zubok, 2021).

Soon after the fall of the Berlin Wall, negotiations began for the unification of the

two Germanys, which came to be through the Two Plus Four Treaty, in September 1990. To ensure Soviet approval for the entry of a unified Germany into NATO, it was agreed that foreign troops and nuclear weapons would not be deployed in the former East Germany.

As late as 1990, according to Cold War historian Mark Kramer (Kramer, 2017), during a conversation between former US Secretary of State James Baker and Soviet leader Mikhail Gorbachev, Baker suggested that the German reunification negotiations resulted from an agreement in which "there would be no extension of NATO forces to the East", interpreted as the non-entry of NATO in the countries of Eastern Europe (Savranskaya, Blanton & Zubok, p. 675).

But in 1992, Polish President Lech Walesa expressed to Russian Federation President Boris Yeltsin his intention to join NATO, and Yeltsin did not object to, what he later denied (Eichler, 2021).

From then on, the Russian position was always of opposition to the enlargement of NATO to East, culminating on an agreement with NATO in may 1997, in which it was stated that new accessions to the Alliance of Eastern European countries would be seen by Russia as a threat to its national security (Eichler, 2021, p. 35).

In february 1991, Poland, Hungary and Czechoslovakia form the Visegrad Group, to boost the integration of their countries into the European Union and NATO, as well as move forward with reforms in their armed forces, already in line with NATO standards. Despite an initial negative reaction from NATO, the Rome Summit in november 1991 introduced a set of requirements that these countries had to fulfil, in order to formalize their membership.

Meanwhile, the Bush and Clinton Administrations have made the eastward enlargement of NATO one of their main political orientations for Europe. Thus, at the 1997 Madrid Summit, Poland, Hungary and the Czech Republic (which meanwhile had separated from Slovakia) were formally invited to join NATO, as well as Romania and Slovenia. Slovakia was left out, due to the practices considered undemocratic by its prime minister at the time, Vladimir Meciar. The entry of Poland, Hungary and Czech Republic into NATO was formalized in march 1999 (Eichler, 2021).

At the 1999 Washington Summit, NATO outlined new plans for the accession of countries, aimed in particular at Albania, Bulgaria, Estonia, Latvia, Lithuania, North Macedonia, Romania, Slovenia and Slovakia (US Government, 1999).

In May 2000, these countries joined Croatia and formed the Vilnius Group, in order to cooperate in the NATO accession process. At the Prague Summit in 2002, seven of them were invited, and their accession took place at the Istanbul Summit in 2004. Albania and Croatia were left out, but they joined in 2009 (NATO, 2002).

All the socialists republics of the Eastern Bloc joined the NATO and the Western Bloc in about 10 years, except Belarus and Ukraine. However, in 2008 NATO Bucharest Summit (NATO, 2008), Ukraine and Georgia showed their interest in joining NATO Membership Action Plan. In this way, Russia became increasingly isolated in the European geopolitical

context, with only Ukraine to the south, Belarus to the southwest and Finland and Sweden to the west as barriers to NATO. This situation did not please Vladimir Putin, for whom the main part of his country's geostrategic chess was played on the European front (Eichler, 2021).

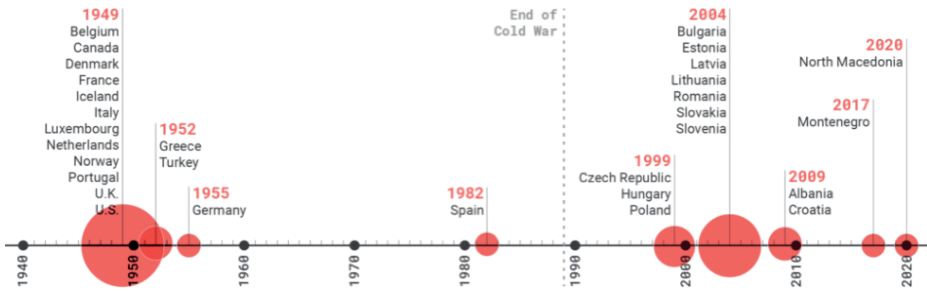


Figure 3. NATO Timeline
Source: Menon (2022)



Figure 3. Geopolitical Europe in 2022
Source: The Economist (2022)

But during this period of the collapse of the Soviet Union and the enlargement of NATO in Europe, what happened in Western Europe? In 1948, France and England founded

the Western European Union (WEU/UEO), with a military component. However, from 1950 onwards, NATO completely cannibalized this organization, between the 50s and 80s.

From the Single European Act, in 1986, Europe began to pay greater attention to the role of security and defense in its foreign policy. With the Maastricht Treaty in 1993, the European Union adopted its Common Foreign and Security Policy (CFSP). In 1999, the European Union fully integrates the tasks of the WEU/UEO and the CFSP becomes a fact (Grevi, Helly & Keohane, 2009).

In 2004, the European Defense Agency (EDA) was created. Based in Brussels, its main goal is to promote and facilitate integration between member states within EU Common Security and Defence Policy (CSDP), the new designation to CFSP since 2009 (Rehrl, 2021). Only Denmark stayed aside. However, practical results of EDA performance were not positive, as UK several times blocked measures of more operational nature, permanently adopting a pro- NATO attitude and leaving EDA in the background. In 2009, the Treaty of Lisbon includes a mutual defense clause between member states, and some immediately accept more demanding criteria in the context of a Permanent Structured Cooperation (PESCO).

The Lisbon Treaty also led to the extinction, in 2011, of WEU/UEO, which became redundant in view of the newly adopted measures (Rehrl, 2021). The mutual defence clause was first time invoked in november 2015, following the Paris terrorist attack. In 2016, EDA leader Federica Mogherini presented a new european security and defense strategy, called European Union Global Strategy (EUGS) (Mogherini, 2016). This strategy was the EU updated doctrine to improve defence and security effectiveness of the Union and its members states, cooperation between member states armed forces, civilians protection, management of immigration, crises, etc.

The strategic autonomy concept was an important part of EUGS, expressed on a document titled Implementation Plan on Security and Defense (IPSD). This concept refers to European Union ability to defend Europe and act militarily in its neighbourhood, without so much reliance on the United States, showing that Europeans collectively have capability and will to stand up for themselves from a security and defense scope.

After Russia annexation of Crimea in 2014, British referendum supporting UK Brexit in june 2016 and Donald Trump campaign to US presidency in the same year, the CSDP gained new strength, which gave rise to a set of new initiatives: Permanent Structured Cooperation (PESCO; 2017 to present), European Defence Fund (EDF; 2017 to present), Military Planning and Conduct Capability (MPCC to present), Coordinated Annual Review on Defence (CARD; 2019 to present) and Directorate General for Defence Industry and Space (2019 to present) (Duke, 2018; Nunes, 2018; Engberg, 2021).

EDF and PESCO are instruments that, in their institutional and legal- legal basis, constitute distinct, although complementary, realities. In their complementarity, both seek to: (i) strengthen common security and defense; (ii) promote european defense cooperation; (iii) establish an integrated, robust, sustainable, innovative and competitive european defense

technological and industrial base; (iv) moving towards the creation of a more efficient defense market; (v) empower Europe with a broad and coherent set of credible, interoperable and highly operationally military forces, in complementarity with NATO. Their joined purposes leverages european defense economy forward, rising it into a global competitive level.

The Russian invasion of Ukraine has provided a big opportunity for western allies to work together on common responses. NATO and European Union have continued to work together, despite the rising energy crisis caused by the western sanctions on the Russian economy and the Russian interruption to gas supplies.

The 7th Progress Report on EU NATO cooperation was published on 20/06/2022. The opening sentence of this report includes the allies answer to the threat posed by this invasion. *“Since the first day of Russia’s invasion of Ukraine, the EU and NATO, EU Member States and NATO Allies, have been standing and working together. Our strategic partnership is more robust and relevant than ever at this critical moment for Euro-Atlantic security. Political dialogue at all levels has further intensified, demonstrating NATO and EU unity and our common resolve in condemning Russia’s war of aggression and in expressing full solidarity with Ukraine, its sovereignty and territorial integrity, as well as its right to self-defence. EU-NATO staff cooperation mechanisms have also been enhanced to support coherence and mutual complementarity of efforts in responding to Russia’s invasion of Ukraine”* (EU & NATO, 2022, p. 2).

The report deals with the common proposals implementation, which were endorsed by EU and NATO Councils in 2016 and 2017, with parallel processes and reports on progress achieved each year and emphasise the enhanced EU–NATO political dialogue and common messaging developed, as well as the increased frequency of cross- participation in respective high-level meetings. These included regular meetings between the North Atlantic Council (NAC) and the EU Political and Security Committee (PSC). The report also notes that *“The adoption of the EU’s Strategic Compass in March as well as the forthcoming adoption of NATO’s next Strategic Concept in June offer a unique opportunity to further enhance coherence and synergies between the two organizations”* (EU & NATO, 2022, p. 2).

The report shows how the two staffs are working on agreed proposals for common action. These are grouped under specific areas such as: Hybrid Threats, Cybersecurity and Defence, Operational Cooperation and Exercises (including maritime issues), Defence Industry and Research, Defence Capabilities (including interoperability), Defence and Security Capacity Building and Political Dialogue.

In 21/03/2022, the European Union has formally approved its Strategic Compass, the first security and defence strategic document held in a period of war in Europe. It delivers EU an ambitious plan of action, defining security and defence policy until 2030. In investment scope, Strategic Compass supports a substantial increase in defense spending by Member States (4%, 6%, 8% or more), as well as the reduction of critical gaps in military and civil capacity, reinforcing the European Defense Technological and Industrial Base (EDTIB) and

stabilizing national goals on defense spending, to meet security needs of each Member State and the European Union itself. Strategic Compass focus on collaborative capabilities development in the EU defense industry, proposing increased incentives for these projects, including next-generation equipment to operate on land, sea air and cyber.

Alternatively, it intends to boost technological innovation in defense, in order to fill strategic gaps and reduce technological and industrial dependence on third parties.

In order to act quickly and vigorously whenever a crisis arises, with partners if possible and alone when necessary, the EU will establish a 5.000 soldiers rapid mobilization and intervention force for different types of crises, among other actions such as increasing military mobility and full use of the European Peace Facility to support partners. *“If a Member State is a victim of armed aggression on its territory, the other Member States shall have towards it an obligation of aid and assistance by all the means in their power, in accordance with article 51 of the United Nations Charter”* (EU, 2022, p. 17).

After Strategic Compass, on 29-30 June Madrid Summit, NATO leaders set the Alliance strategic direction for near and long-term future. The agenda’s main item was NATO 2022 Strategic Concept. This is a guiding document, reflecting the new security reality that emerged since previous Strategic Concept, in 2010 (NATO, 2022b).

NATO 2022 Strategic Concept identifies Russia as significant and direct threat to allied security, addresses China for the first time and includes other challenges like terrorism, cyber and hybrid warfare. It sets the biggest change on allied collective security and defence since Cold War, upgrading defence plans, with more forces at high readiness and specific forces pre-assigned to defend specific allies. There will be more troops, pre-positioned equipment and weapon stockpiles on Alliance’s eastern flank, enhancing NATO’s multinational battlegroups as showed below:



Figure 4. NATO's Eastern Flank (june 2022)

Source: NATO (2022c)

The Summit also focused on increase investing in defence and reaffirmed Allies commitment to spend at least 2% of GDP on defence by 2024. Another important decision was a strong Comprehensive Assistance Package for Ukraine, including support in secure communications, anti-drone systems and fuel as well as long-term help for Ukraine to transition from Soviet-era military equipment to modern NATO equipment.

Regarding EU-NATO relations, the Summit final declaration stated: *“Taking into account our unprecedented level of cooperation with the European Union, we will continue to further strengthen our strategic partnership in a spirit of full mutual openness, transparency, complementarity, and respect for the organisations’ different mandates, decision-making autonomy and institutional integrity, and as agreed by the two organisations. Our common resolve in responding to Russia’s war against Ukraine highlights the strength of this unique and essential partnership”* (NATO, 2022b).

2.1 Where do we stand?

Essentially, Europe emerged from the Second World War with two well-defined geostrategic blocks, to the west and to the east, which over time were repositioned according to the evolution of conjunctures, in political, economic and military terms. The creation of NATO, the EEC/EU and the collapse of the Soviet Union marked recent European history, the former contributing to greater development and cohesion to the west and the latter to an enlargement of NATO to the east, reducing the field of action first of Soviet Union and then Russia.

The Russia-Ukraine conflict brought the opportunity to strengthen strategic, tactical and operational cohesion between the EU and NATO, with greater alignment of objectives, joint development and training projects, as well as the joint presence of troops on the eastern European flank, under the joint banner of these two institutions.

3 | PANDEMIC & WAR

Since the first quarter of 2020, the covid-19 virus entered Europe from China, probably via Italy. This country and others in the Mediterranean basin saw the first major exposure, but the virus quickly spread northward, reaching France, Germany, Austria, England, the Netherlands, Denmark and other geographies.

At the same time, Greece, Spain and Portugal saw the number of infected and deaths rising rapidly, while the World Health Organization, the European Union and other institutions tried as quickly as possible to understand the disease and develop a vaccine. The pandemic declaration was quick and what followed demonstrated the effectiveness of European cohesion.

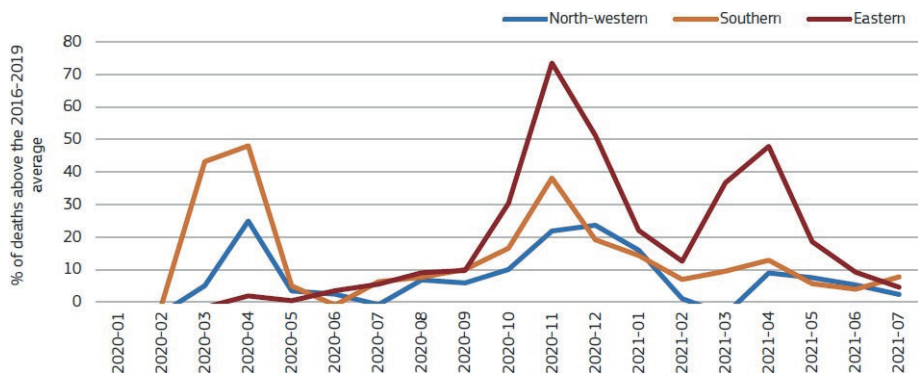


Figure 1. EU Excess mortality by geographic region, jan2020 - jul2021

Source: European Commission (2021)

Indeed, we saw a coordinated and enormous cooperation between countries and regions, as well as between the various national and European entities and institutions.

Civil society, military and paramilitary forces, universities, economic agents and health infrastructures, immediately began an enormous struggle against an unknown enemy. Contingency plans were thought, designed and implemented in a very short period of time, always in articulation between areas and countries.

Several universities soon began to develop and test vaccine prototypes, which over the time were optimized to the level they are today. Procedures in public places, travel, schools, hotels, restoration, commerce and other situations have been defined at European and global level. It is not meaningless to say that Europe was the world leader in the fight against covid-19 and, if the fight is not yet won, Europe is certainly the place where this fight has gone the furthest.

How was this effort financed? Thanks to introduced flexibility in the Cohesion Policy, EU mobilised €3.7 trillion in investments to tackle the effects of coronavirus pandemic, through European Regional Development Fund (ERDF), European Social Fund (ESF) Cohesion Fund (CF), European Investment Bank, European Stability Mechanism and member states budgets. These funds helped national, regional and local communities in countering negative socio-economic impact of the coronavirus pandemic.

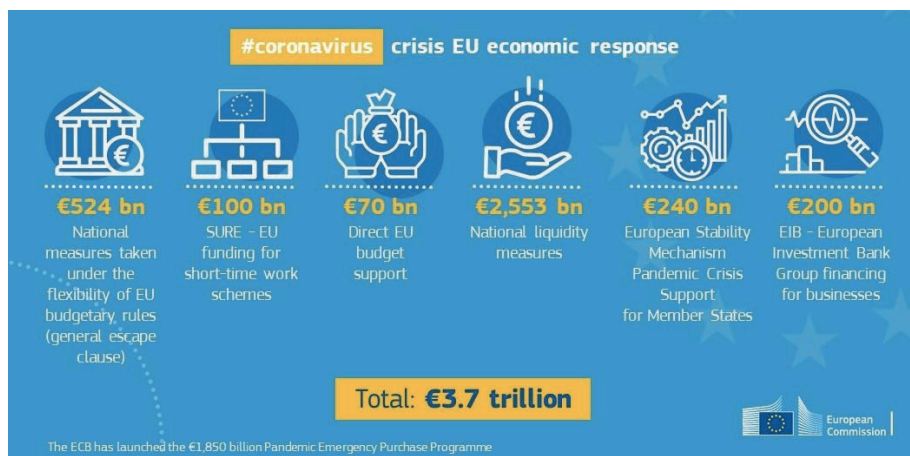


Figure 2. Coronavirus Crisis EU Economic Response

Source: European Comission (2022b)

The pandemic situation has not yet been extinguished, subsisting as peaks that temporarily affect countries or groups of countries. For this reason, European cohesion funds remain active on supporting this event, based on the European Union support architecture, above defined. However, since february 24, Russia has invaded Ukraine, opening a new war in Europe and creating the need to support populations, refugees and humanitarian infrastructure.

“By ordering Russian armed forces into Ukraine, President Vladimir Putin has arguably made the greatest blunder of his twenty-two-year long rule. The Russian president seems to have underestimated not just Ukraine’s capacity to resist the invasion, but also the resolve of the United States and its partners to oppose it. If that is indeed the case, the greatest surprise must have come from the European Union” (Alcaro, 2022, p. 2).

Effectively, the European Union not only responded forcefully with its NATO allies, but also advanced with a wide range of economic and financial sanctions against Russian interests and maintained Ukrainian candidacy to join EU. Used to a more concerted, political and diplomatic position, and therefore ponderous, Europeans and the World awoke to a new version of the EU, more muscular and intervening, something that had rarely happened, for example, in Bosnia or Kosovo. This attitude is certainly not strange to the strategy of union and cooperation that EU implemented two years earlier, with covid-19 pandemic, which has remained until today.

But the context was different and, little by little, sanctions have turned against the EU itself, especially with regard to energy costs. Trapped by mechanisms of free market, the EU has been powerless to stop the incremental rise in energy prices, especially in terms of fossil energy and electricity. The radical cut with Russian supplies, just a few months before Nordstream 2 went operational, further pushed EU into an inflationary spiral, born in the

pandemic days, in which energy costs directly influence the price of industrial production and the costs for final consumer. Few countries have managed to minimize this effect, and none manages to get unscathed.

As time runs, rallies are increasingly frequent and crowded, populism is exacerbated and solutions are scarce, apart from occasional supply agreements, almost begged with smaller countries in Asia and Africa. In this scenario, the growing weight of Norwegian and American gas in European supply chain stands out, but neither individually nor together they show capacity to replace the flow of imports from Russia.

Josep Borrell said in March this year that “*The three ways of cutting our dependence on Russia are diversification of supplies, energy efficiency and the acceleration of renewables*” (Borrell, 2022, p. 4).

How is Europe dealing with this situation? Three words mark the actions coming from Brussels: unity, strength and money. The EU has responded with one voice to the challenges that Ukrainian conflict has brought. Apart from Hungarian doubts regarding the sanctions dossier, little or no opposition has been felt regarding the positions adopted by Ursula von der Leyen. The union is constant. Strength has come from an augmented EU-NATO partnership, at the military level, from intransigence regarding sanctions, confiscation of assets and border control, in political field, and from adherence to UN positions, in international field. Finally, money corresponds to the support, through Cohesion Funds and other financial instruments, that Europe gives to refugees, families and companies that struggle daily against this crisis.

At the end of February, EU put forward a wide range of sanctions on Russia, which affected energy, transport, border, financial, technological, media, visa relations and individuals. EU also decided to finance Ukraine weapons purchase programme. At the same time, EU approved the first emergency package of 90 million euros, to support Ukrainian refugees from the war. In March, joint scientific research programs were suspended. Through Cohesion Funds, EU began to support Ukrainian refugees exodus: activating Temporary Protection Directive, launching Cohesion Action for Refugees in Europe (CARE) and Flexible Assistance to Territories (FLEX-CARE) and, above all, a substantial share of Cohesion Funds through Assistance for Recovery of Cohesion and Territories in Europe (REACT-EU).

Another important support was available under Macro-Financial Assistance (MFA). Until 19 October, the total amount of EU help to Ukraine was 41,6 billion euros, as shown below.

Nome	Total Amount (billion €)	2022 (until 19/10)							
		feb	mar	apr	may	jun	jul	sep	oct
European Peace Facility (EPF)	3,100	0,500							2,600
EU Humanitarian Aid (EHA)	0,865	0,090	0,500	0,050	0,020	0,205			
Cohesion's Action for Refugees in Europe (CARE)	10,000	10,000							
Home Affairs Funds (HAF)	0,420		0,420						
Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe (REACT-EU)	10,000		10,000						
Macro-Financial Assistance (MFA)	17,200		1,200		9,000		1,000	5,000	1,000
European Innovation Council (EIC)	0,020					0,020			
Source: Self-elaboration (based on several EU information)	41,605								

Table 1. Total EU support to Ukraine

3.1 What now?

It is speculative to predict how or when the Ukrainian conflict will end, but its effects will certainly continue to be felt in Europe for a long time to come, particularly regarding refugee crisis, energy costs, inflation, depletion of populations and support for Ukraine's reconstruction.

Europe will quickly have to start fighting the rise in prices with drastic and effective measures, such as strongly intervening in energy prices, which should start being fixed by Brussels on a weekly basis and by member state as soon as possible.

This is the only way to counteract the speculative effect that energy markets have been targeting, reducing production costs and consumer prices. If today's European politicians do not do so, others, more extremist and populist, will not hesitate.

4 | IMPACT ON COHESION AND COHESION POLICY

Although this research started by setting up a methodology to gather primary data on the impacts of the war on EU's regions, multiple studies have been published along the year gathering and analysing data to answer the very same research questions we had decided to work with. This made us choose to use secondary data.

The Ukraine war impacts on EU we had chosen to study were somehow grouped

like this:

- Sanctions

The sanctions packages that have been put in place after the invasion by the EU are having an intentional result of drastically reducing the exports to Russia and Belarus. This affects the economy of different EU regions in a quite disparate way. Even though Russia and Belarus are relatively small export markets for goods for most EU countries, for eight Central and Eastern European OECD countries, the exports of goods to Russia and Belarus represents more than 2% of their GDP. However, for some specific regions in the EU, Russia and Belarus represented a significative share of exports, like the Bremen region in Germany, where 47% of exports went to Russia and Belarus (mostly Mercedes SUVs), or Belgium's Flemish region where "products of the chemical or allied industries" sold to Russia and Belarus represented 42% of total exports, Emilia-Romagna in Italy where "machinery and equipment" exported to Russia represented 1/3 of total exports (OECD, 2022e).

The effects of the sanctions packages on the tourism industry were not as clear. Of course, the regions bordering Ukraine saw a decrease in demand, but it wasn't all that clear that Russian tourists stopped being an important source of revenue for some European regions. In fact, this led to some EU countries imposing extra restrictions on the entrance and circulation of Russian tourists, but it's not clear the impact on Russian tourism in EU regions.

- Supply chain disruptions

Russia was, before the war, a key supplier of gas and oil for some European regions (90% in most of Germany), while for others (Portugal, Spain, Luxembourg, Ireland,...) it was little more than residual (OECD, 2022e).

The impact of this supply being cut-off, both by sanctions and by terrorist acts, was therefore quite asymmetric across the regions.

Other economic linkages between EU and Russian were less important and have been reduced after 2014 (Guenette, Kenworthy, & Wheeler, 2022). In the very specific case of palladium commodity, some regions in Italy and Germany seem to be very dependent on imports for Russia and the local industries using it are faced with the need to suddenly rebuild supply chains (OECD, 2022e, 2022c).

The global supply chain affected the most is food. Both Russia and Ukraine are very important producers and exporters of cereals, seed oils and fertilizers, creating a high level of insecurity in this very critical supply chain (OECD, 2022d). It's not clear that this very important disruption will affect different EU regions asymmetrically, as this seems to have become a very unified market in Europe.

- Higher spending on defense

One consequence that could be seen very early on this war was the major change

in defense spending that the whole EU chose to undertake. Many EU countries announced significant increases in defense spending and this will have larger impacts on regions with large defense industries and on border regions.

Both factors will contribute to increase economic activities in those regions, while imposing a stronger tax effort all over the EU.

- Inflation

Regions where natural gas was used for electricity generation and regions with higher share of energy intensive industries faced significantly higher difficulties in adjusting to the widespread increase in energy prices (OECD, 2022e) and there are major differences between EU regions on that level.

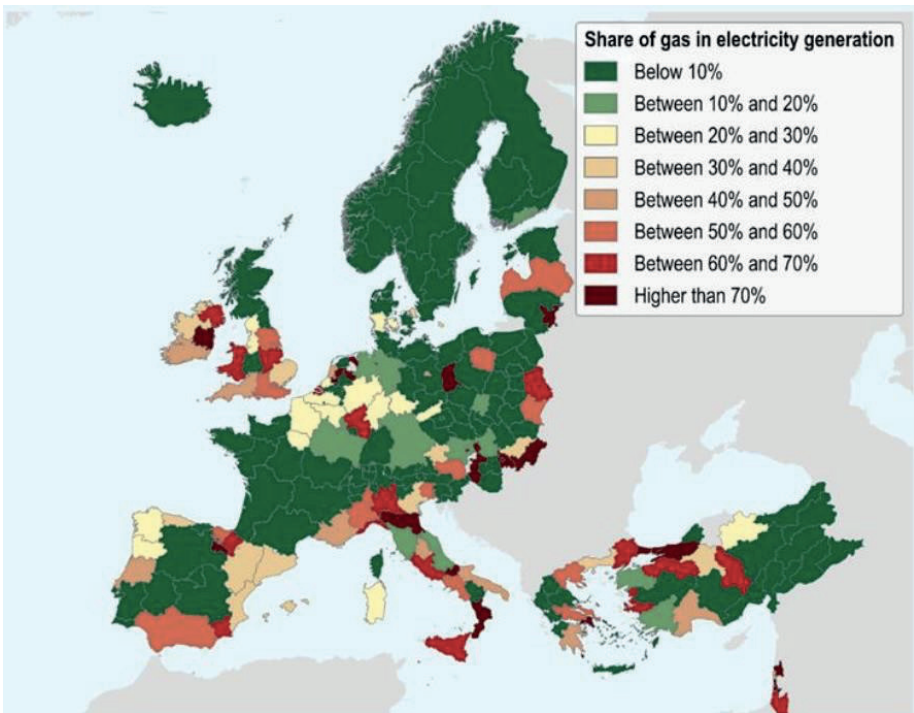


Figure 3. Share of electricity production from natural gas in large regions, 2019

Source: (OECD, 2022e)

Russia's aggression against Ukraine has also affected the prices of precious metals. While Russia is an important producer for such commodities, EU countries in general seem to be well diversified with respect to the countries that are supplying them, so the problem they face is more a price problem than a supply chain disruption problem (OECD, 2022e).

Food prices seem to be the most affected by the war. Destruction of production equipment and infrastructure, disruption of trade routes, including the blockade of ports and

disruption of fertilizer exports from Russia and Ukraine have produced large increases in prices, among a growing insecurity in these critical markets. This seems, however, to affect EU regions in a very homogeneous way.

Overall, the Russian war in Ukraine has provoked the largest cost-of-living increase in this century (so far) and this inflation wave affects every EU region, but the impact seems to be quite asymmetrical between countries and regions in the EU, showing very different inflation figures (United Nations, 2022). The price increase triggered by Russia's war in Ukraine is expected to reduce real private consumption by 1.1% in the EU, even though the impact will be felt very differently across regions (European Investment Bank, 2022).

- Refugees

The flow of refugees from the Ukraine to the EU affected regions differently (OECD, 2022e) and is affecting central European regions the most (Guenette et al., 2022). This wave of millions of refugees' impact on the housing markets is quite different from region to region, resulting from each one's existing capacity and the number of incoming refugees (OECD, 2022a). The very same conclusion can be drawn about the asymmetric impact on education structures, as most refugees are women with children in schooling age (OECD, 2022g).

On the other hand, this inflow of refugees led to the entrance of up to 1.1 million women 20-64 in the labour market in the regions that welcomed them (OECD, 2022f, 2022b).

5 | THE QUADRUPLE TRANSITION

As one long term effect of the covid-19 pandemic, European firms and regions accelerated their digital transitions (Delanote, Rückert, & Wruuck, 2022). The EU elected this, before the war, as one of its two main flags: the digital transition plus the green transition made the twin transitions the EU economy was going to make.

The pandemic and then the war provoked disruptions in most supply chains, causing shortages of parts for production and spikes in prices. This caused a major change in strategic planning for companies and governments: instead of the super-efficient (and long) supply chains that resulted from 20th century's globalization, shorter (and less cost-efficient) supply chains are now preferred, for a greater safety in supplies but also for environmental reasons (lower emissions from transports). This will require a new major change for European regions: the transition to a different globalization, the regionalization.

Russia's war in Ukraine forced the EU to make another major change: the transition to a war economy. Even if the war in Ukraine ends tomorrow, it seems to be engrained in EU's media and decision makers that the next years will be one's of great rivalry with Russia, including military rivalry. Nothing short of a civilizational confrontation, a fight to defend the values and the way of life of western societies. This is very close to a war economy and the

EU regions will be faced with this extra transition.

Adding to this transition to a war economy, the EU will also be building a response to this direct border threat. One option could be to build a strong defense pillar, complementary to NATO (Porschlegel & Toygür, 2022), affirming a more ambitious EU. One of the consequences of this transition will be greater investment on EU's defense technological and industrial agenda (Csernatoni, 2021), necessary to support EU's needs for both defense and affirmation in the world.

Some regions are already feeling the impact of climate change (Delanote et al., 2022), others are feeling a greater impact from the war, while others (mostly the so called "cohesion" regions) are lagging behind in the digital transition (Delanote et al., 2022). The impacts of these four transitions and the speed at which they are taking place seems to be quite asymmetric across the EU regions.

We suggest naming this a new era for Europe: The Quadruple Transition.

6 | EUROPE'S CHALLENGES AND ALTERNATIVES FOR THE COHESION POLICY

Once again EU's cohesion policy is called for dealing with major challenges. On top of the challenges regions were facing to make the digital transition at paces not too different and the challenges they were facing in the green transition, EU regions now must make these two additional transitions to a war economy and to a post globalisation economy.

The digital transition is already revealing significant differences between different regions' firms' capacity to keep up.

The green transition was significantly challenged by the need to rebuild supply chains that were dependent on Russian imports and by the sudden increases in price. It's fair to say this new external shock added to the need for this transition to speed up, but it also impacted different regions in very different degrees.

The war economy we're now transitioning to will include much larger defense spending and huge efforts to integrate growing numbers of refugees, with major challenges faced in the housing, the education and labour markets of the welcoming regions. Since the distribution of war refugees was quite regionally asymmetric, so will the challenges be, and different regions will have significantly different difficulties.

Finally, the rebuilding of supply chains, facing the changes in globalisation and the now clear need for being based on reliable sourcing will also have to face the short-term challenges from inflation, in all sectors but most importantly in food and energy supply changes. Some sort of support to energy users are being built by EU member states. Support to energy users' measures can be divided between income support – i.e., transfers to households and businesses – and price support measures, which seek to reduce energy prices paid by consumers.

Supporting vulnerable populations through targeted income support, while developing alternative energy sources and transportation modes is a recommended strategy (OECD, 2022h). Price support measures can take the form of, for instance, price controls, reduced electricity excise taxes and network fees, value added tax (VAT) and fuel excise tax reductions or exemptions, and rebates at the pump. Both income support and price control measures can be targeted at specific sectors.

Maybe it's time to abandon certain "neo-liberal" extremism that has characterised EU's economic policies in the past decades and at least debate the use of price controls to face these inflationary challenges.

Overall, EU's cohesion policy face additional challenges and must adapt with measures to smooth the differences in pace among regions in all these four transitions-

This research was obviously limited by time constraints, as it tries to analyze challenges to the cohesion policy that started only 8 months ago. It is very much in debt to some impressive research efforts that led an extensive literature published since the beginning of the war

It's usual to say the EU is built one crisis at a time. The response to the covid-19 pandemic impressed many and surpassed some of the more optimistic expectations.

A lot more surprising was the massive response to the war. Unity and "putting your money where your mouth is" were kind of the moto for this response.

The same can be said about the research community reaction. This allowed us to work with an impressive wealth of recently published data.

Future research should deepen the analysis of each of the four transitions mentioned before.

REFERENCES

Alcaro, R. (2022). The EU and the Ukraine War: Making Sense of the Rise of a Geopolitical Union. Joint brief n° 13, march 2022. Brussels: European Comission.

Almodovar, J. (2022). Bússola Estratégica: Implicações para o Ecossistema de Defesa. Lisboa: GEE/ Ministério da Economia e do Mar.

Anderson, J., S. Tagliapietra & G. Wolff (2020). Rebooting Europe: A Framework for a Post COVID-19 Economic Recovery. in Bruegel Policy Brief, nr. 01/2020, pp. 1-8.

AP - Associated Press (2022). Timeline of NATO expansion since 1949 (available in <https://abcnews.go.com/Business/wireStory/timeline-nato-expansion-1949-84610860>).

BBC News (2013). Soviet Union Timeline: A Chronology of Key Events. (available in <https://www.bbc.com/news/world-europe-17858981>).

Black, C. et al (2000). Rebirth: A Political History of Europe Since World War II. 2nd edition. Boulder, CO: Westview Press.

Borrell, J. (2022). The War in Ukraine and its Implications for the EU (available in https://www.eeas.europa.eu/eeas/war-ukraine-and-its-implications-eu_en).

Bucholtz, K. (2022). Where Military Aid to Ukraine Comes From. (available in <https://www.statista.com/chart/27278/military-aid-to-ukraine-by-country/>).

Correia, A. (2018). Fundo Europeu de Defesa versus Cooperação Estruturada Permanente. *in* Eurodefense Portugal (available in <https://eurodefense.pt/fundo-europeu-de-defesa-versus-cooperacao-estruturada-permanente/>).

Csernaton, R. (2021). The EU's Defense Ambitions: Understanding the Emergence of a European Defense Technological and Industrial Complex. In *Carnegie Europe*. Retrieved from https://carnegieendowment.org/files/Csernaton_EU_Defense_v2.pdf

CVCE (1955). Treaty of Friendship, Co-operation and Mutual Assistance Between the Soviet Union and Certain East European Communist Governments. Warsaw: 14.05.1955.

Delanote, J., Rückert, D., & Wruuck, P. (2022). *REGIONAL COHESION IN EUROPE 2021-2022: Evidence from the EIB Investment Survey*. EIB Economics Department.

Diercke, C. Dehmel, R. & Harrison, R. (2015). Diercke Weltatlas. 1st edition. Brunswick, Germany: Westermann Verlag.

Duke, S. (2018). European Defence Architecture: Institutional Developments. *in* Nação e Defesa, n^o 150, pp. 23-32.

Economist Briefings (2022). Russia Menacing of Ukraine Is Unlikely to Induce NATO to Retreat. *in* The Economist Briefing 08/01/2022 (online).

EDA (2006). An Initial Long-Term Vision for European Defence Capability and Capacity Needs. Brussels: European Defence Agency.

Eichler, J. (2021). NATO's Expansion After the Cold War: Geopolitics and Impacts for International Security. Berlin: Springer Nature.

Engberg, K. (2021). A European Defence Union by 2025? Work in Progress. Stockholm: Swedish Institute for European Policy Studies.

EU & NATO (2022). Seventh Progress Report on the Implementation of the Common Set of Proposals Endorsed by EU and NATO Councils on 6 December 2016 and 5 December 2017. Brussels, 20.june.2022.

EU (2022). A Strategic Compass for Security and Defence: For a European Union that Protects its Citizens, Values and Interests and Contributes to International Peace and Security. Brussels: European Union Foreign Affairs and Defence Council of Ministers.

Europe Council (2010). New Strategy and Council of Europe Action Plan for Social Cohesion. Strasbourg: Europe Council.

European Commission (2021). Cohesion in Europe Towards 2050. Luxembourg: EU Publications Office.

European Commission (2022a). Coronavirus Dashboard: EU Cohesion Policy Response to the Crisis (available in <https://cohesiondata.ec.europa.eu/stories/s/4e2z-pw8r>).

European Commission (2022b). Jobs and Economy during Coronavirus Pandemic (available in https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/coronavirus-response/jobs-and-economy-during-coronavirus-pandemic_en#coronavirusresponseinvestmentinitiative).

European Investment Bank. (2022). *How bad is the Ukraine war for the European recovery?* Retrieved from https://library.oapen.org/bitstream/id/4aca396e-4bfc-40a6-974b-4b417a213535/how_bad_is_the_ukraine_war_for_the_european_recovery_en.pdf

Faringdon, H. (1989). Strategic Geography: NATO, the Warsaw Pact and the Superpowers. 2nd edition. London: Routledge.

Gomberg, M. (1942). The New World Moral Order: Outline of Post-war New World Map. *in* The American Teacher Magazine, 1942, vol. 27, p. 21.

Grevi, G., Helly, D. & Keohane, D. (2009). European Security and Defence Policy: The First Ten Years (1999 – 2009). Paris: Institute for Security Studies.

Guenette, J. D., Kenworthy, P. G., & Wheeler, C. M. (2022). Implications of the War in Ukraine for the Global Economy. In *World Bank Group - Equitable Growth, Finance, and Institutions Policy Notes*. <https://doi.org/10.1596/37372History> Editors (2022). Cold War: Summary, Combatants, Start & End. (available in <https://www.history.com/topics/cold-war/cold-war-history>).

IMF – International Monetary Fund (2021). Policy Responses to Covid-19. (available in <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19#E>).

Judt, T. (2005). Postwar: A History of Europe since 1945: New York: Penguin Press.

Keeran, R. & Kenny, T. (2010). Socialism Betrayed: Behind the Collapse of the Soviet Union. Bloomington, IN: iUniverse.

Kramer, M. & Itzkowitz, J. (2017). Correspondence: NATO Enlargement— Was There a Promise?. *in* International Security, vol. 42, n° 1, pp. 186–192

Kramer, M. (1999). The Collapse of The Soviet Union. 1st edition. Milton Park, UK: Routledge.

Menon, R. (2022). A New and Better Security Order for Europe. *in* Defense Priorities, online edition, 15/02/2022.

Mogherini, F. (2016). Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe - A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy. Brussels: European Commission.

Molling, G., Merindol, V. & Versailles, D. (2018). The future of the European Defence Agency (EDA). Strasbourg: European Parliament, Directorate General for External Policies.

NATO (1998). The NATO Handbook. Brussels: NATO Headquarters.

NATO (2002). Prague Summit Declaration (available in <https://www.nato.int/docu/0211prague/speeches-e.pdf>).

NATO (2008). Bucharest Summit Declaration (available in https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm).

NATO (2022a). NATO 2022 Strategic Concept. Brussels: NATO Headquarters.

NATO (2022b). Madrid Summit Declaration (available in https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_196951.htm)

NATO (2022c). NATO's Military Presence in the East of the Alliance. (available in https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_136388.htm).

Nunes, I. (2018). European Defence Cooperation. in *Nação e Defesa*, nº 150, pp. 48-75.

OECD. (2022a). *Housing support for Ukrainian refugees in receiving countries*. Retrieved from https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/rights-and-support-for-ukrainian-refugees-in-receiving-countries_09beb886-en

OECD. (2022b). *OECD Economic Outlook*. 2022(1).

OECD. (2022c). *Potential spatial impacts of the war in Ukraine (Abridged version): A case study from Italy*.

OECD. (2022d). The impacts and policy implications of Russia's aggression against Ukraine on agricultural markets. In *Oecd*. Retrieved from <https://www.oecd.org/ukraine-hub/policy-responses/the-impacts-and-policy-implications-of-russia-s-aggression-against-ukraine-on-agricultural-markets-0030a4cd/>

OECD. (2022e). The implications for OECD regions of the war in Ukraine : An initial analysis. In *OECD Regional Development Papers*.

OECD. (2022f). *The potential contribution of Ukrainian refugees to the labour force in European host countries*. (July), 1–13. Retrieved from <https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>.

OECD. (2022g). *The Ukrainian refugee crisis : Support for teachers in host countries*.

OECD. (2022h). *Why governments should target support amidst high energy prices*.

Pereira, J. & Viegas, P. (2022). A Nova Bússola Estratégica: Reflexões em Torno do Investimento em Defesa. in *Segurança e Defesa*, nº 44, pp. 81 – 96.

Porschlegel, S., & Toygür, I. (2022). After Russia 's invasion of Ukraine : Unity is good , but ambition is better. *European Policy Centre - Connecting Europe*, (June).

Prohorovs, A. (2022). Russia's War in Ukraine: Consequences for European Countries Businesses and Economies. in *Journal of Risk and Financial Management*, vol. 15, nº 295, pp. 1-15.

Rehrl, J. (2021). Handbook on CSDP: The Common Security and Defence Policy of the European Union. Vienna: Federal Ministry of Defence of the Republic of Austria.

Robinson, N. (2017). Explaining Soviet Collapse. Limerick, Ireland: Department of Politics and Public Administration, University of Limerick.

Shabu, M. (2006). *The European Defence Agency: A Real Breakthrough or a Standard Agency?*. Prague: Association for International Affairs.

Savranskaya, S., Blanton, T. & Zubok, V. (2010). *Masterpieces of History: The Peaceful End of the Cold War in Eastern Europe*. New York, NY: Central European University Press.

United Nations. (2022). Brief 1: Global Impact of war in Ukraine on food, energy and finance systems. *Global Crisis Response Group on Food, Energy and Finance*, (1), 2–22. Retrieved from <https://news.un.org/pages/wp-content/uploads/2022/04/UN-GCRG-Brief-1.pdf>

United States of America Government (1999). *Washington Summit Communique: An Alliance for the 21st Century*. (available in <https://www.govinfo.gov/content/pkg/WCPD-1999-05-03/pdf/WCPD-1999-05-03-Pg718.pdf>).

Zubok, V. (2021). *Collapse: The Fall of the Soviet Union*. New Haven, CT: Yale University Press.

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS: Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista ad hoc de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879.

A

Aplicativos de relacionamento 20, 22, 29

C

Ciencias sociales aplicadas 1

Cultura empresarial 77

D

Discusiones interdisciplinarias 1

Discussões Interdisciplinares 229

G

Gordofobia 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Guerra 53, 57, 67

P

Pandemia 2, 36, 39, 84, 97

R

Redes sociais 5, 8, 9, 11, 19, 20, 28

S

Seguros privados 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98

T

Transgênero 19, 20, 23


Turismo 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 139, 140, 146, 159, 160, 168

U

Universidades públicas 40, 51, 52, 53, 58

Discusiones interdisciplinarias
en el campo de las
**CIENCIAS SOCIALES
APLICADAS**

 www.atenaeditora.com.br


 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)


 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Discusiones interdisciplinarias
en el campo de las
**CIENCIAS SOCIALES
APLICADAS**

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br